

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS II

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGROPECUARIA GAUCHA

Dissertação de Mestrado

Mestrando: DILSON TRENNEPOHL

Orientador: Prof. JURANDIR ANTONIO XAVIER

Campina Grande, setembro de 1991



T792p Trennepohl, Dilson
 O processo de desenvolvimento recente da agropecuaria
 gaucha / Dilson Trennepohl. - Campina Grande, 1991.
 195 f.

 Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
 Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

 1. Economia Agricola - 2. Agropecuaria - 3. Dissertacao
 I. Xavier, Jurandir Antonio, Dr. II. Universidade Federal
 da Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 338.43.01(043)

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. JURANDIR ANTONIO XAVIER
Professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutor pela Universidade de São Paulo - USP
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. JOÃO OTAVIO PAES DE BARROS JUNIOR
Professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutorando pela Universidade de Paris X - Nanterre
Membro da Banca Examinadora

Profa. MARIA GORETTI SERPA BRAGA
Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutora pela Oklahoma State University - EUA
Membro da Banca Examinadora

Prof. ROBERIO FERREIRA DOS SANTOS
Professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutor pela Universidade de São Paulo - USP
Membro da Banca Examinadora

Dedico esta dissertação, que é o resultado de de muito trabalho e esforço, a quem mais contribuiu para que o mesmo fosse frutífero. A minha esposa Vera e aos meus filhos Diogo e Tiago, que aceitaram o desafio de morar no desconhecido nordeste, que cederam parte do tempo de convivência familiar e, principalmente, que incentivaram e apoiaram nos momentos decisivos.

AGRADECIMENTOS

Sem a intensão de transferir a responsabilidade pelas falhas e limites que o trabalho apresenta, que assumo integralmente, gostaria de registrar o meu agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. Em especial, quero agradecer:

- aos professores do Curso de Mestrado em Economia da UFPB/CG pela dedicação, respeito e amizade que ofereceram;

- aos colegas de mestrado pelo clima de amizade e discussão que ajudaram a criar durante o tempo de convivência;

- aos colegas da UNIJUI, especialmente os ligados ao Sistema de Informações Básicas e ao Centro de Estudos Sócio-Econômicos, pelo apoio que deram em termos de informações e reflexões sobre o tema estudado nesta dissertação;

- à FIDENE/UNIJUI pelo apoio financeiro e logístico que ofereceu dentro de seu Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

- à CAPES pela bolsa de estudo que possibilitou a realização do curso.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a estudar o desenvolvimento da agropecuária do Rio Grande do Sul, no período 1960-90, identificando e interpretando as principais especificidades regionais, setoriais e sociais, com vistas a um melhor entendimento do processo em sua complexidade. A hipótese de trabalho é que se trata de um processo capitalista de desenvolvimento que, frente as diversas situações com que se depara, assume formas específicas de acordo com as peculiaridades regionais, setoriais e sociais em que se realiza e que, ao contrário de atenuar ou amenizar, aprofundou as desigualdades existentes. No primeiro capítulo é apresentada a análise regional, buscando apreender e interpretar as principais características do desenvolvimento quanto a sua distribuição no espaço. O segundo capítulo destina-se a análise setorial, com a finalidade de identificar os elementos centrais do processo nas principais atividades econômicas da agropecuária do estado. No terceiro capítulo é feita a análise social, que visa identificar os principais grupos sociais existentes e sua relação com a dinâmica do desenvolvimento verificado. Na conclusão pretende-se reunir os principais aspectos identificados nas análises parciais, através de um trabalho de síntese que permite recuperar a visão de totalidade e compreender as características centrais do processo em sua globalidade. O estudo comprova sua hipótese de trabalho ao identificar claramente inúmeras disparidades bem como a ampliação das mesmas, em profundidade e diversidade, durante o período analisado.

SUMMARY

This dissertation aims at studying agricultural and relating to cattle development in Rio Grande do Sul during the period 1960 - 90, by identifying and interpretating the main specific characters of the region, in their social aspects and from each sector, trying to achieve a better comprehension of the process in his complexity. The work hypothesis is that the process consists in a capitalist way of development that takes specific forms according to regional, social and from each sector peculiarities, instead of attenuating or reducing them. The first chapter presents a regional analysis that identifies and interprets the principal characters of development in its spacial distribution. The second chapter deals with sector analysis, and identifies the central elements of Rio Grande do Sul main economic land activities. In the third chapter a social analysis is made, with the intention of identifying the chief social groups and their relation with the development process. As conclusion, the main partial analysis are assembled, in a synthesis work that brings a total vision and a comprehension of the central characteres of the whole process. The study confirms its work hypothesis by clearly identifying many disparate points, as well as their increase in depth and diversity, durind the analysed period.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	05
CAPITULO I - ANALISE REGIONAL	
1 - A Regionalização do Rio Grande do Sul	17
2 - Aspectos Históricos	24
3 - Análise do Período 1960 - 1990	33
3.1 - Região LITORAL	33
3.2 - Região SERRA	39
3.3 - Região FRONTEIRA	44
3.4 - Região PLANALTO	49
Considerações Finais	55
Notas do Capítulo	67
CAPITULO II - ANALISE SETORIAL	
Introdução	69
1 - Rizicultura	71
2 - Triticultura	78
3 - Sojicultura	83
4 - Produção de Milho	89
5 - Produção de Feijão	92

6 - Produção de Cebola	95
7 - Produção de Mandioca	98
8 - Fumicultura	102
9 - Vitivinicultura	107
10 - Hortifruticultura	112
11 - Bovinocultura de Corte	116
12 - Pecuária Leiteira	121
13 - Suinocultura	127
14 - Avicultura	131
15 - Ovinocultura	136
Considerações Finais	141
Notas do Capítulo	152

CAPITULO III - ANALISE SOCIAL

Introdução	155
1 - Estancieiros ou Fazendeiros	157
2 - Camponeses: caboclos e colonos	162
3 - Empresários Rurais	169
4 - Trabalhadores Assalariados	173
Considerações Finais	176
Notas do Capítulo	180

CONCLUSÃO	182
-----------------	-----

BIBLIOGRAFIA	189
--------------------	-----

ANEXOS	195
--------------	-----

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral estudar o desenvolvimento da agropecuária do Rio Grande do Sul nos últimos 30 anos, identificando e interpretando as especificidades regionais, econômicas e sociais, com vistas a um melhor entendimento desse complexo e contraditório processo.

A agropecuária do Rio Grande do Sul sofreu importantes transformações nesta segunda metade do século XX, no que diz respeito às formas de organização da produção, às técnicas produtivas, aos tipos de produção, às relações de trabalho, às relações dos produtores rurais com o mercado, à rede de instituições a ela articuladas, dentre outras.

Ao nível do processo produtivo as transformações podem ser caracterizadas pela introdução de um pacote tecnológico baseado na utilização intensiva de máquinas e equipamentos, fertilizantes e corretivos químicos, produtos veterinários e agrotóxicos, sementes e matrizes melhoradas, etc.

Ocorreram mudanças significativas nos tipos de produção predominantes. Enquanto as produções de soja, arroz e frangos crescerem geometricamente, outras produções como o feijão, cebola e a pecuária extensiva ficaram estagnadas ou até decresceram em volume e valor da produção.

As relações de trabalho se modificaram, acompanhando as

modificações tecnológicas. Muitos produtores rurais foram expulsos de suas regiões e migraram para as cidades ou para outros estados/regiões. A população rural, que em 1960 representava 55% da população total, diminuiu bruscamente e representa apenas 30% em 1990. A queda não foi somente relativa, mas também absoluta, pois a população rural do estado caiu de 3,0 milhões para 2,7 milhões de habitantes no mesmo período.

A mercantilização da produção é algo claro e evidente pois, os produtos destinados à subsistência foram em grande parte substituídos pela produção comercial. Houve uma integração completa dos produtores rurais ao mercado, quer pela origem dos meios de produção e de consumo, quer pelo destino da produção. Ocorreu uma profunda mercantilização das unidades produtivas e de consumo, a tal ponto que os hábitos de consumo, as técnicas produtivas e os tipos de produção passaram a ser determinados pelas condições de mercado.

Fazem parte também das transformações ocorridas no período o surgimento e desenvolvimento de uma intensa rede de instituições relacionadas com a agropecuária. São cooperativas (1957), sindicatos (1960), associações, órgãos públicos (ASCAR/EMATER, EMBRAPA, BB) e empresas privadas (agroindustrias, tradings), que fornecem insumos, compram a produção e/ou prestam serviços. Rompe-se o isolamento do setor primário, que passa a estabelecer relações e laços de interdependência com toda a economia.

Todas essas transformações ocorreram de forma muito diferenciada para o conjunto da agropecuária do estado. Não foi

um processo homogêneo e generalizado, desenvolvido sobre uma base que fosse homogênea. As disparidades existentes eram significativas e as transformações ocorridas tampouco tenderam a homogeneizar a realidade, pelo contrário, aprofundaram ainda mais as desigualdades regionais, econômicas e sociais.

A primeira diferenciação importante a ser feita é a regional. O Rio Grande do Sul possui diferenças regionais muito importantes, seja pelas condições naturais, pelas formas de ocupação do território, pela estrutura fundiária, pelo tipo de produção predominante ou pela composição econômica, social, cultural e política da população. Não é possível considerar que o impacto da modernização da agropecuária tenha sido o mesmo e se apresentasse da mesma forma na região da FRONTEIRA, onde predomina o latifúndio com pecuária extensiva, e na região SERRA, onde predomina o minifúndio com policultura de alimentos, por exemplo. Assim é preciso caracterizar as diferentes realidades existentes e verificar como elas se modificaram no processo. Para cada região (micro ou macro) é possível encontrar uma configuração específica de um mesmo processo de desenvolvimento.

A segunda diferenciação importante, complementar à primeira, diz respeito aos tipos de produção ou as atividades econômicas. Alguns produtos poderiam até ser caracterizados como "modernos" pois só passaram a ter importância após a modernização, como é o caso da soja e dos frangos. Outros produtos poderiam ser caracterizados como "tradicionais" ou "retrógrados" pois somente tiveram importância antes da modernização, perdendo com ela todo

O seu espaço, como é o caso da mandioca e do feijão. A maioria das atividades econômicas, entretanto, sofreu transformações qualitativas na forma de produção e nas especificações do bem final, como é o caso da Suinocultura, Rizicultura, Triticultura, Pecuária Leiteira e outras. Cada atividade assumiu à sua maneira o processo de desenvolvimento da agropecuária, produzindo alterações significativas na hierarquia de importância econômica entre as mesmas.

A terceira diferenciação de fundamental importância diz respeito às unidades produtivas e aos grupos sociais envolvidos. As possibilidades e os resultados do processo de desenvolvimento não se colocam de forma igual para estancieiros, empresários, camponeses e assalariados. Não é possível afirmar, genericamente, que a modernização beneficiou ou prejudicou a agropecuária gaúcha. É evidente que um processo que expulsou milhares de "agricultores" de suas unidades de produção, ao passo que enriqueceu outros tantos, não pode ser avaliado genericamente. Dentre os que emigraram é possível distinguir vários extratos, desde os que optaram por ser empresários em outros estados, passando pelos que se lançaram à sorte nas cidades, nos garimpos ou mesmo na fronteira agrícola, até os que, mesmo tentando, não encontraram a dita sorte e acabaram marginalizados e favelados nos grandes centros urbanos. Dentre os que ficaram também é possível distinguir os que mal conseguem resistir à expulsão/marginalização, os que se consolidaram enquanto "pequenos produtores capitalizados", os que modernizaram seus

latifúndios, os que se transformaram em empresários de porte e os que simplesmente se aproveitaram dos subsídios governamentais sem nada modificar em suas explorações tradicionais. Enfim, o processo de desenvolvimento tem significados próprios para cada grupo social da agropecuária.

Frente ao quadro acima referenciado impõe-se um estudo que busque analisar os vários aspectos da realidade agrária gaúcha em seu conjunto, não como um todo homogêneo, mas como um processo de múltiplas facetas que se desenvolveu historicamente. Não há dúvida de que se trata de um processo de desenvolvimento capitalista e, por isso mesmo, um processo cheio de contradições e diferenciações que precisam ser entendidas corretamente.

O desenvolvimento capitalista, embora tenha sempre a mesma essência, apresenta-se das mais variadas formas em cada conformação histórica concreta. A lógica do capital foi, é e sempre será, enquanto for capital, a sua constante expansão, buscando ocupar todos os espaços, extensiva ou intensivamente, em que seja possível a sua reprodução. Porém, a variedade de circunstâncias com que se depara no tempo e no espaço determinam as múltiplas formas particulares em que essa lógica se realiza. Cada formação histórica apresenta suas especificidades que precisam ser entendidas, pois não se tratam apenas de meras aparências, mas sim da forma concreta que assume o desenvolvimento capitalista naquele lugar e momento.

Neste sentido, o presente estudo se propõe a identificar e a analisar as diferentes formas concretas que assume o

desenvolvimento do capitalismo na agropecuária gaúcha, fundamentalmente à partir de 1960, quando se intensificou o processo de transformação. As diversidades regionais, econômicas e sociais conformaram processos específicos de desenvolvimento capitalista que, por sua vez, produziram resultados também específicos e contraditórios entre si. É preciso investigar a forma como se apresentou esse processo de transformação para cada região, para cada atividade econômica e para cada categoria ou grupo social.

Ao mesmo tempo em que ocorre a modernização e/ou decomposição dos latifúndios em determinadas regiões, em outras ocorre a concentração da propriedade fundiária como forma de viabilização das unidades produtivas. Tomadas em seu conjunto, como médias estaduais, essas tendências antagônicas do processo de desenvolvimento capitalista se anulam mutuamente, inviabilizando a apreensão do fenômeno. Igualmente, cada tipo de produção absorve e/ou reage de forma específica ao processo, tornando os indicadores genéricos pouco efetivos e distantes da realidade objetiva. Também em relação aos produtores rurais, é impossível encontrar indicadores médios que permitam avaliar adequadamente o que de fato ocorreu com eles, tendo em vista a diversidade de situações que se apresentam.

É preciso decompor a realidade para apreender melhor as suas especificidades e, a partir delas, recompor o quadro geral de desenvolvimento em que estão inseridas. Evidentemente essa decomposição, essa busca de especificidades, tem seus limites

que, no presente trabalho foram estabelecidos pelo alcance que o mesmo pode ter, sem abrir mão da visão de conjunto ou visão de totalidade. Evidentemente que a agropecuária gaúcha, aqui considerada como totalidade, é também parte de uma totalidade maior, quando tomadas unidades de análise mais abrangentes como a economia brasileira ou internacional. Portanto, tem-se presente que o desenvolvimento da agropecuária gaúcha não é algo isolado, autônomo e que se explique por si mesmo, mas que, pelo contrário, está inserido no desenvolvimento capitalista nacional e internacional e com eles interage constantemente. Porém, o objeto de análise deste trabalho são as diferenciações internas e não as relações com o exterior, que dessa forma, foram pouco trabalhadas.

A hipótese de trabalho é de que o processo de desenvolvimento capitalista da agropecuária do Rio Grande do Sul assume formas específicas de acordo com as diversas situações regionais, econômicas e sociais sobre as quais se realiza e que esse processo, ao contrário de atenuar ou amenizar, aprofundou as desigualdades existentes.

O trabalho segue uma linha teórico-metodológica muito semelhante àquela seguida por LENIN em, pelo menos, duas de suas principais obras sobre a questão agrária: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, de 1898 e Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América, de 1915. Para tanto faz-se necessário resgatar de cada uma delas os elementos centrais que foram considerados.

O contexto em que LENIN elaborou "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" foi bastante específico e, provavelmente, tenha muito pouco em comum com o Rio Grande do Sul no período analisado. Embora o objetivo mais imediato fosse a crítica ao populismo e suas teses, a reflexão teórica de Lênin não se limita à contestação de tais formulações. Ele mergulha na realidade buscando apreender a dinâmica econômica e social daquela formação histórica que estava em discussão. Não se tratava apenas de dar uma resposta aos populistas mas, de entender uma realidade concreta em sua dinâmica, seu movimento e suas tendências.

A principal característica desta e de outras obras de Lênin é a busca do conhecimento da realidade através de investigações concretas, apoiadas em dados estatísticos básicos e em pesquisas de campo. Os dados quantitativos são tomados não apenas para ilustrar fenômenos pré-determinados, mas fazem parte da própria investigação qualitativa, que busca identificar os fenômenos mais relevantes e seu sentido. O livro possui apenas uma pequena introdução teórica que serve de base para a crítica aos populistas, porém, esta base vai tomando sentido, ampliando-se e consolidando-se à medida que avança a análise do processo histórico real.

A preocupação central de Lênin era a de entender o processo de emergência do capitalismo numa sociedade de base agrária, como era a Rússia no período analisado. Para tanto, não lhe eram suficientes as formulações gerais sobre a natureza do desenvolvimento capitalista. Era preciso investigar as formas

concretas em que esse processo se apresentava naquele determinado contexto histórico, à partir, é claro, da compreensão de suas leis gerais. Por isso, seus estudos tem um alcance muito além da constatação de que as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo se aplicavam à Rússia de então, passando a demonstrar também como essas leis funcionavam e as formas específicas que assumiam em cada situação concreta.

A análise de Lênin se desenvolve por cortes e níveis distintos, buscando identificar as particularidades e especificidades da realidade estudada. As relações e a integração entre as partes não são pressupostas, mas buscadas na própria análise, como forma de reconstrução da totalidade concreta em sua complexidade. A especificidade dos fenômenos é garantida e repostada a cada momento e no interior mesmo das categorias de análise, sem submetê-las ao reducionismo das instâncias teórico-metodológicas. O método se recria a cada momento e, no confronto com a realidade empírica, se amplia e se enriquece com novas determinações. A universalidade deste texto se encontra na sua exemplaridade e sua importância reside no seu caráter de exemplar reconstrução científica do movimento de uma formação histórica concreta.

Já a elaboração da obra "Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América", em 1915, se dá num contexto bem mais próximo da realidade gaúcha atual. Embora ainda esteja polemizando com os populistas, Lênin dirige sua reflexão teórica diretamente sobre o tema que ainda hoje está entre os mais

controvertidos: o das leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Sua obra é um exemplar rico de estudo no sentido de desvendar de modo científico a realidade da agricultura e as suas leis de evolução em determinado país.

Ao longo de toda a obra, Lênin vai debatendo e criticando os métodos de investigação e de estudo normalmente utilizados. Demonstra a irracionalidade das estatísticas burocráticas e rotineiras e aponta para a necessidade de adoção de métodos apropriados e racionais de pesquisa, que permitam apreender os fenômenos centrais de cada processo histórico. Mostra alguns casos onde riquíssimos levantamentos de dados empíricos foram depreciados por tratamentos estatísticos inadequados e irracionais. Um exemplo dos mais comuns é o agrupamento dos dados sobre as unidades de produção ou explorações de acordo com a área total que ocupam, como forma de demonstrar sua grandeza econômica e/ou seu caráter capitalista.

Nas duas obras, Lênin desenvolve um permanente estudo comparativo de dados entre as diversas regiões, mostrando que não se tratam de realidades homogêneas. Pelo contrário, as especificidades e contradições encontradas e apontadas desautorizam qualquer processo de análise pela média, assim como qualquer generalização à partir de um caso específico. A relação entre as particularidades precisa ser elaborada na análise, sem qualquer suposição funcionalista.

Lênin destaca também a importância de se investigar corretamente o processo de expropriação dos pequenos

agricultores, identificando os setores, grupos ou extratos da população rural mais atingidos e em que circunstâncias o processo se realiza. "Só desse modo será possível compreender e valorizar o papel do capitalismo na agricultura, sua tendência em substituir a pequena exploração pela grande".(LENIN.1915).

Porém, teve-se muito cuidado ao tomar as obras de Lênin como referências teórico-metodológicas, para não transpor os seus resultados ao presente trabalho. Não há nenhuma obrigatoriedade em relação aos resultados, quanto a sua coincidência ou não. O que houve foi uma aceitação geral do método de pesquisa e dos cuidados que se deve ter durante o processo de investigação.

O trabalho é composto por três capítulos de análise, além desta introdução, e de uma conclusão. No capítulo I é apresentada a análise regional, buscando apreender as principais características do desenvolvimento quanto a sua distribuição no espaço. O capítulo II destina-se a análise setorial, com o objetivo de identificar os elementos centrais do processo nas principais atividades econômicas da agropecuária gaúcha. No capítulo III é feita a análise social, que visa identificar os principais grupos sociais responsáveis pela dinâmica da agropecuária do Rio Grande do Sul. Na conclusão pretende-se reunir os principais aspectos identificados nas análises parciais, com vistas a recuperar a visão da totalidade e identificar as características do processo global em seu conjunto.

CAPITULO I

ANALISE REGIONAL

1 - A Regionalização do Rio Grande do Sul

O estudo dos fenômenos econômicos regionais requer, como pré-condição essencial, uma delimitação clara e racional dos espaços tomados como regiões. É preciso estabelecer uma forma estável de divisão do território a ser estudado que, de acordo com os objetivos e as especificidades do trabalho, permita a obtenção e a comparação das informações ao longo do período desejado.

Tomando a distribuição das atividades econômicas e mais especificamente da agropecuária, no espaço geográfico gaúcho, percebe-se com facilidade a existência de características que distinguem, entre si, vários espaços ou várias regiões. Porém, tais características, embora fundamentais, não são suficientes para elaborar um quadro de regionalização, principalmente pelas dificuldades na definição das fronteiras. Além disso o aparecimento de novas unidades administrativas (criação de novos municípios, por desmembramento) acarreta sérias dificuldades para a obtenção e utilização das informações estatísticas, principalmente em períodos mais longos.

Para superar as inúmeras dificuldades que se apresentaram para a definição de uma regionalização adequada ao presente estudo, foi importantíssima a contribuição dada pela FEE -

Fundação de Economia e Estatística, através de vários trabalhos publicados. Num deles (1) o problema é enfrentado como ponto central a ser solucionado, como pode-se perceber na passagem seguinte:

"Tendo em vista que o desenvolvimento dos trabalhos na área da economia regional dentro da Fundação de Economia e Estatística exigia o correto equacionamento desse problema para que se pudesse estudar a evolução da estrutura espacial da economia gaúcha nas últimas décadas, decidiu-se realizar uma pesquisa no sentido de definir um conjunto de áreas ou agregados de municípios cujas fronteiras externas se tivessem mantido estáveis durante o período 1940-80 e, conseqüentemente, pudessem servir como base para uma divisão regional do Estado do Rio Grande do Sul em que a comparabilidade das informações estatísticas ao longo do tempo pudesse ser preservada. Resolveu-se dar a esses agregados de municípios, caracterizados por permitir a comparação tão exata quanto possível entre os dados censitários referentes a períodos diversos, a denominação de áreas estatisticamente comparáveis. (FEE:1986.p.6).

O período ao qual se refere o trabalho da FEE não é exatamente o mesmo que se pretende estudar agora, mas as informações nele contidas permitem que se façam adaptações para períodos diferentes. Além disso, outro trabalho publicado recentemente pela FEE (2) que, embora não discuta diretamente o problema da regionalização, faz uma atualização do trabalho anterior, incorporando os municípios criados na década de 80 ao seu quadro regional.

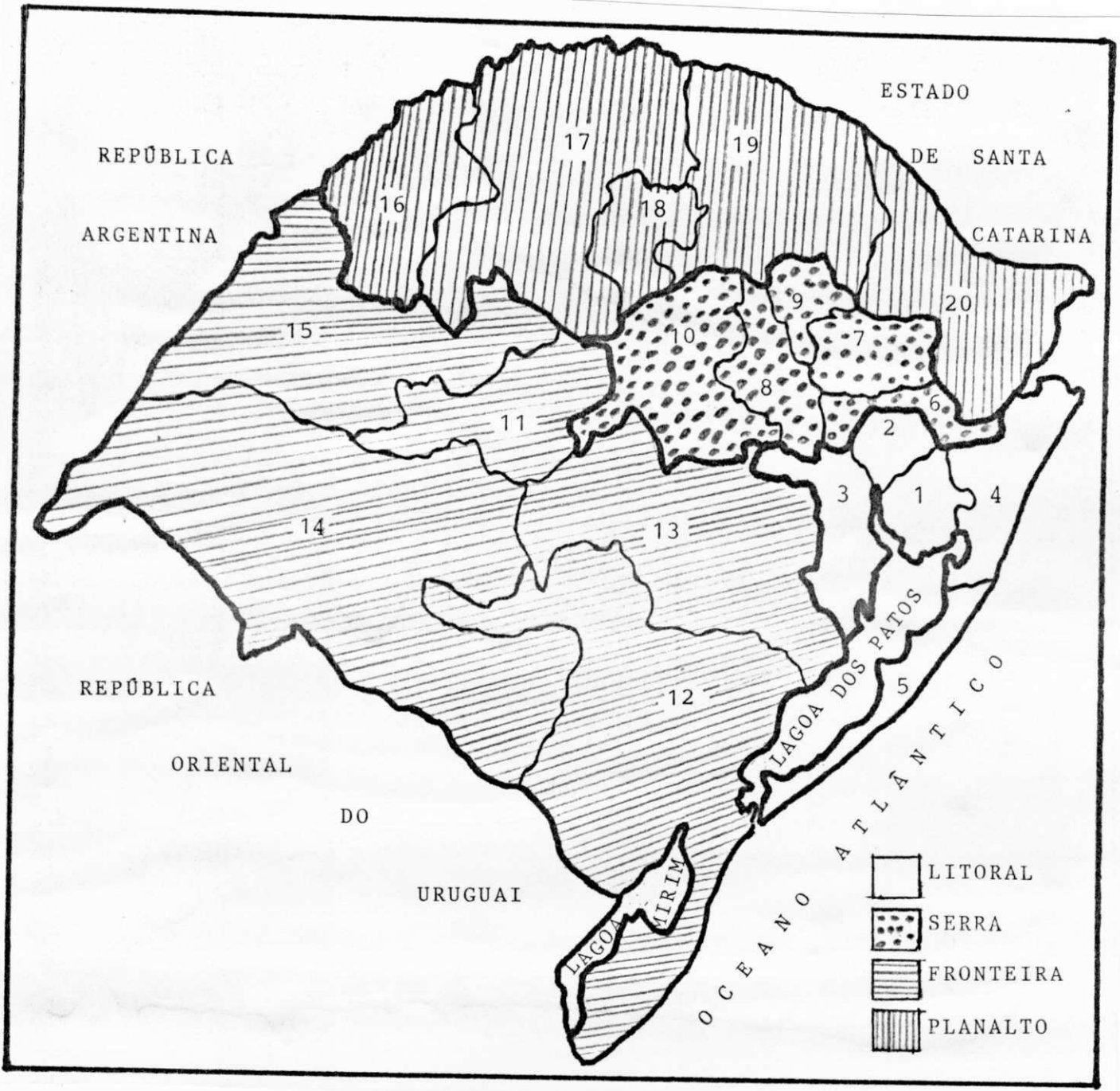
Dessa forma foi possível estabelecer uma regionalização para o Rio Grande do Sul que representa os mesmos espaços geográficos ao longo do período analisado. Apesar do intenso processo de subdivisão administrativa do estado (em 1960 existiam 150 municípios, passando para 232 em 1970 e 333 em 1990) a

regionalização definida para este trabalho manteve as fronteiras interregionais inalteradas e, portanto, a comparabilidade entre os vários dados estatísticos.

A comparabilidade estatística das regiões durante o período de análise foi tomada, não como critério único, mas como pré-requisito para a regionalização. Respeitado esse pré-requisito partiu-se para a formação das regiões, combinando vários critérios, como: características das atividades produtivas, condições naturais, formação histórica, estrutura fundiária, etc. Para isso, tomou-se por base a regionalização da FIBGE, que divide o Rio Grande do Sul em 24 microrregiões homogêneas.

Para atender melhor os objetivos deste trabalho foram definidas 20 microrregiões que possuem características razoavelmente semelhantes, as quais foram agrupadas em 4 macrorregiões que, grosso modo, representam 4 conformações sócio-econômicas bem características no estado. As denominações utilizadas não possuem um significado especial, apenas servem para ajudar na identificação e localização do espaço e dos dados que a ele se referem. As microrregiões receberam a denominação de um dos municípios que as compõem, enquanto as macrorregiões foram denominadas de acordo com suas características geográficas, conforme pode-se ver no mapa e na relação a seguir.

MAPA DA REGIONALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL



RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ACORDO COM A REGIONALIZAÇÃO

I - LITORAL

- 1 - Porto Alegre: Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Porto Alegre e Viamão;
- 2 - Canoas: Bom Princípio, Campo Bom, Canoas, Capela Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Portão, Santa Maria do Herval, São Leopoldo, São José do Hortêncio, São Sebastião do Caf, São Vendelino, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Tupandi;
- 3 - Guaíba: Barra do Ribeiro, Cerro Grande do Sul, Eldorado do Sul, General Câmara, Guaíba, Tapes e Triunfo;
- 4 - Torres: Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí e Três Cocheiras;
- 5 - São José do Norte: Mostardas, São José do Norte e Tavares;

II - SERRA

- 6 - Canela: Barão, Brochier do Rocha, Canela, Feliz, Gramado, Harmonia, Igrejinha, Montenegro, Nova Petrópolis, Parobé, Poço das Antas, Riozinho, Rolante, Salvador do Sul, Taquara e Três Coroas;
- 7 - Caxias: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Nova Roma do Sul, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores;
- 8 - Lajeado: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Ilópolis, Imigrante, Nova Alvorada, Nova Brésia, Paverama, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Taquari e Teutônia;

- 9 - Guaporé: Casca, Dois Lajeados, Guabiju, Guaporé, Montauri, Muçum, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paraí, Protásio Alves, São Domingos do Sul, São Jorge, Serafina Corrêa, Vanini e Vista Alegre do Prata;
- 10 - Santa Cruz: Agudo, Alto Alegre, Arroio do Tigre, Barros Cassal, Campos Borges, Candelária, Dona Francisca, Espumoso, Faxinal do Soturno, Fontoura Xavier, Ibarama, Ibirapuitã, Lagoão, Salto do Jacuí, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Segredo, Sobradinho, Soledade, Tunas, Venâncio Aires e Vera Cruz;

III - FRONTEIRA

- 11 - Santa Maria: Ivorá, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Santa Maria, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul e Silveira Martins;
- 12 - Pelotas: Arroio Grande, Caçapava do Sul, Canguçu, Capão do Leão, Erval, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul;
- 13 - Rio Pardo: Amaral Ferrador, Arroio dos Ratos, Butiá, Cachoeira do Sul, Camaquã, Cerro Branco, Charqueadas, Cristal, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, Formigueiro, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Restinga Seca, Rio Pardo, São Jerônimo e São Sepé;
- 14 - Alegrete: Alegrete, Bagé, Cacequi, Dom Pedrito, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana;
- 15 - São Borja: Itacurubi, Itaqui, Jóia, Santiago, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Francisco de Assis e Tupanciretã;

IV - PLANALTO

- 16 - Santa Rosa: Alecrim, Bossoroca, Caibaté, Campina das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Pirapó, Porto Lucena, Porto Xavier, Roque Gonzales, Santa Rosa, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, São Nicolau, Tucunduva e Tuparendi;
- 17 - Ijuí-Iraí: Ajuricaba, Alegria, Alpestre, Augusto Pestana, Boa Vista do Buricá, Braga, Caçara, Campo Novo, Catuipe, Cerro Grande, Chiapeta, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Entre Ijuís, Erval Seco, Eugênio de Castro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Humaitá, Ijuí, Independência, Iraí, Jaboticaba, Liberato Salzano, Miraguaí, Nonoai, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pejuçara, Pinhal, Planalto, Redentora, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Santo Angelo, Santo Augusto, São Martinho, São Miguel das Missões, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Três de Maio, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre e Vista Gaúcha;
- 18 - Carazinho: Carazinho, Colorado, Chapada, Ibirubá, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera;
- 19 - Passo Fundo: Agua Santa, André da Rocha, Aratiba, Aurea, Barão do Cotegipe, Barracão, Cacique Doble, Camargo, Campinas do Sul, Caseiros, Cirfaco, David Canabarro, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Ernestina, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Gaurama, Getúlio Vargas, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Lagoa Vermelha, Machadinho, Marau, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Não-Me-Toque, Paim Filho, Passo Fundo, Sananduva, São João da Urtiga, São José do Ouro, São Valentin, Sertão, Severiano de Almeida, Tapejara, Três Arroios, Viadutos, Victor Graeff e Vila Maria;
- 20 - Vacaria: Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, São Francisco de Paula e Vacaria;

2 - Aspectos Históricos

As desigualdades interregionais do Rio Grande do Sul podem ser encontradas desde os tempos de sua ocupação. É importante resgatar um pouco esse processo, porque nele serão encontrados elementos explicativos para algumas disparidades atuais.

No livro de Luís Carlos Barbosa Lessa (3) pode-se encontrar uma gama de informações e um retrato muito vivo do tumultuado processo de ocupação do território gaúcho, como nas seguintes passagens:

"Quem quer que descesse por terra da donataria de São Vicente ou da donataria de Santo Amaro, e ultrapassasse a enseada de laguna, ao entrar no atual Rio Grande do Sul como que entrava em um bolsão geográfico, em uma 'ilha' cercada de obstáculos, em um verdadeiro e imenso 'curral' formado pela natureza.

Efetivamente, logo ao transpor o rio Mampituba - e tendo sempre à esquerda o oceano - à direita encontraria inicialmente o paredão de mais de 1000 m dos Aparados e do Itaimbezinho. Essa encosta do planalto iria gradativamente baixando à medida que progredia para o sul, mas ainda assim com matas que a tornavam praticamente intransponível. Ao infletir para o oeste o tal desnível, por fim, chegava a uma 'esquina' de águas: a confluência do correntoso rio Caí com o largo rio Jacuí. O obstáculo das águas prosseguia com o estuário do Guaíba. Agora uma estreita faixa de terra se estendia por longas léguas entre a lagoa dos Patos e o oceano Atlântico, até se extinguir na barra do rio de São Pedro ou rio Grande. O caminho de retorno não poderia ser outro: margeando o oceano, ou tentando inutilmente uma fácil saída ante os obstáculos da lagoa dos Patos, Guaíba, confluência Jacuí-Caí, encosta do planalto, Itaimbezinho, Aparados, e saindo no rio Mampituba por onde antes havia entrado. Sem alternativa." (LESSA, 1984. p.27)

"Agora imaginemos quem viesse de Assunção, Corrientes ou Santa Fé. Ultrapassando o rio Uruguai para a margem oriental, havia ao norte as indevassáveis matas virgens do Alto Uruguai, povoadas de traíçoeiros Índios guaranás. Depois surgiam as terras vermelhas do rio Ijuí, Icamaquã, Piratini, que se ligavam ao planalto em gradativa ascensão mas um tanto além esbarravam em forte matagal (matos português e castelhano). Agora o rio Ibicuí, cujas pontas já se confundiam com a bacia hidrográfica oriental através do rio Jacuí. E ao sul do Ibicuí e do Jacuí (exceto a Serra do Sudeste com seus ervais nativos), uma verde sucessão de coxilhas e planícies, habitadas de tigres, veados, avestruzes e outros bichos.

Esse o país do Tape. Por onde entraram os jesuítas espanhóis formando inúmeras reduções consagradas aos padroeiros (...) que desde já poderíamos apelidar de missões 'sul-riograndenses' do contexto jesuítico. Chegaram até as proximidades das atuais cidades de Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Rio Pardo, com suas doutrinas sempre localizadas acima da linha Ibicuí-Jacuí. Não foram mais adiante, rumo ao atlântico, exatamente pelos mesmos obstáculos naturais interpostos ao País de Viamão." (LESSA, 1984. p.28)

"Para quem subisse de Buenos Aires, atravessando o estuário do Prata e apeiando nas planícies à margem oriental do rio Uruguai, ali encontrava apenas o repositório de gados para munício ao Cabildo de Buenos Aires, meia dúzia de gaudérios andarengueando na planície infinda e umas esparsas tribos de cavaleiros guenoas, jaros, charruas, minuanos, mboanes. Essa, a Banda dos Charruas." (LESSA, 1984. p.28)

Estas citações dão um quadro razoável das condições naturais sobre as quais se deu a ocupação. Porém, bem mais complexas, intrincadas e confusas são as condições políticas em que esse processo se desenvolveu. As disputas entre portugueses e espanhóis, Índios e brancos, militares, civís e religiosos, se entrecruzam num desenrolar cheio de marchas e contra-marchas. É absolutamente impossível dar um quadro, mesmo superficial, nesse pequeno espaço. Entretanto, importa resgatar o caráter militar que teve a ocupação do território gaúcho, com suas consequências

profundas na estrutura fundiária e na organização da produção, conforme pode-se perceber no relatório preparado pelo empresário Gonçalves Chaves e entregue aos Deputados da Assembléia Nacional Constituinte de 1823:

"Para se observar quanto é absurdo o sistema de distribuição de terras até aqui aplicado no Brasil, diga-se que esse assunto competia em Lisboa ao Conselho Ultramarino e que, pela carta régua de 7 de dezembro de 1697, as sesmarias foram fixadas em 3 léguas; mas tem-se por muitas vezes alcançado, por graças especiais do soberano, triplos e quádruplos dessa porção em um só título. É certo que os economistas se dividem em diversas opiniões quanto a partilha das terras, mas mesmo os partidários de grandes porções nunca imaginaram que em alguma nação do mundo se fizesse partilha de semelhante grandeza. Poderá alegar-se que nossa população tem sido na maior parte composta de pastores ou criadores de gado, para o que exigem campos muito extensos. Mas respondemos que para gados que façam a fortuna e alimento de uma família não se precisa de 3 léguas de terra, nem nossa distribuição pode ser feita em relação à classe de pastores, mas sim à classe de agricultores: o contrário seria degradarmo-nos dos progressos da civilização a que aspiramos.

Abarcadores possuem até 20 léguas de terreno e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e, mesmo quando consentem, é sempre temporariamente e nunca por ajuste que deixe fixar a família por alguns anos. Há por isso muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar segundo o favor e o capricho dos proprietários de terras e sempre faltas de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente. Desses fatos se deixa ver que estamos constituídos na maior carência de um sistema de distribuição de terras incultas conducente à acomodação das famílias pobres e melhoramento da agricultura." (LESSA, 1984. p.183-184).

Na impossibilidade de fazer uma retrospectiva histórica mais completa (4), importa ao menos elencar alguns dos aspectos mais importantes na ocupação de cada uma das macrorregiões delimitadas para este trabalho.

A macrorregião do LITORAL começou a ser ocupada pelos portugueses que, desrespeitando o Tratado de Tordesilhas, (5)

ultrapassaram a enseada de Laguna rumo ao sul (itinerário descrito na citação de LESSA, 1984, p.27) em busca de Índios para escravizar, mulas para transporte e gado para abater. Sem encontrar resistências, os portugueses buscaram povoar o território conquistado através da promessa oficial de concessão do título de propriedade ou carta de sesmaria aos desbravadores, após 5 anos de permanência no local. As primeiras sesmarias (13.068 ha) foram distribuídas em Viamão, Gravataí e Tramandaí por volta de 1730. Apesar de ser litoral, a ocupação começou por terra pois em toda a costa gaúcha só existe um ponto que permite a chegada de navios (a barra do rio São Pedro - hoje Porto de Rio Grande) mesmo assim denominado pelos navegadores de 'barra diabólica' pelos enormes perigos que oferecia à navegação. Mas foi pelo único caminho naval existente (barra, Lagoa dos Patos, Guaíba e afluentes) que novos ocupantes penetraram no estado. Formaram-se as vilas de Rio Grande, Norte (São José do Norte) uma em cada margem da barra diabólica e, às margens do Guaíba, a vila de Porto Alegre que se transformou em importante centro comercial.

A macrorregião da FRONTEIRA foi a segunda a ser ocupada pelos portugueses. Pertencente à Banda dos Charruas, essa imensa área de planícies cobertas de pastagens e gado selvagem (6) foi palco de importantes disputas entre portugueses e espanhóis. Os portugueses iniciaram a ocupação, por volta de 1750, entrando pelo caminho naval (Guaíba-Jacuí) e se estabeleceram em Rio Pardo. A chegada dos agricultores açorianos e a necessidade de

fincar uma posição estratégica fizeram aparecer rapidamente 'um verdadeiro forte, conjugado a igreja, capelas e razoável população' na margem do rio Jacuí. Em tempos de guerra eram as tropas e em tempos de paz eram os sesmeiros que avançavam para o sul açambarcando terras, gado, cavalos, etc. A economia da região já estava definida pelas condições naturais encontradas, apenas foi incrementada com novos elementos. A propriedade da terra, o comércio regular de couros e charque e a instalação das charqueadas foram as principais novidades introduzidas pelos portugueses que passaram a ocupar a região. As terras distribuídas em sesmarias, muitas vezes em retribuição a serviços militares prestados, contemplando várias vezes um mesmo proprietário, produziram uma estrutura fundiária onde predominam os grandes latifúndios.

A macrorregião da SERRA foi povoada fundamentalmente por imigrantes alemães e italianos. Os primeiros a chegar foram os alemães que, à partir de 1824, começaram a colonizar os vales dos rios Sinos, Caf, Taquari e Jacuí (todos afluentes do Guaíba). Lentamente os colonos alemães foram desbravando a mata e subindo em direção a serra. A partir de 1875 chegaram ao estado os imigrantes italianos que foram assentados nas terras montanhosas de Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias - no coração da serra gaúcha. Ao contrário do que ocorreu no LITORAL e FRONTEIRA, aqui a terra tinha que ser comprada pelos colonos e os lotes eram pequenos (72 ha, 48 ha ou 25 ha) conformando uma estrutura fundiária predominantemente minifundiária. Os colonos

imigrantes se dedicaram prioritariamente à agricultura, mas a experiência urbana de muitos deles contribuiu no desenvolvimento do artesanato, indústria, comércio e outros serviços. Vários produtos como o vinho, o queijo, a batata inglesa, etc, ganharam importância econômica no estado por fazerem parte dos costumes dos imigrantes.

A macrorregião do PLANALTO, talvez a mais heterogênea, teve vários caminhos de ocupação. Um deles pelo oeste, através das reduções jusuíticas espanholas (País do Tape - 7 Povos das Missões) que desde 1605 praticavam agricultura e criação de gado. Outro pelo nordeste, através da penetração dos bandeirantes e outros aventureiros em busca de escravos e mulas. Embora sem interesse na ocupação das terras, deixaram suas marcas nos caminhos percorridos (pouso de Cruz Alta, Vacaria, etc). Um terceiro caminho pelo sul, via rio Jacuí, através da tentativa do governo provincial de assentar os casais de açorianos nas terras missioneiras, por volta de 1750. Mesmo frustrado o objetivo inicial, a tentativa aproximou e indicou o caminho dos colonizadores para a região. O quarto caminho, cerca de 100 anos depois, retoma o terceiro, mas desta vez seguido pela migração interna. As terras da 'colônia velha' já estavam todas ocupadas e o crescimento populacional exigia que se abrissem novas fronteiras para os filhos dos colonos imigrantes. Vários projetos de colonização privados ou oficiais são realizados entre 1880 e 1900 permitindo uma massiva migração de colonos rumo as novas terras. Forma-se uma estrutura fundiária bastante

heterogênea, intercalando áreas de minifúndios e áreas de latifúndios, embora sem os tamanhos extremos.

O processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, profundamente dependente das relações com o restante do país, delineou novas diferenciações para as diversas regiões do estado.

Inicialmente, a grande demanda por produtos de origem animal para alimentar os escravos no centro do país possibilitou o crescimento da pecuária extensiva e conseqüentemente da região produtora por excelência, a FRONTEIRA. Os pecuaristas enriqueceram e expandiram seus domínios em terras e poder político. A indústria (charqueadas) e o comércio do charque, do couro e de outros subprodutos impulsionaram o crescimento de Pelotas e Rio Grande como principais centros urbanos do estado, na época.

Porém, na segunda metade do século passado produziu-se uma reversão de tendência. O processo de abolição da escravatura reduziu drasticamente a demanda por charque e criou problemas de oferta de força de trabalho, produzindo uma profunda crise na pecuária gaúcha e nas charqueadas, que ainda enfrentaram a concorrência dos "saladeros uruguaios", já organizados em moldes capitalistas (sem escravos). De outra parte crescem, em número, tamanho e importância econômica, os núcleos coloniais formados por imigrantes alemães e italianos na região da SERRA. A economia colonial produzia uma gama muito diversificada de produtos agrícolas destinados ao autoconsumo, mas com geração crescente de excedentes comercializáveis. Por outro lado, havia

uma demanda, também bastante diversificada, por produtos de fora da região. Tais elementos, aliados as condições naturais favoráveis representadas pela rede fluvial, impulsionaram o desenvolvimento de intenso comércio, centralizado por Porto Alegre. Junto ao comércio, não tardou desenvolver-se uma gama de atividades artesanais/industriais e de serviços (escolas, hospitais, cooperativas, etc). Teve grande importância a construção da rede ferroviária, no final do século passado, permitindo a integração econômica das regiões mais distantes da capital e a rápida expansão da fronteira agrícola estadual.

Já adentrando o século XX ganha importância a expansão da cultura do arroz irrigado. Com a proteção do governo federal sobre o mercado e o domínio das novas técnicas de produção a cultura expande-se sobre as terras planas (irrigáveis) de Cachoeira do Sul até Santa Vitória do Palmar, combinando a nova atividade econômica com a pecuária extensiva existente. Os capitais acumulados no comércio, artesanato e pequenas indústrias, deslocam-se para a rizicultura, atraídos pelas perspectivas de elevada rentabilidade.

Na década de 1930 ocorre o primeiro surto de industrialização no Brasil. Também no estado foram implantadas novas e importantes plantas industriais, que também foram localizadas concentradamente na região metropolitana. Aproveitando-se das melhores condições oferecidas como, rede de transporte hidro-ferro-rodoviária, mercado consumidor, oferta de força de trabalho, etc, as indústrias tendem a localizar-se próximas a

Porto Alegre.

Outro movimento importante a destacar no processo de desenvolvimento econômico do estado é o da modernização da agricultura. Teve início na década de 40 e se estende até os dias atuais. Marcou mais profundamente a estrutura produtiva da região PLANALTO e seus resultados são facilmente percebidos na análise do período 1960-90.

3 - Análise do Período 1960 - 1990

O objetivo dessa parte do trabalho é analisar o Processo de Desenvolvimento da Agropecuária Gaúcha, dando especial atenção às suas especificidades regionais. Visa aprofundar a análise no sentido de identificar os elementos característicos do processo de desenvolvimento da agropecuária em cada região do Rio Grande do Sul. Evidentemente as regiões não são tomadas como se fossem isoladas das demais e do todo, ou como se tivessem uma dinâmica própria e autônoma. Apenas como recurso de exposição elas foram tomadas uma a uma, mas sempre devem ser consideradas como partes de um todo, com o qual interagem.

3.1 - Região LITORAL

A região LITORAL compreende uma área territorial de 20.439,30 km² (7,59% do RS) localizada na parte leste do estado. Em 1960 possuía 21 municípios que se desmembraram ao longo do período e em 1990 totalizavam 46 municípios. (ver TABELAS 1, 2 e 3, no anexo I). É uma região bastante heterogênea pois inclui as microrregiões costeiras de S.J.Norte e Torres e as microrregiões metropolitanas e perimetropolitanas de P.Alegre, Canoas e Guaíba.

A região possui uma população predominantemente urbana (73,43% em 1960 e 92,41% em 1990) e apresenta a maior densidade e o maior crescimento populacional do estado no período. (ver TABELAS 4 a 15, no anexo I). Fruto da intensa migração em busca de trabalho na capital ou próximo dela, a região aumenta sua participação na população total do estado de 23,99% em 1960 para 35,83% em 1990 e concentra 47,43% da população urbana do estado. Há também um processo de concentração intrarregional, no qual as microrregiões de Torres e S.J.Norte liberam população para P.Alegre e Canoas. A população rural da região sofreu uma diminuição absoluta de 100.000 habitantes, ou seja, perdeu 30% no período 60-90, fazendo com que sua participação no total do estado caísse de 11,56% para 9% .

Situação muito semelhante pode ser caracterizada ao analisar a População Economicamente Ativa - PEA. (ver TABELAS 16 a 26, no anexo I). A região tem um peso importante e crescente na PEA do estado pois participa com 24,3% em 1960 e 34,3% em 1980. Sua participação na PEA da agricultura é baixa e decrescente (9,7% e 7,6% respectivamente), enquanto nas atividades urbanas é superior a 40% já em 1960 e apresenta-se em crescimento até 1980 (últimos dados disponíveis). Destacam-se o setor de Demais Serviços na microrregião de P.Alegre e o setor Indústria na de Canoas. Novamente é preciso registrar as diferenças intrarregionais onde S.J.Norte e Torres apresentam uma composição distinta, mas que pouco afetam o conjunto da região LITORAL, devido a sua pequena participação nos totais.

A análise da Renda Interna poderá indicar elementos explicativos ao comportamento populacional. Infelizmente os dados regionalizados só são disponíveis até o ano de 1980. (ver TABELAS 27 a 42, no anexo I). A renda interna per capita da região durante todo o período esteve bastante acima das outras regiões e da média do estado. Sua participação na renda interna do estado cresceu de 33,28% em 1959 para 41,36% em 1980, sendo que nos setores não agrícolas a participação chega muito próxima dos 50% em todo o período. Na Renda Interna da Agricultura a região tem pouca participação, ficando em torno de 7% do total do estado. Observando a estrutura da renda interna percebe-se o peso que tem os setores Demais Serviços (50%) e Indústria (30%), enquanto que a agricultura perde boa parte da pouca participação que tinha (6,56% para 2,86%).

Através dessas informações percebe-se que a importância da região não está na agricultura diretamente, embora ela exista e produza proporcionalmente a área territorial da região. Porém antes de analisar este espaço "diretamente agrícola" é importante destacar outros elementos essenciais para o desenvolvimento da agropecuária gaúcha, encontrados nesta região. O primeiro deles é o fato de Porto Alegre ser a capital do estado e, por isso, concentrar as instâncias decisórias e o poder político. Trata-se de órgãos públicos (INCRA, DFA, IRGA, IPAGRO, EMATER, CEASA, SA, etc), de entidades sindicais e representativas (FETAG, FARSUL, Sociedade de Agronomia, AGAPAN, etc), de entidades cooperativas (FECOTRIGO, FEARROZ, FECOLĂ, CCGL, UNICOOP, etc) e das direções

das principais empresas ligadas a agropecuária do estado (COTRIEXPORT, CEVAL, SAMRIG, MAXION, etc). Portanto, grande parte do que acontece na agropecuária gaúcha é proposto, discutido, decidido e implementado à partir de Porto Alegre. Outro elemento importante é a concentração econômica existente na região, com uma indústria que compra muita matéria prima e que produz muitos insumos, máquinas e implementos para a agropecuária, com um comércio bastante desenvolvido e beneficiado pela intensa rede de transportes, que intermedia grande parte dos insumos e produtos agrícolas e com uma população que representa o grande mercado consumidor do estado. A agropecuária do Rio Grande do Sul, cada vez mais integrada à dinâmica do capital, encontra-se em estreita interação com toda essa realidade metropolitana.

Para analisar a agropecuária, propriamente dita, da região é conveniente iniciar pela estrutura fundiária. A região representa cerca de 6% da área dos estabelecimentos agropecuários do estado e cerca de 8,5% de seu número, o que indica uma área média por estabelecimento de 35 ha, portanto, inferior à média do estado que é de 50 ha. (ver TABELAS 43 a 85, no anexo I). Tomando a área dos estabelecimentos percebe-se a existência de três partes que se equivalem, com 1/3 para os estratos inferiores a 50 ha, 1/3 para os de 50 a 500 ha e outro 1/3 para os maiores de 500 ha. Ao longo do período observa-se um crescimento gradual e permanente dos estratos maiores em prejuízo dos menores. Ao observar o número de estabelecimentos chama atenção o grande

percentual dos estratos inferiores a 5 ha (28,5% em 1985) que, somados aos estratos de 5 a 50 ha (60,8%) chegam quase aos 90% dos estabelecimentos da região, que ocupam tão somente 1/3 (ou menos) da área. Os estratos de área superior a 500 ha apresentaram crescimento absoluto e relativo tanto em número de estabelecimentos como em área ocupada, o que, junto com uma área média em torno de 1300 ha demonstra que os grandes estabelecimentos encontram seu espaço até mesmo em regiões metropolitanas. Os dados demonstram assim, que a região possui uma estrutura fundiária bastante concentrada e que a concentração, embora originária da forma de ocupação do território, tendeu a agravar-se no período analisado.

Voltando a atenção para a utilização das terras percebe-se que cerca de 60% da área é utilizada com Pastagens, 20% com Lavouras e outros 20% com Matas/Florestas e Descanso. (ver TABELAS 86 a 104, no anexo I). Durante o período 60-85 ocorre um aumento considerável da área de Matas/Florestas, provavelmente pelo plantio de árvores (acácias) para fornecer matéria prima para as indústrias de celulose, papel e papelão. As Pastagens, que se estendem por quase 2/3 das terras servem de base alimentar para a criação de bovinos, ainda de forma bastante extensiva e, por vezes, combinada com a lavoura de arroz irrigado. Já nas Lavouras, com menos de 20% das terras, desenvolve-se uma produção bastante intensiva, principalmente de hortifrutigranjeiros que encontram um mercado consumidor enorme na própria região. As condições naturais da região são bastante heterogêneas, o que

permite que se desenvolva uma produção agropecuária extremamente diversificada.

Ao analisar o Valor da Produção Agrícola - VBPA da região percebe-se que sua participação no total do estado (cerca de 7%) é proporcional à área de terras que ocupa. (ver TABELAS 105 a 117, no anexo I). Quanto a composição observa-se que a Lavoura é responsável por 2/3 e a Pecuária por 1/3 do VBPA, mostrando uma inversão em relação a área ocupada com Lavouras e Pastagens. O fenômeno é mais claro e extremado na microrregião de S.J.Norte onde as Lavouras com cerca de 10% das terras produzem cerca de 80% do VBPA. Talvez uma explicação razoável para isso seja a baixa qualidade das terras que ao não se prestar para outros fins são cobertas com pastagens e dessa forma sustentam alguns animais. Isto reafirma a constatação de que a região possui uma produção agrícola intensiva ao lado de uma pecuária extensiva, condicionada fortemente pelas condições naturais de solo e água.

O Consumo Intermediário Agrícola - CIA mostra uma perda da região em relação ao estado, bem como um aumento da relação CIA/VBPA que passa de 1/4 a 1/3. (ver TABELAS 118 a 130, no anexo I). Há também uma diminuição relativa do Item Autoconsumo e um aumento do item Despesa, embora de forma bem menos intensa que noutras regiões. Neste indicador, as modificações ocorridas na região foram mais lentas que nas demais regiões e que na média do estado, talvez por já se encontrarem num estágio bastante avançado de mercantilização da produção no início do período.

3.2 - Região SERRA

A região SERRA possui uma área territorial de 28.482,80 km² (10,57% do RS) localizada na parte central do estado, justamente na área que corresponde a Serra Geral, de topografia muito acidentada. Nela a natureza intercalou as montanhas e encostas quase inacessíveis, com os vales férteis e irrigados por rios importantes e navegáveis em grande parte. Em 1960 a região compreendia 37 municípios de cujo desmembramento resultaram 88 unidades municipais em 1990, num processo bastante intenso de emancipações. (ver TABELAS 1, 2 e 3, no anexo I).

A população da região, predominantemente descendente de imigrantes alemães e italianos, representa 18,18% do estado em 1960 e 16,5% em 1990. (ver TABELAS 4 a 15, no anexo I) Ocorre um fato curioso durante o período 1960-90, onde a população urbana da região cresceu mais do que a média do estado e a população rural diminuiu menos do que esta mesma média, porém a população total cresceu menos que o estado e portanto sua participação caiu no total e aumentou em ambas as partes. Esse fenômeno se explica pela composição da população na região ser majoritariamente rural (71,83% em 1960) e seu crescimento ser negativo. A situação se transforma durante o período e à partir de 1980 a população urbana passou a representar mais da metade da população da região. É necessário destacar também o processo de concentração intrarregional, que pode ser visto pelo enorme crescimento da população urbana da microrregião de Caxias contrastando com o

baixo crescimento da população urbana da microrregião de Guaporé e o crescimento negativo da população rural, que era muito grande na região. Todo o crescimento vegetativo da população foi transferido para algumas cidades-polo (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, etc) justamente as que mais se industrializaram. A região liberou parte de sua população para as áreas metropolitanas, mas por outro lado recebeu importantes contingentes populacionais de outras regiões, principalmente do PLANALTO (Vacaria e P.Fundo).

Em relação a PEA percebe-se que há uma transformação importante entre os anos 60 e 80, com reduzido crescimento na agricultura (5%) e um grande crescimento na Indústria (490%), Comércio e Demais Serviços (154%), na região. (ver TABELAS 16 a 26, no anexo I). A região aumentou sua participação na PEA do estado e conseguiu níveis significativos na indústria (22,84%), na agricultura (26,48%) e também no total (19,24%) em 1980. A dinâmica populacional denuncia problemas para essa região que em 30 anos deslocou 30% de sua população do meio rural para o urbano e em apenas 20 anos (60 a 80) transferiu mais de 25% da PEA da Agricultura para os setores urbanos, principalmente Indústria. Falta de infraestrutura urbana, desemprego, favelização e outros problemas semelhantes passaram a fazer parte do cotidiano regional.

A Renda Interna apresenta um comportamento tendencialmente na mesma direção da população e da PEA, porém com maiores avanços. (ver TABELAS 27 a 42, n anexo I). A Indústria que em 1959

representava 20,64%, aumentou sua contribuição para 41,04% da Renda Interna regional em 1980. Enquanto isso a Agricultura diminuiu sua parcela de 37,8% para 14,61% no mesmo período. O Comércio e Demais Serviços, embora apresentem um pequeno crescimento no período, representam uma parcela menor da renda nessa região em comparação com as demais. A participação da região na renda do estado aumentou dois pontos percentuais entre 1959 e 1980, porém com significativas diferenciações. Enquanto a renda industrial aumentou sua participação de 16,51% para 26,88%, a Agricultura diminuiu de 21,13% para 15,62%, o Comércio aumentou de 10,55% para 12,62% e os Demais Serviços mantiveram o patamar de 13%, nos totais do estado.

Esses dados permitem visualizar as principais tendências do desenvolvimento regional. Esta região, colonizada pelos imigrantes que construíram sua base econômica sobre uma agricultura alimentar e diversificada, abandona sua trajetória inicial e torna-se cada vez mais urbanizada e industrializada. Suas condições naturais (topografia) não lhe permitem competir com as demais regiões na produção agrícola em sua fase modernizada, mecanizada, quimicizada. Evidentemente há excessões para algumas culturas, seja pela adaptação ao seu clima, seja pela exigência de força de trabalho qualificada ou pela proximidade do mercado consumidor. Não há dúvidas de que o grande avanço econômico da região foi dado pelo setor industrial que aproveitou-se dos incentivos oficiais e outras condições favoráveis durante o "milagre brasileiro" para instalar um

importante parque de indústrias.

Com relação a agropecuária, a principal característica da região é sua estrutura fundiária. (ver TABELAS 43 a 85, no anexo I). Resultado de um processo histórico que conjugou fundamentalmente as condições naturais com a forma de ocupação ou colonização, há um predomínio de pequenos estabelecimentos agropecuários. Quase 20% deles possuem área inferior a 5 ha e mais de 90% possuem menos de 50 ha. A área média gira em torno de 20 ha por estabelecimento, quando a média do estado fica próxima dos 50 ha. Cerca de 70% da área dos estabelecimentos pertence aos estratos com menos de 50 ha, 25% aos estratos de 50 a 500 ha e apenas 5% aos maiores de 500 ha. A região participa com cerca de 10% da área e com cerca de 25% do número de estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul. Durante o período 1960-85 não ocorrem grandes transformações na estrutura fundiária da região, que a diferenciem do restante do estado. O que ocorre é um crescimento do número total de estabelecimentos, entre 1969 e 1970, principalmente nos estratos menores, semelhante ao restante do estado. A diminuição do número e da área ocupada pelos estabelecimentos maiores, que ocorre na região e não se repete no restante do estado, demonstrando a inviabilidade dos mesmos frente as condições existentes na região.

Ao observar a utilização das terras percebe-se uma grande importância para as áreas de Matas/Florestas (cerca de 15%) provavelmente em terras de difícil acesso e impróprias para

Lavouras e Pastagens. (ver TABELAS 86 a 104, no anexo I). A região participa com cerca de 15% da área de Matas/Florestas do estado. Outro dado que chama atenção são as áreas em Descanso, que representam mais de 30% do total do estado, o que talvez se explique pelas práticas de cultivo utilizadas na região, que exigem um período de descanso das terras, principalmente as de encosta. Já a área ocupada com Pastagens pode ser considerada pequena, se tomada como parâmetro a média do estado, enquanto a área destinada as Lavouras é proporcionalmente maior que a média do estado. Ao longo do período 1960-85 ocorre um crescimento das áreas de Lavouras e de Pastagens, em detrimento da área em Descanso. Embora tenha crescido, a área de Lavouras da região perde participação no total do estado de 19,91% para 12,85%, tendo em vista o grande crescimento da área de Lavouras nas outras regiões.

A análise do VBPA mostra que houve um crescimento considerável da Pecuária, que aumenta sua participação de 25,49% em 1960 para 48,30% em 1980 no VBPA da região e também aumenta sua participação no total do estado para este item de 18,2% para 24,05% no mesmo período. (ver TABELAS 105 a 117, no anexo I). Com o VBPA oriundo da Lavoura ocorre o contrário pois, dos 71,28% que representava no total da região caiu para 50,36% e na participação no total do estado caiu de 22,11% para 15,41% no período 1960-80. Tal comportamento mostra que, frente as dificuldades de expansão da Lavoura os agricultores da região tem optado pela criação de animais de forma intensiva, principalmente

frangos, suínos e gado leiteiro. Aparece com certa importância o item outros que representa cerca da metade deste item no estado. Estão incluídos aí os produtos oriundos da indústria rural e a produção de energia elétrica. É um item que perde totalmente sua importância tanto na região como no estado, demonstrando o desaparecimento dessas atividades.

Já em relação ao Consumo Intermediário Agrícola - CIA percebe-se que o item Matéria Prima para a Indústria Rural diminui muito no período, tanto na região como no estado. (ver TABELAS 118 a 130, no anexo I). Também diminui o item Autoconsumo, embora num ritmo bem mais lento que no restante do estado. Por outro lado o item Despesa aumentou sua importância no CIA da região, a exemplo do estado. Esses dados mostram um processo de mercantilização crescente das unidades produtivas rurais com o quase desaparecimento da indústria rural e com a substituição da produção para o autoconsumo pela produção para o mercado, no período, assim como a aquisição no mercado dos bens necessários à produção e ao consumo familiar. As cantinas para fabricação de vinho caseiro foram proibidas pela legislação sanitária e dessa forma os viticultores se vincularam diretamente às indústrias urbanas de maior porte, a exemplo do que ocorre com o fumo, o leite, os frangos, os suínos e outros.

3.3 - Região FRONTEIRA

A região FRONTEIRA se estende por uma área territorial de

146.812,4 Km², localizada no sul do estado, ao longo da fronteira com o Uruguai e parte da fronteira com a Argentina. Com mais da metade da área territorial do estado (54,51%) a região possui um número pequeno de municípios enormes e que sofreram um processo de desmembramento muito mais lento que nas demais regiões. (ver TABELAS 1, 2 e 3, no anexo I). Os 39 municípios existentes em 1960 sofreram apenas 21 desmembramentos e em 1990 totalizavam somente 60 municípios. Situação extrema é a da microrregião de Alegrete que, com uma área de 50.055,7 Km² (18,58% do estado) possui apenas 9 municípios, cuja área média é de 5.561,74 Km², de longe a maior do estado, não sofreu nenhuma subdivisão municipal no período. A principal característica da região são seus imensos latifúndios de terras planas e cobertas de pastagens, especialmente apropriadas à pecuária extensiva, por vezes intercalada pela produção de arroz irrigado.

A região possui uma população pequena, proporcionalmente a sua área, o que pode ser visto na densidade populacional (14,98 hab/Km²) muito mais baixa que a média do estado (33,20 hab/Km²) e que as demais regiões. (ver TABELAS 4 a 15, no anexo I). O índice de crescimento da população também é muito baixo, inferior à média estadual, por isso reduziu de 29,59% para 24,6% a sua participação na população do estado entre 1960 e 1990. Chama atenção o fato de que já em 1960 metade da população residente se encontrava nas cidades, demonstrando que a zona rural da região é um verdadeiro vazio demográfico, agravado pelo crescimento negativo que ocorreu no período. Portanto o baixo crescimento

populacional da região não pode ser explicado ou atribuído a uma parcela muito grande de população rural, com crescimento negativo, como ocorre na SERRA e PLANALTO. A população urbana da região apresenta um crescimento muito inferior a média do estado e por isso sua participação no total do estado cai de 32,98% para 23,88% entre 1960-90. Fica claro que a população que sai do meio rural não se fixa na região, mas migra para os centros urbanos de outras regiões. Além disso emigram habitantes urbanos da região que vão em busca de perspectivas noutros locais. Com isso a região vai se distanciando cada vez mais do restante do estado, em termos de densidade populacional.

Em relação a PEA percebe-se que na região ocorre o mesmo fenômeno de todo o estado, ou seja, a diminuição da PEA da Agricultura e o seu aumento nos setores urbanos. (ver TABELAS 16 a 26, no anexo I). Porém, o processo é mais lento, fazendo com que em sua participação nos totais do estado a região perca menos pontos na Agricultura do que na Indústria, Comércio, Demais Serviços e no Total. Percebe-se que o crescimento em todos os setores é menor que o estado, demonstrando a liberação da força de trabalho para fora da região.

A análise da Renda Interna mostra que a região perdeu espaço nos totais do estado, seja na renda global, onde caiu de 28,99% para 22,82%, seja nos setores, onde a queda maior foi na Indústria que passou de 25,57% para 15,31% no período 1960-80. (ver TABELAS 27 a 42, no anexo I). A renda oriunda da Agricultura aumentou sua participação no total do estado, demonstrando mais

uma vez que o processo de desenvolvimento na região ocorre no mesmo sentido porém de forma mais lenta que no restante do estado. A estrutura da Renda Interna mostra que na região a Agricultura perdeu espaço para os setores urbanos, principalmente os Demais Serviços, porém em níveis menos acentuados que a média estadual. Apesar do baixo crescimento populacional, a renda per capita da região está se distanciando, para menos, da média estadual.

A principal característica da agropecuária regional é a sua estrutura fundiária, resultante de um processo de ocupação militarizado e das condições naturais propícias a criação de gado em grandes extensões de terra. (ver TABELAS 43 a 85, no anexo I). A região concentra mais de 70% do número e mais de 75% da área dos estabelecimentos agropecuários com área superior a 500 ha do estado. Estes representam cerca de 5% do número e quase 60% da área dos estabelecimentos agropecuários da região. Se somados aos estratos de 50 a 500 ha os números atingem cerca de 30% e 90% respectivamente. Por outro lado os estabelecimentos inferiores a 50 ha, responsáveis por 70% do número e 10% da área na região, participam com menos de 20% dos respectivos totais do estado. A região representa cerca de 56% da área total dos estabelecimentos do estado e apenas cerca de 23% do seu número, indicando uma área média (próxima de 110 ha/estab.) bem superior a média do estado e principalmente às demais regiões.

Observando a evolução percebe-se que entre 1960 e 1970 há um crescimento significativo dos estratos inferiores a 50 ha e

principalmente os inferiores a 5 ha, tanto em número como em área. Esse processo não mais se verificou nos anos seguintes. Os estratos de 50 a 500 ha apresentaram um crescimento na região, superior a média do estado, fazendo aumentar a sua participação nos totais estaduais, tanto do número como da área dos estabelecimentos. Em termos globais a região aumentou o número de estabelecimentos (38,5%) e a área dos mesmos (10,85%) de forma mais acentuada que a média do estado, no período 1960-85.

A utilização das terras é outro elemento bem característico da região. (ver TABELAS 86 a 104, no anexo I). Até 1970, mais de 80% das terras eram ocupadas com Pastagens, outros 10% com Lavouras e menos de 10% restavam para Matas/Florestas e Descanso. Dessa forma a região representa mais de 70% das terras ocupadas com Pastagens do Rio Grande do Sul. Entre 1960-85 ocorre um crescimento significativo (99,23%) da área de Lavouras, com a incorporação de 1 milhão de hectares, provavelmente pela expansão da cultura do arroz e pela entrada da soja na região. Com isso a região consegue aumentar sua participação de 28,49% para 31,94% na área de Lavouras do estado. É interessante perceber que ocorre uma reversão de tendência entre 1980 e 1985, com o fim da euforia da soja e com os evidentes limites encontrados nos processos de desertificação dos solos na região, estancando o crescimento da área de lavouras.

A análise do VBPA demonstra uma reduzida importância da região, proporcionalmente a sua extensão territorial. (ver TABELAS 105 a 117, no anexo I) Com mais da metade da área

territorial do estado a região produz menos de 1/3 do VBPA e, com 70% da área de Pastagens, produz somente 40% do valor da Pecuária do estado. Em relação a Lavoura mantém-se a proporcionalidade, onde a região participa com cerca de 30% da área de Lavouras e do valor produzido nas Lavouras do estado. Como era de se esperar a Pecuária tem um peso maior no VBPA da região do que no restante do estado, mesmo assim inferior ao das Lavouras.

O Consumo Intermediário Agrícola - CIA da região é bastante reduzido. (ver TABELAS 118 a 130, no anexo I). O item Autoconsumo é baixo, provavelmente em função do vazio populacional do seu meio rural e da pouca diversificação na produção agropecuária. Também o item Despesa, embora concentre cerca de 80% do CIA da região, é pequeno se comparado aos totais do estado. Assim percebe-se que, se o VBPA é proporcionalmente reduzido, o CIA é ainda menor, denunciando que a atividade econômica da região está baseada muito mais nas condições naturais do que nos investimentos de capital. O desdobramento do VBPA entre Renda Interna e CIA mostra uma participação da renda significativamente superior a média do estado, embora decrescente como esta.

3.4 - Região PLANALTO

Localizada na parte norte do estado, fazendo fronteira com Santa Catarina e a Argentina, a região PLANALTO compreende uma área territorial de 73.609,5 Km² (27,33% do RS). Ela era constituída por 53 municípios em 1960 e, com o intenso processo

de desmembramentos/emancipações, passou a ser constituída por 139 municípios em 1990. (ver TABELAS 1, 2 e 3, no anexo I). Foi a região que mais aumentou o número de municípios durante o período 1960-90. É uma região pouco homogênea, pois abrange desde áreas de campos e latifúndios em Vacaria até áreas de matas, minifúndios e topografia irregular na costa do rio Uruguai, por exemplo, além de outras diferenciações que serão apontadas oportunamente.

A população da região que, em 1960 representava 28,24% do estado, cresceu menos do que as demais regiões e passou a representar apenas 23,06% do estado em 1990. (ver TABELAS 4 a 15, no anexo I). A densidade populacional é semelhante a média do estado, levemente superior no início e um pouco inferior no final do período. Chama atenção a baixa densidade populacional da microrregião de Vacaria (8,01 hab/km² em 1960), bem como seu crescimento populacional negativo, distanciando-a cada vez mais da média regional e estadual. Embora em queda, a população rural é predominante na região, com 73,97% da população total em 1960 e 52,49% em 1990. Cerca de 40% da população rural do estado reside nesta região. A população urbana da região cresce num ritmo próximo a média do estado e consegue manter sua participação percentual no período. Ao nível da composição regional a população urbana aumenta significativamente sua participação de 26,03% para 47,51% na população total, equilibrando-se com a população rural. Grande parte da população da região migrou para os centros industriais ou para regiões de fronteira agrícola

dentro e fora do estado. Ocorreu também um importante processo interno de migração através do qual a população foi se aglomerando nos centros urbanos mais importantes da região (Passo Fundo, Santa Rosa, Santo Angelo, Ijuí e Erechim) em detrimento do meio rural e das cidades menores.

A análise da PEA mostra, junto com os dados da população total, que esta é a região mais agrícola do estado. (ver TABELAS 16 a 26, no anexo I). A PEA da Agricultura representa mais da metade (76% em 1960, 70% em 1970 e 51% em 1980) da PEA Total da região, bem como participa com mais de 40% da PEA da Agricultura do estado. A participação da região na PEA do estado é pequena nos setores da Indústria, Comércio e Demais Serviços e é decrescente no Total. Uma característica marcante do desenvolvimento ocorrido na região é a liberação de força de trabalho através da mecanização na agropecuária e o reduzido crescimento industrial que não conseguiu absorver a força de trabalho liberada pela agricultura.

Em relação a Renda Interna mais uma vez observa-se o grande peso que a agricultura representa. (ver TABELAS 27 a 42, no anexo I). A região é responsável por cerca de 40% da renda agrícola do estado e, internamente a Agricultura produziu 48,69% em 1959 e 34,6% em 1980, da renda regional. A Renda Interna Global da região perde participação no total do estado (22,09% para 18,36%) durante o período e a perda maior ocorre na Indústria que cai de 13,03% para 8,08%. Apesar de ter o menor crescimento populacional do estado, a região apresenta a menor renda per

capita, que se mantém próxima de 80% da média estadual. A emigração da população pode ser explicada pelo comportamento desfavorável da renda per capita, que praticamente obriga as pessoas a buscarem alternativas de emprego e renda fora da região.

Com tanta importância, é preciso observar muito bem o que acontece na agropecuária desta região, para entender o processo de desenvolvimento da mesma no estado como um todo.

Estão localizados na região cerca de 43% dos estabelecimentos agropecuários do estado, mas que ocupam somente cerca de 28% da área destes no estado. (ver TABELAS 43 a 85, no anexo I). A maior participação da região está nos estratos de 0 a 50 ha tanto em número como em área (sempre acima de 40%). Também é nos estratos de 5 a 50 ha que se concentram 3/4 dos estabelecimentos da região, ocupando uma área próxima a 40% do total. Porém trata-se de uma estrutura intermediária e bastante heterogênea, com espaços onde predominam os campos e os latifúndios assemelhando-se a região FRONTEIRA, outros espaços onde se desenvolvem médias propriedades, num esquema empresarial e também espaços eminentemente minifundiários, semelhantes aos que predominam na SERRA. A área média por estabelecimento na região fica um pouco acima dos 30 ha, muito próxima da região LITORAL, algo superior a SERRA e inferior a média do estado e a região FRONTEIRA. É preciso destacar novamente a microrregião de Vacaria que possui uma área média superior a 130 ha, onde predomina o latifúndio pastoril. A evolução no período 1960-85

mostra um importante crescimento do número de estabelecimentos e também da área, principalmente dos estratos menores, nos primeiros 10 anos. Tal fenômeno não se repete nos anos seguintes, ocorrendo um movimento em sentido contrário.

Na utilização das terras pode-se encontrar uma série de elementos importantes para a caracterização da agropecuária regional. (ver TABELAS 86 a 104, no anexo I). Salta aos olhos a importância das Lavouras que aumentaram sua participação de 27,82% para 50,29% na área de terras utilizadas na região. A região é responsável por cerca de 50% da área de Lavouras do estado. Grande parte das terras anteriormente utilizadas com Pastagens, Matas/Florestas e em Descanso foram transformadas em Lavouras durante o período 1960-85, basicamente pelo avanço das culturas de trigo e soja e da mecanização/modernização que as acompanhou. Até 1980, a área de terras em Descanso foi reduzida a 35,97%, as de Matas/Florestas a 70,29% e as de Pastagens a 74,74% do que eram em 1960, enquanto a área de Lavouras duplicava. Entre 1980 e 1985 esta tendência sofre um refluxo e os números passam a ser respectivamente 40,88%, 72,4% e 83, 27%. Em termos absolutos, a região aumentou a sua área de Lavouras em 1.681.742 ha nos primeiros 20 anos e parou de expandir na última década.

A análise do Valor Bruto da Produção Agrícola - VBPA vem reforçar as mesmas características, de importância da região no total do estado e de importância da Lavoura na composição do VBPA da região. (ver TABELAS 105 a 117, no anexo I). A Lavoura

participa com 70% a 80% no VBPA da região restando os demais 20% a 30% para a Pecuária, uma vez que o item Outros é muito pequeno. Quanto a sua participação nos totais do estado a região registra percentuais significativos de cerca de 40% para o total, 46% para as Lavouras e 33% para a Pecuária. Porém, apesar da dinâmica de sua agricultura, a região não conseguiu aumentar significativamente sua participação nos totais do estado durante o período analisado.

Os dados do Consumo Intermediário Agrícola - CIA são muito semelhantes ao VBPA. (ver TABELAS 118 a 130, no anexo I). A região participa com mais de 40% do CIA estadual. Foi a região que apresentou as alterações de forma mais acentuada na estrutura do CIA. O item Autoconsumo que possuía uma participação na região (36,12%) acima da média estadual no início do período, em 1980 já havia baixado para menos da metade de seu valor (16,8%) e situava-se abaixo da média estadual. Com o item Despesa ocorre exatamente o contrário, e sua participação cresce de 58,12% para 80,56% no mesmo período. A exemplo do que ocorre em todo o estado, o CIA aumenta sua participação no VBPA, diminuindo a margem da Renda Interna de 72,19% para 61,94% no período, demonstrando a maior participação do capital na produção, em detrimento dos recursos naturais e da força de trabalho familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto dos dados e informações que foram reunidos e trabalhados com o objetivo de identificar as principais especificidades regionais do desenvolvimento da agropecuária gaúcha, ao mesmo tempo em que permitem, necessitam, para ganhar sentido, ser observados conjuntamente para todo o estado. As mesmas constatações que foram feitas no âmbito de cada região podem e devem ser retomadas no âmbito global do estado, num primeiro esforço de interpretação.

Inicialmente foi constatado um acentuado processo de emancipações ou desmembramentos municipais. O número de municípios do estado aumentou de 150 em 1960 para 333 em 1990, num processo não igualmente distribuído no tempo e no espaço. (ver TABELAS 1, 2 e 3, no anexo I). No tempo, as emancipações se concentram na década de 60 (principalmente os anos 64, 65 e 66) quando foram criados 82 novos municípios e na década de 80 (principalmente 87 e 88) com a criação de 101, enquanto nenhum município foi criado na década de 70. A concentração no tempo resulta objetivamente da legislação mais rigorosa nalguns períodos e menos noutros, porém esta legislação sobre o processo de emancipações foi modificada e adaptada de acordo com a

complexa conjuntura social e política vivida pelo estado e país.

No espaço, as emancipações foram mais intensas nas regiões mais intensamente povoadas, principalmente na zona rural. É preciso ter presente que os novos municípios surgem de capelas, localidades ou povoados do interior, que foram reunindo pessoas e casas até atingir a condição de vila ou distrito que, posteriormente buscaram a emancipação. Dessa forma, na região da FRONTEIRA, apesar dela representar 54,51% do território gaúcho e de possuir os municípios com maior extensão, ocorrem apenas 21 emancipações (11,5% do estado), enquanto na SERRA e PLANALTO elas ocorreram de forma muito intensa (75% do estado). Também nas microrregiões costeiras o processo foi intenso e muitas "praias" transformaram-se em municípios, com expressiva estrutura urbana.

O processo de emancipação deve ser visto também pela característica que os municípios assumem em cada região. Sua importância e suas funções diferem muito entre as regiões industrializadas, turísticas, comerciais ou predominantemente agrárias, assim como diferem as áreas de campo das áreas coloniais.

A dinâmica populacional é um aspecto importantíssimo a ser observado quando da análise de qualquer processo de desenvolvimento. No caso do Rio Grande do Sul, no período em estudo, ocorrem profundas transformações, boa parte das quais ainda pouco estudadas e esclarecidas. Os dados censitários permitem constatar a ocorrência de vários processos interrelacionados, como a urbanização, a migração e a

concentração, que modificam profundamente o quadro populacional do estado entre 1960 e 1990. (ver TABELAS 4 a 15, no anexo I).

A urbanização é um processo evidente em todo o estado, pois de um lado a população rural para de crescer na década de 60 e passa a decrescer nos anos 70 e, de outro, a população urbana cresce num ritmo muito grande (155% em 30 anos). Com isso a população urbana aumentou a sua participação na população total de 44,89% em 1960 para 69,8% em 1990, ou seja, a população do estado tornou-se predominantemente urbana. Mais uma vez o processo não se distribuiu de forma homogênea no tempo e no espaço. Mostrou-se mais intenso durante a década de 70, período de "milagre brasileiro", do "boom da soja", da modernização da agricultura e de outros fatos característicos daquela conjuntura e bem menos intenso nos anos 80, a "década perdida".

Esses dados trazem implícito o processo de migração, uma vez que o crescimento vegetativo isoladamente não poderia explicar essa disparidade de crescimento. Embora pouco estudada, está evidente nos dados e nas histórias de vida das pessoas, a importância e a intensidade que teve a migração no período. Ela se apresentou sob múltiplas formas, que se entrecruzam, como: rural-urbana, rural-rural, urbana-urbana, interregional, intrarregional, interestadual, periferia-polo-centro, provisório, definitivo, temporário, sem destino, etc. É um processo complexo e contraditório, mas que, como tendência central dominante, tem levado à concentração populacional.

Os dados demonstram que a concentração populacional é cada

vez maior, pois aquelas regiões de maior densidade demográfica (P. Alegre, Canoas, Caxias) são as que mais crescem, enquanto nos vazios demográficos (Vacaria, Alegrete, Guaporé, Rio Pardo) ocorre um crescimento muito baixo ou até negativo. Desta forma áreas como as microrregiões de P. Alegre e Canoas, que juntas representam tão somente 1,95% da área territorial do estado, concentram 44,05% da população total, alcançando uma densidade populacional extremamente alta, de 543,6 Hab/Km². Ocorre também a "concentração descentralizada" na qual as cidades-polo, centros regionais como Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Santa Rosa, Ijuí, Santo Angelo e outros recebem grandes contingentes populacionais dos municípios vizinhos e tornam-se inchadas populacionalmente. Infelizmente o grau de detalhamento dos dados elaborados para este trabalho não permitem aprofundar a questão, mas muitos são os municípios que diminuíram o número de habitantes no período, transferindo-os para as cidades-polo ou para os grandes centros.

A População Economicamente Ativa - PEA, para a qual só foram encontrados os dados referentes a 1960, 1970 e 1980, demonstra um crescimento significativo de 79,3% nesse período. (ver TABELAS 16 a 26, no anexo I). A PEA da Indústria é a que mais cresceu (331,12%), seguida pelo Comércio e Demais Serviços (137,09%), enquanto a PEA da Agricultura diminuiu em 6,31%. Dessa forma ocorrem modificações na estrutura da PEA do estado, com a Agricultura reduzindo sua participação de 54,82% para 28,65%, enquanto a Indústria aumenta de 10,71% para 25,76%, o Comércio e

Demais Serviços de 34,47 para 45,59%, numa evidente urbanização das atividades econômicas.

Quanto a participação regional na PEA do estado houve um aumento para as regiões urbanas (industriais, comerciais e de serviços) como o LITORAL (de 24,31% para 34,3%) e a SERRA (de 18,80% para 19,24%), contra uma diminuição das regiões agrárias como a FRONTEIRA (de 28,16% para 23,56%) e do PLANALTO (de 28,71% para 22,89%). O crescimento da produção agrícola, ao contrário da industrial, não aumentou o emprego de força de trabalho, no período 1960-80, principalmente pelas transformações tecnológicas que ocorreram.

Os dados referentes a Renda Interna mostram mudanças na sua estrutura e na sua distribuição espacial. Os dados somente estavam disponíveis até 1980, por isso foram complementados com informações sobre o VAF - Valor Agregado Fiscal para 1980-88. Embora não sejam diretamente compatíveis, ambos servem como indicadores aproximados do que ocorreu com a renda no período. (ver TABELAS 27 a 42, no anexo I).

Em relação a estrutura da Renda Interna ocorre uma importante queda na participação da Agricultura, de 27,98% para 16,32% no período 1959-80, contra um crescimento significativo de 19,55% para 26,64% na Indústria, de 34,73% para 43,28% nos Demais Serviços e algumas oscilações no Comércio, em torno de 15%. O fenômeno é particularmente intenso nas microrregiões de Caxias, Lajeado e Canela, com um rápido crescimento industrial e fortes perdas na agricultura.

Do ponto de vista espacial ocorre uma importante concentração de renda naquelas regiões mais industrializadas, como o LITORAL que aumenta de 33,28% para 41,36% sua participação no total do estado e a SERRA que aumenta de 15,62% para 17,45%. Por outro lado as regiões pouco industrializadas ou baseadas na renda da Agricultura perderam espaço, como a FRONTEIRA, que diminui sua participação de 28,99% para 22,82% e o PLANALTO que diminui de 22,09% para 18,36%, entre 1959 e 1980. As informações sobre o VAF mostram que a mesma tendência continua a se confirmar na década de 80, embora seja difícil avaliar comparativamente a sua intensidade. É preciso registrar o enorme crescimento da microrregião de Guaíba, à partir de 1983, com a instalação do Pólo Petroquímico em Triunfo.

As constatações feitas até aqui indicam invariavelmente para um intenso processo de concentração, quer seja da população, da PEA, da Renda Interna, do poder econômico e político, dos centros de decisão, do parque industrial (7), do mercado, ou dos investimentos públicos e privados. De fato é uma realidade que não pode ser ignorada e muito menos negada por quem pretende estudar as especificidades regionais do desenvolvimento. Trata-se da própria natureza do desenvolvimento capitalista, que apresenta no Rio Grande do Sul características semelhantes a outras regiões e países.

Devido as condições naturais de clima, solo, topografia e vegetação e do processo de ocupação do território, delineou-se uma estrutura fundiária muito diferenciada entre as regiões do

Rio Grande do Sul. Por isso é importante observar os dados ao nível de cada região onde estão menos distorcidos por agregações e médias. Mesmo assim é importante observar as características gerais da estrutura fundiária do estado em seu conjunto. (ver TABELAS 43 a 85, no anexo I).

O primeiro fenômeno geral que se pode constatar é o grande aumento no número de estabelecimentos (34,57% ou 131 mil unidades) e na área dos estabelecimentos (9,92% ou 2,1 milhões de hectares) que ocorre entre 1960 e 1970. O maior aumento foi registrado nos estratos de 0 a 5 ha que aumentaram 109,87% no número e 88,42% na área. É possível que haja problemas de comparabilidade estatística entre os dois censos, pois ocorreram modificações na metodologia dos mesmos e a evolução observada não se repete nos anos seguintes. Entre 1970 e 1985 ocorre uma diminuição do número de estabelecimentos e da área ocupada pelos estratos inferiores a 50 ha e um aumento nos estratos maiores, ao contrário do período inicial.

Embora a média amenize em parte as disparidades, ela demonstra que, em 1985, 1,66% dos estabelecimentos agropecuários do estado detém 41,76% da área total, enquanto no outro extremo, 86,63% dos estabelecimentos detém apenas 25,37% da área. Muito longe de qualquer parâmetro de justiça social, dificilmente alguém poderá demonstrar a racionalidade econômica de uma estrutura fundiária com tal grau de concentração. Se quase a metade das terras do estado estão nas mãos de apenas 2% dos proprietários, são justamente as terras mais planas, com

vegetação rasteira e de fácil mecanização, restando para os pequenos estabelecimentos as terras de morros, encostas e barrancas de rios.

Segundo os dados censitários, o processo de desenvolvimento não altera significativamente a estrutura fundiária do estado. A área média se estabiliza próxima dos 50 ha/est. para o estado e mantém as disparidades interregionais. A participação dos estratos em área e número de estabelecimentos mantém-se praticamente inalterado, tanto para o estado como para as regiões.

É preciso registrar dois processos bastante evidentes, principalmente no PLANALTO, mas que não aparecem nos dados censitários, talvez por se compensarem mutuamente. Num deles ocorre um aumento significativo do número de "sítios rurais" constituídos por empresários ou profissionais liberais residentes nas cidades, com a finalidade principal de lazer. Estes sítios aparecem nos censos computados como estabelecimentos agropecuários, geralmente nos estratos inferiores a 5 ha. O outro processo diz respeito a aglutinação de pequenos estabelecimentos agropecuários pelos proprietários melhor sucedidos, que vão desapropriando os seus vizinhos "ineficientes". Com isso diminuem os pequenos estabelecimentos e surgem novos com área média ou até grande.

Os dados referentes a Utilização das Terras permitem constatar importantes transformações na agropecuária do estado. (ver TABELAS 86 a 105, no Anexo I). Ocorre um aumento de 80,13% na

área de Lavouras do estado, o que em números absolutos representa um acréscimo de 2,97 milhões de hectares, entre 1960-80. Os principais aumentos ocorreram no PLANALTO com a incorporação de 1.680.742 ha (99,64%) e na FRONTEIRA onde foram incorporados 1.146.115 ha (108,45%). Com isso a área de Lavouras aumenta sua participação de 17,8% para 29,25% no total de terras utilizadas no estado. Esse processo é interrompido na década de 80 e a área de lavouras se estabiliza em 1985 aos mesmos níveis de 1980.

A área de Pastagens aumenta 8,09% nos primeiros 10 anos, mas depois diminui para níveis inferiores aos de 1960. No PLANALTO ocorre uma redução de 16,73% no período 1960-85, contrabalançada pelo aumento no LITORAL e SERRA e pela manutenção da área na FRONTEIRA. Dessa forma a área de Pastagens diminui sua participação de 64,97% para 57,17% no total.

Ocorre uma redução significativa nas áreas de Matas/Florestas (9,37%) e nas áreas em Descanso (39,61%), entre 1960-80, principalmente no PLANALTO (Sta Rosa, Ijuí-Iraí e Carazinho), com posterior recuperação. No LITORAL aumenta a área de Matas/Florestas, principalmente S.J.Norte (1180,06%) e Guaíba (251,29%), devido aos projetos de reflorestamento desenvolvidos nestas regiões.

Fica claro o impacto causado pelo avanço das lavouras mecanizadas de trigo e soja que se desenvolveram inicialmente nas microrregiões de Carazinho e Ijuí-Iraí, progressivamente foram se expandindo para toda a região PLANALTO e adentram na região FRONTEIRA, por S. Borja e Sta Maria, principalmente. Também

avança a lavoura de arroz que, à partir de Rio Pardo progride para o sul e para praticamente toda a FRONTEIRA.

As transformações ocorridas na Utilização das Terras no estado apontam no sentido de uma exploração mais intensiva dos recursos naturais (solo e água). As lavouras requerem uma aplicação maior de capital (máquinas, insumos, etc) e força de trabalho, comparativamente às áreas de pastagens e resultam num acréscimo no Valor Bruto da Produção gerado. Além disso, houve um crescimento significativo da pecuária intensiva, através da avicultura, suinocultura e pecuária leiteira, menos exigentes em área de pastagens e maiores demandantes de grãos (milho e soja).

O Valor Bruto da Produção Agrícola - VBPA mostra um crescimento significativo do Item Lavoura até 1975, aumentando sua participação de 68,65% para 74,19% no VBPA do estado e uma queda brusca para 61,55% em 1980. Comportamento inverso é registrado pela Pecuária, já que o item Outros representa entre 1,53% e 0,62%, apenas. É possível que os dados estejam distorcidos por comportamentos de preços conjunturais (principalmente em 1980) porém, apesar da precariedade inerente aos dados monetários quando a moeda é instável como no Brasil, eles podem estar denunciando o crescimento da pecuária intensiva (frangos, suínos e leite) que ocorre na segunda metade da década de 70, principalmente na região da SERRA.

Quanto a distribuição regional, percebe-se a importância do PLANALTO no VBPA do estado, o crescimento da Pecuária e a diminuição da Lavoura na SERRA, o crescimento da Lavoura na

FRONTEIRA e o reduzido peso do LITORAL. O bom desempenho do PLANALTO em relação ao VBPA não é suficiente para contrabalançar os resultados fracos da região nos demais setores. Apesar de ser a região com melhor desempenho no desenvolvimento da agropecuária, foi a que menos aumentou a sua Renda Interna Global. Isto demonstra a fragilidade ou a pouca eficácia do desenvolvimento econômico baseado na produção agropecuária, principalmente quando as atividades agroindustriais correlacionadas estão localizadas fora da região.

Por fim os dados do Consumo Intermediário Agrícola - CIA demonstram claramente o processo de mercantilização das unidades produtivas agropecuárias. Enquanto o item Autoconsumo diminui de 32,6% para 18,16% e o item Matéria Prima para a Indústria Rural diminui de 7,05 para 2,37%, o Ítem Despesa aumenta de 60,35% para 79,47% sua participação no CIA total do estado. Mostrando que os agricultores produzem cada vez mais para o mercado e dele se abastecem num grau cada vez maior. Também a relação CIA/VBPA cresceu de 25,44% para 36,96%, mostrando que a produção agrícola depende cada vez mais dos gastos de custeio e investimentos (Despesas) e cada vez menos das condições naturais e do trabalho familiar. Este processo é visivelmente mais veloz no PLANALTO e mais lento na FRONTEIRA.

Dessa forma percebe-se claramente que o desenvolvimento econômico ocorrido no Rio Grande do Sul nesse período de 30 anos ocorre sobre uma base bastante heterogênea do ponto de vista regional. Existem diferenças significativas quanto as condições

naturais, forma de ocupação territorial, estrutura econômica, formação social, etc, entre as regiões do estado. Tais diferenças condicionaram o processo de desenvolvimento, limitando-o, potenciando-o ou redirecionando-o em sua concretização. A inserção do estado no processo global (nacional e internacional) de desenvolvimento, também se deu condicionada pelas diversas realidades regionais existentes.

Por outro lado, o processo de desenvolvimento continuou ampliando e recriando as diferenças inter-regionais. Ao contrário do senso comum, que imagina a homogeneização das diversas realidades através do desenvolvimento capitalista, mais uma vez ficou evidente que as diferenças se ampliam e se aprofundam. As regiões mais ricas, enriquecem mais e as regiões mais pobres, empobrecem, assim como as mais populosas tiveram maior crescimento populacional que os vazios demográficos, etc. Se o objetivo primeiro do desenvolvimento capitalista é o enriquecimento privado, ele realizar-se-á onde, quando e da forma que melhor atender ao seu objetivo maior. Não são as necessidades regionais ou a vontade da população de certa região os determinantes fundamentais do desenvolvimento e sim a ação dos agentes capitalistas e estes se orientam pela perspectiva da acumulação de capital ou do enriquecimento e não pela racionalidade social de ocupação dos espaço geográfico ou dos recursos humanos ou naturais disponíveis ou desempregados.

NOTAS DO CAPITULO

- (1) FEE. **Areas estatisticamente comparáveis no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FEE. 1986.
- (2) ALONSO, José Antonio Fialho e BANDEIRA, Pedro Siveira. **Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80.** in - **A economia gaúcha nos anos 80.** Porto Alegre: FEE. 1990. p.67-130.
- (3) LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo.** Rio de Janeiro: Globo. 1984. 212p.
- (4) Essa retrospectiva pode ser encontrada, dentre outros, em:
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 4aed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. 142p.
 - GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul.** 3a ed. Porto Alegre: Matias Livreiro/UCS/EST. 1978. 208p.
 - LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul.** 5aed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Sulina. 1986. 112p.
 - LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo.** Rio de Janeiro: Globo. 1984. 212p.
- (5) Pelo "Tratado de Tordesilhas" assinado entre Portugal e Espanha em 1494, o atual território do Rio Grande do Sul pertencia integralmente ao domínio espanhol.
- (6) "Vaqueria del Mar" ou "Vacaria do Mar" eram os nomes dados a esse imenso rebanho de gado selvagem que existia solto sobre os campos do pampa, atuais territórios de Uruguai e Rio Grande do Sul.
- (7) Ver a respeito:
- BANDEIRA, Pedro Silveira. **Distribuição geográfica do crescimento industrial do Rio Grande do Sul - década de 70.** Porto Alegre: FEE, 1988. 130p.

CAPITULO II

ANALISE SETORIAL

INTRODUÇÃO

Durante o período analisado ocorreram importantes transformações na agropecuária gaúcha, mas que apresentaram-se de distintas formas para os diversos produtos ou atividades econômicas da agropecuária. Alguns absorveram mais rapidamente as novas tecnologias e com a abertura de canais de comercialização, apresentaram taxas de crescimento bastante elevadas em sua produção. Outros por razões inversas apresentaram taxas negativas de crescimento. Muitos produtos sofreram importantes modificações no processo de produção e comercialização, alterando inclusive as características do próprio produto final.

Analisar esse processo pelo ângulo das principais atividades econômicas da agropecuária do estado é o objetivo deste capítulo. Procura-se discutir os elementos quantitativos (área, volume e valor da produção) e qualitativos (rendimento médio, tecnologia, organização da produção, mercado, etc) como indicadores do processo de transformação ocorrido no período 1960-90.

Na impossibilidade de analisar todos os produtos ou atividades econômicas do estado decidiu-se por selecionar as 15 principais, envolvendo atividades de agricultura e pecuária. A

selecção foi feita com base em três critérios de importância, quais sejam: a) importância da atividade no conjunto da agropecuária do estado, através da participação no valor bruto da produção; b) importância da participação do estado no total nacional da referida atividade; c) importância da atividade como característica especial de determinada região do estado.

Com base nesses critérios foram selecionadas as seguintes atividades econômicas para serem analisadas neste trabalho:

- 1 - Rizicultura;
- 2 - Triticultura;
- 3 - Sojicultura;
- 4 - Produção de Milho;
- 5 - Produção de Feijão;
- 6 - Produção de Cebola;
- 7 - Produção de Mandioca;
- 8 - Fumicultura;
- 9 - Vitivinicultura;
- 10 - Hortifruticultura;
- 11 - Bovinocultura de Corte;
- 12 - Pecuária Leiteira;
- 13 - Suinocultura;
- 14 - Avicultura.
- 15 - Ovinocultura.

1 - Rizicultura

Embora cultivado no Brasil desde 1560 e no Rio Grande do Sul desde 1832, a produção de arroz somente ganha importância nos primeiros anos do século XX.

"Até o principio deste seculo o Brasil importava arroz, para o seu consumo, na importância de cerca de vinte mil contos annualmente. O governo federal desejando incentivar e amparar a sua cultura no paiz, creou o imposto de 15\$230 réis por sacco de arroz importado, o que faz com que a rizicultura nacional fosse se desenvolvendo e a importação diminuindo gradativamente." (TACQUES, 1941. p.18).(1)

Os impostos (taxas e sobretaxas) de importação que correspondiam a cerca de 50% dos preços do produto no mercado atacadista brasileiro abriram o espaço necessário ao desenvolvimento da cultura do arroz no país. As importações de 100.000 toneladas anuais, registradas no final do século passado, foram reduzidas para 7.000 toneladas em 1908 e, em 1920 o país já exportava 135.000 toneladas.(2)

O Rio Grande do Sul foi o estado que liderou a arrancada da produção nacional, impulsionado pela introdução da irrigação mecânica em 1903, no município de Pelotas. Os fartos mananciais de água e as extensas várzeas existentes nas microrregiões de Pelotas e Rio Pardo foram importantes para que a nova tecnologia tivesse rápida difusão e a área cultivada com arroz se expandisse

enormemente no estado. Também contribuíram decisivamente os capitais acumulados e a experiência empresarial dos descendentes de imigrantes que, nas colônias, desenvolviam atividades comerciais e industriais. Estes "empresários" perceberam o potencial de produção e rentabilidade dessa atividade econômica e nela se lançaram em massa.

"As cotações fabulosas do arroz empolgaram os riograndenses e não houve freio que detivesse o espírito aventureiro do gaúcho.

Médicos, sapateiros, engenheiros e funileiros se misturavam aos comerciantes, padeiros, e até agrônomos, atiraram-se ao garimpo do arroz!...

Uma chusma heterogênea se espalhou pelo Estado, farejando os varzados e expulsando os fazendeiros de suas melhores invernadas a poder de dinheiro! Se não saíam por 3 ou 4 contos a quadra, saíam com arrendamentos irresistíveis de 10, 15 e até 20 contos por quadra de sesmaria!!

Era preciso que saíssem e saíram! Produzia-se o contrasenso: o homem do campo ia para a cidade gozar os fabulosos arrendamentos e os homens das cidades iam para o campo, impulsionar a alavanca da produção agrícola..." (TACQUES, 1941. p.22).(3)

Se a irrigação mecânica representava maior segurança na produção, contra as adversidades climáticas, a segurança na comercialização foi perseguida pelo Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, fundado em 1926, congregando produtores, beneficiadores e comerciantes do produto. Durante a sua existência o sindicato foi o principal motivador das discussões sobre a rizicultura gaúcha e nacional, reunindo e divulgando (boletim semanal) informações sobre mercado, mecanização, sementes, adubação, irrigação, controle de ervas, pragas e doenças, etc.

Porém a expansão da cultura foi colocando novos problemas a

serem superados. O estrangulamento da oferta de força de trabalho na época da colheita e plantio, motivou a busca da mecanização já nas décadas de 1920/30. A utilização de tratores no preparo do solo e plantio, de colheitadeiras combinadas na colheita (corte e debulha) do arroz levou a um estrangulamento do sistema de secagem utilizado (ao sol) forçando-o também à mecanização. Dessa forma o arroz foi pioneiro em termos de mecanização na agricultura gaúcha.

"Teremos feito progressos na cultura do arroz?
A resposta deve ser dividida em duas partes:

1a Quanto aos métodos culturais, preparo do solo, irrigação, drenagem, colheita e secagem do producto, temos feito grandes progressos, e em muitas lavouras o serviço é optimo.

2a Quanto ao producto obtido, a verdade deve ser dita com franqueza - não só não temos progredido, mas vamos retrogradando com um rythmo tão acentuado que faz prever à lavoura arroeira um futuro pouco promissor, caso não forem tomadas, em tempo, as medidas que a risicultura está a reclamar." (BERNARDES, 1935. p.102).(4)

Superada a fase de protecção tarifária da produção nacional contra o arroz importado era preciso buscar mercado para o produto que excedia a capacidade de absorção do mercado interno. O arroz gaúcho é o que apresenta as melhores condições para a exportação, tendo em vista a qualidade obtida nas lavouras irrigadas e a proximidade dos mercados. O mercado comprador mais importante foi a Argentina e o Uruguai, porém o desenvolvimento da cultura nesses países foi tornando-os menos dependentes, auto-suficientes e até concorrentes em relação a produção brasileira. A questão da qualidade do produto torna-se cada vez mais importante, haja visto o aumento das exigências do mercado e

a queda na qualidade do arroz produzido no estado.

O agrônomo Bonifácio Bernardes defendia ardorosamente a necessidade de criação de centros de pesquisa nas regiões produtoras, com a finalidade de gerar os avanços tecnológicos necessários. Em relação as sementes era preciso garantir a pureza das variedades existentes e que estavam se degenerando, além de criar e adaptar novas variedades mais produtivas e resistentes. Era preciso aprofundar estudos para se conhecer melhor a prática da adubação, cada vez mais exigida pela cultura, e desenvolver métodos mais avançados de controle de ervas invasoras, pragas e doenças. (5)

Em 1948 foi criado o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), autarquia administrativa subordinada ao governo estadual, em substituição ao Sindicato Arrozeiro do RS. Com a finalidade de incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção, industrialização e comercialização do arroz no estado, o IRGA desenvolveu ações no sentido da garantia de preços mínimos, de um seguro agrário, pesquisa e assistência técnica. Desde a sua criação publica informações e análises especializadas sobre a cultura, através da revista Lavoura Arrozeira e do Anuário Estatístico do Arroz. No campo da pesquisa desenvolveu inúmeras variedades, dentre as quais se destacam a BR/IRGA 409 e BR/IRGA 410, responsáveis por significativos ganhos de produtividades e cultivadas em mais de 50% da área de arroz do estado.

Assim percebe-se que a análise da rizicultura gaúcha no período 1960-90 deve levar em conta que se trata de uma atividade

que se desenvolve sobre bases empresariais desde o início do século. Foram feitos pesados investimentos em capital fixo e em tecnologia de ponta na cultura. Portanto, trata-se de observar o desenvolvimento de uma atividade que formou e consolidou sua estrutura produtiva antes do período que este trabalho pretende analisar com maior profundidade.

Os dados referentes ao período 1960-90 mostram claramente que a cultura do arroz seguiu em franco crescimento no estado (ver TABELA 1, anexo II). A área colhida mais que dobrou, passando dos cerca de 350.000 ha para cerca de 800.000 ha. Na produção física o crescimento foi ainda mais acentuado, praticamente quadruplicando no período, em função dos ganhos de produtividade por unidade de área que elevaram o rendimento médio de 3.000 kg/ha para quase 5.000 kg/ha.

Dessa forma o estado aumentou significativamente a sua importância no cenário nacional da produção de arroz. Enquanto na década de 60 o Rio Grande do Sul disputava a liderança em volume de produção com São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Maranhão, no final dos anos 80 ele produziu mais do que os outros quatro somados, atingindo cerca de 30% da produção nacional. Se o parâmetro utilizado para fazer a comparação for o Valor Bruto da Produção o quadro favorece ainda mais ao Rio Grande do Sul, haja visto a melhor qualidade do arroz produzido sob irrigação artificial e conseqüentemente, o seu preço maior.

A rizicultura gaúcha beneficiou-se enormemente com os avanços da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, da indústria

de fertilizantes e corretivos químicos, da indústria de defensivos agrícolas e da própria indústria de beneficiamento do arroz, que ocorreram nas décadas 60 e 70. As máquinas e equipamentos que já vinham sendo utilizados na produção de arroz foram aperfeiçoados, melhorando o seu desempenho e generalizando a sua utilização. O acesso a energia elétrica, embora ainda não garantido a todos, permitiu avanços importantes na irrigação, reduzindo significativamente os custos. A adubação química e o uso de herbicidas permitiram o cultivo mais intensivo das terras, reduzindo o período de pousio de 3 para 2 anos a cada ano de plantio, sem reduzir o rendimento.(6)

O avanço da pesquisa, criando variedades mais produtivas e desenvolvendo novos métodos de cultivo como o emprego do plantio direto e o uso de sementes pré-germinadas é outro aspecto importante a ser destacado. Também ocorreram avanços na área da comercialização/industrialização do arroz com o desenvolvimento de novos equipamentos para secagem, armazenamento e beneficiamento do produto, reduzindo as perdas e aumentando a qualidade e a variedade de produtos oferecidos ao mercado (arroz parboilizado, malequizado, óleo de arroz, flocos, etc).

Porém todo esse desenvolvimento da rizicultura não conseguiu superar um problema que se recoloca a todo momento: o mercado. Embora seja uma atividade moderna, com tecnologia avançada e alta intensidade de capital, o seu produto destina-se ao consumo da grande massa popular. O arroz é um alimento básico da população e a maior quantidade do produto continua sendo consumido pela

população de baixa renda. Por isso o seu mercado encontra-se tão retraído quanto concentrada está a renda nesse país. O efêmero momento histórico de melhoria da renda da população ocorrido durante o Plano Cruzado em 1986, serve de exemplo e demonstra claramente que os limites do mercado não são determinados pela fome ou pela necessidade nutricional da população, mas pela renda disponível para adquirir os alimentos.

Desta forma, a concentração de renda, aplaudida e apoiada pelos arroteiros enquanto classe proprietária dos meios de produção, contraditoriamente se coloca como limite para a expansão de sua atividade econômica pelas restrições que cria no mercado consumidor. Seria ótimo que todos os salários da economia subissem, menos, é claro, dos trabalhadores empregados na produção de arroz.

2 - Triticultura

A história do trigo no Rio Grande do Sul começou com os imigrantes açorianos que, entre 1780 e 1820, tiveram grande êxito na sua produção. Condições desfavoráveis, dentre as quais destaca-se o ataque de ferrugem, liquidaram com as lavouras e os açorianos abandonaram a cultura para se dedicar à pecuária. Mais tarde os imigrantes italianos e alemães retomaram o cultivo em pequena escala e voltado para o autoconsumo.

A produção brasileira era insuficiente para atender o consumo interno e as importações oriundas da Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá representavam um peso importante na balança comercial do país. O governo procurou adotar medidas visando o aumento da produção nacional. Getúlio Vargas foi grande incentivador da triticultura, desde quando era Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, criando em 1928 as Estações Fitossanitárias Experimentais para desenvolver novas variedades melhor adaptadas às condições locais. Em 1944 criou o Serviço de Expansão do Trigo - SET, vinculado ao Ministério da Agricultura, com a função de centralizar e coordenar a política do trigo, distribuir sementes, promover a criação de cooperativas e fiscalizar o comércio e a industrialização do produto.

"A partir dos anos 50, o crédito fácil e a juros favorecidos e a garantia de preço estável tiveram importante papel na expansão da triticultura gaúcha. O maior problema estava na comercialização, uma vez que o trigo estrangeiro, além de ser de melhor qualidade, era mais barato, o que deu origem aos abusos conhecidos como 'trigo-papel', expediente utilizado pelos moínhos e outros interessados, com o objetivo de burlar as normas legais vigentes sobre o assunto e aumentar substancialmente seus ganhos. Várias fortunas se originaram por essa forma. Para coibir essa fraude, a partir de 1962 o governo instituiu a estatização da comercialização do trigo, estabelecendo o Banco do Brasil como o único comprador do cereal no país." (BRUM, 1987. p.74).(7)

Assim como no arroz, os primeiros que se lançaram à produção mecanizada, em larga escala, de trigo não foram os agricultores das regiões produtoras, mas sim os comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais oriundos do meio urbano. Com uma visão empresarial, certo conhecimento das atividades agrícolas e um mínimo de capital próprio, esses "aventureiros urbanos" impulsionaram o desenvolvimento da triticultura no estado, revolucionando as técnicas de produção. Surgia no cenário rural gaúcho uma nova categoria social, com interesses bastante específicos - os granjeiros.

O agricultor tradicional ou colono começou a ingressar na produção de trigo, em nova base tecnológica, somente em 1965/68 e o fez muito mais por necessidade do que por opção própria. A policultura tradicional estava em crise e sem perspectivas e a propaganda oficial/dominante, aliada as facilidades oferecidas o conduziram ao processo de modernização através do trigo.

O trigo foi o carro chefe do processo de modernização da agricultura na região PLANALTO do estado até 1970, quando foi superado pela soja. Nesse período foi montada uma enorme

estrutura vinculada a produção do cereal, abrangendo desde a pesquisa, assistência técnica, produção, comercialização, industrialização, crédito, etc. Totalmente desvinculado dos acontecimentos do mercado a produção de trigo se desenvolve sob a tutela do Estado.

Historicamente a produção de trigo tem se deparado com dois problemas praticamente insuperáveis. De um lado, as condições climáticas não são as mais propícias para o seu cultivo, pois permitem o surgimento de inúmeras pragas e doenças que causam enormes quebras nas colheitas. De outro, a constante ameaça do trigo importado que chega com melhor qualidade e a preços mais baixos que o custo de produção do nacional. Ambos foram afastados (anestesiados) pela ação do Estado.

A ameaça do trigo importado deixou de ser problema para os triticultores quando o governo federal estatizou a comercialização do produto, em 1962. A partir desse momento a compra do trigo produzido no país estava garantida, independente do que ocorresse no mercado internacional, ao preço estabelecido politicamente no momento do plantio. Esta solução que demandou pesados subsídios do Estado, passou a ser questionada na década de 80 e foi desmantelada pelo Governo Collor em 1990. A reação dos triticultores foi imediata e a área cultivada caiu drasticamente.

Em relação as condições climáticas a intervenção estatal também foi decisiva. No campo da pesquisa garantiu recursos para que a EMBRAPA e outros órgãos de pesquisa desenvolvessem

trabalhos no sentido de adaptar um sofisticado 'pacote tecnológico' baseado na utilização de fertilizantes, agrotóxicos, sementes certificadas, máquinas, etc. Num segundo momento passou-se a buscar soluções inovadoras, como a criação de variedades mais resistentes e mais adequadas as condições locais de produção. O crédito rural financiava, com verbas abundantes e com taxas altamente subsidiadas, a utilização de todo o pacote recomendado pela pesquisa. Mais importante ainda foi a cobertura do PROAGRO (Programa de Garantia da Agropecuária), garantindo os produtores contra as perdas na produção. Nenhuma outra cultura utilizou tanto e de forma tão parasitária este seguro agrícola, elaborado para proteger os bancos, como o trigo. Em determinados anos os tricultores ganhavam mais dinheiro com a frustração da safra do que com uma produção normal.

Tendo presente as características descritas, pode-se fazer uma subdivisão do período 1960 - 90 para perceber os aspectos específicos que se apresentaram nas diversas fases da cultura. Inicialmente a produção vem em crise desde 1956, haja visto a concorrência do trigo importado e os problemas climáticos. A área colhida caiu pela metade entre 1956 e 1964.

A partir de 1965, com a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) proporcionando uma oferta ilimitada de crédito para a agricultura, aliada a compra estatal e ao seguro total (PROAGRO) a produção de trigo retoma o crescimento e triplica sua área colhida até 1971. Durante toda a década de 70 o trigo mantém-se numa área que varia entre 1,5 e 2 milhões de hectares,

mas com uma produtividade que apresenta grandes variações, em virtude das frustrações de safra. Durante 20 anos de cultivo (1960 - 80) em apenas 3 anos (73, 74 e 78) o rendimento médio superou aos 1.000 kg/ha (ver TABELA 2, anexo II).

Finalmente, na década de 80 ocorreram modificações importantes no quadro da cultura. O crédito rural menos farto e mais caro e o PROAGRO menos vantajoso foram condições importantes para reduzir a área colhida para um patamar próximo de 1 milhão de hectares (semelhante a 1956/60). A adoção de melhor tecnologia, como rotação de culturas, sementes de melhor qualidade, agrotóxicos, fertilizantes, etc, não somente permitiu elevar o rendimento médio, como estabilizá-lo acima dos 1.000 kg/ha. A rigor, somente os anos de 1980 e 1982 apresentaram rendimentos baixos e depois de 1986 o rendimento médio foi superior aos 1.500 kg/ha em todos os anos.

Ao que tudo indica, a triticultura gaúcha atingiu um patamar de estabilidade e maturidade na produção, nesta segunda metade dos anos 80. Porém ainda sob a tutela do governo federal, sobretudo em relação ao mercado. O fim do monopólio estatal de comercialização do trigo ameaça colocar a perder todo o esforço e os recursos públicos empregados durante os últimos 30 anos, se não for bem conduzido. A incerteza entre os triticultores é muito grande e, apesar do discurso liberalizante, eles preferem a garantia do Estado à "livre concorrência".

3 - Sojicultura

A cultura da soja, embora milenar na Ásia, é relativamente recente no Brasil. Introduzida por imigrante japoneses no início deste século, ela somente adquire certa importância a partir dos anos 50. No Rio Grande do Sul seu cultivo começou através dos colonos, na microrregião de Sta Rosa, visando atender o autoconsumo. O primeiro início de comercialização do produto somente pode ser registrado em 1936 e pouco incremento houve nas duas décadas seguintes.

Cultivada em consorciação com o milho, aproveitando melhor a mesma área de terra, a soja destinava-se fundamentalmente à alimentação de animais, complementando o milho e a mandioca. Seu uso era limitado devido aos problemas de descalcificação dos animais, causados por substâncias contidas no grão ("muito soja enfraquece os ossos do porco") e a falta de tecnologia para prepará-la ao consumo.

Com a expansão da triticultura, nas décadas de 50 e 60, a soja ganha um importante espaço para crescer, aproveitando-se de toda a estrutura montada para o trigo. Enquanto cultura secundária, a soja utilizava, durante o verão, as mesmas áreas de terra, máquinas, equipamentos e força de trabalho que o trigo

ocupava no inverno. As cooperativas "tritícolas", criadas em função do trigo, assumiram a comercialização da soja e aproveitaram os mesmos armazéns, silos, secadores, balanças e escritórios. Com duas safras por ano, a velocidade de rotação do capital empregado tornou-se muito maior. Forma-se assim o chamado "binômio trigo-soja", através do qual se produz uma profunda transformação na agropecuária gaúcha.(8)

Porém, diferentemente do trigo, a soja não apresenta problemas de adequação às condições naturais de produção e não sofre a concorrência do exterior. Ao contrário, as condições de clima, solo e topografia do PLANALTO riograndense são altamente favoráveis ao desenvolvimento da cultura e a sua rusticidade e pouca exigência de tratamentos culturais, permitem que qualquer produtor possa produzi-la com sucesso. Além disso, o mercado internacional estava ávido pela soja brasileira e oferecia bons preços e pagamentos adiantados. Nestas condições o crescimento da área colhida e da produção atinge um ritmo alucinante, principalmente na década de 70 (ver TABELA 3, anexo II).

A área colhida no estado se expande da casa dos 200 mil hectares de 1960 para 4 milhões de hectares em 1979, simplesmente multiplicando-se por 20 em 20 anos. A produção física que também arranca das 200 mil toneladas em 1960, cresce espantosamente para atingir 5,6 milhões de toneladas em 1977 e 6 milhões em 1981, multiplicando-se por 30.

Os preços extremamente elevados do produto no mercado internacional nas safras de 1973 e 1974 provocaram o chamado

"boom da soja" e a cultura assume lugar de destaque na agropecuária gaúcha. Sua participação na área total das lavouras do estado, que em 1960 era inferior a 10%, ultrapassa os 40% na década de 80 e no Valor da Produção (VBPA) sua participação passa de 5% para 40% no período (ver TABELAS 15 e 16, anexo II).

O primeiro tropeço da soja ocorreu em 1978 e 1979, quando duas estiagens seguidas reduziram a colheita e colocaram os sojicultores em dificuldades. Seguem-se problemas de mercado e preços, em confronto com a retirada dos subsídios do governo federal ao crédito rural, fertilizantes, máquinas e outros ingredientes do custo de produção e comercialização.

O marco histórico mais importante demonstrando o fim da euforia foi o "protesto da soja", com maquinagens e outras manifestações feitas pelos sojicultores em 1980. O inimigo declarado era o governo (Delfim Neto) pela instituição de um confisco sobre a exportação de soja, mas já se vislumbrava que as dificuldades não se limitavam a ele. Era preciso repensar o binômio trigo-soja, sustentado pelos subsídios estatais e pela conjuntura favorável do mercado internacional, que mostravam sinais claros de esgotamento. Os recursos naturais, violentamente agredidos pelo cultivo intensivo e sem rotação, estavam perdendo sua capacidade de produção (erosão dos solos, desertificação, assoreamento dos rios, envenenamentos), os recursos financeiros do Estado estavam se tornando insuficientes para continuar sustentando a gama de subsídios e favores existentes e o mercado internacional mostrava-se menos promissor.

Dessa forma a produção de soja no estado para de crescer e a década de 80 é a marca da estagnação em termos de área colhida, produção e rendimento da cultura. Com isso o Rio Grande do Sul perde espaço para outras unidades da federação (PR, MS, MT, GO) onde a cultura continua a se expandir e a sua participação na produção nacional cai de 50% na década de 70 para 30% no final dos anos 80.

É importante registrar mais algumas características da produção de soja no estado. Ela se desenvolveu, inicialmente seguindo o trigo, nas melhores terras do PLANALTO e foi se expandindo para outras regiões. Deslocou a pecuária extensiva transformando enormes áreas de pastagens e matas naturais em lavouras mecanizadas de soja e trigo. Mecanizada em todo o seu processo produtivo, absorve pouquíssima força de trabalho e produz melhores resultados em áreas maiores. Com isso foi responsável por grande parte do êxodo rural que se verificou no estado, principalmente durante a década de 70, através da expulsão de assalariados e pequenos proprietários rurais e suas famílias.

Junto com a produção agrícola desenvolveu-se uma enorme estrutura industrial, comercial e de serviços, que se convencionou chamar de "complexo soja". Fazem parte deste complexo as indústrias de óleos vegetais e farelo, as indústrias de máquinas, equipamentos e insumos, as redes de comercialização e financiamento da produção, pertencentes as cooperativas, grupos privados nacionais e internacionais e ao Estado.

Na década de 70 a produção destinava-se fundamentalmente ao mercado internacional, porém com o crescimento da pecuária intensiva no país, cresce o consumo nacional e a importância do mercado interno. A maior parte dos grãos é industrializada no estado e os principais subprodutos (óleo e farelo) já encontram um mercado interno significativo na década de 80. Cerca de 80% do óleo produzido é consumido no Brasil e o farelo expande seu mercado com o crescimento da avicultura, suinocultura e pecuária leiteira.

O crescimento da produção de soja, inicialmente no Rio Grande do Sul e em seguida no Centro-Oeste brasileiro, se deu fundamentalmente através da incorporação de novas áreas de terra. O rendimento por hectare não apresentou incrementos significativos no período, caracterizando-a como uma cultura extensiva. dessa forma a sua expansão no estado encontrou limites na disponibilidade de terras (preço e qualidade), deslocando seu eixo de crescimento para outras regiões do país onde havia maior disponibilidade deste fator natural.

As novas condições de produção (custos e mercado) que se constituíram no final do período, passaram a exigir escalas maiores para viabilizar a produção. Assim, muitos produtores gaúchos deslocaram-se para as regiões de fronteira agrícola do país, em busca de novas áreas de terra que lhes permitissem expandir sua escala de produção.

O Rio Grande do Sul continua sendo o maior produtor de soja do país, porém vários outros estados aproximam-se e ameaçam esta

posição. Unidades de produção maiores e solos menos desgastados pelo cultivo, são condições que favorecem as áreas novas de produção. Por outro lado, a proximidade do mercado (portos, indústrias, avicultura, suinocultura) e a existência de uma boa infraestrutura de produção (máquinas, equipamentos e sementes) e de comercialização (silos, armazéns, cooperativas, estradas) são elementos que contribuem para que a cultura mantenha um elevado grau de importância na economia gaúcha.

4 - Produção de Milho

Originário das américas, o milho já era cultivado no território gaúcho, antes mesmo da chegada de portugueses e espanhóis, pelos Índios que o habitavam. Ingrediente indispensável na alimentação humana e animal, este importante cereal esteve presente fundamentalmente na agricultura policultora de subsistência, largamente praticada no estado até meados deste século.(9)

Encontrado em quase todas as unidades de produção agrícola o milho representava cerca de 40% da área de lavouras do estado, no início da década de 60, com mais de 1 milhão de hectares colhidos. Até 1990 a sua área cresceu pouco e não conseguiu atingir os 2 milhões de hectares, fazendo com que sua participação caísse para pouco mais de 20% da área de lavouras do estado (ver TABELA 4, anexo II).

Graças aos ganhos de produtividade por unidade de área, a produção física teve um crescimento maior do que da área colhida, passando de 1,5 milhão de toneladas nos anos 60, para mais de 3 milhões de toneladas na década de 80. Mesmo assim um crescimento tímido se comparado com o arroz e a soja.

Os subsídios ao consumo de trigo reduziram o mercado do

milho, principalmente para a alimentação humana. Por outro lado, a expansão da soja de forma mecanizada, ocupou as melhores terras potencialmente utilizáveis pela cultura do milho. Sem contar com um grande mercado, portanto sem garantia de preços, e com algumas dificuldades para mecanização de seu cultivo (especialmente a colheita) o milho tornou-se uma cultura marginal, ocupando terras impróprias ou menos adequadas para a soja.

Os tropeços da soja no final dos anos 70 e o crescimento da avicultura, suinocultura e pecuária leiteira, grandes consumidores de milho, pareciam indicar que o milho faria importantes avanços nos anos 80. Chegou-se a anunciar a "década do milho" mas que não chegou a concretizar resultados significativos.

Embora os avanços tecnológicos tenham eliminado as principais barreiras e vislumbrado um enorme potencial de produção e rendimento, a cultura não conseguiu seduzir os granjeiros do trigo e da soja. Algumas lavouras empresariais, com avançada tecnologia e atingindo rendimentos superiores a 10 toneladas/ha, apenas constituem-se em casos excepcionais numa realidade onde predominam as pequenas lavouras de terras marginais, com pouca tecnologia e baixo rendimento.

A principal dificuldade da produção de milho reside no mercado que, embora tenha crescido mais do que a produção no estado, não possui canais eficientes de comercialização e não oferece segurança quanto aos preços praticados. A inexistência

de canais ágeis de comercialização com o mercado internacional e o desestímulo à formação de estoques são elementos determinantes da instabilidade dos preços. Momentos de superoferta se alternam constantemente com escassez do produto, criando dificuldade para produtores e consumidores, muitas vezes representados pela mesma unidade de produção.

5 - Produção de Feijão

Elemento básico na alimentação do povo brasileiro, principalmente das camadas de baixa renda, o feijão tem sido produzido para atender essa demanda. O consumo generalizado faz com que seu cultivo seja feito em qualquer parte do país, da forma que for possível, independente dos resultados econômicos.

A área colhida de feijão no Rio Grande do Sul durante todo o período 1960 - 90 girou em torno de 200 mil hectares anuais, demonstrando que a cultura não tem conseguido se expandir (ver TABELA 5, anexo II). O rendimento médio alcançado também é um retrato da estagnação em níveis pouco animadores, para não falar em regressão, e as exceções ficam por conta das frustrações de safra. As melhores safras ocorreram entre 1965 e 1971, superando as 200 mil toneladas, quando se combinaram as maiores áreas colhidas e os melhores rendimentos do período. Nos últimos 15 anos (após 1975) a produção do estado não conseguiu atingir, uma vez sequer, as 150 mil toneladas e poucas vezes tem conseguido atender o consumo de sua população.

O feijão é uma cultura típica de pequenas lavouras, com uma média de 1 ha por produtor. Cerca de 30% da colheita fica retida na unidade de produção, destinando-se a subsistência dos

produtores.

O perfil tecnológico da cultura é de pouca mecanização, pouca utilização de sementes melhoradas, fertilizantes, corretivos e baixo índice de controle fitossanitário. Cerca de 1/3 das lavouras são feitas em consorciação com o milho.(10) Além disso, ocupa as terras marginais, das microrregiões de Ijuí-Iraí, P.Fundo e Sta Cruz.

A cultura desperta pouco interesse dos produtores, pois além das dificuldades de mecanização, apresenta alta suscetibilidade às adversidades climáticas e não possui canais de comercialização seguros e eficientes. "Quando a gente colhe bem, todo mundo colhe e o preço fica baixo. Quando o preço é bom, é porque a gente colheu pouco".(11) As cooperativas dispõem de instalações para a recepção, armazenamento e comercialização de uma quantidade muito maior de feijão do que o volume colhido, haja visto a época de colheita (dezembro a março) que não coincide com outras culturas (arroz, soja e trigo). Mesmo sem exigir investimentos específicos, o feijão não tem interessado aos produtores voltados especialmente para o mercado e tem se mantido como cultura de autoconsumo e venda de excedentes eventuais.

Na verdade as perspectivas de mercado para um produto destinado a integrar o prato da classe trabalhadora, sem possibilidades de exportação, não permitem que se alimentem grandes expectativas de expansão do cultivo. A brutal e crescente concentração de renda desautoriza até mesmo aqueles que raciocinam em termos de proporção entre o crescimento

populacional e o consumo de feijão no país. Já não se trata mais de substituição deste por outro produto mais barato ou mais em conta, mas da ampliação da fome mesmo. As dificuldades da produção de alimentos crescem proporcionalmente à miséria e aos descamisados neste país.

6 - Produção de Cebola

A cultura da cebola foi introduzida no Rio Grande do Sul pelos colonizadores portugueses que se instalaram na zona sul do estado. As melhores condições de clima e solo para o seu desenvolvimento foram encontradas em torno da Lagoa dos Patos, onde se concentra cerca de 80% da produção gaúcha. Os municípios de São José do Norte, Mostardas, Rio Grande, Canguçu e Pelotas são os maiores produtores do estado. Na microrregião de S.J.Norte a cebola é praticamente uma monocultura, sendo a principal fonte de renda dos produtores rurais.(12)

No período 1960 - 90 houve um pequeno crescimento na área colhida, passando de um patamar de 13 mil hectares para cerca de 20 mil hectares (ver TABELA 6, anexo II). A maior área colhida ocorreu em 1984 com 23.122 ha e a menor em 1963 com 12.420 ha. Também a produção física apresentou um crescimento próximo a 50%, com destaque para a menor em 1963 com 82.962 toneladas e a maior em 1981 com 192.665 toneladas. Apesar de pouco significativa houve uma pequena melhora no rendimento médio por hectare, sendo a média dos últimos 5 anos superior em 13% à média dos 5 primeiros anos do período e o nível mais elevado foi alcançado em 1985 com 9.512 kg/ha. Mesmo assim os níveis de rendimento da

safrã gaúcha estão entre os mais baixos do país.

A cebola é produzida em pequenas áreas (entre 0,5 e 8,0 ha) principalmente por unidades produtivas minifundiárias. Cerca de 90% da força de trabalho empregada é familiar, e os 10% restantes são assalariados contratados especialmente para as épocas de transplante e colheita. A maior parte dos trabalhos de cultivo são executados manualmente.(13)

A tecnologia utilizada foi desenvolvida basicamente pela experiência dos agricultores, com pouca sofisticação e pouco avanço científico. O rendimento por hectare é baixo, se comparado com outros países que produzem o triplo ou se comparado com outras unidades da federação que produzem o dobro, e a produtividade do trabalho também, possibilitando uma renda muito pequena aos produtores, embora empreguem quase toda a terra e a força de trabalho disponíveis.

Em relação ao mercado, a cebola gaúcha é favorecida pelo calendário nacional de produção e comercialização. As safras gaúcha e catarinense são colhidas entre novembro e janeiro, entrando no mercado justamente na entressafra dos demais estados produtores, que colhem a partir de abril. Mais da metade da cebola gaúcha é vendida para outros estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, o que destaca a importância de produzir na entressafra dos demais estados, que também buscam aquele centro consumidor.

Outro aspecto importante em relação ao mercado é o transporte da produção. Apesar da proximidade das áreas produtoras ao porto

de Rio Grande e da precariedade das rodovias existentes, a cebola é transportada através de caminhões para os locais de consumo, encarecendo o produto. São grandes as perdas de cebola que ocorrem devido as dificuldades de transporte e as diferenças de preço entre as regiões de produção e de consumo são enormes, demonstrando a precariedade dos canais de comercialização existentes.

Nos últimos anos, o crescimento da produção de cebola em Santa Catarina reduziu os espaços da produção gaúcha, uma vez que há coincidência de época de colheita e comercialização e a produção catarinense possui muito menos dificuldades para chegar ao mercado. Com níveis de rendimento por hectare mais elevados, com maior rapidez e menores custos no transporte, os produtores catarinenses levam vantagem na concorrência direta com os gaúchos.

Percebe-se que a produção de cebola no Rio Grande do Sul é uma atividade pouco dinâmica em seu desenvolvimento. Atrasada tecnologicamente, pouco competitiva no mercado e submetida a frequentes crises de superoferta, as perspectivas da cultura não são animadoras.

7 - Produção de Mandioca

A origem da mandioca deve ser buscada nos cultivos feitos por Índios que habitavam os atuais territórios brasileiros e paraguaios, obtendo dela e do milho a sua alimentação básica, principalmente nos períodos de escassez de caça e pesca. Portanto, muito antes de ocorrer a colonização européia, a mandioca já era cultivada no Rio Grande do Sul.

Na era "civilizada" a lavoura da mandioca evoluiu acompanhando o alargamento da fronteira agrícola do estado, quase sempre cultivada em pequenas áreas. Seu crescimento estava intimamente relacionado com o desenvolvimento da suinocultura e a pecuária leiteira, pois era componente importante na alimentação dos animais.

Entre 1945 e 1960 houve um crescimento significativo da área plantada, principalmente devido a demanda por farinha. Surgiram inúmeras atafonas (casas de farinha) rudimentares e de caráter familiar-agrícola, para o fabrico da farinha. Porém a concorrência de outros estados estabeleceu limites para a expansão da produção gaúcha. A possibilidade da mistura da fécula de mandioca à farinha de trigo para a panificação ampliou o mercado e possibilitou a instalação de modernas indústrias de

fécula entre 1967 e 1971. Porém as restrições legais e a concorrência de produtos similares para tal mistura desestimularam a produção de derivados e reduziram o mercado da mandioca. (14)

Apesar das múltiplas possibilidades de uso da mandioca e de seus derivados (alimentação humana, alimentação animal, indústrias diversas, álcool combustível, etc) ela perdeu espaço na agropecuária gaúcha. Sua participação na área colhida das principais lavouras do estado caiu de 7% na década de 60 para menos de 2% nos anos 80 (ver TABELA 7, anexo II). A área colhida apresentou crescimento até 1971, quando alcançou seu nível mais elevado (291.458 ha), e então passou a decrescer significativamente para, em 1989 representar somente 41,6% daquela marca (121.187 ha). A produção física tem comportamento semelhante, já que o rendimento médio teve pouca alteração, e no final do período representa menos da metade da maior safra (1971).

Cultivada através de métodos primitivos e rudimentares, com um processo de aproveitamento industrial empírico e artesanal e sem nenhuma estrutura de comercialização organizada, a produção de mandioca foi sendo deslocada pelos produtos mais adequados à dinâmica da modernização da agropecuária. No consumo animal ela foi sendo substituída pelas rações balanceadas industriais, à base de milho e soja, e no consumo humano teve seu espaço reduzido pelo trigo que contou com pesados subsídios ao consumo. Na produção ela foi preterida frente aos cultivos mecanizados de

produtos com mercado mais seguro e remunerador (trigo e soja).

A cultura da mandioca no Rio Grande do Sul sempre foi uma lavoura de características minifundiárias, atendendo basicamente o consumo interno da unidade de produção, sem especialização e com a comercialização apenas dos eventuais excedentes. O tamanho médio das lavoura é de 1 a 2 hectares e podem ser encontradas em quase todas as unidades produtivas agrícolas, mas quase sempre como atividade subsidiária e de menor importância. Além disso o baixo rendimento médio, os elevados custos de produção e a ausência de requisitos mínimos de qualidade do produto, inviabilizaram qualquer perspectiva de retomada de importância da cultura.

A pesquisa tem buscado alternativas que viabilizem o seu cultivo no estado. Tais alternativas tem indicado em três direções, basicamente: aproveitamento integral da planta na alimentação animal; produção especializada para consumo humano in natura; e, produção especializada para aproveitamento industrial.

As alternativas na direção do aproveitamento integral (raízes, ramas e folhas) da mandioca na alimentação de animais, constituem tentativas de recuperação e melhoramento de processos simples e de escala reduzida, utilizados pelos agricultores há muito tempo. Desconsiderados, substituídos e ridicularizados pelo modelo modernizador em sua fase de expansão eufórica, esses processos recebem nova atenção com a crise generalizada que se fez sentir nos anos 80. Porém suas perspectivas são muito mais

de resistência, de sobrevivência da pequena produção, do que de superação da crise, na medida em que retorna a uma concepção de auto-abastecimento e independência do mercado.

Já a alternativa da produção especializada para alimentação humana in natura aponta para o sentido inverso e por isso depende fundamentalmente de canais ágeis e eficientes de comercialização. Neste sentido é importante a produção de variedades adequadas e o estabelecimento de padrões de qualidade do produto para facilitar a venda. Esta alternativa equipara a produção de mandioca (também chamada de aipim ou macaxeira) à produção de hortigranjeiros (cenoura, rabanete, etc) e conta com os mesmos canais de comercialização. Sua viabilidade e potencialidade está ligada a proximidade do mercado consumidor.

A terceira linha de alternativas, produção especializada para transformação industrial, é a que apresenta a possibilidade de maior influência sobre a produção do estado em seu conjunto. Sua viabilização poderia significar a retomada do crescimento da área cultivada, a melhoria da tecnologia utilizada com reflexos imediatos no rendimento médio e, conseqüentemente, o crescimento da produção e do seu valor. Concretamente as perspectivas que tem se colocado são de utilização da mandioca para a produção de álcool combustível (PROALCOOL), farinha e fécula utilizáveis em diversos fins industriais ou alimentares. O crescimento da demanda industrial poderia significar a consolidação de um mercado mais amplo e seguro, viabilizando investimentos na produção.

8 - Fumicultura

A fumicultura é uma atividade econômica bastante importante no Rio Grande do Sul, onde se realiza mais de 1/3 da produção nacional. Outro 1/3 é produzido por Santa Catarina e 20% pelo Paraná, totalizando entre 85 e 90% nos três estados da região sul.

A produção de fumo, estreitamente integrada a indústria de beneficiamento e fabricação de cigarros, teve sua grande arrancada em 1914, quando a Souza Cruz transformou-se em S.A. sob o controle acionário da British American Tobacco (BAT). A partir de então, adotando o sistema de integração com as pequenas unidades produtivas rurais, a empresa passou a estimular o aumento da produção, produtividade e qualidade do produto. O núcleo pioneiro de Santa Cruz do Sul - RS intensificou sua produção e foram abertas novas áreas, principalmente em Santa Catarina e Paraná.

A companhia Souza Cruz S.A. é responsável por cerca de 80% do mercado de fumo e cigarros do Brasil, possuindo inúmeras unidades industriais distribuídas estrategicamente em diversos Estados. Além dela existe a Phillips Morris que controla 8%, a R. J. Reynolds também com 8%, a Sudam com 3% e outras 13 companhias que

juntas controlam 1% do mercado. (15)

Com essa estrutura não é difícil de perceber que o desenvolvimento da fumicultura no Estado e no Brasil, está diretamente ligada a estratégia e a dinâmica empreendida por um grupo econômico (Souza Cruz), que também possui importante influência no mercado internacional, através da British American Tobacco. A forma como este desenvolvimento se apresentou no Rio Grande do Sul durante o período 1960 - 90 pode ser buscada nos dados referentes a área, produção e valor da produção (ver TABELA 8, anexo II).

A área colhida de fumo no estado cresceu de 64.403 ha em 1960 para 115.897 ha em 1990, o que representou 80% de aumento. Já a produção física teve um crescimento bem maior, passando de 55.209 toneladas em 1960 para 205.770 toneladas em 1990, representando um aumento de 273%. Percebe-se que o diferencial deve ser buscado no rendimento médio, que de fato melhora significativamente passando de 857 Kg/ha em 1960 para 1.775 em 1990, o que representa um crescimento de 107,1%. O valor bruto da produção teve um crescimento ainda maior passando de Cr\$ 144.823,00 em 1960 para Cr\$ 788.039,00 em 1990, o que significou 444% de aumento (em valores corrigidos para 1975). Ocorre um crescimento no preço médio do produto provavelmente ligado a melhoria da qualidade do fumo produzido e a sua melhor classificação para o mercado.

Quanto a sua participação nos totais da agropecuária estadual o fumo perdeu espaço em termos de área colhida passando da casa

dos 2% para 1% da área de lavouras do estado, manteve-se em torno de 1% da produção física dessas lavouras e oscilou em torno dos 3% a 4% no valor bruto da produção. As oscilações são maiores no valor bruto da produção devido a importantes variações nos preços e/ou coincidências de quedas ou elevações de preços e produção.

A cultura do fumo no Rio Grande do Sul é praticada principalmente nas zonas coloniais, onde predomina a pequena propriedade.(16) A microrregião produtora por excelência é Sta Cruz, seguida por Lajeado, onde também estão localizadas as companhias de industrialização. Muito exigente em trabalho, a cultura tem por característica o emprego da força de trabalho familiar, existente em grande número nessas regiões. O emprego da força de trabalho assalariada representa menos de 10% do total e, assim mesmo para tarefas específicas no momento de maior necessidade (na colheita).

Sem dúvida alguma, a principal característica da produção de fumo é a integração e completa submissão das unidades produtivas agrícolas às orientações das companhias industriais. As companhias financiam a construção de estufas ou galpões, a aquisição de máquinas e equipamentos, fornecem os insumos agrícolas necessários, prestam assistência técnica intensiva, etc, em troca da garantia de entrega do produto. As unidades agrícolas são predominantemente pequenas propriedades (20 a 50 ha) com farta força de trabalho familiar e com possibilidade de desenvolver outros cultivos secundários e complementares. As

companhias fazem uma seleção rigorosa dentre os produtores rurais com o objetivo de reduzir custos e riscos e também de intimidar politicamente os menos submissos.

Trata-se de uma cultura muito exigente, produzida através de um pacote tecnológico caro e complexo. As exigências em termos de conhecimentos técnicos sobre a produção, o volume de capital necessário e a oligopolização do mercado praticamente impossibilita a produção não integrada, de forma autônoma pelas unidades agrícolas.

A organização dos fumicultores tem sido no sentido da garantia da produção e dos preços. Em relação a produção, desenvolveram um seguro agrícola contra os problemas climáticos (seca, chuvas fortes, granizo, ventos, etc) sob reponsabilidade da AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil). Quanto aos preços tem buscado negociar acordos coletivos com as companhias onde definem as condições gerais de comercialização de cada safra. Os acordos são negociados entre os produtores, representados pelos sindicatos (STRs) federações (FETAGs) e AFUBRA e as companhias, representadas pelo Sindicato das Indústrias do Fumo, abrangendo os três estados do sul. Apesar de alguns avanços, as negociações tem demonstrado um desequilíbrio de forças enorme entre as partes e os acordos vão pouco além de uma oficialização das propostas das companhias. O poder de barganha dos mais de 120 mil produtores rurais é irrisório frente ao império de uma Souza Cruz que sozinha domina 80% do mercado nacional. Mesmo assim o efetivo cumprimento dos acordos fica a

mercê da boa vontade das companhias que, no momento da safra tem poder absoluto para pesar, classificar e pagar o fumo dentro dos parâmetros que lhes convém.

Apesar de toda essa dependência e submissão do produtor rural aos ditames das indústrias, a atividade fumageira tem se mostrado remuneradora, se comparada a outras atividades agrícolas. Evidentemente não se está falando em termos de capitalização dos produtores, até porque isto poderia torná-los independentes, mas em termos de absorver um grande contingente de força de trabalho e de remunerá-lo dentro dos padrões brasileiros.

A dinâmica de desenvolvimento da atividade é determinada diretamente pelas companhias industriais, que produzem e repassam aos produtores rurais os avanços tecnológicos que se fazem necessários. É uma atividade literalmente organizada pelas grandes companhias que, de acordo com sua inserção no mercado nacional e internacional determinam a quantidade, a qualidade, os preços e os locais de produção.

9 - Vitivinicultura

A vitivinicultura é uma atividade econômica relevante no Rio Grande do Sul, que é responsável por mais da metade da produção nacional de uvas e cerca de 80% da produção nacional de vinho. Cerca de 90% dos produtores, da área de vinhedos, da produção de uvas e da indústria vinícola, se concentra na microrregião de Caxias, caracterizando-a como a principal área de produção do país.

A videira foi introduzida no Brasil logo nos primeiros anos de colonização portuguesa, nos estados de São Paulo e Pernambuco. Porém o efetivo desenvolvimento da viticultura, de ponto de vista de sua expressão social e econômica, está ligada diretamente às correntes migratórias do século passado. Com o estabelecimento dos colonos italianos na região da SERRA gaúcha, a partir de 1870, ela deixou de ser uma atividade econômica, social e geograficamente dispersa, para se fixar definitivamente como exploração significativa e característica daquela região.

"Desde sua implantação na região, a viticultura teve, na produção de vinho e derivados, o seu principal aproveitamento. De início viveu em regime fechado e a vinificação feita para consumo familiar, local ou intermunicipal, na própria zona de colonização italiana. No início deste século algumas tentativas de expansão de seu restrito mercado foi intentada com muito sacrifício por alguns empreendedores. Só em 1915, com a

inauguração da estrada de ferro Caxias - Montenegro, que possibilitou a ligação das cidades da região com Porto Alegre, é que abriram-se perspectivas para o escoamento da produção vinícola, marcando o início da fase propriamente econômica da viticultura na microrregião". (MANFREDINI, 1982. p.10). (17)

A estrutura produtiva da vitivinicultura gaúcha pode ser caracterizada por alguns dados do cadastro vinícola de 1977. Em média, cada um dos 16.164 produtores cadastrados possuía 1,6 parreirais, com 2.879 plantas, em 1,81 hectare e produziu 26.660 kg de uvas naquele ano. A cultura apresentou-se como exploração agrícola preponderante na microrregião de Caxias, representando 13,23% da área cultivável na região e atingindo 23,17% desta, no município de Bento Gonçalves. A maior parte dos viticultores (82,8%) são proprietários, 4,5% são arrendatários e 12,7% são parceiros. Cerca de 90% da produção corresponde a variedades identificadas como viníferas e os 10% restantes como uvas de mesa ou não identificadas. Dentre as viníferas o grupo varietal predominante é o das comuns superiores com 83,6% da produção, seguido pelo grupo das viníferas especiais com 7,5%, das viníferas superiores com 5,3%, das viníferas nobres com 3,4% e, por último, o grupo das comuns com 0,2% da produção.

Estes dados servem para uma caracterização aproximada da produção de uvas no Rio Grande do Sul, no período analisado, uma vez que as mudanças na estrutura de produção são lentas, especialmente por se tratar de uma lavoura permanente e por não haver alterações significativas na área colhida.

Eles demonstram claramente uma realidade de produção em

pequena escala, não somente em área colhida, como em volume e valor da produção, necessariamente integrada a indústria de transformação e conduzida em regime de economia familiar. São raros os casos em que a produção alcança uma escala maior, conduzida empresarialmente. Há uma grande concentração da produção em variedades menos valorizadas, resultando num produto com menor competitividade no mercado.

Observando os dados sobre área colhida, produção física e valor da produção da uva no estado entre 1960 e 1990, percebe-se uma certa estagnação da atividade (ver TABELA 9, anexo II). A área colhida manteve-se em torno dos 40.000 hectares, com pequenas oscilações. O nível mais elevado foi em 1972 e o mais baixo nos dois anos seguintes. Já o rendimento médio apresentou um crescimento de 75% se comparados os últimos 5 anos do período aos 5 primeiros. É um aumento significativo, tendo em vista tratar-se de uma cultura permanente, em que as inovações normalmente são mais lentas. Em grande parte o melhor rendimento pode ser atribuído à utilização de novos insumos na produção (fertilizantes e defensivos), à introdução de novas cultivares e ao maior cuidado por parte dos viticultores. São mudanças que não alteram significativamente o padrão tecnológico da atividade. A produção física também apresentou crescimento, impulsionada pelo melhor rendimento e o Valor da Produção cresceu em função do volume produzido e da melhoria nos preços médios. Portanto, a atividade cresceu, porém num ritmo inferior as demais atividades, fazendo com que sua participação no total do estado fosse

reduzida.

A uva é um produto nitidamente sazonal e altamente perecível, necessitando ser comercializada num pequeno espaço de tempo após a sua maturação. Nestas condições, cerca de 85% da produção é comercializada para a indústria de vinificação e derivados, 6% para consumo local (in natura e derivados caseiros) e 9% para vinificação em cantinas próprias dos produtores rurais. A dependência do produtor em relação à indústria de transformação é muito grande, especialmente devido a concentração da produção em curto espaço de tempo e a necessidade da comercialização imediata.

As cooperativas tem relevante importância na vitivinicultura do estado, sendo responsáveis pela absorção da produção de inúmeros produtores associados. Elas participam com aproximadamente 45% do recebimento de uvas e da produção e comercialização de vinhos e sucos. As empresas particulares participam com cerca de 50% do mercado de uvas, vinhos e sucos. Os 5% restantes são de responsabilidade das cantinas rurais.(18)

A maior parte da produção gaúcha de vinhos destina-se ao mercado interno, despontando como maiores consumidores os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. As exportações representam menos de 2% da produção, haja visto a dificuldade de competir com os vinhos de alta qualidade comercializados no mercado internacional.

A viticultura gaúcha não conseguiu expandir significativamente sua produção no período analisado. A melhoria

do rendimento por hectare caracteriza uma produção mais intensiva e melhora a competitividade da produção. Porém os avanços feitos não garantem a posição da produção gaúcha frente aos novos concorrentes do mercado, seja dos países vizinhos, através do MERCOSUL, seja das novas regiões produtoras do país nos perímetros irrigados.

A integração agroindustrial, presente na atividade desde há muito tempo, não tem produzido ou conduzido a avanços tecnológicos mais importantes na produção rural ou na industrialização da uva. Dessa forma produz-se um distanciamento entre a tecnologia utilizada nas regiões tradicionais de produção e aquela utilizada nas regiões novas. Nestas tem-se observado uma utilização maior da mecanização e da irrigação, com modificações nos métodos de cultivo (espaldeira), nas variedades cultivadas, no produto obtido (uvas de mesa) e no período de produção (duas safras anuais), como ocorre nos perímetros irrigados do nordeste, por exemplo.

10 - Hortifruticultura

O cultivo de plantas olerícolas e a fruticultura são muito antigas no Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões ocupadas por imigrantes italianos e alemães. A dieta alimentar desses imigrantes, bem mais ampla e variada que a dos gaúchos da FRONTEIRA, abrange necessariamente um conjunto de legumes, frutas e verduras. Na impossibilidade de adquirir esses produtos e na dinâmica da produção de subsistência, desenvolve-se o cultivo dos mesmos em pequenas hortas e pomares, "caseiros" ou "familiares".(19)

O crescimento da população urbana contribuiu decisivamente para a formação de um mercado consumidor disposto a adquirir tais produtos. As feiras constituem-se no primeiro canal de comercialização de uma crescente produção de excedentes comercializáveis e mesmo de algumas unidades produtivas especializadas.

Como era lógico, foi próximo aos grandes centros urbanos que a produção se desenvolveu com maior rapidez. Os municípios tradicionalmente de maior produção como Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Feliz, Nova Petrópolis, Pelotas e Rio Grande são ou estão muito próximos das grandes concentrações

populacionais do estado.

Em 1973 foi criada a CEASA (Central de Abastecimentos S.A.) no município de Porto Alegre, com a finalidade de centralizar a comercialização dos produtos "hortifrutigranjeiros" ou simplesmente "hortigranjeiros". O próprio nome, que faz lembrar as granjas de trigo e soja, indica que já se trata de uma produção especializada, desenvolvida com características empresariais, apesar das áreas de terra ocupada não serem muito extensas. Aliás, essa é uma característica importante a ser destacada, a produção em unidades pequenas em área de terra, mas grandes em volume de capital que movimentam constantemente.

A criação da CEASA significou a abertura de enormes canais de comercialização, que comportam volumes ilimitados (do ponto de vista individual) de produção e capazes de intercambiar com outros centros de produção e consumo. Ao mesmo tempo que se abria as possibilidades de vender para São Paulo, por exemplo, se permitia a entrada dos produtos paulistas para concorrer com a produção local.

Nessas condições fortaleceram-se os produtores empresariais, especializados, com maior escala de produção e melhor tecnologia. Liberados das limitações quantitativas que as feiras lhes impõem, esses produtores passam a vender a maior parte de sua produção para atacadistas, locais ou não, e tem como preocupação a concorrência e o comportamento do mercado global. Eles procuram fazer contratos de venda antecipada da produção, como forma de garantir a colocação do grande volume de produtos e do curto

espaço que normalmente separa a colheita do consumo.

Embora, no grupo denominado "hortigranjeiros" estejam compreendidos inúmeros produtos específicos e com características próprias, a principal característica deste conjunto é a alta perecibilidade. A maior parte dos produtos precisa chegar ao consumidor em no máximo 2 ou 3 dias após a colheita, sob pena de ocorrerem perdas significativas e queda de qualidade. Como a maioria deles são consumidos in natura, estão sujeitos a sofrer problemas de murchamento e apodrecimento durante o processo de comercialização. Daí a necessidade de contar com canais ágeis e muito rápidos de comercialização. Evidentemente que o avanço tecnológico na área de armazenagem já conseguiu prolongar a vida útil de vários produtos deste grupo, mas isso implica sempre em acréscimo de custos que podem ou não se viabilizar pela redução nas perdas (na produção e nos preços).

As tentativas de descentralização ou interiorização da produção de hortigranjeiros no estado tem esbarrado sistematicamente nos problemas de comercialização. As condições para a produção, existem e são favoráveis, mas a falta de organização dos mercados consumidores locais e os problemas de transporte para os grandes centros (custos, demora, perda de qualidade, etc) tem sido uma barreira importante. Algumas cooperativas da região PLANALTO (COTRIJUI, COTRIROSA, COTRIMAIO) tem tentado desenvolver programas de produção e comercialização e tem conseguido alguns avanços. As experiências tem indicado a necessidade de especialização ou profissionalização dos

produtores para que seja possível atender alguns requisitos básicos, como: produtos padronizados e de qualidade, oferta variada de produtos, garantia de oferta durante o ano inteiro, dentre outros. Do contrário seria muito difícil estruturar qualquer organização de caráter mais permanente.

Trata-se de uma alternativa bastante interessante para os produtores rurais que possuem limitações quanto a área de terra disponível. É uma atividade bastante rentável e que absorve grande quantidade de força de trabalho em pequenas áreas. Porém, é uma atividade muito exigente em termos de qualidade e regularidade da oferta e apresenta riscos significativos de perdas na produção e no mercado. A profissionalização ou especialização é um requisito básico para o sucesso na atividade, que exige investimentos significativos em tecnologia e organização da produção.

Por estar ligada diretamente ao mercado interno, tem seu espaço delimitado pelo comportamento da renda da população. Uma população sem renda não se constitui em mercado, por mais que desejasse alimentar-se bem.

11 - Bovinocultura de Corte

A criação de gado faz parte da história do Rio Grande do Sul desde a ocupação do seu território, quando os padres jesuítas fundaram várias fazendas (Sondó, São Pedro, Mártir, Santa Tecla, São Vicente, Tupanciretã, São Luís e outras) e introduziram os primeiros bovinos. As condições naturais encontradas, extensos campos cobertos por pastagens nativas de boa qualidade, eram altamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade, até mesmo quando não haviam homens para cuidar dos animais.(20)

Por volta de 1640, por causa dos violentos massacres indígenas feitos pelos bandeirantes e a expulsão dos padres jesuítas para o lado oeste do rio Uruguai, uma parte do gado dessas fazendas ficou em território gaúcho. Sem dono, este gado foi se reproduzindo de forma selvagem e formou um enorme contingente de animais espalhados pelos campos gaúchos e uruguaios, recebendo o nome de "Vaqueria del Mar" ou "Vacaria do Mar".

Na medida em que foram aumentando os interesses de aproveitamento, principalmente do couro, desses animais desenvolve-se a caça aos mesmos pelos campos afora. Inúmeros tropeiros paulistas e lagunistas dirigiam-se ao sul para a

apreensão do gado selvagem e o transporte (a pé) do mesmo para Sorocaba-SP onde era comercializado. O destino final dos animais eram as Minas Gerais onde servia de alimento aos trabalhadores ou de meio de transporte na mineração. Seguiu-se a prática da apreensão, domesticação e criação dos bovinos para facilitar o atendimento da demanda crescente. As características extensivas das criações demonstram que se tratava muito mais de garantir a propriedade sobre os animais, do que melhorar o seu desenvolvimento.

Aliás, o gado esteve presente nas disputas por território entre portugueses e espanhóis, sendo disputado junto com a terra e servindo de meio para a luta e para a ocupação das terras conquistadas. Terras e gado foram sendo conquistados e transformados em propriedade privada dos conquistadores, de acordo com seu poder e influência.

Dessa forma surge a primeira atividade econômica capaz de integrar o Rio Grande do Sul ao restante do Brasil. Seu caráter militar-açambarcador foi sendo lentamente substituído pelos objetivos econômico-produtivos, embora baseado fundamentalmente na exploração dos recursos naturais.

Inicialmente o produto principal da pecuária era o couro para a exportação, seguido pela gordura para alimentação humana, principalmente dos escravos no centro do país. A utilização da carne só começou a ter importância econômica no final do século XVIII com a introdução das primeiras charqueadas nas margens dos rios Pelotas e São Gonçalo. Até então a população local não

conseguia consumir toda a carne resultante dos abates para retirar o couro e não existiam técnicas de conservação que permitissem o envio da mesma para outros centros consumidores.(21)

O crescimento da demanda por carne a nível nacional e internacional abre espaço para o gradativo redirecionamento da atividade. Novas raças, mais adequadas a produção de carne, foram introduzidas e, durante a primeira guerra mundial foram instalados os primeiros abatedouros frigoríficos no estado, motivados pelo mercado favorável.

A bovinocultura gaúcha tem se mostrado pouco dinâmica quanto as transformações e inovações no processo produtivo. Os Índices zootécnicos mostram um enorme atraso tecnológico em relação a outras regiões produtoras. Cerca de 80% dos pecuaristas produzem de forma extensiva, com uma lotação inferior a 1 animal por hectare e uma produção aproximada de 25 kg/ha/ano de carne. A taxa de natalidade é inferior a 50% das fêmeas de cria e a mortalidade atinge 5 a 7%. O desfrute anual situa-se em torno de 10% do rebanho e a idade média de abate é superior a 4 anos.(22)

Durante o período 1960-90 esses níveis praticamente não se alteraram (ver TABELA 11, anexo II). O rebanho efetivo esteve em crescimento até 1973, estagnou nos 6 anos seguintes e voltou a crescer entre 1980 e 82. Seguiu-se nova estagnação até o final do período, representando dessa forma um rebanho superior em 47% ao de 1960. A taxa de desfrute anual manteve-se em torno de 10% durante os 30 anos considerados.

Talvez o dado mais significativo sobre aumento de produtividade na bovinocultura seja a relação entre o rebanho total e a área total de pastagens. Em 1960 a relação era de 0,7 animais para cada hectare de pastagens, passando essa relação para 0,84 em 1970 e 1.05 em 1980. Embora as informações estejam agregadas em níveis pouco adequados, indicam no sentido de uma evolução positiva. Seria necessário deduzir a influência do rebanho leiteiro, que cresceu muito no período e relacionar também com o comportamento do rebanho ovino, que ocupa as mesmas pastagens.

Os índices são muito baixos, se comparados a Austrália, Nova Zelândia, EUA ou Argentina. Além disso existem experiências realizadas no próprio RS, demonstrando que é possível melhorar substancialmente esse desempenho, utilizando-se apenas de alterações no manejo de animais e pastagens, sem exigir investimentos significativos.

O principal problema da produção é a alimentação dos animais durante o período de inverno. As pastagens naturais, que são fartas e de boa qualidade durante o verão, perdem totalmente suas qualidades no inverno. O frio e as geadas fortes impedem que os pastos se desenvolvam e os animais ficam vários meses sem alimentação adequada. Além da perda de peso, essa subalimentação afeta o desenvolvimento normal dos animais, tornando-os suscetíveis a doenças e menos produtivos. O cultivo de pastagens artificiais e outras formas de melhorar a alimentação durante o inverno teriam resultados significativos no desempenho da

pecuária de corte no estado. Além disso, criariam oportunidade de viabilização de outros procedimentos complementares, que poderiam resultar em ganhos de produtividade.

Porém o grande obstáculo às inovações tecnológicas parece ser o comportamento dos pecuaristas e a lógica de seu cálculo econômico, buscando invariavelmente a redução dos gastos na produção. Sua postura tem sido predominantemente especulativa, seja em relação a terra que possuem, ao gado que produzem ou ao capital monetário que movimentam. Os investimentos produtivos tendem a ser preteridos frente a especulação financeira e/ou imobiliária. A grande extensão de terras cobertas por pastagens natural em mãos de cada pecuarista lhe possibilita uma renda anual de bom tamanho, apesar dos baixos rendimentos por unidade de área.

O mercado da carne bovina tem-se mostrado bastante instável, colocando em risco os investimentos na atividade, normalmente de longo prazo. O achatamento salarial, a concentração de renda e a concorrência de carnes mais baratas (frangos) reduziram significativamente o espaço da carne bovina no mercado interno. No mercado externo o problema tem sido a falta de competitividade do produto brasileiro e gaúcho frente aos melhores índices de produtividade da Argentina, Austrália e Nova Zelândia e frente aos pesados subsídios da CEE e EUA.

As dificuldades atingem diretamente aos abatedouros frigoríficos, que não conseguem organizar a produção, modernizar-se tecnologicamente ou até mesmo viabilizar-se financeiramente.

12 - Pecuária Leiteira

O leite é um produto possível de ser obtido no Rio Grande do Sul desde a época da ocupação do território e da introdução do gado bovino no estado. Porém, era considerado como subproduto de pouco interesse e quase nenhum valor frente ao couro, sebo, carne e chifres fornecidos pelo gado. Os poucos que se propõem a tirar o leite das vacas visam tão somente atender o consumo doméstico/familiar, mesmo assim com pouca participação na dieta dos "gaudérios".

A chegada dos "colonos" alemães, italianos, poloneses, austríacos, etc, e o povoamento mais denso de certas regiões do estado destacaram o leite como um importante componente do consumo das populações. Nas regiões coloniais a criação de animais visava obter força de tração (animais de trabalho) e alimentos (leite e carne) de forma conjugada de um mesmo rebanho. O leite passou a ser consumido em maior quantidade, sejam "in natura" ou em forma de derivados (nata, queijo, manteiga, cremes, etc.) de fabricação caseira. Sobretudo caracteriza-se por ser uma atividade pouco especializada, conjugada a uma dinâmica de produção para subsistência e autoconsumo.

O crescimento dos centros urbanos representa a formação de um

mercado consumidor importante. Inicia-se a exploração intensiva do gado leiteiro com aprimoramento dos plantéis, principalmente nas proximidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

"O abastecimento das cidades era feito, na maioria das vezes, pelos próprios produtores que transportavam o leite, sem nenhum beneficiamento, diretamente do tanque ao consumidor". (CEDIC, 1974. p.14.) (23)

Os primeiros indícios de organização da atividade surgem em 1936 com a fundação da Associação dos Criadores de Gado Holandês do RS, seguida pela construção do chamado "Entrepasto de Leite", através do governo estadual, em 1937. O "Entrepasto de Leite", cuja exploração foi entregue à SABEL - Sociedade Anônima Beneficiadora de Leite, permitiu a população da capital consumir leite pasteurizado, com reflexos imediatos no incremento do volume de produção e consumo do produto.

A SABEL instalou postos de coleta em vários municípios próximos (Feliz, Carlos Barbosa, São Sebastião do Caí e Bom Princípio), além de uma rede de desnatadeiras com objetivo de aproveitar a produção dos municípios um pouco mais distantes (Estrela, Lajeado, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul) da capital. Em 1947, o objetivo passaria a ser o de atingir todo o estado e novos postos de coleta e resfriamento foram criados. O governo do estado encampou a SABEL e criou o DEAL - Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura.

A partir de 1960 as indústrias de laticínio sofreram sensíveis modificações em sua estrutura. Surgem novas empresas e

ocorre a ampliação e modernização das plantas industriais. Estimuladas pela demanda crescente e a boa rentabilidade do setor, as empresas industriais decidem investir no apoio e organização da produção, através da criação e/ou ampliação dos quadros técnicos para prestar assistência, pagamento de "preço-estímulo" em função do volume e da qualidade do produto, financiamentos, etc.

"A conquista de novos fornecedores levou as empresas a uma fase de grande competição mútua, fato inusitado nas bacias leiteiras do Estado. Assim, a partir da década de 1960, presenciou-se uma notável alteração no relacionamento das indústrias com os produtores. Estas, que se mantinham praticamente indiferentes aos produtores, aliaram-se a eles. Temendo um colapso no setor de produção, as indústrias tomaram a iniciativa de sugerir aumentos de preço para o produto ao que, anteriormente, faziam oposição sistemática. A necessidade de obter produções condizentes com a capacidade de beneficiamento de suas empresas, ora ampliadas, foi o fator fundamental que justifica essa mudança de posicionamento". (CEDIC, 1974. p. 56). (24)

Em 1970 o governo estadual criou a CORLAC - Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, empresa de economia mixta, para assumir a estrutura e atividade do DEAL - Departamento Estadual de Abastecimentos de Leite. As instalações foram ampliadas e modernizadas e a linha de produção foi diversificada.

O maior impacto ocorreu em 1976 com a estruturação da CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite. Criada por cooperativas singulares, que se responsabilizam pela organização e coleta da produção de seus associados, a CCGL é uma cooperativa de 2o grau (suas associadas são cooperativas) especializada em laticínios.

Inicialmente tratou de dar vazão a uma produção existente, através do beneficiamento simples (pasteurização) e da colocação nos mercados consumidores. Rapidamente entrou para a transformação do leite em derivados mais nobres e rentáveis e passou a fomentar a melhoria da produção de seus fornecedores em qualidade e quantidade. Sua fatia no mercado cresce rapidamente e em pouco mais de 10 anos de funcionamento já se responsabiliza pela metade do leite coletado Sob Inspeção Federal no estado.(25)

Ao focalizar o período 1960-90 para análise é possível perceber transformações importantes na atividade (ver TABELA 12, anexo II). O volume do leite produzido cresceu 252%, passando de 381.222.000 litros em 1960 para 1.342.048.000 em 1988. Houve uma melhora significativa no rendimento do rebanho superando aos 1.000 litros/vaca/ano na década de 80. O valor bruto da produção teve um crescimento de 400% no período, demonstrando que, além do crescimento da produção física houve uma elevação no preço médio do produto.

A produção leiteira do RS é realizada fundamentalmente em duas regiões, caracterizando duas bacias leiteiras distintas. A "bacia leiteira tradicional" corresponde aproximadamente as microrregiões de Canoas, Canela e Lajeado (delimitadas para este trabalho no capítulo I) e foi durante muito tempo a principal produtora do estado. A "nova bacia leiteira" está localizada na região PLANALTO e desenvolveu-se significativamente a partir da década de 70, especialmente após a criação da CCGL. Em 1987, cada uma delas representava aproximadamente 35% da produção estadual,

enquanto os 30% restantes eram oriundos de uma produção mais dispersa nas demais regiões do estado.

A pecuária leiteira continua sendo uma atividade predominantemente de pequenos produtores. Dados da Delegacia Federal de Agricultura/MA, referentes a 1988, demonstram que existem no estado 80.000 produtores de leite, que juntos entregam 621.943.046 litros para as indústrias inspecionadas, perfazendo uma média de 21,3 litros diários por produtor. Tomadas por estrato de volume entregue diariamente percebe-se que 35,9% dos produtores entrega menos de 10 litros/dia e participam com 10,8% da produção. No estrato de 11 a 20 litro/dia estão 31,4% dos produtores, com 23,3% da produção. Tomados em conjunto, os estratos com entrega inferior a 30 litros/dia abrangem 80,8% dos produtores, que são responsáveis por 51,3% da produção entregue nas indústrias.(26)

Esta situação é preocupante frente a perspectiva de integração de mercado com a Argentina e o Uruguai onde o volume médio de entrega diária de leite por produtor é 10 vezes maior.

O centro estratégico da pecuária leiteira é o setor industrial, que se responsabiliza pela organização da coleta do leite, recebimento, beneficiamento e transformação em produtos finais adequados ao consumo e pela distribuição dos mesmos aos locais de venda nos grandes mercados consumidores. Dados de 1989 mostram a existência de 16 empresas que atuam no setor leiteiro, possuindo 59 postos de recepção e resfriamento, 22 usinas de beneficiamento e 8 fábricas de laticínios. Porém, apenas 3

empresas - CCGL (59,2%), CORLAC (14,1%) e LACESA (12,8%) - recebem 86% do total de leite entregue às indústrias do estado. As estratégias adotadas por estas 3 empresas, em interação com a política governamental, definem a dinâmica da atividade no estado. (27)

Sob a orientação e estímulo das indústrias de laticínios a produção leiteira do estado avançou passos importantes em direção a sua modernização. A inseminação artificial, a ordenha mecânica e as pastagens artificiais são exemplos de práticas cada vez mais difundidas, que na década de 60 eram apenas possibilidades restritas a poucos produtores. O grande desafio da atividade para os anos 90 é a especialização e o aumento da escala de produção das unidades agrícolas, com vistas ao aumento do rendimento e redução dos custos. A concorrência dos países do cone sul pode ameaçar seriamente a rentabilidade de setor, caso não ocorram avanços importantes nesses aspectos.

Para os produtores rurais a atividade tem uma importância fundamental, na medida em que garante uma receita mensal. Esse ingresso regular garante a aquisição dos alimentos da família (feira ou rancho), sendo sintomática a presença desses agricultores nos supermercados quando é "dia de pagamento do leite". Essa razão talvez seja mais importante que a própria rentabilidade para manter a produção dos pequenos produtores. Para quem produz em maior escala, evidentemente, a situação se modifica.

13 - Suinocultura

Os suínos foram introduzidos no Brasil pelos colonizadores portugueses, logo após o descobrimento. Foram criados através de métodos primitivos e muitos animais escaparam, embrenhando-se nas matas e formando grupos selvagens de várias características. Somente no século XX começaram a acontecer progressos mais significativos na atividade, através da importação de exemplares de raças melhoradas e com maior potencial zootécnico.(28)

No Rio Grande do Sul a criação de suínos se desenvolveu principalmente nas áreas colonizadas pelos imigrantes (alemães, italianos, austríacos, poloneses, etc.). Tanto nas "colônias velhas" - que correspondem aproximadamente a Região da SERRA - como nas "colônias novas" - localizadas na parte noroeste da região PLANALTO - a suinocultura constituiu-se em atividade relevante da chamada "agropecuária colonial". Sua finalidade principal era o atendimento do autoconsumo, com a comercialização dos excedentes. O principal produto excedente era a banha, que possuía canais de comercialização e mercados com grande potencial.

Até a década de 50 muitos agricultores tinham o porco como seu principal produto para comercialização e dependiam da renda

gerada por ele para adquirir produtos de consumo, instrumentos de trabalho e inclusive novas áreas de terras. Muitas áreas de terra foram adquiridas, financiadas e pagas a peso de porco, ou seja, utilizado o produto da suinocultura como moeda ou como parâmetro de valor.

O desenvolvimento da indústria alimentar, que consegue criar e difundir novos produtos e, com isso, modificar os hábitos de consumo, foi elemento fundamental na desestruturação da suinocultura nos moldes em que se encontrava. A produção de gorduras vegetais (soja, arroz e milho) e a intensa campanha contra o consumo de gordura animal, reduziram drasticamente o mercado da banha e em menor escala afetaram o mercado da carne suína. Frente aos novos elementos a suinocultura mergulhou em profunda crise nos anos 60 e início dos anos 70.

Para sair da crise era necessário reestruturar a atividade em novas bases, com modificações nas características do produto final (mais carne e menos gordura) que por sua vez exigiam alterações nas características do plantel (novas raças) e no manejo e alimentação dos animais. Enfim, tornou-se necessário realizar avanços tecnológicos em todo o processo produtivo, desde as instalações, raças, manejo, alimentação, abates e comercialização.

Portanto, a suinocultura dos anos 80 difere em muitos aspectos daquela existente nas décadas de 50 e 60. Além, das questões tecnológicas as mudanças atingem as relações entre os suinocultores e as indústrias no sentido de uma crescente

integração técnico-produtiva.

As indústrias tomam a iniciativa da integração dos produtores rurais, fornecendo-lhes assistência técnica, animais selecionados, insumos básicos, créditos e garantia de mercado, com o objetivo de melhorar o seu suprimento de matérias prima em termos de qualidade (rendimento de carcaça) e regularidade. Dessa forma os produtores integrados conseguiram viabilizar a adoção dos avanços tecnológicos, distanciando-se em muito dos produtores tradicionais que se mantêm isolados e defasados tecnologicamente.

Os dados referentes ao rebanho efetivo e aos abates de suínos no período 1960-90 contribuem para um melhor entendimento da atividade (ver TABELA 13, anexo II). Até 1973, o rebanho total situava-se entre 5,7 a 6,1 milhões de cabeças, passando em seguida por um período de crise e perturbação para, finalmente, estabilizar num patamar próximo a 4,5 milhões de cabeças. A redução do rebanho não se refletiu na produção ou no número de abates anuais, por causa do aumento na taxa de desfrute que passou da casa dos 40% para 70% do rebanho. Estes dados demonstram uma transformação qualitativa da suinocultura, que consegue manter e até ampliar a produção anual com um rebanho menor.

Apesar dos avanços tecnológicos introduzidos e da maior integração entre a produção e a industrialização, a suinocultura gaúcha não conseguiu se livrar das repetidas crises que atingem a atividade.

Suas limitações principais encontram-se no mercado

consumidor. A produção brasileira não possui acesso ao mercado internacional em função das barreiras criadas neste mercado, sob alegação de existirem problemas sanitários, como peste suína clássica ou africana, febre aftosa e outros, no rebanho brasileiro. Com isso o mercado de carne e derivados de suínos fica restrito ao consumo interno, que é baixo e apresenta redução no período.

A carne suína é considerada um produto nobre, consumido pelas faixas de renda média ou alta, concorrendo diretamente com a carne bovina de primeira. Além dos problemas advindos da concentração da renda e da concorrência de carnes mais baratas (frango) ocorrem ainda as contra-indicações de ordem médica. A carne suína passou a ser preterida por conter mais gordura e causar problemas de saúde a população.

14 - Avicultura

A avicultura existente no Rio Grande do Sul antes de 1960 é totalmente diferente da que predomina nos anos 70 e 80. Até 1960 predominavam as criações de quintal, onde as aves viviam soltas coletando boa parte de seu alimento em áreas próximas as construções rurais. Praticamente todas as unidades agrícolas possuíam certo número de aves que exigiam poucos cuidados e forneciam pequenas quantidades de ovos e carne. Poucos produtores tinham a avicultura como uma atividade econômica, donde pudessem obter alguma renda. Não havia preocupação com raças, manejo, alimentação e praticamente inexistia um mercado mais organizado.

Posteriormente, a avicultura sofreu transformações importantes e foi organizada como atividade empresarial. Não foi propriamente uma evolução, mas muito mais a implantação de uma nova atividade, independente da que existia.

"A avicultura brasileira desenvolveu-se em quatro fases distintas: de 1900 a 1930, fase empírica; de 1930 a 1960, fase comercial; de 1960 a 1970, a industrial; e, de 1970 em diante, a superindustrial, caracterizada pelo uso da mais alta tecnologia nos setores de produção, industrialização e comercialização, permitindo que o país se constituísse em um dos maiores exportadores mundiais de carne de frango congelada." (BRDE, 1982.p.5) (30)

A nova atividade apresenta características muito marcantes em relação ao grau de desenvolvimento tecnológico, de especialização e de integração dos diversos segmentos produtivos envolvidos. Produz-se uma subdivisão da avicultura em segmentos especializados, como avozeiros, matrizeiros ou incubadores, produtores de frango, produtores de ovos, abatedouros, produtores de ração, etc, e uma forte integração que torna esses segmentos interdependentes e ligados a uma mesma dinâmica. Dessa forma a produção passa a ser feita numa escala enorme (impossível sem a especialização-integração) viabilizando o emprego da tecnologia mais avançada que existe no mundo. O uso dessa tecnologia não significa o domínio sobre a mesma, pelo contrário, a dependência em relação ao exterior é um fator de alto risco para a atividade.

Os dados da FIBGE indicam um crescimento bastante acentuado do rebanho avícola do estado que passa de 17 milhões de cabeças em 1960 para 78 milhões em 1982 (ver TABELA 14, anexo II). A partir dessa data ocorre uma pequena redução de rebanho que se estabiliza em torno de 70 milhões de aves. Já os dados referentes ao abate em estabelecimentos Sob Inspeção federal (SIF) mostram um crescimento espantoso, passando de 446 mil cabeças em 1960 para 193 milhões de cabeças em 1990. Estes números mostram exatamente a evolução da avicultura industrial, que praticamente inexistia na década de 60 e que representa parcela significativa da economia gaúcha nos anos 80. Evidentemente os dados referentes ao abate total de aves no estado (SIF ou não) dão um quadro distinto, pois a parte do abate sem Inspeção era muito mais

importante no início do período do que no final. A avicultura tradicional ou colonial não estava sujeita à inspeção federal, portanto o crescimento do abate total é um pouco mais moderado.

De qualquer forma, os dados sobre rebanho e abates, se confrontados, mostram um crescimento enorme do desfrute. A avicultura gaúcha tem conseguido abater aproximadamente 2,5 vezes o seu rebanho a cada ano, algo não imaginável na década de 60. É preciso ressaltar que no total do rebanho estão incluídas as aves poedeiras e as aves de quintal, além do frangos de corte, o que diminui a taxa de desfrute anual. Os aviários especializados em frangos de corte conseguem entregar as aves com 40 a 45 dias de idade e portanto conseguem produzir até 8 lotes anuais consecutivos. São níveis de produtividade semelhantes aos conseguidos nos EUA, França e outros grandes produtores mundiais.

Em termos de Valor Bruto da Produção a avicultura apresentou o maior crescimento dentre as atividades aqui analisadas e aumentou significativamente sua participação no total do estado (ver TABELA 17, anexo). Na década de 60 o abate de aves representava menos de 0,3% e a produção de ovos cerca de 2% do Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias do estado e nos anos 90 estes índices passaram para cerca de 5% e 2% respectivamente.

Quanto a localização, a avicultura gaúcha começou a se desenvolver nas proximidades de Porto Alegre e logo se expandiu para a região da SERRA. Destacam-se os municípios de Porto Alegre, Garibaldi, Lajeado, Caxias do Sul, Salvador do Sul,

Encantado, Nova Bassano, entre outros. Num segundo momento a atividade se expande para a Região PLANALTO, através de dois caminhos: empresas gaúchas que expandem para o norte; e empresas catarinenses (Sadia, Perdigão) que buscam o sul.

Constitui característica da atividade a rápida concentração e centralização de capitais. Em poucos anos as grandes integradoras (Sadia, Perdigão, Frango Sul, Pena Branca, Minuano, etc) conseguiram abarcar todos os segmentos produtivos sob sua direção e em escalas muito grandes de produção. Essas grandes empresas tem definido a dinâmica da atividade no estado e no país, possuindo elevado grau de influência nas instâncias governamentais.

No mercado podem ser encontrados dois elementos fundamentais para a expansão da avicultura:

- Os ganhos de produtividade alcançados permitiram a redução dos custos do frango ofertado no mercado brasileiro. Com um preço mais acessível a carne de frango entrou como substituto natural das carnes de gado e porco, cada vez mais proibidas para a grande massa da população, e seu consumo per capita passou de aproximadamente 4 para 10 kg/hab/ano;

- A partir de 1975 abriu-se o mercado internacional, com preços compensadores e quantidades ilimitadas para as possibilidades brasileiras. As exportações cresceram em ritmo acelerado e em pouco tempo o Brasil havia se tornado um dos maiores exportadores mundiais de carne de frango.

A crise dos anos 80 também atingiu a avicultura, que viu seus

custos crescerem e seu mercado encontrar limites na concentração da renda. No mercado externo ocorrem oscilações e a atividade reduz seu crescimento como forma de contornar a crise geral. Porém os níveis da crise enfrentada são muito distintos de outras atividades. A Avicultura continua se expandindo, embora mais lentamente e seu padrão tecnológico continua entre os mais avançados do mundo. Uma redução no ritmo de crescimento não é o mesmo que uma estagnação durante décadas.

Fundamentalmente a Avicultura é uma atividade conduzida empresarialmente pelas empresas integradoras, muito dinâmica e que responde fácil e rapidamente aos incentivos do mercado. Possui grande capacidade competitiva frente aos demais produtores e deverá continuar aumentando seu espaço e sua importância na economia do estado.

15 - Ovinocultura

Originários da Ásia os ovinos foram introduzidos no Brasil no século XVII. Os animais que aqui chegaram eram procedentes de rebanhos existentes em Portugal e no México e foram destinados a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. As condições naturais nesses estados não eram favoráveis, impedindo o desenvolvimento satisfatório da produção.(31)

No Rio Grande do Sul os primeiros ovinos chegaram no início do século XVIII, originários de dois extremos. Ao norte, nos Campos de Vacaria, Passo Fundo e Palmeiras das Missões chegam os animais oriundos do centro do país. Ao sul, nas extensas pastagens da região FRONTEIRA, iniciaram-se criações com animais de origem espanhola, vindos do prata. As condições naturais existentes eram bastante adequadas para a espécie, permitindo que a ovinocultura se implantasse em caráter definitivo.

As primeiras criações tinham como objetivo a obtenção de lã, usada nas confecções domésticas de ponchos, palas, cobertores, etc, e a obtenção de pelegos usados nas montarias e como colchões. As principais dificuldades da nova atividade estavam na infestação dos animais por verminoses, sarnas e outros parasitas.

As condições naturais, econômicas e fundiárias contribuíram

decisivamente para o desenvolvimento da ovinocultura no estado, levando-o a uma posição de destaque a nível nacional. O Rio Grande do Sul detém cerca de 60% do rebanho nacional e participa com mais de 95% da produção nacional de lã.

O sistema de criação de ovinos no estado é de caráter extensivo, tendo como base alimentar a pastagem natural que cresce nos campos das fazendas. Em muitos casos ocorre uma consorciação de rebanhos com uma lotação média de 1,5 a 2 ovinos e 0,5 a 0,8 bovinos por hectare de campo. Noutros, a exploração é simples, utilizando uma lotação próxima a 4 ovinos por hectare.

Em ambos os casos a situação da criação de ovelhas é muito semelhante à bovinocultura. A produção de alimentos pelos campos nativos varia de acordo com a época do ano, sendo abundante na primavera e verão e escassa durante o inverno. A falta de alimentação durante o inverno, período em que os animais se reproduzem e produzem a lã, debilita e retarda o desenvolvimento dos animais, com reflexos óbvios nos índices de natalidade, mortalidade, desfrute, enfim, de produtividade do rebanho.

Comparações feitas com outros países produtores (Nova Zelândia, Austrália, etc) e pesquisas desenvolvidas no próprio Rio Grande do Sul demonstram que investimentos feitos em pastagens cultivadas para melhorar a alimentação no inverno proporcionam ganhos significativos de produtividade por unidade animal e, principalmente, por unidade de área. Evidentemente que a melhoria na alimentação dos animais permite ou viabiliza uma série de outras modificações tecnológicas com potencial de aumento de

produtividade e eficiência econômica da atividade. Há um espaço razoável para a melhoria dos rendimentos da atividade, ainda pouco utilizado.

É muito clara a preocupação dos produtores gaúchos com a questão genética. Em 1942, na cidade de Bagé, foi fundada a ARCO - Associação Riograndense de Criadores de Ovinos, com finalidade principal de controlar e fiscalizar a reprodução de ovinos no estado. A partir de 1970 a ARCO passou a atuar em âmbito nacional. Desde 1942 já é utilizada a inseminação artificial em ovinos como forma de elevar o padrão genético dos animais. As feiras de animais, embora não representem as condições do rebanho em geral, são um bom exemplo do nível tecnológico que se poderia alcançar no estado. Porém, a enorme diferença existente entre os animais das feiras e os animais de campo demonstra a existência de uma gama de avanços tecnológicos possíveis e não difundidos ou implementados. O problema não está no domínio da tecnologia e sim na sua implementação, a qual esbarra no caráter extensivo do sistema de criação. Até mesmo os animais das feiras morreriam se lhe faltassem alimentos durante os meses de inverno.

Em termos de localização geográfica a ovinocultura coincide grandemente com a bovinocultura, ou seja, é encontrada principalmente na região FRONTEIRA, onde se situa mais de 90% do rebanho e da produção de lã. Embora existam ovinos e ocorra produção da lã em todas as regiões do estado, a maior parte do rebanho e da produção estão na "zona da pecuária-extensiva", com destaque para a microrregião de Alegrete e Pelotas, atendendo a

expressão popular "ovelha não é prá mato". Além das condições naturais, a estrutura fundiária predominantemente latifundiária constitui elemento característico da atividade. É uma atividade típica das grandes fazendas distribuídas por essas regiões.

Os dados referentes ao desenvolvimento da atividade no período 1960-90 são muito claros em demonstrar a estagnação da atividade (ver TABELA 15, anexo II). O rebanho efetivo apresenta-se em crescimento durante a 1ª década atingindo seu patamar mais elevado em 1970, com 35% acima de 1960. Os 10 anos seguintes são de redução do rebanho, voltando para o patamar inicial e na década de 80 mantém-se os mesmos níveis. A produção de lã também cresce nos 10 primeiros anos (38%) e, graças ao pequeno ganho de rendimento por animal, consegue se estabilizar em torno de 30 mil toneladas entre 1970 e 1990. O abate de ovinos SIF apresenta oscilações acentuadas no período, provavelmente ligadas a expansão e retração do rebanho e às condições mais ou menos favoráveis para o abate SIF ou clandestino. Não se denota qualquer tendência de aumento da taxa de desfrute do rebanho, o que poderia indicar uma perspectiva de maior interesse pela produção de carne ovina.

Fica evidente, ser a ovinocultura uma atividade econômica tradicional, que sofreu poucas transformações no período. A expansão e retração do rebanho foi pequena e os índices zootécnicos praticamente não se alteraram nos 30 anos analisados.

Além da estrutura produtiva da atividade, talvez possa-se encontrar elementos explicativos para essa estagnação no mercado

dos seus produtos. De fato, são produtos (lã e carne) que ao contrário de expandir seu espaço no mercado, sofreram estreitamento nos seus limites. A lã sofre a concorrência dos fios sintéticos, além de outros fios naturais como algodão, seda, etc. A carne tem sérias limitações pela sua qualidade (gordura excessiva) e, um quadro de concentração da renda, não consegue fazer frente à carne de frango que abriu seu espaço.

Portanto, trata-se de uma atividade pouco dinâmica, que apresentou poucas alterações no passado recente e não apresenta perspectivas de transformações significativas no futuro próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste capítulo, referentes às 15 principais atividades econômicas da agropecuária do estado, evidenciam uma série de elementos importantes para a compreensão do processo de desenvolvimento da agropecuária gaúcha.

Em seu conjunto elas apresentam um crescimento significativo no Valor Bruto da Produção - VBPA que atinge 250% durante os 30 anos analisados. Atividades como a Sojicultura e a Avicultura, praticamente inexistentes no início do período, cresceram extraordinariamente e atingiram grande importância na economia do estado. Noutro extremo, atividades como a Produção de Feijão, Milho, Cebola, Mandioca e a Ovinocultura, apresentaram estagnação ou até redução no Valor da Produção e reduziram sua participação nos totais do estado. No campo intermediário, várias atividades cresceram em níveis semelhantes aos totais do estado e mantiveram seus Índices de participação no valor total.

É importante caracterizar, nesse momento, as principais transformações ocorridas nesse processo de desenvolvimento.

A - A Transformação da Base Técnica

A base técnica da agropecuária gaúcha sofreu importantes

transformações no período analisado, com maior intensidade em algumas atividades e menor em outras.

As inovações mecânicas aconteceram num ritmo extremamente acelerado. Os instrumentos de trabalho simples e de fabricação caseira ou local, foram substituídos por máquinas complexas, sofisticadas e de alto valor, como tratores, colheitadeiras, plantadeiras, ordenhadeiras, secadores, transportadores, etc, produzidos por indústrias modernas (predominantemente multinacionais). O processo de mecanização inicia-se na Rizicultura e expande-se para a Triticultura e Sojicultura. Nestas atividades a mecanização possibilita uma enorme expansão das áreas de cultivo e um crescimento exponencial da produtividade do trabalho, com reflexos diretos no desemprego da força de trabalho rural. Num segundo momento a mecanização atinge atividades da pecuária, como a Avicultura, a Suinocultura e a Pecuária Leiteira. Nestas ela permite a ampliação da escala de produção com aumento significativo dos plantéis por unidade produtiva. São atividades que não exigem grandes áreas de terra e se caracterizam por um crescimento mais intensivo em capital. Grande parte das máquinas e equipamentos foi incorporada ao processo de comercialização dos produtos agropecuários e a agroindustrialização dos mesmos, desenvolvendo um setor praticamente inexistente no início do período analisado. Algumas atividades mostraram-se pouco dinâmicas ou receptivas a mecanização, como é o caso da Produção de Cebola, Uva, Mandioca, Feijão, Ovinocultura e Bovinocultura de Corte, pois, praticamente

mantiveram os mesmos métodos de trabalho e produção ao longo dos últimos 30 anos.

As inovações físico-químicas também se processaram rapidamente, através da incorporação dos fertilizantes industriais, agrotóxicos, produtos veterinários, etc, no processo produtivo da maioria das atividades agropecuárias. Os sistemas de rotação de culturas, adubação orgânica e descanso de terras, foram substituídos pelos sistemas intensivos de produção, respaldados pelo intenso uso dos novos insumos químicos. Embora com intensidade diversa, as inovações físico-químicas fizeram-se presentes em todas as atividades analisadas e produziram alterações mais ou menos significativas no volume e nas formas de produção.

As inovações biológicas integram e completam esse conjunto de transformações tecnológicas da agropecuária. Foram desenvolvidas ou adaptadas inúmeras variedades novas de sementes para as diversas culturas de lavoura e de novas raças de animais na pecuária. O grande salto está na difusão em massa dos híbridos, altamente produtivos e geralmente mais precoces que os materiais genéticos tradicionais.

Estes três tipos de inovação ocorreram intimamente relacionados entre si e constituem os componentes básicos dos "pacotes tecnológicos" desenvolvidos ou adaptados pela pesquisa e difundidos pela extensão rural. É importante destacar a característica impositiva como essas inovações foram introduzidas na agropecuária, sem considerar os conhecimentos e

as condições naturais, econômicas, sociais existentes. Os acidentes de trabalhadores com máquinas e agrotóxicos (envenenamentos), os danos causados ao meio ambiente e aos recursos naturais (solo, rios, fauna e flora) e os grupos sociais que foram marginalizados, não são desprezíveis. Além disso, permitiram o desvio de recursos públicos sob diversas formas, como foram os casos do "adubo papel", "calcário papel", "semente papel" e tantos outros conhecidos ou não.

B - A Mercantilização da Produção

O processo de integração das unidades de produção agropecuária à dinâmica do mercado avançou aceleradamente. Os meios de produção utilizados, por causa das transformações que sofreram, passaram a ser adquiridos no mercado, exigindo desembolsos ou compromissos monetários. De outro lado, a produção agropecuária é feita cada vez mais direcionada ao mercado, garantindo ingressos monetários para fazer frente aos desembolsos, em detrimento da lógica do autoconsumo ou da produção para subsistência.

Esta nova qualidade da produção exige e viabiliza a formação de uma grande, complexa e diversificada infraestrutura de comercialização de produtos e insumos agropecuários. Fazem parte dela a estrutura física, composta por estradas, portos, redes de armazenagem, frotas de transporte, indústrias processadoras, etc, e a estrutura institucional, composta por cooperativas, bolsas de mercadorias, tradings, bancos, empresas privadas e órgãos

públicos.

Evidentemente, essa estrutura de comercialização foi edificada à partir das necessidades, atendendo aos interesses e em função das potencialidades das atividades mais dinâmicas da agropecuária. Não é por acidente que grande parte das cooperativas do estado possuem em seu nome a palavra "trifícola" e se congregam numa Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (FECOTRIGO). O mesmo raciocínio é válido para empresas como a Sadia, Souza Cruz, CCGL e outras. Nesse sentido é sintomática a falta de estrutura e as dificuldades de comercialização da Cebola, Mandioca, Feijão, e alguns Hortigranjeiros e a estagnação e/ou inviabilidade dos abatedouros frigoríficos que não possuem um sistema de integração mais formal (bovinos, ovinos, suínos).

O móvel da produção passa a ser cada vez mais a acumulação de capital e não mais a simples satisfação das necessidades do produtor rural e de sua família. A própria mudança tecnológica, por mais que tenha atingido apenas marginalmente alguns produtos e produtores, inviabiliza a reprodução dos sistemas de autoconsumo.

C - Integração Técnico-Produtiva Intersetorial

Cresce enormemente a importância da integração técnica entre a agropecuária, a indústria e os serviços. Por um lado, uma série de produtos industriais e de serviços passam a ser demandados pela agropecuária, por estarem incorporados em seu processo produtivo, como máquinas, equipamentos, insumos,

crédito, assistência técnica, etc. Por outro, a maioria dos produtos agropecuários constituem-se em matéria prima das indústrias que os transformam em produtos finais ou então utilizam-se de estruturas de serviços para atingir seus mercados consumidores (Bolsas, Tradings, Cooperativas, etc).

Os níveis de integração alcançados constituem a base para o questionamento da própria setorialização da economia. Até que ponto pode-se continuar falando em setor primário, secundário e terciário, como coisas separadas ou independentes?

Para a agropecuária do Rio Grande do Sul poder-se-ia caracterizar quatro formas ou níveis de integração:

1) Integração aberta ou de mercado: Nela não há nenhum compromisso estabelecido entre as partes e o intercâmbio ocorre no mercado em geral, ocasionalmente do ponto de vista individual. Os produtores rurais tomam o crédito, adquirem insumos, buscam assistência técnica, vendem seus produtos, enfim, estabelecem relações comerciais com quem lhes oferece as melhores condições em cada caso e em cada momento. Ocorre predominantemente com produtores de Cebola, Mandioca, Feijão, Milho, Bovinos, Ovinos e, parcialmente em outras atividades.

2) Integração via cooperativa: Nas cooperativas os associados assumem alguns compromissos, em troca de um conjunto de vantagens que lhe são oferecidas. Não há ainda um maior detalhamento dos compromissos assumidos, nem maior rigor no cumprimento dos mesmos. Em geral os produtores adquirem na cooperativa a maior parte dos produtos e serviços de que

necessitam e vendem através dela a maior parte da produção, mas possuem a opção de estabelecer relações comerciais com outros agentes. Ocorre com maior evidência na Rizicultura, Triticultura, Sojicultura, Viticultura, Pecuária Leiteira e outras atividades.

3) Integração por contrato: O contrato estabelece os compromissos das partes de forma bastante detalhada, bem como as penalidades pelo seu descumprimento. Normalmente a empresa integradora assume a maior parte das atividades de cunho industrial, comercial ou financeiro e encarrega o produtor rural integrado das tarefas especificamente ligadas a produção agropecuária. O contrato se restringe a uma atividade econômica e não a unidade produtiva como um todo e ocorre predominantemente na Avicultura, Suinocultura e Fumicultura. O financiamento, a assistência técnica e os insumos necessários são fornecidos pela empresa integradora, que também garante a exclusividade para a aquisição da produção.

4) Integração vertical: É aquela na qual uma empresa assume e executa todas as etapas da produção agropecuária e seus desdobramentos. São casos ainda isolados mas podem estar indicando uma tendência do processo de desenvolvimento.

A forma da integração técnico-produtiva é um elemento fundamental na análise, pois na maioria dos casos o centro dinamizador da atividade agropecuária está na indústria de transformação ou na indústria dos meios de produção, quando não em ambas.

D - Integração de Capitais

A importância dos grandes grupos econômicos na agropecuária gaúcha é cada vez mais evidente. Não se pode ignorar ou considerar como exceção a regra, a existência de casos como a Souza Cruz na Fumicultura, a CCGL na Pecuária Leiteira, a Sadia, Pedigão e Frangossul na Avicultura e Suinocultura, a FECOTRIGO e suas filiadas na Triticultura e Sojicultura, dentre outros que dominam o mercado de seus respectivos ramos e imprimem a dinâmica a ser seguida naquelas atividades. Embora seja difícil de quantificar, a participação desses grupos econômicos na produção agropecuária do estado, cresceu muito no período analisado.

O processo de integração de capitais na agropecuária revela uma nova estratégia do grande capital. Ele organiza a aplicação dos excedentes acumulados de forma diversificada, em busca de uma taxa média de lucro para o conjunto do conglomerado.(32) Admite sacrificar a lucratividade em determinada atividade para maximizá-la nas demais.

A agropecuária está inserida nesse raio de diversificação, como campo propício para a valorização dos capitais, por três razões básicas:

- 1) Pelo elevado grau de integração técnico-produtiva alcançado nas relações agroindustriais, tornando necessários ou interessantes os investimentos na produção de alimentos e matérias primas que irá processar industrialmente. O objetivo inicial não é a busca da auto-suficiência, mas a garantia de

oferta de uma parcela significativa desses produtos, diminuindo os riscos e aumentando a capacidade de programação e regulação do mercado.

2) Para facilitar o acesso aos incentivos, subsídios e compensações fiscais e financeiras concedidas pelo Estado. A política agrícola permite aos empreendimentos integrados uma série de vantagens, em comparação aos produtores rurais isolados, o que lhes confere margens de lucro mais elevadas.

3) Para aproveitar a valorização dos títulos de propriedade da terra que, no período de crescimento econômico acelerado, alcançaram níveis elevados. A propriedade territorial tornou-se um ativo financeiro de alta liquidez e rentabilidade, além de possibilitar o acesso ao crédito rural subsidiado.

Dessa forma a agropecuária tornou-se um campo importante de valorização dos capitais que buscavam novos mercados, para uma composição balanceada de sua taxa de lucro. A integração de capitais tornou-se a forma concreta de realização do processo de concentração e centralização do capital.

E - A Regulação Estatal

A participação do Estado nas transformações ocorridas na agropecuária foi decisiva. Através do crédito rural, pesquisa, extensão rural, incentivos fiscais, subsídios, controle de preços e outros mecanismos o Estado definiu uma série de possibilidades para o desenvolvimento da agropecuária e eliminou outras.

O processo de desenvolvimento de cada uma das atividades

analisadas possui marcas profundas da ação estatal. O crédito rural destinou-se em cerca de 90% dos recursos para apenas três produtos (arroz, soja e trigo), os investimentos feitos em pesquisa apresentam concentração semelhante e os mecanismos de proteção ao mercado foram profundamente discriminatórios. O subsídio ao trigo, por exemplo, reduziu drasticamente o mercado do milho e da mandioca.

O pacto social entre os grandes proprietários de terra, os empresários agroindustriais e os governantes, direcionou a construção dos instrumentos de política econômica e agrícola no sentido da modernização da agropecuária, sem alteração na estrutura fundiária, atendendo aos interesses melhor estruturados na sociedade. O Estado, repassou enormes somas de recursos para os grupos sociais mais poderosos e, com isso, ajudou a marginalizar importantes camadas populacionais do campo e das cidades, ampliou a produção de determinados produtos e inviabilizou a produção de outros.

F - O Mercado de Terras

Definitivamente a terra deixou de ser um recurso natural disponível, mesmo que relativamente. As mudanças tecnológicas da agropecuária e a utilização da terra como garantia na obtenção do crédito rural subsidiado, transformaram-na num ativo financeiro altamente valorizado.

Além da renda natural obtida pela exploração extensiva de grandes áreas, os proprietários puderam contar com o arrendamento

cobrado aos lavoureiros de arroz, trigo e soja, e de benefícios advindos da utilização do crédito rural subsidiado. Os preços da terra cresceram substancialmente, no período analisado e a sua liquidez tornou-se quase imediata, consolidando um novo espaço de especulação financeira.

Os elevados preços da terra pressionaram no sentido de limitar o crescimento extensivo da produção agropecuária, em favor de atividades com características mais intensivas (Avicultura, Fumicultura, Hortifruticultura, etc).

Portanto, a análise setorial, das 15 principais atividades agropecuárias do Rio Grande do Sul, demonstrou que o desenvolvimento observado nos últimos 30 anos não é algo homogêneo e que se distribui igualmente a todos os produtos. Pelo contrário, produz alterações profundas na hierarquia de importância e na participação das atividades na economia do estado. Além das modificações quantitativas, várias atividades sofreram transformações qualitativas em seus processos produtivos e em seus produtos finais, enquanto outras permaneceram com suas características tradicionais.

NOTAS DO CAPITULO

- (1) TACQUES, J. Ribeiro. **O arroz no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: GLOBO. 1941. p.18.
- (2) MAFFEI, José Carlos. **O arroz: perfil agrícola, armazenamento e conservação.** Porto Alegre: SAGRA. 1981. 115p.
- (3) TACQUES, idem *ibidem*. p.22.
- (4) BERNARDES, Bonifácio. **A risicultura em Cachoeira.** in: A cultura do arroz no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. 1935. p.102.
- (5) Idem *ibidem*. p.100-104.
- (6) BRDE. **Informe sobre as principais atividades agrícolas no estado.** Porto Alegre: BRDE. 1988. p.8-10.
- (7) BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Vozes/FIDENE. 1988. 200p.
- (8) Idem *ibidem*, p.74.
- (9) CEDIC. **Perfil setorial do milho.** Porto Alegre: CEDIC. 1974. 68p.
- (10) BRDE. idem *ibidem* p.11-14.
- (11) Declarações feitas por agricultores em programas de extensão da UNIJUI.
- (12) CATEN Roque ten e LUCIA Thomaz (org.). **A cultura da cebola no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EMATER/RS. 1982. 93p.
- (13) FDRH-RS. **Sistema agroindustrial da cebola no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 1978. 104p.
- (14) FDRH-RS. **Sistema agroindustrial da mandioca no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FDRH-RS. 1978. 166p.
- (15) DESER/ESMA. **Cartilha sobre fumo: como plantar fumo, sem levar fumo.** Porto Alegre: CUT. 1989. 56p.
- (16) CEDIC. **Perfil setorial do fumo.** Porto Alegre: CEDIC. 1974. 84p.
- (17) MANFREDINI, Sadi. **Análise descritiva da viticultura na**

Microrregião Homogênea Viticultora de Caxias do Sul.
Bento Gonçalves: EMBRAPA-UEPAE. 1982. 56p.

- (18) CEDIC. **Perfil da uva: primeira atualização.** Porto Alegre: CEDIC. 1975. 96p.
- (19) EMATER-RS. **Programa estadual de produção e abastecimento de hortigranjeiros: produção programada.** Porto Alegre: EMATER-CEASA, 1987. 28p.
- (20) FDRH-RS. **Sistema agroindustrial de bovinos no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FDRH-RS. 1977. 107p.
- (21) CEDIC. **Perfil setorial da carne bovina.** Porto Alegre: CEDIC. 1974. 116p.
- (22) HETZEL, Moacir. **O mercado da carne bovina in natura no Rio Grande do Sul.** Ijuí-RS: FIDENE. 1985. 63p.
- (23) CEDIC. **Perfil do leite.** Porto Alegre: CEDIC. 1974. p.14.
- (24) Idem ...ibidem. p.56.
- (25) CCGL. **Relatório de atividades 1988/89.** Porto Alegre: CCGL. 1989. 83p.
- (26) BRDE. **Produção de leite e derivados no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: BRDE. 1988. 18p.
- (27) HETZEL, Moacir. **Complexo industrial do leite.** mimeo.
- (28) FDRH-RS. **Sistema agroindustrial de suínos no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FDRH-RS. 1978. 114p.
- (29) CEDIC. **Perfil da carne suína: primeira atualização.** Porto Alegre: CEDIC. 1975. 87p.
- (30) BRDE. **Avicultura de corte no Rio Grande do Sul: produção, industrialização e comercialização.** Porto Alegre: BRDE. 1982. p.5.
- (31) CEDIC. **Perfil da lã: primeira atualização.** Porto Alegre: CEDIC. 1975. 87p.
- (32) DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: ICONE/UNICAMP. 1985.p.134.

CAPITULO III

ANALISE SOCIAL

INTRODUÇÃO

Este terceiro capítulo é dedicado a análise da dinâmica social na agropecuária gaúcha no período 1960 - 90. Nele são apresentados os diversos grupos sociais existentes, desde sua origem ou constituição, e discutidos os vários aspectos sobre a sua inserção nas transformações ocorridas durante o período analisado.

O processo de desenvolvimento da agropecuária gaúcha tem significados próprios para os diversos grupos sociais nele envolvidos. Não é possível afirmar genericamente que ele beneficiou ou prejudicou a população rural pois, ao mesmo tempo em que enriqueceu determinados segmentos, marginalizou ou expulsou outros, além de inúmeras situações intermediárias. As transformações econômicas se refletem direta e profundamente nas relações sociais, redefinindo as relações de trabalho, de organização, de representação, de influência e de poder.

Grupos sociais que possuíam a hegemonia política e econômica no estado são compelidos a repartir ou compartilhar sua hegemonia com os segmentos que se organizaram e desenvolveram no período recente. Outros grupos que apresentavam-se bastante homogêneos, sofrem um intenso processo de fragmentação e diferenciação

interna, a ponto de praticamente não mais se identificarem enquanto grupo social.

A partir de trabalhos desenvolvidos por vários autores sobre o assunto, tentou-se caracterizar sinteticamente esta complexa e contraditória dinâmica social como elemento fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha.

Foram caracterizados e analisados quatro grupos principais, que evidentemente se subdividem em grupos menores, de acordo com suas especificidades:

- 1) Estancieiros ou Fazendeiros;
- 2) Camponeses: caboclos e colonos;
- 3) Empresários Rurais; e
- 4) Trabalhadores Assalariados.

1 - Estancieiros ou Fazendeiros

A origem histórica deste primeiro grupo social integrante da agropecuária gaúcha deve ser buscada na própria ocupação do território pelo homem branco. A formação das estâncias se deu num processo de confronto direto entre os diversos grupos de invasores europeus e seus descendentes e os diversos grupos da população indígena. (1)

A caça ao gado selvagem e a apropriação de grandes áreas de terra cobertas de pasto e gado, levaram portugueses e espanhóis a fazer incursões e, em seguida, estabelecer as estâncias. Cada qual queria conquistar mais terras e mais gado, além da lealdade das tribos indígenas, o que levou a multiplicação de bases político-militares ao redor das quais se estabeleciam núcleos de população. Os militares ocupavam assim uma posição privilegiada na disputa por terras e gado, subordinando aos seus ditames os interesses das demais camadas sociais.

As guerras de conquista representam por um lado, a extensão dos domínios da Coroa Portuguesa sobre o território conquistado, e, por outro, fornecem um ganho em terras e gado que se transformam em propriedade privada.(2) Neste sentido, a participação na guerra significou, na maioria dos casos, a

possibilidade de apropriação de um pedaço de terras, normalmente proporcional à tropa de guerreiros reunidos, ao dinheiro para aparelhá-los ou a habilidade militar, responsáveis pelo sucesso nas batalhas. Os títulos de propriedade (Cartas de Sesmaria) eram concedidos àqueles que haviam conquistado e garantido a posse sobre determinada área. Ademais, como títulos da Coroa Portuguesa, não eram reconhecidos pelos espanhóis ou Índios e precisavam ser garantidos pela força militar do proprietário.

A apropriação de terras torna-se sinônimo de poder e, como tal, a grande maioria da população ficou excluída. Era condição essencial para permitir a sustentação econômica e política da metrópole (Portugal) e de seus representantes locais.

Constituídas na forma descrita, as estâncias desenvolvem-se, enquanto unidade de produção, baseadas na propriedade de imensas áreas de terra e na criação extensiva de gado. A criação e expansão das charqueadas (1780) e a instalação dos matadouros frigoríficos (1920) foram elementos fundamentais no desenvolvimento da atividade econômica principal dos estancieiros. Nos capítulos anteriores já se discutiu esse processo.

A organização interna da estância baseava-se nos trabalhos dos que não tiveram acesso aos meios de produção (terra e gado). O trabalho escravo era utilizado nas atividades agrícolas, domésticas e no artesanato, sob supervisão direta. Já o trabalhador livre (agregado e peão) fazia os trabalhos de campo (com o gado) e tinha um controle menos intenso, muitas vezes

mediado pelo capataz. Ambos dependiam totalmente do estancieiro que lhes retribuía de acordo com a lealdade e o empenho dos trabalhadores, a seu critério.

Os estancieiros mais fortes estenderam sua influência e sua autoridade política para além dos limites de suas terras. É a figura do **Coronel** que exerce o domínio sobre vários criadores menores e torna-se a figura de destaque na estrutura do poder político que controlou o estado até 1930, pelo menos.

A estância transforma-se em fazenda quando o proprietário e sua família se desloca para as cidades.(3) Sua presença na propriedade já não é imprescindível e as tarefas políticas e de comércio passam a ser prioritárias. As atividades produtivas são comandadas pelos capatazes de fazenda e executadas conjuntamente por este e os peões. O móvel da acumulação continuava sendo a aquisição de novas terras e a ampliação do rebanho, como forma de expandir a renda gerada.

É importante ressaltar, como característica histórica desse grupo social, a resistência política à reestruturação do sistema produtivo e das relações de produção. A estrutura produtiva existente constitui a base da estrutura de poder e as alterações sempre foram consideradas como inconvenientes. As dificuldades que surgiam na atividade econômica (concorrência dos países vizinhos) deveriam ser enfrentadas através da política de favores e proteções das autoridades estatais.

Evidentemente, não causa espanto a reação dos fazendeiros frente as propostas de reforma agrária nos diferentes momentos em

que apareceram. Porém, a postura deles frente ao processo de modernização da agropecuária também não pode ser considerada como progressista. Enquanto proprietários de extensas áreas de terra os fazendeiros tiveram facilidade de acesso ao crédito rural para modernizar seus latifúndios, mas foram poucos os que completaram o processo. A maioria dos recursos obtidos a taxas de juros subsidiados foram aplicados parasitariamente, na aquisição de novas áreas de terra ou no mercado financeiro. A análise da bovinocultura de corte e da ovinocultura, feita no capítulo anterior, demonstra que praticamente não ocorreram avanços no sistema de produção e na tecnologia utilizada. O avanço das lavouras empresariais de arroz, trigo e soja não conseguiu seduzir os fazendeiros que aproveitaram a oportunidade para arrendar parte de suas terras aos "granjeiros" que delas necessitavam.

Mais uma vez utilizaram-se do monopólio sobre a propriedade da terra para aumentar sua renda. Seja através do crédito rural subsidiado ou do arrendamento aos granjeiros, os fazendeiros conseguem aumentar sua renda numa proporção muito maior que sua contribuição na produção.

As principais entidades representativas desse grupo social são a FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) e os sindicatos Rurais, a FECOLÃ (Federação das Cooperativas de Lã), várias associações de criadores (ARCO, Charolês, Zebú) e mais recentemente a UDR (União Democrática Ruralista). Além dessas entidades, existem muitos órgãos oficiais e outros espaços da

sociedade onde os interesses desse grupo social são muito bem representados.

Os estancieiros foram o grupo social hegemônico, não só na agropecuária mas no conjunto da sociedade gaúcha, até o início do século XX. A partir dos anos 30, começam a ter que compartilhar seu poder com os empresários urbanos, a exemplo do que ocorre a nível de Brasil. Mais tarde, os empresários rurais passam a exigir e conquistar a sua parcela de participação nas decisões sobre os rumos políticos e econômicos do estado.

Dessa forma, embora ainda tenham presença significativa nas instâncias de poder, a falta de uma maior dinâmica econômica debilitou significativamente a hegemonia dos estancieiros ou fazendeiros nos últimos 30 anos.

2 - Camponeses: caboclos e colonos

Caracterizados por sua situação de produtores diretos em que a unidade de produção se identifica com a unidade familiar, os camponeses tem sua origem em dois processos distintos: os caboclos, constituídos de camadas sociais marginalizadas no processo de constituição das estâncias; e os colonos, constituídos a partir dos programas de colonização do estado através de imigrantes europeus.

"A agricultura camponesa no Rio Grande do Sul se desenvolve num contexto, onde as estâncias dominam econômica e politicamente. Sua formação e sua evolução foram, pois, condicionados por este fato. Não se trata necessariamente de uma relação de subordinação, mas a agricultura camponesa ficará limitada pelo modo de organização e de funcionamento sócio-econômico das estâncias" (FRANTZ, p.34).(4)

Embora não existam indicações exatas sobre a origem dos caboclos é provável que em sua maioria sejam descendentes de encontros entre bandeirantes, soldados e estancieiros com mulheres escravas ou índias durante as disputas de territórios. Daí sua característica étnica (mestiços). É um grande contingente de pessoas que durante as guerras de conquistas não possuía recursos nem posição militar para apropriar-se de terras e

habilitar-se às cartas de sesmaria. Eles participam do processo como dependentes e subordinados aos coronéis-estancieiros. Com a abolição da escravatura um novo contingente humano é liberado e passa a procurar formas de sobrevivência.

Essas pessoas se vêem na contingência de implorar aos estancieiros um pedaço de terra, no qual possam praticar uma agricultura de subsistência ou então avançar na fronteira agrícola apossando-se de terras devolutas com o mesmo fim.

Os que se estabeleceram no interior das estância tiveram que aceitar as condições impostas pelos proprietários, que lhes impunham limites à produção como forma de garantir uma reserva de força de trabalho para quando tivessem necessidade de utilizá-la. Apenas conseguiam sobreviver e a reprodução dava-se em iguais condições.

Os caboclos que buscaram terras distantes também ficaram limitados a uma agricultura de subsistência, pois o acesso ao mercado era impossível. Ademais passaram a ser constantemente expulsos pelo latifúndio em expansão, tendo que deslocar-se para novas terras cada vez mais distantes.

As dificuldades enfrentadas por estas camadas sociais foram de tal ordem que eles sequer tiveram condições de se organizar econômica, social e politicamente em busca de alternativas. O isolamento dentro das estâncias e o nomadismo das fronteiras agrícolas impediam até mesmo a formação de comunidades rurais com um mínimo de estabilidade. Foram excluídos também, dos programas oficiais de colonização.

"No Rio Grande do Sul, o programa de colonização com colonos europeus transformou os caboclos em agricultores de segunda categoria perante o Poder Público e perante os próprios imigrantes. A sua luta inexorável no interior da contradição com o latifúndio não lhes tem dado o direito de, ou melhor, as condições objetivas para ter acesso à propriedade da terra como camada social. A política de colonização tem favorecido, em primeiro lugar, os estrangeiros, o que deu uma nova dimensão à categoria social dos caboclos: a dimensão étnica. Muitas vezes distingue-se os caboclos dos colonos por sua maneira de praticar a agricultura, como também pelo fato de serem mestiços. Por falta de conhecimento de sua história, frequentemente se culpa esta dimensão étnica por sua pobreza e a maneira primitiva de produzir." (FRANTZ p.41).(5)

"A exclusão dos caboclos de qualquer projeto de colonização significava também, para os estancieiros e as charqueadas a certeza de poder dispor de uma mão de obra barata, no momento que precisavam dela. E para conseguir isto, era importante manter um grande número de pessoas na agricultura de subsistência, sem acesso a propriedade e sob o controle direto ou indireto dos criadores." (FRANTZ 42).(6)

Já os colonos imigrantes tem origem bem conhecida e bastante documentada. A partir de 1824 chegam os primeiros alemães e a partir de 1875 os italianos, constituindo os dois grupos mais numerosos. Mas também chegam poloneses, austríacos, letos, franceses, russos, holandeses, húngaros e de outras nacionalidades. Cada grupo étnico possuía características diferentes em relação aos demais e mesmo dentro de cada grupo haviam heterogeneidades, quanto a cultura, religião, conhecimento tecnológico e formação profissional. Os aspectos são tantos e tão variados que não será possível abordá-los neste trabalho, embora fosse interessante.

Oficialmente a colonização inicia em 1824 e se estende até o período entre-guerras. Em termos quantitativos, foram

estabelecidas 51 colônias oficiais (17 imperiais, 9 federais, 22 estaduais e 5 municipais) e 213 colônias privadas. A grande maioria delas foram estabelecidas após a promulgação da Lei das Terras em 1850, que determinava a compra como única forma de acesso a propriedade da terra (vedava a doação/titulação).

Com a nova lei, a área dos lotes foi reduzida de 77 ha, para 48,4 ha e, em 1889, para 25 ha. A venda de lotes individuais, com pagamento em dinheiro, foi um meio eficaz para obrigar aos colonos produzir excedentes para o mercado e não apenas para sua própria subsistência.

Inicialmente os rios - afluentes do Guaíba - eram as vias de transporte mais utilizadas, mas a ocupação das terras mais distantes do PLANALTO exigiam novas formas. A construção das estradas de ferro entre 1880 e 1910 tiveram importância decisiva na implantação das colônias e no seu contato com o mercado.

O tamanho reduzido dos lotes, a prática agrícola utilizada e o grande número de filhos das famílias, fez com que os processos de colonização se perpetuassem. A cada geração era necessário avançar para novas áreas já que o lote do Pai somente podia abrigar um dos filhos. Por isso, junto com os novos imigrantes recém chegados, a colonização do PLANALTO (colônias novas) contou com enorme contingente de descendentes dos colonos das colônias velhas (SERRA). O processo não parou e os filhos de colonos continuaram abrindo a fronteira rumo ao oeste catarinense e paranaense e mais tarde o centro-oeste e norte do país. Neste particular não há muitas distinções a fazer entre os colonos e

caboclos.

Porém, ao contrário do caboclo, os colonos conseguem um elevado grau de organização comunitária. A religião, a cultura, a educação, a identidade étnica são elementos preservados com muito zelo. Também os interesses econômicos são resguardados por entidades como as cooperativas de crédito (Sistema Reiffeisen) criadas de 1902 em diante. A maior densidade demográfica e a maior identidade entre os membros das colônias, possibilitaram uma intensa vida comunitária, que tem se traduzido no surgimento de grande número de municípios nessas regiões. Do ponto de vista político, os colonos tiveram pouca participação no poder e sofreram muito com as ingerências dos governos contra seus interesses.

O processo de modernização da agropecuária iniciado no pós guerra e intensificado a partir dos anos 60 atingiu aos camponeses em cheio, justamente no momento de sua maior crise. A fronteira agrícola havia se esgotado no Rio Grande do Sul e nos estados mais próximos (Santa Catarina e Paraná) dificultando a reprodução dos colonos na sistemática tradicional. As terras de suas propriedades estavam desgastadas em sua fertilidade natural com reflexos evidentes nos níveis de produtividade dos cultivos. Novos produtos de outros locais faziam concorrência e roubavam os mercados de seus produtos.

O processo modernizador que se desenvolveu nesta segunda metade do século XX criou e expandiu grandes diferenciações entre os agricultores familiares ou camponeses. Formaram-se vários

subgrupos, com características diversas entre si, perdendo inclusive sua identidade enquanto grupo social.

Uma parte deles consegue tecnificar-se e especializar-se em atividades como suinocultura, avicultura, hortigranjeiros, pecuária leiteira, fomicultura e outros. Abrindo mão de sua autonomia esse grupo de produtores consegue associar-se e inclusive tirar vantagens econômicas do processo, através de sua integração ao capital agroindustrial em franco desenvolvimento.

Outra parte tenta acompanhar os produtores capitalistas no cultivo de trigo e soja, fundamentalmente. Associam-se às cooperativas tritícolas como forma de participar, como sócios menores das riquezas geradas por estas atividades. As cooperativas constituem-se em elos fundamentais para sua reprodução enquanto tal.

Uma terceira parte, por não ter acesso às duas alternativas anteriores, tenta sobreviver fazendo algumas alterações na sua dinâmica produtiva mas mantendo-se em atividades marginais, como produção de milho, mandioca, cebola, feijão, suínos e leite, sem uma maior integração com a agroindústria.

A quarta parte, talvez a mais numerosa (ver TABELAS I a 16, no anexo III), foi completamente marginalizada e excluída do processo. Dentre eles estão os que migraram para as cidades ou para outros estados e os sem-terra que através dos assentamentos e invasões lutam bravamente pela reforma agrária como única forma de reconquistar a sua condição de produtores rurais ou agricultores. Cabe destacar que neste grupo encontram-se muitos

descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, etc) e não apenas caboclos ou mestiços, como querem fazer crer os setores reacionários da sociedade.

Essa diferenciação que se produziu entre os camponeses abriu espaço para a organização de vários movimentos sociais na agropecuária gaúcha.(7) Surgem o Movimento dos Sem-Terra, o Movimento das Barragens, os movimentos dos agricultores integrados (Fumicultores, Viticultores, Suinocultores, Produtores de Leite, etc), cada um dos quais seguindo objetivos e estratégias próprias, colocando em cheque a própria estrutura sindical, representativa e política dos mesmos (FETAG E STRs).

3 - Empresários Rurais

A primeira atividade agropecuária com características nitidamente empresariais foi a Rizicultura . O domínio sobre as técnicas da irrigação mecânica, as condições naturais favoráveis e as "cotações fabulosas do arroz" atraíram muitos empreendedores nos primeiros anos deste século. Estes novos produtores eram em sua maioria de origem urbana, comerciantes, engenheiros, médicos e outros que conseguiam ter acesso à terra através do arrendamento.

Forma-se uma estrutura produtiva nova no estado, envolvendo relações entre 3 categorias sociais bem distintas. A terra era obtida junto aos latifundiários/estancieiros, mediante arrendamento, numa clara separação entre proprietário e produtor. A força de trabalho era em sua maior parte assalariada, composta por peões de estância e caboclos da região, numa clara distinção entre os proprietários dos meios de produção e da força de trabalho. O empresário - arrozeiro detinha o capital monetário, conhecimento tecnológico e assumia os riscos e lucros da produção.

Esta forma de produção mostrou-se muito dinâmica, sendo pioneira em termos de avanços tecnológicos. A mecanização não só

da produção agrícola, mas também do processo de comercialização (secagem, armazenamento e beneficiamento) foi buscada muito tempo antes do que se pudesse imaginar para qualquer outra atividade.

Após a II guerra mundial surge novo conjunto de empresários rurais representados pelos granjeiros do trigo e da soja no PLANALTO. Os primeiros empresários agrícolas que se lançaram na produção mecanizada de trigo, por volta de 1947 em Passo Fundo e Carazinho, a exemplo dos arroteiros, não foram os agricultores tradicionais (colonos, caboclos ou criadores). Mais uma vez eram comerciantes, pequenos industriais e profissionais liberais das cidades que decidem investir na produção agrícola. Contavam eles com algum capital monetário acumulado em seus negócios, a existência de um grande número de camponeses sem ou com pouca terra, potencialmente assalariados e problemas financeiros sentidos pelos proprietários de terra tornando-os dispostos a arrendar certas áreas. Acostumados a tratar com os bancos, o comércio e tendo um nível cultural mais elevado, eles souberam aproveitar as condições favoráveis para estabelecer seus empreendimentos.

Durante a década de 50 os granjeiros aproveitaram os estímulos do governo federal para criar as cooperativas tritícolas. Quase todas elas foram fundadas em 1957 e, já em 1958 foi criada a FECOTRIGO (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul), para representar seus interesses frente ao poder central. Além de um grande passo no sentido da organização política da nova categoria social em formação, as

cooperativas representam a possibilidade de, sob um discurso da cooperação, apropriar-se de grandes somas de dinheiro público para montar invejável infraestrutura de comercialização para seus produtos.

Num momento posterior, os triticultores passam a dedicar-se a produção de soja que rapidamente assume a hegemonia do binômio trigo-soja. Também é nesse segundo momento que os agricultores tradicionais passam a acreditar na atividade empresarial e tentam se inserir no processo.

É precisamente esse grupo social, os empresários rurais (arrozeiros, triticultores e sojicultores) quem mais se beneficiou com o processo de modernização da agropecuária. Até o final dos anos 70, mais de 90% dos recursos do crédito rural foram absorvidos por essas 3 atividades, possibilitando uma acelerada mecanização da produção, farta utilização de insumos modernos e a construção de uma enorme estrutura de comercialização.

O capital acumulado durante os anos 60 e principalmente 70, permitiu que muitos deles conseguissem adquirir terras e estabelecer empresas nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro durante a década de 80. Dessa forma conseguem estender por mais alguns anos o sucesso de suas atividades, que no Rio Grande do Sul já começavam a encontrar limites.

O surgimento dos empresários rurais, enquanto grupo social organizado, e sua ascensão econômica e política no período 1960 - 90, representa uma alteração importantíssima no contexto social e

político da agropecuária gaúcha. Este segmento, profundamente integrado com os interesses agroindustriais, possui um grande poder de influência nas decisões, principalmente no que diz respeito a política agrícola e a determinação dos preços de produtos e insumos agropecuários. Suas entidades representativas possuem marcada presença nas diversas instâncias da administração pública federais, estaduais e municipais.

4 - Trabalhadores Assalariados

Históricamente o número de assalariados rurais no Rio Grande do Sul tem sido pouco expressivo. Considerados conjuntamente, os assalariados permanentes e temporários, representam menos de 15% do total de pessoal ocupado na agropecuária do estado. (ver TABELAS 1 a 16, no anexo III). Esta realidade precisa ser entendida na sua relação com a estrutura agrária existente.

De um lado, as estâncias ou fazendas de criação de gado possuem um sistema de produção pouco exigente em força de trabalho. Apesar de cobrir mais da metade da área territorial do estado estes estabelecimentos ocupam pouquíssimos trabalhadores, constituindo-se em verdadeiros vazios demográficos. Além disso, uma parte dos trabalhos são executados pelos caboclos que moram como agregados das estâncias e dedicam parte de seu tempo aos proprietários. Restam então os chamados "peões de estância" que se encarregam dos trabalhos da criação de gado. Estimativas referentes ao século XIX apontavam uma necessidade de 1 trabalhador para cada 500 cabeças de gado. (8)

De outro lado, a agricultura camponesa (colonos e caboclos) era baseada no trabalho familiar, admitindo-se eventualmente a contratação de força de trabalho, para os momentos de maior

necessidade. Mesmo assim, a oferta tinha origem nos próprios camponeses que, dessa forma, trocavam serviços. A importância desse tipo de agricultura no estado é o elemento principal para uma participação tão elevada (85 a 90%) da força de trabalho familiar no total do pessoal ocupado na agropecuária. (ver TABELAS 1 a 16, no anexo III).

A lavoura empresarial, que potencialmente poderia desenvolver uma categoria social de assalariados, também não agrega muito em termos quantitativos. O alto grau de mecanização utilizado nas lavouras reduziu drasticamente a necessidade de força de trabalho por unidade de área cultivada. Apenas 2 ou 3 empregados permanentes (operadores de máquinas) são suficientes para executar as atividades de cultivo em mais de 500 ha. Complementarmente são contratados biscateiros ou avulsos que moram na periferia das cidades para os trabalhos de capina ou outros que se mostram necessários. Basta observar que os estratos de estabelecimentos agropecuários com área superior a 50 hectares absorvem tão somente 15% da força de trabalho, embora detenham mais de 75% da área de terras do estado.

Portanto, os empresários rurais absorvem como empregados permanentes apenas uma pequena parcela dos camponeses que são expulsos da terra pelo avanço do capitalismo no campo. Qualitativamente ocorre uma mudança, na medida em que os assalariados contratados dessa forma precisam ter uma certa qualificação (operadores ou motoristas) o que lhes dá certa estabilidade no emprego. Por outro lado os contratos eventuais ou

avulsos, são em grande número, porém por períodos curtíssimos e não exigem nenhuma qualificação, nem oferecem qualquer expectativa de estabilidade aos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica social da agropecuária é condicionada fortemente pela ação estatal. As relações entre o Estado e a economia capitalista foram decisivas, desde a constituição dos grupos sociais até a viabilização dos projetos econômico-sociais hegemônicos.

Já na época da ocupação territorial do Rio Grande do Sul e da constituição da propriedade privada, o Estado desempenhou papel destacado. A distribuição dos títulos de propriedade e legalização de posse da terra (sesmaria, datas, etc) foram feitas no sentido de consolidar uma estrutura social existente. A existência de vastas extensões de terras e de gado selvagem serviu para legitimar a doação de terras e a formação de estâncias extremamente grandes (mais de 100.000 ha em alguns casos), mas não foi argumento suficiente para que todos tivessem acesso a propriedade da terra. A ação estatal foi no sentido de garantir o monopólio da terra para determinado grupo social, garantindo-lhe também a oferta de força de trabalho que, por não ter acesso a sua propriedade, se viu obrigada a buscar emprego junto aos estancieiros.

A colonização das regiões de mato também foi planejada,

organizada e impulsionada pela ação estatal. Desde a imigração até os assentamentos, passando pela seleção/exclusão de quem teve ou não direito a participar dos projetos, a localização, o tamanho e a forma de aquisição dos lotes, foram todos elementos de fundamental importância definidos pelo Estado. Faz muita diferença, receber-se por doação uma sesmaria de 13.000 ha de campo coberto com pastagens naturais e gado selvagem ou ter que adquirir um lote de 77, 48 ou 25 ha, em terreno acidentado, coberto de mato, com o compromisso de ter que pagá-lo num prazo de 5 anos.

Também nos mercados agropecuários a ação do governo sempre teve grande importância. Além de desenvolver a infraestrutura básica para a comercialização (ferrovias, rodovias, portos, silos e armazéns, etc) as políticas públicas sempre tiveram a preocupação de proteger a atividade econômica dominante frente a concorrência externa ou interna. Desde a época das charqueadas se tem notícias deste tipo de política pública que, não só foi marcante, como decisiva no desenvolvimento da rizicultura no início do século e com ela um novo grupo social, os empresários rurais. Na forma de proteção ao mercado (sobretaxando a importação) o Estado garantiu mercado e rentabilidade à nova atividade econômica e fortaleceu o grupo social em formação.

No período 1960-90 a presença estatal na agropecuária gaúcha foi particularmente intensa. Com instrumentos como o Crédito Rural, Pesquisa, Extensão Rural, Política de Garantia de Preços Mínimos, Compras Estatais, Incentivos à Exportação, etc, o Estado

foi o principal agente das transformações tecnológicas na agropecuária, com reflexos diretos na formação das margens de lucro no setor.

Os grandes beneficiados dessa política agrícola foram, sem dúvida, os empresários rurais que conseguiram expandir-se enquanto grupo social e apropriar-se privadamente de grande parte dos recursos públicos repassados em forma de subsídios, incentivos, etc. Enquanto os recursos destinados aos assentamentos ou reassentamentos de agricultores sem-terra (afogados das barragens, filhos de agricultores ou outros) sempre foram escassos e burocratizados, volumes enormes de recursos públicos foram destinados à mecanização/modernização das unidades empresariais de produção e comercialização agropecuária.

O quadro apresentado não deixa dúvidas quanto a grande transformação social que ocorre na agropecuária gaúcha. Os empresários rurais, que inexistiam no início do século, constituem-se enquanto grupo social através da rizicultura, reforçam-se econômica, social e politicamente com a triticultura e a sojicultura a ponto de assumir a hegemonia em relação a agropecuária.

Os estancieiros, perderam importância econômica e política, com as transformações ocorridas, embora continuem mantendo uma parcela do poder. Sua atividade econômica perde em dinamismo, parte de sua renda depende do arrendamento de suas terras e seu poder político, até mesmo em relação a agropecuária, deixou de ser absoluto e teve que ser dividido com os empresários

constituindo-se vários subgrupos distintos entre si. A importância de tal importância e amplitude que alguns

rurais.

Os camponeses sofreram um intenso processo de desagregação, constituindo-se vários subgrupos distintos entre si. A diferenciação é de tal importância e amplitude que alguns conseguem se transformar em empresários, enquanto outros são transformados em sem-terra ou favelados urbanos, além de inúmeras possibilidades intermediárias.

Os assalariados continuam sendo uma camada social inexpressiva quantitativamente e sem nenhuma identidade enquanto grupo social. Não conseguem sequer organizar-se em sindicatos autônomos, uma vez que os STRs, apesar do nome e de incluí-los em seu quadro social representam fundamentalmente os interesses dos pequenos produtores (camponeses).

Cabe ainda destacar a importância do entrecruzamento dos interesses dos grupos sociais rurais com vários grupos urbanos. São exemplos disso, as cooperativas e seus empregados, as empresas agroindustriais, os bancos e o comércio em geral, principalmente das regiões tidas como "eminentemente agrícolas".

Notas do Capítulo

- (1) GRZYBOWSKI, Cândido. **Formação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul**. Tese de 3a Ciclo. Paris: Universidade de Paris I - Sorbonne. 1979. p.8.
- (2) LAYTANA, Dante de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1983. 310p.
- (3) XAVIER, Paulo. **Rio Grande do Sul: terra e povo**. Porto Alegre: Globo. 1964. p.63.
- (4) FRANTZ, Telmo Rudi. **As granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no planalto do Rio Grande do Sul-Brasil**. Tese de 3a Ciclo. Paris: Universidade de Paris I - Sorbonne. 1980. p.34.
- (5) FRANTZ, op. cit. p.41.
- (6) FRANTZ, op. cit. p.42.
- (7) BRUMER, Anita. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil: 1978-88**. Porto Alegre: Ensaios FEE. 1990. 11(1):124-42.
- (8) FRANTZ, op. cit. p.88.

CONCLUSÃO

Cada capítulo deste trabalho representa um corte analítico da realidade estudada. O desenvolvimento da agropecuária do Rio Grande do Sul é um processo orgânico, complexo e contraditório que ocorre de forma articulada, interrelacionando suas partes e relacionando-se com outros processos mais gerais. Os cortes analíticos são recursos utilizados para identificar as especificidades e as características mais importantes nele ocorridas mas, para entender o processo em seu conjunto é preciso realizar um trabalho de síntese que permita apreender a dinâmica, a relação entre suas partes e as tendências gerais desse processo.

O desenvolvimento da agropecuária gaúcha não é um processo autônomo independente ou isolado do contexto mais geral. Inicialmente está inserido no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul que, por sinal, mostrou-se mais dinâmico nos outros setores (indústria, comércio e serviços) do que na agropecuária. Noutra nível, está inserido no conjunto da economia brasileira de onde se originaram muitos determinantes da dinâmica local. Por fim, está inserido na dinâmica geral da acumulação capitalista a nível internacional, fazendo parte da Divisão Internacional do Trabalho e dos mercados de capital e mercadorias. Embora, o trabalho não tenha explorado esses aspectos da inserção no

contexto maior, eles sempre estiveram presentes na análise e foram explicitados sempre que necessário para atender os objetivos propostos. Em termos históricos, também está claro que o processo não iniciou em 1960 e durou até 1990. Pelo contrário, muitos elementos presentes até hoje foram definidos ainda durante a ocupação do território e, portanto, fez-se apenas uma delimitação do período estudado, sem desconhecer o processo histórico.

Não há dúvidas quanto ao fato de tratar-se de um processo de desenvolvimento capitalista. Embora possam continuar existindo relações de produção não especificamente capitalista, o modo de produção dominante é capitalista e a dinâmica geral é determinada por sua natureza. Neste sentido as inúmeras características e especificidades encontradas na agropecuária do Rio Grande do Sul devem ser interpretadas não como desvio ou excessão à regra, mas como uma forma específica de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As formas concretas de manifestação não necessariamente, ou até mesmo dificilmente, correspondem diretamente à natureza das leis gerais do modo de produção dominante. Isso não significa que as leis gerais estejam sendo negadas, apenas que inúmeras circunstâncias interferem, alteram retardam ou aceleram a sua realização e a sua manifestação concreta.

Os dados analisados durante o trabalho demonstram muito claramente que o desenvolvimento verificado no período 1960-90 se processa sobre uma base profundamente heterogênea, tanto em

relação ao espaço regional, quanto as atividades econômicas e aos agentes sociais nele envolvidos. Esta base heterogênea interage diversamente com a dinâmica geral, produzindo processos específicos de desenvolvimento com características próprias.

Em primeiro lugar, pode-se caracterizar o processo de industrialização/urbanização que se realiza com maior intensidade no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul. Este processo produz uma concentração dos investimentos de capital (públicos e privados), da população e dos mercados nas áreas urbanas dessas regiões. Os reflexos disso sobre a agropecuária do estado são importantes.

Outro processo é o que ocorre com as lavouras mecanizadas, que expandem significativamente sua participação na área de terras ocupadas e no valor da produção. Principalmente a Rizicultura, a Triticultura e a Sojicultura, conduzidas empresarialmente, modificaram o cenário da agropecuária do estado. Sua expansão contou fundamentalmente com a disponibilidade de terras adequadas ao cultivo, principalmente no PLANALTO e na FRONTEIRA, garantia de mercado, a existência de capitais acumulados em outras atividades e a oferta abundante de crédito rural. Seu impacto ultrapassa o âmbito da agropecuária e produz, viabiliza ou responde a alterações nos demais setores. Também não é uma exclusividade do Rio Grande do Sul, pois pode ser observado em outros estados e outros países.

Na pecuária extensiva pode-se encontrar características muito específicas do desenvolvimento. O cálculo econômico utilizado pelos fazendeiros possui sua lógica baseada na redução dos gastos

com a produção. Seu raciocínio leva em conta sempre a situação global da fazenda, menosprezando os indicadores unitários. O que importa é a renda global auferida e não tanto o seu valor por unidade de área ou animal. Dessa forma, as inovações feitas no processo produtivo visam geralmente a redução do custo total e não o aumento deste como forma de aumento da produtividade e redução dos custos unitários. O aumento da renda global é buscado através do crescimento horizontal (extensivo) da atividade, incorporando novas terras e animais, enquanto muito pouco ocorre no sentido dos ganhos de produtividade. Isto evidentemente não significa que os fazendeiros sejam irracionais ou estejam perdendo dinheiro. Talvez a sua renda não tenha crescido tanto quanto a dos empresários rurais, no período analisado, mas o seu nível continua elevado o suficiente para manter a sua racionalidade econômica e o risco a que se expõe é muito menor.

O desenvolvimento da pecuária intensiva é um outro processo bastante importante constatado na análise. A falta de terras para pastagens ou inadequação das mesmas para a mecanização dificultaram o desenvolvimento da pecuária extensiva e da lavoura mecanizada em alguns regiões do estado. Por outro lado, o surgimento das empresas integradoras abriu espaço para a pecuária intensiva, principalmente a Avicultura, a Suinocultura e a Pecuária Leiteira. Aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pelos camponeses pela falta de alternativas de produção e a disponibilidade de sua força de trabalho, as empresas integradoras desenvolveram inúmeros projetos de produção pecuária

com tecnologia ultra-moderna e alta intensidade de capital, principalmente na região da SERRA e áreas próximas a Porto Alegre, mas que, paulatinamente, se alastram para todo o estado. Suas características principais são a alta produtividade, a integração agroindustrial, a rápida rotação do capital e a melhor competitividade dos produtos no mercado.

É importante ainda ressaltar o processo de emigração de agricultores gaúchos para a fronteira agrícola nacional que foi muito intenso no período analisado. Este processo pode ser visualizado sob dois ângulos distintos: num deles estão os pequenos produtores rurais ou camponeses que foram expulsos ou tiveram sua reprodução inviabilizada no estado e que emigraram em busca de alternativas de sobrevivência; noutro estão os empresários rurais que encontraram limites à sua expansão horizontal na falta de terras disponíveis e buscaram a fronteira agrícola para expandir seus empreendimentos. No primeiro caso há uma transferência significativa de recursos humanos e, no segundo, tem maior importância a transferência de capital, em forma de máquinas e equipamentos e em forma de dinheiro para aquisição de terras, principalmente. Ambos os casos demonstram os limites do desenvolvimento da agropecuária gaúcha de forma extensiva, colocando claramente a necessidade de encontrar novas formas mais intensivas de produção, para a retomada do processo expansivo no estado.

Visto globalmente, o processo de desenvolvimento da agropecuária do Rio Grande do Sul no período 1960 a 1990 mostrou-

se concentrador, centralizador, excludente e parasitário, como é da própria natureza do desenvolvimento capitalista.

Concentrador no sentido de ter concentrado os meios de produção e a renda nas mãos das camadas sociais mais privilegiadas da população, nas atividades mais integradas na dinâmica do capital e nas regiões mais desenvolvidas do estado. A população, a renda, os investimentos, o emprego, a produção e, inclusive o desemprego e a favelização, crescem mais onde já eram maiores e crescem menos onde eram menores, distanciando-se cada vez mais das médias estaduais.

Centralizador no sentido de que estendeu o domínio dos grandes grupos econômicos sobre áreas importantes da produção agropecuária. O número de empresas pode até ter diminuído, mas seu tamanho certamente aumentou consideravelmente. Grupos como a Sadia, Souza Cruz, Samrig, Frangossul, Fecotrigo, CCGL, etc, aumentaram significativamente sua importância e seu poder de influência na agropecuária do Rio Grande do Sul.

Excludente no sentido da marginalização de grandes contingentes populacionais que perderam seus meios de produção e de sobrevivência. O êxodo rural que se verificou no estado, principalmente na década de 70, não deixa dúvidas quanto a velocidade e ao alcance desse processo de exclusão e marginalização. A propriedade individual dos produtores diretos transformou-se em propriedade capitalista, expropriando inúmeros camponeses que se viram na contingência de procurar emprego e vender a única mercadoria que lhes restou, sua força de trabalho.

Parasitário no sentido de que se viabilizou em grande medida devido aos subsídios repassados pelo Estado. O projeto de desenvolvimento realizado na agropecuária do Rio Grande do Sul esteve baseado num pacto social entre os empresários rurais, os grande proprietários de terra e o governo. Neste pacto coube ao governo criar as condições, remover os obstáculos, assumir os riscos e garantir a rentabilidade dos capitais privados. Quando o Estado esgotou sua capacidade de sustentação instalou-se a crise, cuja responsabilidade passou a ser atribuída ao Estado. Os capitais privados, tão logo sentiram as dificuldades, trataram de proteger seu patrimônio e sua rentabilidade, lançaram-se no mercado financeiro-especulativo.

Trata-se de um processo historicamente determinado, que contou com certas condições objetivas existentes no momento de sua arrancada e com um pacto social constituído no quadro geral do desenvolvimento capitalista brasileiro e mundial.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira.** Porto Alegre: FEE, 1990. tomos 1-3.
- ALONSO, José Antonio Fialho e BANDEIRA, Pedro Siveira. **Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80.** in - A economia gaúcha nos anos 80. Porto Alegre: FEE, 1990. p.67-130.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. **Distribuição geográfica do crescimento industrial do Rio Grande do Sul - década de 70.** Porto Alegre: FEE, 1988. 130p.
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/80.** Porto Alegre: FEE, 1982. 171p.
- BERNARDES, Bonifácio. **A risicultura em Cachoeira.** in: A cultura do arroz no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. 1935. p.102.
- BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BRDE. **Avicultura de corte no Rio Grande do Sul: produção, industrialização e comercialização.** Porto Alegre: BRDE. 1982. p.5.
- BRDE. **Produção de leite e derivados no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: BRDE. 1988. 18p.
- BRDE. **Informe sobre as principais atividades agrícolas no estado.** Porto Alegre: BRDE. 1988. p.8-10.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988. 200p.
- BRUMER, Anita. **Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil: 1978-88.** Porto Alegre: Ensaios FEE. 1990. 11(1):124-42.
- CATEN Roque ten e LUCIA Thomaz (org.). **A cultura da cebola no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EMATER/RS. 1982. 93p.
- CCGL. **Relatório de atividades 1988/89.** Porto Alegre: CCGL. 1989. 83p.
- CEDIC. **Perfil setorial do milho.** Porto Alegre: CEDIC. 1974. 68p.
- CEDIC. **Perfil setorial do fumo.** Porto Alegre: CEDIC. 1974. 84p.

- CEDIC. Perfil da uva: primeira atualização. Porto Alegre: CEDIC, 1975. 96p.
- CEDIC. Perfil setorial da carne bovina. Porto Alegre: CEDIC, 1974. 116p.
- CEDIC. Perfil do leite. Porto Alegre: CEDIC, 1974. p.14.
- CEDIC. Perfil da carne suína: primeira atualização. Porto Alegre: CEDIC, 1975. 87p.
- CEDIC. Perfil da lã: primeira atualização. Porto Alegre: CEDIC, 1975. 87p.
- CORADINI, Odacir Luís, FREDERIQ, Antoinette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985. São Paulo: Icone-UNICAMP, 1985. 240p.
- DESER/ESMA. Cartilha sobre fumo: como plantar fumo, sem levar fumo. Porto Alegre: CUT, 1989. 56p.
- EMATER-RS. Programa estadual de produção e abastecimento de hortigranjeiros: produção programada. Porto Alegre: EMATER-CEASA, 1987. 28p.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, José Graziano da, STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.59-80.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Global, 1984. 327p.
- FDRH-RS. Sistema agroindustrial de bovinos no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FDRH-RS, 1977. 107p.
- FDRH-RS. Sistema agroindustrial de suínos no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FDRH-RS, 1978. 114p.
- FDRH-RS. Sistema agroindustrial da cebola no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1978. 104p.
- FDRH-RS. Sistema agroindustrial da mandioca no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FDRH-RS, 1978. 166p.
- F.E.E. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.
- F.E.E. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1960-1980. Porto Alegre: FEE, 1984.

- F.E.E. A mecanização na agricultura do Rio Grande do Sul 1920-75. Porto Alegre: FEE, 1979.
- F.E.E. Duas décadas da produção e do produto da agropecuária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1986. 3 tomos.
- F.E.E. Areas estatisticamente comparáveis no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE. 1986.
- F.E.E. A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE. 2.ed. 1982. coleção: 25 anos de economia gaúcha v.3 e 5.
- F.E.E. Renda interna municipal 1939-1980. Porto Alegre: FEE. 1985.
- F.E.E. Contas regionais, produto interno do Rio Grande do Sul: 1970-1985. Porto Alegre: FEE. 1987. 129p. Agregados Econômicos.
- F.E.E. Desempenho da economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE. per.annual. 1973-
- F.I.B.G.E. Censos Agropecuários. Rio de Janeiro: FIBGE. 1960 - 1985.
- F.I.B.G.E. Censos Demográficos. Rio de Janeiro: FIBGE. 1960 - 1980.
- F.I.B.G.E. Anuários estatísticos. Rio de Janeiro: FIBGE. 1960 - 1989.
- F.I.B.G.E. Produção agrícola municipal. Rio de Janeiro: FIBGE. 1973 - 1989.
- F.I.B.G.E. Produção pecuária municipal. Rio de Janeiro: FIBGE. 1973 - 1989.
- FRANTZ, Telmo Rudi. As granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no planalto do Rio Grande do Sul-Brasil. Tese de 3a Ciclo. Paris: Universidade de Paris I - Sorbonne. 1980. p.34.
- FRANTZ, Telmo Rudi. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUI. Petrópolis: Vozes, 1982. 250p.
- GOULART, Jorge Salis. A formação do Rio Grande do Sul. 3a ed. Porto Alegre: Matias Livreiro/UCS/EST. 1978. 208p.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Formação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul. Tese de 3a Ciclo. Paris: Universidade de Paris I - Sorbonne. 1979. p.8.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos

- sociais no campo. Petrópolis: Vozes/FASE. 1987. 90p.
- HETZEL, Moacir. O mercado da carne bovina in natura no Rio Grande do Sul. Ijuí-RS: FIDENE. 1985. 63p.
- HETZEL, Moacir. Complexo agroindustrial do leite. mimeo.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LAZZAROTTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. Saed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Sulina. 1986. 112p.
- LAYTANO, Dante de. Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1983. 310p.
- LENIN, Vladimir Ilich. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980. 101p.
- LENIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p.
- LESSA, Luis Carlos Barbosa. Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo. Rio de Janeiro: Globo. 1984. 212p.
- LOWY, Michael. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 141p.
- MAFFEI, José Carlos. O arroz: perfil agrícola, armazenamento e conservação. Porto Alegre: SAGRA. 1981. 115p.
- MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 417p.
- MANFREDINI, Sadi. Análise descritiva da viticultura na Microrregião Homogênea Viticultora de Caxias do Sul. Bento Gonçalves: EMBRAPA-UEPAE. 1982. 56p.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: DIFEL, 1987. Livros 1, 2 e 3.
- MOONEY, Patrick Roy. O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos. São Paulo: Nobel, 1987. 146p.
- MULLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989. 149p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1983.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 4aed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 142p.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979. 191p.
- RS: GOVERNO DO ESTADO. **Aspéctos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Secretaria da Indústria e Comércio, 1983 - 1988.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho.** São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981. 210p.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** 2aed.ampliada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162p.
- SORJ, Bernardo, POMPERMAYER, Malori, CORADINI, Odacir Luís. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 119p.
- TACQUES, J. Ribeiro. **O arroz no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: GLOBO. 1941. p.18.
- TRENNEPOHL, Dilson. **Análise da situação sócio-econômica dos produtores rurais do Rio Grande do Sul.** Ijuí: FIDENE, 1981. 80p. Relatório de Estágio Supervisionado (Tecnólogo em Administração Rural).
- TRENNEPOHL, Dilson. **Comercialização agropecuária nas cooperativas: o caso da COTRIPAL.** Ijuí: FIDENE, 1985. 51p. Monografia (Especialização em Economia Rural).
- TRENNEPOHL, Dilson. **Análise do desempenho econômico-financeiro da COTRIPAL 1974-1985.** Ijuí: UNIJUI, 1987. 46p. Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração de Empresas).
- XAVIER, Jurandir Antônio. **O assalariamento temporário dos não-temporários.** Campina Grande: CME/UFPB, Cadernos de Economia no 35, 1983. 40p.
- XAVIER, Jurandir Antônio. **A função ausente da agricultura no desenvolvimento econômico.** Campina Grande: CME/UFPB, Cadernos de Economia no 36, 1983. 63p.
- XAVIER, Jurandir Antônio, NIIMI, Helena. **Diferenciação de classes sociais na produção agrícola brasileira.** Campina

Grande: CME/UFPB, 1990. 38p.

XAVIER, Paulo. Rio Grande do Sul: terra e povo. Porto Alegre: Globo. 1964. p.63.

WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: HUCITEC, 1986. 219p.

WILKINSON, John. O futuro do sistema alimentar. São Paulo: HUCITEC, 1989. 142p.

ANEXO I

TABELAS REFERENTES AO CAPITULO I

RELAÇÃO DE TABELAS REFERENTES AO CAPITULO I

- TABELA 1 - AREA TERRITORIAL E NUMERO DE MUNICIPIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960 A 1990.
- TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA AREA TERRITORIAL E NO NUMERO DE MUNICIPIOS DO RS - 1960 A 1990.
- TABELA 3 - AREA TERRITORIAL MEDIA DOS MUNICIPIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960 A 1990.
- TABELA 4 - POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIÃO - 1960 A 1990.
- TABELA 5 - POPULAÇÃO RURAL DO RS, POR REGIÃO - 1960 A 1990.
- TABELA 6 - POPULAÇÃO URBANA DO RS, POR REGIÃO - 1960 A 1990.
- TABELA 7 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIÃO.
- TABELA 8 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL DO RS, POR REGIÃO.
- TABELA 9 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DO RS, POR REGIÃO.
- TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS.
- TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO RURAL DO RS.
- TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO URBANA DO RS.
- TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIÃO.
- TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIÃO.
- TABELA 15 - DENSIDADE DEMOGRAFICA DO RS, POR REGIÃO.
- TABELA 16 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 17 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 18 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 19 - ESTRUTURA SETORIAL DA PEA NO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 20 - ESTRUTURA SETORIAL DA PEA NO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 21 - ESTRUTURA SETORIAL DA PEA NO RS, POR REGIÃO - 1980.

- TABELA 22 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PEA DO RS - 1960.
- TABELA 23 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PEA DO RS - 1970.
- TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PEA DO RS - 1980.
- TABELA 25 - EVOLUÇÃO DA PEA NO RS, POR REGIÃO - 1960/1970.
- TABELA 26 - EVOLUÇÃO DA PEA NO RS, POR REGIÃO - 1980/1970.
- TABELA 27 - RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIÃO - 1959.
- TABELA 28 - RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 29 - RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 30 - RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 31 - ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIÃO - 1959.
- TABELA 32 - ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 33 - ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 34 - ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 35 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS - 1959.
- TABELA 36 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS - 1970.
- TABELA 37 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS - 1975.
- TABELA 38 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS - 1980.
- TABELA 39 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VALOR AGREGADO FISCAL DO RS - 1980 A 1988.
- TABELA 40 - RENDA INTERNA PER CAPITA DO RS, POR REGIÃO - 1960 A 1980.
- TABELA 41 - PRODUTO INTERNO BRUTO, POR SETORES, NO RS - 1970 A 1985.
- TABELA 42 - ESTRUTURA DO PIB, POR SETORES, NO RS - 1970 A 1985.

- TABELA 43 - NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 44 - NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 45 - NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 46 - NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 47 - NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985.
- TABELA 48 - EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970/1960.
- TABELA 49 - EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975/1960.
- TABELA 50 - EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980/1960.
- TABELA 51 - EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985/1960.
- TABELA 52 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1960.
- TABELA 53 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1970.
- TABELA 54 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1975.
- TABELA 55 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1980.
- TABELA 56 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1985.
- TABELA 57 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 58 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 59 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975.

- TABELA 60 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 61 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO Nr. DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985.
- TABELA 62 - AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 63 - AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 64 - AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 65 - AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 66 - AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985.
- TABELA 67 - EVOLUÇÃO DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970/1960.
- TABELA 68 - EVOLUÇÃO DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975/1960.
- TABELA 69 - EVOLUÇÃO DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980/1960.
- TABELA 70 - EVOLUÇÃO DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985/1960.
- TABELA 71 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA AREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1960.
- TABELA 72 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA AREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1970.
- TABELA 73 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA AREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1975.
- TABELA 74 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA AREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1980.
- TABELA 75 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA AREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS - 1985.
- TABELA 76 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960.

- TABELA 77 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 78 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 79 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 80 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985.
- TABELA 81 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 82 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 83 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 84 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 85 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIÃO - 1985.
- TABELA 86 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO - 1960.
- TABELA 87 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 88 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 89 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 90 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO - 1985.
- TABELA 91 - EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO. 1970/1960.
- TABELA 92 - EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO. 1975/1960.
- TABELA 93 - EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO. 1980/1960.
- TABELA 94 - EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO. 1985/1960.

- TABELA 95 - ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO 1960.
- TABELA 96 - ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO 1970.
- TABELA 97 - ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO 1975.
- TABELA 98 - ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO 1980.
- TABELA 99 - ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO 1985.
- TABELA 100 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS - 1960.
- TABELA 101 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS - 1970.
- TABELA 102 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS - 1975.
- TABELA 103 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS - 1980.
- TABELA 104 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS - 1985.
- TABELA 105 - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO - 1959.
- TABELA 106 - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO - 1970.
- TABELA 107 - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO - 1975.
- TABELA 108 - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO - 1980.
- TABELA 109 - ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS - 1959
- TABELA 110 - ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS - 1970
- TABELA 111 - ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS - 1975
- TABELA 112 - ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS - 1980
- TABELA 113 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO V.B.P.A. DO RS - 1959.
- TABELA 114 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO V.B.P.A. DO RS - 1970.
- TABELA 115 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO V.B.P.A. DO RS - 1975.

TABELA 1 AREA TERRITORIAL E Nr. DE MUNICIPIOS DO RS, POR REGIAO

REGIAO	AREA Km2	1960	1970	1980	1990
P.Alegre	3007.20	3	5	5	6
Canoas	2248.90	9	12	12	19
Guaiba	5327.00	5	5	5	7
Torres	6170.50	3	4	4	11
S.J.Norte	3685.70	1	2	2	3
LITORAL	20439.30	21	28	28	46
Canela	3667.70	8	10	10	16
Caxias	4916.80	8	9	9	13
Lajeado	5020.20	8	13	13	21
Guapore	2797.70	4	8	8	16
Sta.Cruz	12080.40	9	13	13	22
SERRA	28482.80	37	53	53	88
Sta.Maria	10295.50	5	7	7	10
Pelotas	39034.90	13	14	14	16
Rio Pardo	23208.30	7	11	11	17
Alegrete	50055.70	9	9	9	9
Sao Borja	24218.00	5	6	6	8
FRONTEIRA	146812.40	39	47	47	60
Sta.Rosa	10626.80	10	19	19	22
Ijui-Irai	24935.90	18	41	41	55
Carazinho	4905.60	5	7	7	9
P.Fundo	17915.40	17	32	32	46
Vacaria	15225.80	3	5	5	7
PLANALTO	73609.50	53	104	104	139
TOTAL RS	269344.00	150	232	232	333

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

TABELA 2 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA TERRITORIAL E NO
NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO RS - 1960 A 1990

REGIÃO	ÁREA Km ²	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	1.12	2.00	2.16	2.16	1.80
Canoas	0.83	6.00	5.17	5.17	5.71
Guaíba	1.98	3.33	2.16	2.16	2.10
Torres	2.29	2.00	1.72	1.72	3.30
S. J. Norte	1.37	0.67	0.86	0.86	0.90
LITORAL	7.59	14.00	12.07	12.07	13.81
Canela	1.36	5.33	4.31	4.31	4.80
Caxias	1.83	5.33	3.88	3.88	3.90
Lajeado	1.86	5.33	5.60	5.60	6.31
Guapore	1.04	2.67	3.45	3.45	4.80
Sta. Cruz	4.49	6.00	5.60	5.60	6.61
SERRA	10.57	24.67	22.84	22.84	26.43
Sta. Maria	3.82	3.33	3.02	3.02	3.00
Pelotas	14.49	8.67	6.03	6.03	4.80
Rio Pardo	8.62	4.67	4.74	4.74	5.11
Alegrete	18.58	6.00	3.88	3.88	2.70
Sao Borja	8.99	3.33	2.59	2.59	2.40
FRONTEIRA	54.51	26.00	20.26	20.26	18.02
Sta. Rosa	3.95	6.67	8.19	8.19	6.61
Ijuí-Iraí	9.26	12.00	17.67	17.67	16.52
Carazinho	1.82	3.33	3.02	3.02	2.70
P. Fundo	6.65	11.33	13.79	13.79	13.81
Vacaria	5.65	2.00	2.16	2.16	2.10
PLANALTO	27.33	35.33	44.83	44.83	41.74
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

TABELA 3 AREA MEDIA DOS MUNICIPIOS DO RS, POR REGIAO.
KM2/MUNICIPIO

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P.Alegre	1002.40	601.44	601.44	501.20
Canoas	249.88	187.41	187.41	118.36
Guaiba	1065.40	1065.40	1065.40	761.00
Torres	2056.83	1542.63	1542.63	560.95
S.J.Norte	3685.70	1842.85	1842.85	1228.57
LITORAL	973.30	729.98	729.98	444.33
Canela	458.46	366.77	366.77	229.23
Caxias	614.60	546.31	546.31	378.22
Lajeado	627.53	386.17	386.17	239.06
Guapore	699.43	349.71	349.71	174.86
Sta.Cruz	1342.27	929.26	929.26	549.11
SERRA	769.81	537.41	537.41	323.67
Sta.Maria	2059.10	1470.79	1470.79	1029.55
Pelotas	3002.68	2788.21	2788.21	2439.68
Rio Pardo	3315.47	2109.85	2109.85	1365.19
Alegrete	5561.74	5561.74	5561.74	5561.74
Sao Borja	4843.60	4036.33	4036.33	3027.25
FRONTEIRA	3764.42	3123.67	3123.67	2446.87
Sta.Rosa	1062.68	559.31	559.31	483.04
Ijuí-Iraí	1385.33	608.19	608.19	453.38
Carazinho	981.12	700.80	700.80	545.07
P.Fundo	1053.85	559.86	559.86	389.47
Vacaria	5075.27	3045.16	3045.16	2175.11
PLANALTO	1388.86	707.78	707.78	529.56
TOTAL RS	1795.63	1160.97	1160.97	808.84

FONTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

TABELA 4 POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIAO

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	738247	1075774	1505138	1882610
Canoas	315833	475429	733189	974669
Guaíba	81615	96246	114839	139492
Torres	143395	162677	162699	170150
S. J. Norte	27868	33114	34716	36449
LITORAL	1306958	1843240	2550581	3203370
Canela	159526	173591	201571	227061
Caxias	232213	301299	408781	508650
Lajeado	198499	223516	232782	252288
Guapore	89092	90427	90323	91899
Sta. Cruz	311424	351901	368701	396445
SERRA	990754	1140734	1302158	1476343
Sta. Maria	199398	244106	265666	293883
Pelotas	537220	610698	678476	755689
Rio Pardo	323453	374510	367970	378426
Alegrete	390625	454251	495007	546933
Sao Borja	161865	185694	203206	224611
FRONTEIRA	1612561	1869259	2010325	2199542
Sta. Rosa	258348	302610	328382	357068
Ijuí-Iraí	632809	783792	846347	933340
Carazinho	85558	100292	115500	128847
P. Fundo	439883	494779	508905	535383
Vacaria	121952	130185	111629	107416
PLANALTO	1538550	1811658	1910763	2062054
TOTAL RS	5448823	6664891	7773827	8941309

FONTE: FIBGE - Censos Demograficos de 1960, 1970 e 1980.
FEE - Estimativas 1990

TABELA 5 POPULAÇÃO RURAL DO RS, POR REGIAO.

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	85449	88726	49365	50357
Canoas	75984	56623	49079	57549
Guaiba	54853	54429	44764	45475
Torres	107916	111593	73500	63522
S. J. Norte	23053	26853	24376	26109
LITORAL	347255	338224	241084	243012
Canela	111082	105365	83107	86392
Caxias	119960	124939	102495	117260
Lajeado	155477	166156	138564	149524
Guapore	69187	67305	56367	58181
Sta. Cruz	256000	265320	231851	254524
SERRA	711706	729085	612384	665881
Sta. Maria	94596	93471	76377	85179
Pelotas	257216	262939	221395	248620
Rio Pardo	219819	218132	165017	170325
Alegrete	138933	137411	104890	118598
Sao Borja	95404	92704	75759	86139
FRONTEIRA	805968	804657	643438	708861
Sta. Rosa	207473	227192	193249	210203
Ijuí-Iraí	479120	558217	484159	531762
Carazinho	55169	54763	45572	50560
P. Fundo	306768	315138	254080	253306
Vacaria	89590	84609	48931	36565
PLANALTO	1138120	1239919	1025991	1082396
TOTAL RS	3003049	3111885	2522897	2700150

FONTE: FIBGE - Censos Demograficos de 1960, 1970 e 1980.
FEE - Estimativas 1990

TABELA 6 POPULAÇÃO URBANA DO RS, POR REGIAO

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	652798	987048	1455773	1832253
Canoas	239849	418806	684110	917120
Guaíba	26762	41817	70075	94017
Torres	35479	51084	89199	106628
S. J. Norte	4815	6261	10340	10340
LITORAL	959703	1505016	2309497	2960358
Canela	48444	68226	118464	140669
Caxias	112253	176360	306286	391390
Lajeado	43022	57360	94218	102764
Guapore	19905	23122	33956	33718
Sta. Cruz	55424	86581	136850	141921
SERRA	279048	411649	689774	810462
Sta. Maria	104802	150635	189289	208704
Pelotas	280004	347759	457081	507069
Rio Pardo	103634	156378	202953	208101
Alegrete	251692	316840	390117	428335
Sao Borja	66461	92990	127447	138472
FRONTEIRA	806593	1064602	1366887	1490681
Sta. Rosa	50875	75418	135133	146865
Ijuí-Iraí	153689	225575	362188	401578
Carazinho	30389	45529	69928	78287
P. Fundo	133115	179641	254825	282077
Vacaria	32362	45576	62698	70851
PLANALTO	400430	571739	884772	979658
TOTAL RS	2445774	3553006	5250930	6241159

FONTE: FIBGE - Censos Demograficos de 1960, 1970 e 1980.
FEE - Estimativas 1990

TABELA 7 CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIAO

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	100	146	204	255
Canoas	100	151	232	309
Guaíba	100	118	141	171
Torres	100	113	113	119
S. J. Norte	100	119	125	131
LITORAL	100	141	195	245
Canela	100	109	126	142
Caxias	100	130	176	219
Lajeado	100	113	117	127
Guapore	100	101	101	103
Sta. Cruz	100	113	118	127
SERRA	100	115	131	149
Sta. Maria	100	122	133	147
Pelotas	100	114	126	141
Rio Pardo	100	116	114	117
Alegrete	100	116	127	140
Sao Borja	100	115	126	139
FRONTEIRA	100	116	125	136
Sta. Rosa	100	117	127	138
Ijuí-Iraí	100	124	134	147
Carazinho	100	117	135	151
P. Fundo	100	112	116	122
Vacaria	100	107	92	88
PLANALTO	100	118	124	134
TOTAL RS	100	122	143	164

FONTE: TABELA 4

TABELA 8 CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL DO RS, POR REGIAO

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	100	104	58	59
Canoas	100	75	65	76
Guaiba	100	99	82	83
Torres	100	103	68	59
S. J. Norte	100	116	106	113
LITORAL	100	97	69	70
Canela	100	95	75	78
Caxias	100	104	85	98
Lajeado	100	107	89	96
Guapore	100	97	81	84
Sta. Cruz	100	104	91	99
SERRA	100	102	86	94
Sta. Maria	100	99	81	90
Pelotas	100	102	86	97
Rio Pardo	100	99	75	77
Alegrete	100	99	75	85
Sao Borja	100	97	79	90
FRONTEIRA	100	100	80	88
Sta. Rosa	100	110	93	101
Ijuí-Iraí	100	117	101	111
Carazinho	100	99	83	92
P. Fundo	100	103	83	83
Vacaria	100	94	55	41
PLANALTO	100	109	90	95
TOTAL RS	100	104	84	90

FONTE: TABELA 5

TABELA 9 CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DO RS, POR REGIAO

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	100	151	223	281
Canoas	100	175	285	382
Guaiba	100	156	262	351
Torres	100	144	251	301
S. J. Norte	100	130	215	215
LITORAL	100	157	241	308
Canela	100	141	245	290
Caxias	100	157	273	349
Lajeado	100	133	219	239
Guapore	100	116	171	169
Sta. Cruz	100	156	247	256
SERRA	100	148	247	290
Sta. Maria	100	144	181	199
Pelotas	100	124	163	181
Rio Pardo	100	151	196	201
Alegrete	100	126	155	170
Sao Borja	100	140	192	208
FRONTEIRA	100	132	169	185
Sta. Rosa	100	148	266	289
Ijuí-Iraí	100	147	236	261
Carazinho	100	150	230	258
P. Fundo	100	135	191	212
Vacaria	100	141	194	219
PLANALTO	100	143	221	245
TOTAL RS	100	145	215	255

FONTE: TABELA 6

TABELA 10 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
%

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	13.55	16.14	19.36	21.06
Canoas	5.80	7.13	9.43	10.90
Guaíba	1.50	1.44	1.48	1.56
Torres	2.63	2.44	2.09	1.90
S. J. Norte	0.51	0.50	0.45	0.41
LITORAL	23.99	27.66	32.81	35.83
Canela	2.93	2.60	2.59	2.54
Caxias	4.26	4.52	5.26	5.69
Lajeado	3.64	3.35	2.99	2.82
Guapore	1.64	1.36	1.16	1.03
Sta. Cruz	5.72	5.28	4.74	4.43
SERRA	18.18	17.12	16.75	16.51
Sta. Maria	3.66	3.66	3.42	3.29
Pelotas	9.86	9.16	8.73	8.45
Rio Pardo	5.94	5.62	4.73	4.23
Alegrete	7.17	6.82	6.37	6.12
Sao Borja	2.97	2.79	2.61	2.51
FRONTEIRA	29.59	28.05	25.86	24.60
Sta. Rosa	4.74	4.54	4.22	3.99
Ijuí-Iraí	11.61	11.76	10.89	10.44
Carazinho	1.57	1.50	1.49	1.44
P. Fundo	8.07	7.42	6.55	5.99
Vacaria	2.24	1.95	1.44	1.20
PLANALTO	28.24	27.18	24.58	23.06
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 4

TABELA 11 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO RURAL DO RS
%

REGIÃO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	2.85	2.85	1.96	1.86
Canoas	2.53	1.82	1.95	2.13
Guaíba	1.83	1.75	1.77	1.68
Torres	3.59	3.59	2.91	2.35
S. J. Norte	0.77	0.86	0.97	0.97
LITORAL	11.56	10.87	9.56	9.00
Canela	3.70	3.39	3.29	3.20
Caxias	3.99	4.01	4.06	4.34
Lajeado	5.18	5.34	5.49	5.54
Guapore	2.30	2.16	2.23	2.15
Sta. Cruz	8.52	8.53	9.19	9.43
SERRA	23.70	23.43	24.27	24.66
Sta. Maria	3.15	3.00	3.03	3.15
Pelotas	8.57	8.45	8.78	9.21
Rio Pardo	7.32	7.01	6.54	6.31
Alegrete	4.63	4.42	4.16	4.39
Sao Borja	3.18	2.98	3.00	3.19
FRONTEIRA	26.84	25.86	25.50	26.25
Sta. Rosa	6.91	7.30	7.66	7.78
Ijuí-Iraí	15.95	17.94	19.19	19.69
Carazinho	1.84	1.76	1.81	1.87
P. Fundo	10.22	10.13	10.07	9.38
Vacaria	2.98	2.72	1.94	1.35
PLANALTO	37.90	39.84	40.67	40.09
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABALA 5

TABELA 12 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA POPULAÇÃO URBANA DO RS
%

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	26.69	27.78	27.72	29.36
Canoas	9.81	11.79	13.03	14.69
Guaíba	1.09	1.18	1.33	1.51
Torres	1.45	1.44	1.70	1.71
S. J. Norte	0.20	0.18	0.20	0.17
LITORAL	39.24	42.36	43.98	47.43
Canela	1.98	1.92	2.26	2.25
Caxias	4.59	4.96	5.83	6.27
Lajeado	1.76	1.61	1.79	1.65
Guapore	0.81	0.65	0.65	0.54
Sta. Cruz	2.27	2.44	2.61	2.27
SERRA	11.41	11.59	13.14	12.99
Sta. Maria	4.29	4.24	3.60	3.34
Pelotas	11.45	9.79	8.70	8.12
Rio Pardo	4.24	4.40	3.87	3.33
Alegrete	10.29	8.92	7.43	6.86
Sao Borja	2.72	2.62	2.43	2.22
FRONTEIRA	32.98	29.96	26.03	23.88
Sta. Rosa	2.08	2.12	2.57	2.35
Ijuí-Iraí	6.28	6.35	6.90	6.43
Carazinho	1.24	1.28	1.33	1.25
P. Fundo	5.44	5.06	4.85	4.52
Vacaria	1.32	1.28	1.19	1.14
PLANALTO	16.37	16.09	16.85	15.70
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 6

TABELA 13 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIAO. %

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	11.57	8.25	3.28	2.67
Canoas	24.06	11.91	6.69	5.90
Guaíba	67.21	56.55	38.98	32.60
Torres	75.26	68.60	45.18	37.33
S. J. Norte	82.72	81.09	70.22	71.63
LITORAL	26.57	18.35	9.45	7.59
Canela	69.63	60.70	41.23	38.05
Caxias	51.66	41.47	25.07	23.05
Lajeado	78.33	74.34	59.53	59.27
Guapore	77.66	74.43	62.41	63.31
Sta. Cruz	82.20	75.40	62.88	64.20
SERRA	71.83	63.91	47.03	45.10
Sta. Maria	47.44	38.29	28.75	28.98
Pelotas	47.88	43.06	32.63	32.90
Rio Pardo	67.96	58.24	44.85	45.01
Alegrete	35.57	30.25	21.19	21.68
Sao Borja	58.94	49.92	37.28	38.35
FRONTEIRA	49.98	43.05	32.01	32.23
Sta. Rosa	80.31	75.08	58.85	58.87
Ijuí-Iraí	75.71	71.22	57.21	56.97
Carazinho	64.48	54.60	39.46	39.24
P. Fundo	69.74	63.69	49.93	47.31
Vacaria	73.46	64.99	43.83	34.04
PLANALTO	73.97	68.44	53.70	52.49
TOTAL RS	55.11	46.69	32.45	30.20

FONTE: TABELAS 4 e 5

TABELA 14 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS, POR REGIAO. %

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P. Alegre	88.43	91.75	96.72	97.33
Canoas	75.94	88.09	93.31	94.10
Guaiba	32.79	43.45	61.02	67.40
Torres	24.74	31.40	54.82	62.67
S. J. Norte	17.28	18.91	29.78	28.37
LITORAL	73.43	81.65	90.55	92.41
Canela	30.37	39.30	58.77	61.95
Caxias	48.34	58.53	74.93	76.95
Lajeado	21.67	25.66	40.47	40.73
Guapore	22.34	25.57	37.59	36.69
Sta. Cruz	17.80	24.60	37.12	35.80
SERRA	28.17	36.09	52.97	54.90
Sta. Maria	52.56	61.71	71.25	71.02
Pelotas	52.12	56.94	67.37	67.10
Rio Pardo	32.04	41.76	55.15	54.99
Alegrete	64.43	69.75	78.81	78.32
Sao Borja	41.06	50.08	62.72	61.65
FRONTEIRA	50.02	56.95	67.99	67.77
Sta. Rosa	19.69	24.92	41.15	41.13
Ijuí-Iraí	24.29	28.78	42.79	43.03
Carazinho	35.52	45.40	60.54	60.76
P. Fundo	30.26	36.31	50.07	52.69
Vacaria	26.54	35.01	56.17	65.96
PLANALTO	26.03	31.56	46.30	47.51
TOTAL RS	44.89	53.31	67.55	69.80

FONTE: TABELAS 4 e 6

TABELA 15 DENSIDADE DEMOGRAFICA DO RS, POR REGIAO
HAB/KM2

REGIAO	1960	1970	1980	1990
P.Alegre	245.49	357.73	500.51	626.03
Canoas	140.44	211.41	326.02	433.40
Guaiba	15.32	18.07	21.56	26.19
Torres	23.24	26.36	26.37	27.57
S.J.Norte	7.56	8.98	9.42	9.89
LITORAL	63.94	90.18	124.79	156.73
Canela	43.49	47.33	54.96	61.91
Caxias	47.23	61.28	83.14	103.45
Lajeado	39.54	44.52	46.37	50.25
Guapore	31.84	32.32	32.28	32.85
Sta.Cruz	25.78	29.13	30.52	32.82
SERRA	34.78	40.05	45.72	51.83
Sta.Maria	19.37	23.71	25.80	28.54
Pelotas	13.76	15.64	17.38	19.36
Rio Pardo	13.94	16.14	15.86	16.31
Alegrete	7.80	9.07	9.89	10.93
Sao Borja	6.68	7.67	8.39	9.27
FORTEIRA	10.98	12.73	13.69	14.98
Sta.Rosa	24.31	28.48	30.90	33.60
Ijuí-Iraí	25.38	31.43	33.94	37.43
Carazinho	17.44	20.44	23.54	26.27
P.Fundo	24.55	27.62	28.41	29.88
Vacaria	8.01	8.55	7.33	7.05
PLANALTO	20.90	24.61	25.96	28.01
TOTAL RS	20.23	24.74	28.86	33.20

FORTE: FEE - Fundação de Economia e Estatística

TABELA 16 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO RS, POR REGIAO.
1960

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	16542	46472	0	183577	246591
Canoas	18063	38101	0	46158	102322
Guaíba	16050	1950	0	6902	24902
Torres	34560	1919	0	7954	44433
S. J. Norte	8352	127	0	1026	9505
LITORAL	93567	88569	0	245617	427753
Canela	34644	5944	0	12981	53569
Caxias	38230	14377	0	24677	77284
Lajeado	50960	3740	0	11722	66422
Guapore	21510	2178	0	5041	28729
Sta. Cruz	82456	5222	0	17231	104909
SERRA	227800	31461	0	71652	330913
Sta. Maria	30056	4179	0	25300	59535
Pelotas	85990	18809	0	66617	171416
Rio Pardo	67244	4963	0	24961	97168
Alegrete	47106	12295	0	60897	120298
Sao Borja	28775	2706	0	15569	47050
FRONTEIRA	259171	42952	0	193344	495467
Sta. Rosa	73517	2936	0	13970	90423
Ijuí-Iraí	165761	9315	0	36449	211525
Carazinho	18450	1820	0	6777	27047
P. Fundo	102396	8750	0	29974	141120
Vacaria	23798	2683	0	8691	35172
PLANALTO	383922	25504	0	95861	505287
TOTAL RS	964460	188486	0	606474	1759420

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1960

TABELA 17 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO RS, POR REGIAO.
1970

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	13202	92819	56922	214450	377393
Canoas	18361	75128	15366	52542	161397
Guaiba	15994	5932	1577	7722	31225
Torres	32471	5294	2723	9396	49884
S. J. Norte	9506	210	313	1139	11168
LITORAL	89534	179383	76901	285249	631067
Canela	39708	12490	3334	12483	68015
Caxias	38013	30262	6618	29632	104525
Lajeado	62625	8031	3597	12612	86865
Guapore	22284	3538	955	4833	31610
Sta. Cruz	96729	12357	4538	18418	132042
SERRA	259359	66678	19042	77978	423057
Sta. Maria	28855	8210	5876	29394	72335
Pelotas	86555	32612	17277	63355	199799
Rio Pardo	64786	14167	6588	26752	112293
Alegrete	44062	21014	16263	57682	139021
Sao Borja	29723	5081	4299	17400	56503
FRONTEIRA	253981	81084	50303	194583	579951
Sta. Rosa	91603	6821	4572	16340	119336
Ijuí-Iraí	195670	17618	11745	44740	269773
Carazinho	17710	3935	2291	8475	32411
P. Fundo	115458	17084	8726	34158	175426
Vacaria	21445	5524	1795	9150	37914
PLANALTO	441886	50982	29129	112863	634860
TOTAL RS	1044760	378127	175375	670673	2268935

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1970

TABELA 18 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO RS, POR REGIAO.
1980

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	9663	174666	92110	363940	640379
Canoas	13659	177936	33170	96721	321486
Guaíba	11835	16100	3157	12588	43680
Torres	21569	14608	5291	19378	60846
S. J. Norte	11922	842	605	2070	15439
LITORAL	68648	384152	134333	494697	1081830
Canela	23962	37425	6495	21134	89016
Caxias	32520	85451	15888	56924	190783
Lajeado	60427	23190	7493	24068	115178
Guapore	23666	9535	1850	8196	43247
Sta. Cruz	98671	30006	9040	31072	168789
SERRA	239246	185607	40766	141394	607013
Sta. Maria	24764	14888	10485	43186	93323
Pelotas	81432	63874	26542	97973	269821
Rio Pardo	53828	26661	10738	41889	133116
Alegrete	39634	33504	25637	79390	178165
Sao Borja	26284	8650	8087	25810	68831
FRONTEIRA	225942	147577	81489	288248	743256
Sta. Rosa	63658	14633	9803	30796	118890
Ijuí-Iraí	184950	35060	25642	80373	326025
Carazinho	16486	6411	5537	16126	44560
P. Fundo	90279	31450	16487	55277	193493
Vacaria	14432	7718	2907	14022	39079
PLANALTO	369805	95272	60376	196594	722047
TOTAL RS	903641	812608	316964	1120933	3154146

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1980

TABELA 19 ESTRUTURA SETORIAL DA PEA NO RS, POR REGIAO.
1960 %

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	6.71	18.85	0.00	74.45	100.00
Canoas	17.65	37.24	0.00	45.11	100.00
Guaiba	64.45	7.83	0.00	27.72	100.00
Torres	77.78	4.32	0.00	17.90	100.00
S. J. Norte	87.87	1.34	0.00	10.79	100.00
LITORAL	21.87	20.71	0.00	57.42	100.00
Canela	64.67	11.10	0.00	24.23	100.00
Caxias	49.47	18.60	0.00	31.93	100.00
Lajeado	76.72	5.63	0.00	17.65	100.00
Guapore	74.87	7.58	0.00	17.55	100.00
Sta. Cruz	78.60	4.98	0.00	16.42	100.00
SERRA	68.84	9.51	0.00	21.65	100.00
Sta. Maria	50.48	7.02	0.00	42.50	100.00
Pelotas	50.16	10.97	0.00	38.86	100.00
Rio Pardo	69.20	5.11	0.00	25.69	100.00
Alegrete	39.16	10.22	0.00	50.62	100.00
Sao Borja	61.16	5.75	0.00	33.09	100.00
FRONTEIRA	52.31	8.67	0.00	39.02	100.00
Sta. Rosa	81.30	3.25	0.00	15.45	100.00
Ijuí-Iraí	78.36	4.40	0.00	17.23	100.00
Carazinho	68.21	6.73	0.00	25.06	100.00
P. Fundo	72.56	6.20	0.00	21.24	100.00
Vacaria	67.66	7.63	0.00	24.71	100.00
PLANALTO	75.98	5.05	0.00	18.97	100.00
TOTAL RS	54.82	10.71	0.00	34.47	100.00

FONTE: TABELA 16

TABELA 20

ESTRUTURA SETORIAL DA PEA NO RS, POR REGIAO.
1970

%

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	3.50	24.59	15.08	56.82	100.00
Canoas	11.38	46.55	9.52	32.55	100.00
Guaiba	51.22	19.00	5.05	24.73	100.00
Torres	65.09	10.61	5.46	18.84	100.00
S. J. Norte	85.12	1.88	2.80	10.20	100.00
LITORAL	14.19	28.43	12.19	45.20	100.00
Canela	58.38	18.36	4.90	18.35	100.00
Caxias	36.37	28.95	6.33	28.35	100.00
Lajeado	72.09	9.25	4.14	14.52	100.00
Guapore	70.50	11.19	3.02	15.29	100.00
Sta. Cruz	73.26	9.36	3.44	13.95	100.00
SERRA	61.31	15.76	4.50	18.43	100.00
Sta. Maria	39.89	11.35	8.12	40.64	100.00
Pelotas	43.32	16.32	8.65	31.71	100.00
Rio Pardo	57.69	12.62	5.87	23.82	100.00
Alegrete	31.69	15.12	11.70	41.49	100.00
Sao Borja	52.60	8.99	7.61	30.79	100.00
FRONTEIRA	43.79	13.98	8.67	33.55	100.00
Sta. Rosa	76.76	5.72	3.83	13.69	100.00
Ijuí-Iraí	72.53	6.53	4.35	16.58	100.00
Carazinho	54.64	12.14	7.07	26.15	100.00
P. Fundo	65.82	9.74	4.97	19.47	100.00
Vacaria	56.56	14.57	4.73	24.13	100.00
PLANALTO	69.60	8.03	4.59	17.78	100.00
TOTAL RS	46.05	16.67	7.73	29.56	100.00

FONTE: TABELA 17

TABELA 21 ESTRUTURA SETORIAL DA PEA NO RS, POR REGIAO.
1980

%

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.51	27.28	14.38	56.83	100.00
Canoas	4.25	55.35	10.32	30.09	100.00
Guaiba	27.09	36.86	7.23	28.82	100.00
Torres	35.45	24.01	8.70	31.85	100.00
S. J. Norte	77.22	5.45	3.92	13.41	100.00
LITORAL	6.35	35.51	12.42	45.73	100.00
Canela	26.92	42.04	7.30	23.74	100.00
Caxias	17.05	44.79	8.33	29.84	100.00
Lajeado	52.46	20.13	6.51	20.90	100.00
Guapore	54.72	22.05	4.28	18.95	100.00
Sta. Cruz	58.46	17.78	5.36	18.41	100.00
SERRA	39.41	30.58	6.72	23.29	100.00
Sta. Maria	26.54	15.95	11.24	46.28	100.00
Pelotas	30.18	23.67	9.84	36.31	100.00
Rio Pardo	40.44	20.03	8.07	31.47	100.00
Alegrete	22.25	18.81	14.39	44.56	100.00
Sao Borja	38.19	12.57	11.75	37.50	100.00
FRONTEIRA	30.40	19.86	10.96	38.78	100.00
Sta. Rosa	53.54	12.31	8.25	25.90	100.00
Ijuí-Iraí	56.73	10.75	7.87	24.65	100.00
Carazinho	37.00	14.39	12.43	36.19	100.00
P. Fundo	46.66	16.25	8.52	28.57	100.00
Vacaria	36.93	19.75	7.44	35.88	100.00
PLANALTO	51.22	13.19	8.36	27.23	100.00
TOTAL RS	28.65	25.76	10.05	35.54	100.00

FONTE: TABELA 18

TABELA 22 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PEA DO RS
1960

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.72	24.66	0.00	30.27	14.02
Canoas	1.87	20.21	0.00	7.61	5.82
Guaíba	1.66	1.03	0.00	1.14	1.42
Torres	3.58	1.02	0.00	1.31	2.53
S. J. Norte	0.87	0.07	0.00	0.17	0.54
LITORAL	9.70	46.99	0.00	40.50	24.31
Canela	3.59	3.15	0.00	2.14	3.04
Caxias	3.96	7.63	0.00	4.07	4.39
Lajeado	5.28	1.98	0.00	1.93	3.78
Guapore	2.23	1.16	0.00	0.83	1.63
Sta. Cruz	8.55	2.77	0.00	2.84	5.96
SERRA	23.62	16.69	0.00	11.81	18.81
Sta. Maria	3.12	2.22	0.00	4.17	3.38
Pelotas	8.92	9.98	0.00	10.98	9.74
Rio Pardo	6.97	2.63	0.00	4.12	5.52
Alegrete	4.88	6.52	0.00	10.04	6.84
Sao Borja	2.98	1.44	0.00	2.57	2.67
FRONTEIRA	26.87	22.79	0.00	31.88	28.16
Sta. Rosa	7.62	1.56	0.00	2.30	5.14
Ijuí-Iraí	17.19	4.94	0.00	6.01	12.02
Carazinho	1.91	0.97	0.00	1.12	1.54
P. Fundo	10.62	4.64	0.00	4.94	8.02
Vacaria	2.47	1.42	0.00	1.43	2.00
PLANALTO	39.81	13.53	0.00	15.81	28.72
TOTAL RS	100.00	100.00	0.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 16

TABELA 23 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PEA DO RS
1970

%

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.26	24.55	32.46	31.98	16.63
Canoas	1.76	19.87	8.76	7.83	7.11
Guaíba	1.53	1.57	0.90	1.15	1.38
Torres	3.11	1.40	1.55	1.40	2.20
S. J. Norte	0.91	0.06	0.18	0.17	0.49
LITORAL	8.57	47.44	43.85	42.53	27.81
Canela	3.80	3.30	1.90	1.86	3.00
Caxias	3.64	8.00	3.77	4.42	4.61
Lajeado	5.99	2.12	2.05	1.88	3.83
Guapore	2.13	0.94	0.54	0.72	1.39
Sta. Cruz	9.26	3.27	2.59	2.75	5.82
SERRA	24.82	17.63	10.86	11.63	18.65
Sta. Maria	2.76	2.17	3.35	4.38	3.19
Pelotas	8.28	8.62	9.85	9.45	8.81
Rio Pardo	6.20	3.75	3.76	3.99	4.95
Alegrete	4.22	5.56	9.27	8.60	6.13
Sao Borja	2.84	1.34	2.45	2.59	2.49
FRONTEIRA	24.31	21.44	28.68	29.01	25.56
Sta. Rosa	8.77	1.80	2.61	2.44	5.26
Ijuí-Iraí	18.73	4.66	6.70	6.67	11.89
Carazinho	1.70	1.04	1.31	1.26	1.43
P. Fundo	11.05	4.52	4.98	5.09	7.73
Vacaria	2.05	1.46	1.02	1.36	1.67
PLANALTO	42.30	13.48	16.61	16.83	27.98
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FORNTE: TABELA 17

TABELA 24 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PEA DO RS.
1980

%

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVICOS	TOTAL
P. Alegre	1.07	21.49	29.06	32.47	20.30
Canoas	1.51	21.90	10.46	8.63	10.19
Guaiba	1.31	1.98	1.00	1.12	1.38
Torres	2.39	1.80	1.67	1.73	1.93
S. J. Norte	1.32	0.10	0.19	0.18	0.49
LITORAL	7.60	47.27	42.38	44.13	34.30
Canela	2.65	4.61	2.05	1.89	2.82
Caxias	3.60	10.52	5.01	5.08	6.05
Lajeado	6.69	2.85	2.36	2.15	3.65
Guapore	2.62	1.17	0.58	0.73	1.37
Sta. Cruz	10.92	3.69	2.85	2.77	5.35
SERRA	26.48	22.84	12.86	12.61	19.24
Sta. Maria	2.74	1.83	3.31	3.85	2.96
Pelotas	9.01	7.86	8.37	8.74	8.55
Rio Pardo	5.96	3.28	3.39	3.74	4.22
Alegrete	4.39	4.12	8.09	7.08	5.65
Sao Borja	2.91	1.06	2.55	2.30	2.18
FRONTEIRA	25.00	18.16	25.71	25.72	23.56
Sta. Rosa	7.04	1.80	3.09	2.75	3.77
Ijuí-Iraí	20.47	4.31	8.09	7.17	10.34
Carazinho	1.82	0.79	1.75	1.44	1.41
P. Fundo	9.99	3.87	5.20	4.93	6.13
Vacaria	1.60	0.95	0.92	1.25	1.24
PLANALTO	40.92	11.72	19.05	17.54	22.89
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 18

TABELA 25 EVOLUÇÃO DA PEA NO RS, POR REGIAO, ENTRE 1960 E 1970
Base 1970 = 100

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	125.30	50.07	0.00	67.65	65.34
Canoas	98.38	50.71	0.00	67.97	63.40
Guaíba	100.35	32.87	0.00	74.22	79.75
Torres	106.43	36.25	0.00	65.63	89.07
S. J. Norte	87.86	60.48	0.00	70.66	85.11
LITORAL	104.50	49.37	0.00	67.82	67.78
Canela	87.25	47.59	0.00	82.07	78.76
Caxias	100.57	47.51	0.00	68.07	73.94
Lajeado	81.37	46.57	0.00	72.32	76.47
Guapore	96.53	61.56	0.00	87.09	90.89
Sta. Cruz	85.24	42.26	0.00	75.06	79.45
SERRA	87.83	47.18	0.00	73.85	78.22
Sta. Maria	104.16	50.90	0.00	71.73	82.30
Pelotas	99.35	57.68	0.00	82.62	85.79
Rio Pardo	103.79	35.03	0.00	74.87	86.53
Alegrete	106.91	58.51	0.00	82.35	86.53
Sao Borja	96.81	53.26	0.00	71.75	83.27
FRONTEIRA	102.04	52.97	0.00	78.95	85.43
Sta. Rosa	80.26	43.04	0.00	66.80	75.77
Ijuí-Iraí	84.71	52.87	0.00	64.53	78.41
Carazinho	104.18	46.25	0.00	62.95	83.45
P. Fundo	88.69	51.22	0.00	69.90	80.44
Vacaria	110.97	48.57	0.00	79.41	92.77
PLANALTO	86.88	50.03	0.00	67.51	79.59
TOTAL RS	92.31	49.85	0.00	71.68	77.54

FONTE: TABELAS 16 e 17

TABELA 26 EVOLUÇÃO DA PEA NO RS, POR REGIAO, ENTRE 1970 E 1980
Base 1970 = 100

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	73.19	188.18	161.82	169.71	169.68
Canoas	74.39	236.84	215.87	184.08	199.19
Guaíba	74.00	271.41	200.19	163.01	139.89
Torres	66.43	275.94	194.31	206.24	121.97
S. J. Norte	125.42	400.95	193.29	181.74	138.24
LITORAL	76.67	214.15	174.68	173.43	171.43
Canela	60.35	299.64	194.81	169.30	130.88
Caxias	85.55	282.37	240.07	192.10	182.52
Lajeado	96.49	288.76	208.31	190.83	132.59
Guapore	106.20	269.50	193.72	169.58	134.81
Sta. Cruz	102.01	242.83	199.21	168.70	127.83
SERRA	92.25	278.36	214.08	181.33	143.48
Sta. Maria	85.82	181.34	178.44	146.92	129.01
Pelotas	94.08	195.86	153.63	154.64	135.05
Rio Pardo	83.09	188.19	162.99	156.58	118.54
Alegrete	89.95	159.44	157.64	137.63	128.16
Sao Borja	88.43	170.24	188.11	148.33	121.82
FRONTEIRA	88.96	182.01	162.00	148.14	128.16
Sta. Rosa	69.49	214.53	214.41	188.47	99.63
Ijuí-Iraí	94.52	199.00	218.32	179.64	120.85
Carazinho	93.09	162.92	241.68	190.28	137.48
P. Fundo	78.19	184.09	188.94	161.83	110.30
Vacaria	67.30	139.72	161.95	153.25	103.07
PLANALTO	83.69	186.87	207.27	174.19	113.73
TOTAL RS	86.49	214.90	180.73	167.14	139.01

FONTE: TABELAS 17 e 18

TABELA 27 RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIAO.
1959 Cr\$

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	420436	7342795	9290096	15770843	32824170
Canoas	488791	4486047	1135738	3289141	9399717
Guaiba	656682	346547	198225	484239	1685693
Torres	1060200	215167	500409	746679	2522455
S. J. Norte	460538	18397	61294	90646	630875
LITORAL	3086647	12408953	11185762	20381548	47062910
Canela	1160383	660116	489435	1213365	3523299
Caxias	1557189	2173194	814899	2274788	6820070
Lajeado	1629091	624552	480690	1046712	3781045
Guapore	890227	360493	158378	469385	1878483
Sta. Cruz	3123231	746913	704553	1537091	6111788
SERRA	8360121	4565268	2647955	6541341	22114685
Sta. Maria	1111594	352074	892170	1797458	4153296
Pelotas	3999545	4257180	3021740	5503392	16781857
Rio Pardo	2954195	862438	964747	1881782	6663162
Alegrete	3246670	1442645	1946548	3802833	10438696
Sao Borja	1595722	155441	352199	860372	2963734
FRONTEIRA	12907726	7069778	7177404	13845837	41000745
Sta. Rosa	3424359	363280	644591	1102896	5535126
Ijuí-Iraí	6692736	873787	1710225	3290488	12567236
Carazinho	801327	249036	318785	677692	2046840
P. Fundo	3757998	1277744	1093823	2593051	8722616
Vacaria	528576	838308	311422	681147	2359453
PLANALTO	15204996	3602155	4078846	8345274	31231271
TOTAL RS	39559490	27646154	25089967	49114000	141409611

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 28 RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIAO.
1970 Cr\$ 1.000

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	35417	767434	929907	1795779	3528537
Canoas	30085	767630	201191	433203	1432109
Guaiba	41400	47398	19265	50437	158500
Torres	60269	12901	39577	87574	200321
S. J. Norte	13594	564	5213	9447	28818
LITORAL	180765	1595927	1195153	2376440	5348285
Canela	62671	82642	45041	112237	302591
Caxias	100282	293854	116209	278877	789222
Lajeado	108969	67677	54629	108530	339805
Guapore	50731	28105	13468	40749	133053
Sta. Cruz	205049	68785	83873	158531	516238
SERRA	527702	541063	313220	698924	2080909
Sta. Maria	76930	29247	72383	168529	347089
Pelotas	243728	213524	213100	483582	1153934
Rio Pardo	184012	58830	83280	182375	508497
Alegrete	239889	67263	185948	346751	839851
Sao Borja	171803	9934	48675	99429	329841
FRONTEIRA	916362	378798	603386	1280666	3179212
Sta. Rosa	232748	51225	74237	125252	483462
Ijuí-Irai	548975	97573	193291	340610	1180449
Carazinho	110806	16640	43843	76921	248210
P. Fundo	252836	90119	117464	254610	715029
Vacaria	32153	37371	28389	59665	157578
PLANALTO	1177518	292928	457224	857058	2784728
TOTAL RS	2802347	2808716	2568983	5213088	13393134

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 29 RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIAO.
1975 Cr\$ 1.000

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	174679	4315011	4350350	10574788	19414828
Canoas	149769	5287487	1037687	2540668	9015611
Guaiba	202856	485162	102650	296367	1087035
Torres	258457	93314	205017	450301	1007089
S. J. Norte	167665	3063	25597	54475	250800
LITORAL	953426	10184037	5721301	13916599	30775363
Canela	258518	571057	221601	598300	1649476
Caxias	350047	2428526	604183	1514431	4897187
Lajeado	582644	489707	285525	596783	1954659
Guapore	249719	112419	75699	214010	651847
Sta. Cruz	936052	638696	432891	874283	2881922
SERRA	2376980	4240405	1619899	3797807	12035091
Sta. Maria	406170	150402	356528	868843	1781943
Pelotas	1352067	1432181	974305	2417044	6175597
Rio Pardo	978243	451352	415482	950802	2795879
Alegrete	1214993	495949	751610	1733233	4195785
Sao Borja	717893	72756	255779	546138	1592566
FRONTEIRA	4669366	2602640	2753704	6516060	16541770
Sta. Rosa	1089747	522943	459895	705595	2778180
Ijuí-Irai	2736595	676174	1121759	1949175	6483703
Carazinho	482948	88322	249738	411535	1232543
P. Fundo	1296777	491926	694557	1298614	3781874
Vacaria	188040	189801	118469	278593	774903
PLANALTO	5794107	1969166	2644418	4643512	15051203
TOTAL RS	13793879	18996248	12739322	28873978	74403427

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 30 RENDA INTERNA GLOBAL E SETORIAL DO RS, POR REGIAO.
1980 Cr\$ 1.000

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVICOS	TOTAL
P. Alegre	1435689	49896861	36978047	130104498	218415095
Canoas	1548326	57652345	12973987	38261138	110435796
Guaiba	3227296	6062591	936728	4222667	14449282
Torres	2773733	1201568	2132408	6774280	12881989
S. J. Norte	1262768	21681	263057	781418	2328924
LITORAL	10247812	114835046	53284227	180144001	358511086
Canela	2497949	9537139	2248242	8627518	22910848
Caxias	4018907	33183341	5892003	21657300	64751551
Lajeado	4848926	8396033	2515961	8114499	23875419
Guapore	2375631	1737020	717970	2797079	7627700
Sta. Cruz	8356640	9228710	3678618	10843324	32107292
SERRA	22098053	62082243	15052794	52039720	151272810
Sta. Maria	4547028	1581173	3662937	11229845	21020983
Pelotas	14432506	22926573	9106763	29657145	76122987
Rio Pardo	9991621	4545175	3931663	12069877	30538336
Alegrete	17169522	5293175	8092047	21086147	51640891
Sao Borja	7869281	1009087	2725663	6902142	18506173
FRONTEIRA	54009958	35355183	27519073	80945156	197829370
Sta. Rosa	11372265	4063937	4183723	9645121	29265046
Ijuí-Iraí	24239622	4115193	10582121	26425572	65362508
Carazinho	3988768	710245	2017506	5061615	11778134
P. Fundo	13224439	8478784	5634779	17218377	44556379
Vacaria	2247940	1287545	1026639	3636005	8198129
PLANALTO	55073034	18655704	23444768	61986690	159160196
TOTAL RS	141428857	230928176	119300862	375115567	866773462

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 31 ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIAO.
1959 %

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.28	22.37	28.30	48.05	100.00
Canoas	5.20	47.73	12.08	34.99	100.00
Guaiba	38.96	20.56	11.76	28.73	100.00
Torres	42.03	8.53	19.84	29.60	100.00
S. J. Norte	73.00	2.92	9.72	14.37	100.00
LITORAL	6.56	26.37	23.77	43.31	100.00
Canela	32.93	18.74	13.89	34.44	100.00
Caxias	22.83	31.86	11.95	33.35	100.00
Lajeado	43.09	16.52	12.71	27.68	100.00
Guapore	47.39	19.19	8.43	24.99	100.00
Sta. Cruz	51.10	12.22	11.53	25.15	100.00
SERRA	37.80	20.64	11.97	29.58	100.00
Sta. Maria	26.76	8.48	21.48	43.28	100.00
Pelotas	23.83	25.37	18.01	32.79	100.00
Rio Pardo	44.34	12.94	14.48	28.24	100.00
Alegrete	31.10	13.82	18.65	36.43	100.00
Sao Borja	53.84	5.24	11.88	29.03	100.00
FRONTEIRA	31.48	17.24	17.51	33.77	100.00
Sta. Rosa	61.87	6.56	11.65	19.93	100.00
Ijuí-Iraí	53.26	6.95	13.61	26.18	100.00
Carazinho	39.15	12.17	15.57	33.11	100.00
P. Fundo	43.08	14.65	12.54	29.73	100.00
Vacaria	22.40	35.53	13.20	28.87	100.00
PLANALTO	48.69	11.53	13.06	26.72	100.00
TOTAL RS	27.98	19.55	17.74	34.73	100.00

FONTE: TABELA 27

TABELA 32 ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIAO. %
1970

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVICOS	TOTAL
P. Alegre	1.00	21.75	26.35	50.89	100.00
Canoas	2.10	53.60	14.05	30.25	100.00
Guaiba	26.12	29.90	12.15	31.82	100.00
Torres	30.09	6.44	19.76	43.72	100.00
S. J. Norte	47.17	1.96	18.09	32.78	100.00
LITORAL	3.38	29.84	22.35	44.43	100.00
Canela	20.71	27.31	14.89	37.09	100.00
Caxias	12.71	37.23	14.72	35.34	100.00
Lajeado	32.07	19.92	16.08	31.94	100.00
Guapore	38.13	21.12	10.12	30.63	100.00
Sta. Cruz	39.72	13.32	16.25	30.71	100.00
SERRA	25.36	26.00	15.05	33.59	100.00
Sta. Maria	22.16	8.43	20.85	48.55	100.00
Pelotas	21.12	18.50	18.47	41.91	100.00
Rio Pardo	36.19	11.57	16.38	35.87	100.00
Alegrete	28.56	8.01	22.14	41.29	100.00
Sao Borja	52.09	3.01	14.76	30.14	100.00
FRONTEIRA	28.82	11.91	18.98	40.28	100.00
Sta. Rosa	48.14	10.60	15.36	25.91	100.00
Ijuí-Irai	46.51	8.27	16.37	28.85	100.00
Carazinho	44.64	6.70	17.66	30.99	100.00
P. Fundo	35.36	12.60	16.43	35.61	100.00
Vacaria	20.40	23.72	18.02	37.86	100.00
PLANALTO	42.28	10.52	16.42	30.78	100.00
TOTAL RS	20.92	20.97	19.18	38.92	100.00

FORTE: TABELA 28

TABELA 33 ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIAO.
1975

%

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	0.90	22.23	22.41	54.47	100.00
Canoas	1.66	58.65	11.51	28.18	100.00
Guaiba	18.66	44.63	9.44	27.26	100.00
Torres	25.66	9.27	20.36	44.71	100.00
S. J. Norte	66.85	1.22	10.21	21.72	100.00
LITORAL	3.10	33.09	18.59	45.22	100.00
Canela	15.67	34.62	13.43	36.27	100.00
Caxias	7.15	49.59	12.34	30.92	100.00
Lajeado	29.81	25.05	14.61	30.53	100.00
Guapore	38.31	17.25	11.61	32.83	100.00
Sta. Cruz	32.48	22.16	15.02	30.34	100.00
SERRA	19.75	35.23	13.46	31.56	100.00
Sta. Maria	22.79	8.44	20.01	48.76	100.00
Pelotas	21.89	23.19	15.78	39.14	100.00
Rio Pardo	34.99	16.14	14.86	34.01	100.00
Alegrete	28.96	11.82	17.91	41.31	100.00
Sao Borja	45.08	4.57	16.06	34.29	100.00
FRONTEIRA	28.23	15.73	16.65	39.39	100.00
Sta. Rosa	39.23	18.82	16.55	25.40	100.00
Ijuí-Iraí	42.21	10.43	17.30	30.06	100.00
Carazinho	39.18	7.17	20.26	33.39	100.00
P. Fundo	34.29	13.01	18.37	34.34	100.00
Vacaria	24.27	24.49	15.29	35.95	100.00
PLANALTO	38.50	13.08	17.57	30.85	100.00
TOTAL RS	18.54	25.53	17.12	38.81	100.00

FONTE: TABELA 29

TABELA 34 ESTRUTURA DA RENDA INTERNA DO RS, POR REGIAO. 1980 %

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	0.66	22.84	16.93	59.57	100.00
Canoas	1.40	52.20	11.75	34.65	100.00
Guaiba	22.34	41.96	6.48	29.22	100.00
Torres	21.53	9.33	16.55	52.59	100.00
S. J. Norte	54.22	0.93	11.30	33.55	100.00
LITORAL	2.86	32.03	14.86	50.25	100.00
Canela	10.90	41.63	9.81	37.66	100.00
Caxias	6.21	51.25	9.10	33.45	100.00
Lajeado	20.31	35.17	10.54	33.99	100.00
Guapore	31.14	22.77	9.41	36.67	100.00
Sta. Cruz	26.03	28.74	11.46	33.77	100.00
SERRA	14.61	41.04	9.95	34.40	100.00
Sta. Maria	21.63	7.52	17.43	53.42	100.00
Pelotas	18.96	30.12	11.96	38.96	100.00
Rio Pardo	32.72	14.88	12.87	39.52	100.00
Alegrete	33.25	10.25	15.67	40.83	100.00
Sao Borja	42.52	5.45	14.73	37.30	100.00
FRONTEIRA	27.30	17.87	13.91	40.92	100.00
Sta. Rosa	38.86	13.89	14.30	32.96	100.00
Ijuí-Iraí	37.08	6.30	16.19	40.43	100.00
Carazinho	33.87	6.03	17.13	42.97	100.00
P. Fundo	29.68	19.03	12.65	38.64	100.00
Vacaria	27.42	15.71	12.52	44.35	100.00
PLANALTO	34.60	11.72	14.73	38.95	100.00
TOTAL RS	16.32	26.64	13.76	43.28	100.00

FORNTE: TABELA 30

TABELA 35 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS. %
1959

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.06	26.56	37.03	32.11	23.21
Canoas	1.24	16.23	4.53	6.70	6.65
Guaíba	1.66	1.25	0.79	0.99	1.19
Torres	2.68	0.78	1.99	1.52	1.78
S. J. Norte	1.16	0.07	0.24	0.18	0.45
LITORAL	7.80	44.88	44.58	41.50	33.28
Canela	2.93	2.39	1.95	2.47	2.49
Caxias	3.94	7.86	3.25	4.63	4.82
Lajeado	4.12	2.26	1.92	2.13	2.67
Guapore	2.25	1.30	0.63	0.96	1.33
Sta. Cruz	7.90	2.70	2.81	3.13	4.32
SERRA	21.13	16.51	10.55	13.32	15.64
Sta. Maria	2.81	1.27	3.56	3.66	2.94
Pelotas	10.11	15.40	12.04	11.21	11.87
Rio Pardo	7.47	3.12	3.85	3.83	4.71
Alegrete	8.21	5.22	7.76	7.74	7.38
Sao Borja	4.03	0.56	1.40	1.75	2.10
FRONTEIRA	32.63	25.57	28.61	28.19	28.99
Sta. Rosa	8.66	1.31	2.57	2.25	3.91
Ijuí-Iraí	16.92	3.16	6.82	6.70	8.89
Carazinho	2.03	0.90	1.27	1.38	1.45
P. Fundo	9.50	4.62	4.36	5.28	6.17
Vacaria	1.34	3.03	1.24	1.39	1.67
PLANALTO	38.44	13.03	16.26	16.99	22.09
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 27

TABELA 36 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS. 1970 %

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.26	27.32	36.20	34.45	26.35
Canoas	1.07	27.33	7.83	8.31	10.69
Guaíba	1.48	1.69	0.75	0.97	1.18
Torres	2.15	0.46	1.54	1.68	1.50
S. J. Norte	0.49	0.02	0.20	0.18	0.22
LITORAL	6.45	56.82	46.52	45.59	39.93
Canela	2.24	2.94	1.75	2.15	2.26
Caxias	3.58	10.46	4.52	5.35	5.89
Lajeado	3.89	2.41	2.13	2.08	2.54
Guapore	1.81	1.00	0.52	0.78	0.99
Sta. Cruz	7.32	2.45	3.26	3.04	3.85
SERRA	18.83	19.26	12.19	13.41	15.54
Sta. Maria	2.75	1.04	2.82	3.23	2.59
Pelotas	8.70	7.60	8.30	9.28	8.62
Rio Pardo	6.57	2.09	3.24	3.50	3.80
Alegrete	8.56	2.39	7.24	6.65	6.27
Sao Borja	6.13	0.35	1.89	1.91	2.46
FRONTEIRA	32.70	13.49	23.49	24.57	23.74
Sta. Rosa	8.31	1.82	2.89	2.40	3.61
Ijuí-Iraí	19.59	3.47	7.52	6.53	8.81
Carazinho	3.95	0.59	1.71	1.48	1.85
P. Fundo	9.02	3.21	4.57	4.88	5.34
Vacaria	1.15	1.33	1.11	1.14	1.18
PLANALTO	42.02	10.43	17.80	16.44	20.79
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTES: TABELA 28

TABELA 37 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS. 1975 %

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.27	22.72	34.15	36.62	26.09
Canoas	1.09	27.83	8.15	8.80	12.12
Guaíba	1.47	2.55	0.81	1.03	1.46
Torres	1.87	0.49	1.61	1.56	1.35
S. J. Norte	1.22	0.02	0.20	0.19	0.34
LITORAL	6.91	53.61	44.91	48.20	41.36
Canela	1.87	3.01	1.74	2.07	2.22
Caxias	2.54	12.78	4.74	5.24	6.58
Lajeado	4.22	2.58	2.24	2.07	2.63
Guapore	1.81	0.59	0.59	0.74	0.88
Sta. Cruz	6.79	3.36	3.40	3.03	3.87
SERRA	17.23	22.32	12.72	13.15	16.18
Sta. Maria	2.94	0.79	2.80	3.01	2.39
Pelotas	9.80	7.54	7.65	8.37	8.30
Rio Pardo	7.09	2.38	3.26	3.29	3.76
Alegrete	8.81	2.61	5.90	6.00	5.64
Sao Borja	5.20	0.38	2.01	1.89	2.14
FRONTEIRA	33.85	13.70	21.62	22.57	22.23
Sta. Rosa	7.90	2.75	3.61	2.44	3.73
Ijuí-Iraí	19.84	3.56	8.81	6.75	8.71
Carazinho	3.50	0.46	1.96	1.43	1.66
P. Fundo	9.40	2.59	5.45	4.50	5.08
Vacaria	1.36	1.00	0.93	0.96	1.04
PLANALTO	42.00	10.37	20.76	16.08	20.23
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FORNTE: TABELA 29

TABELA 38 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA INTERNA DO RS.
1980 %

REGIAO	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
P. Alegre	1.02	21.61	31.00	34.68	25.20
Canoas	1.09	24.97	10.88	10.20	12.74
Guaíba	2.28	2.63	0.79	1.13	1.67
Torres	1.96	0.52	1.79	1.81	1.49
S. J. Norte	0.89	0.01	0.22	0.21	0.27
LITORAL	7.25	49.73	44.66	48.02	41.36
Canela	1.77	4.13	1.88	2.30	2.64
Caxias	2.84	14.37	4.94	5.77	7.47
Lajeado	3.43	3.64	2.11	2.16	2.75
Guapore	1.68	0.75	0.60	0.75	0.88
Sta. Cruz	5.91	4.00	3.08	2.89	3.70
SERRA	15.62	26.88	12.62	13.87	17.45
Sta. Maria	3.22	0.68	3.07	2.99	2.43
Pelotas	10.20	9.93	7.63	7.91	8.78
Rio Pardo	7.06	1.97	3.30	3.22	3.52
Alegrete	12.14	2.29	6.78	5.62	5.96
Sao Borja	5.56	0.44	2.28	1.84	2.14
FRONTEIRA	38.19	15.31	23.07	21.58	22.82
Sta. Rosa	8.04	1.76	3.51	2.57	3.38
Ijuí-Iraí	17.14	1.78	8.87	7.04	7.54
Carazinho	2.82	0.31	1.69	1.35	1.36
P. Fundo	9.35	3.67	4.72	4.59	5.14
Vacaria	1.59	0.56	0.86	0.97	0.95
PLANALTO	38.94	8.08	19.65	16.52	18.36
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FORTE: TABELA 30

TABELA 39 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VALOR AGREGADO FISCAL DO RS
DE 1980 A 1988 %

REGIÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
P. Alegre	21.00	20.51	20.77	18.71	17.11	17.91	18.96	19.36	18.36
Canoas	13.99	14.15	16.06	15.90	16.59	16.83	17.55	18.58	18.52
Guaíba	1.80	1.78	1.77	4.09	4.86	4.54	4.51	5.71	6.15
Torres	0.77	0.75	0.86	0.77	0.77	0.82	0.91	0.73	0.65
S.J.Norte	0.25	0.18	0.23	0.21	0.20	0.25	0.29	0.14	0.17
LITORAL	37.81	37.37	39.69	39.68	39.53	40.35	42.22	44.52	43.85
Canela	2.56	2.76	3.16	2.97	3.05	3.21	3.69	3.51	3.52
Caxias	9.22	8.95	9.41	7.92	8.10	9.74	11.11	11.54	10.93
Lajeado	3.10	3.25	3.22	3.33	3.25	3.17	3.17	3.30	3.46
Guapore	0.74	0.76	0.75	0.70	0.72	0.75	0.88	0.83	0.87
Sta.Cruz	3.34	4.04	4.41	4.51	4.93	4.69	4.00	4.09	4.45
SERRA	18.96	19.76	20.95	19.43	20.05	21.56	22.85	23.27	23.23
Sta.Maria	1.60	1.76	1.68	1.71	1.54	1.56	1.36	1.39	1.46
Pelotas	11.48	9.66	10.00	9.03	8.62	7.99	8.30	7.71	7.31
Rio Pardo	3.10	3.01	3.52	3.06	3.22	3.18	2.55	2.31	2.52
Alegrete	7.02	6.41	5.78	5.71	5.75	5.78	5.24	4.29	4.89
Sao Borja	2.68	2.87	2.35	2.63	2.40	2.20	1.72	1.50	1.80
FRONTEIRA	25.88	23.71	23.33	22.14	21.53	20.71	19.17	17.20	17.98
Sta.Rosa	3.27	3.58	2.96	3.74	3.66	3.18	2.54	2.45	2.36
Ijuí-Iraí	6.66	7.40	6.16	7.35	7.43	6.54	5.88	5.86	5.89
Carazinho	1.57	1.99	1.49	1.78	1.94	1.76	1.47	1.46	1.44
P.Fundo	4.85	5.42	4.80	5.30	5.21	5.16	5.11	4.60	4.21
Vacaria	0.98	0.76	0.64	0.60	0.65	0.70	0.75	0.64	0.60
PLANALTO	17.33	19.15	16.05	18.77	18.89	17.34	15.75	15.01	14.52
TOTAL RS	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: FEE/UNAGE C/ DADOS DA SECRETARIA DA FAZENDA

TABELA 40 RENDA INTERNA PER CAPITA DO RS, POR REGIAO.

REGIAO	1960	1970	1975	1980	
P. Alegre	44.46	3.28		116.02	
Canoas	29.76	3.01		113.31	
Guaiba	20.65	1.65		103.59	
Torres	17.59	1.23		75.71	
S. J. Norte	22.64	0.87		63.90	
LITORAL	36.01	2.90	0.00	111.92	0.00
Canela	22.09	1.74		100.90	
Caxias	29.37	2.62		127.30	
Lajeado	19.05	1.52		94.64	
Guapore	21.08	1.47		83.00	
Sta. Cruz	19.63	1.47		80.99	
SERRA	22.32	1.82	0.00	102.46	0.00
Sta. Maria	20.83	1.42		71.53	
Pelotas	31.24	1.89		100.73	
Rio Pardo	20.60	1.36		80.70	
Alegrete	26.72	1.85		94.42	
Sao Borja	18.31	1.78		82.39	
FONTEIRA	25.43	1.70	0.00	89.94	0.00
Sta. Rosa	21.43	1.60		81.96	
Ijuí-Irai	19.86	1.51		70.03	
Carazinho	23.92	2.47		91.41	
P. Fundo	19.83	1.45		83.22	
Vacaria	19.35	1.21		76.32	
PLANALTO	20.30	1.54	0.00	77.19	0.00
TOTAL RS	25.95	2.01	0.00	96.94	0.00

FONTE: TABELAS 4, 23, 24 e 26

TABELA 41 PRODUTO INTERNO BRUTO, POR SETORES, NO RIO GRANDE DO SUL
1970 a 1985
Cr\$ de 1975

ANOS	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
1970	11979728	11615865	8443192	13388591	45427376
1971	11217029	13513068	9115973	14603750	48449820
1972	11524789	15961872	9751821	16067309	53305791
1973	12742565	18667357	11829246	18477647	61716815
1974	12319539	21487445	14366501	21037797	69211282
1975	13793876	23729059	15374714	23593292	76490941
1976	15684284	27640468	15733269	27179442	86237463
1977	14328439	29757061	15707300	30115672	89908472
1978	13009488	32827847	16205226	33901682	95944243
1979	11999976	37373335	16810740	37119169	103303220
1980	16501483	39555622	19514085	38027367	113598557
1981*	15002475	35434072	18362383	41881935	110680865
1982*	13111189	36894864	18613017	46039208	114658278
1983*	13441615	37254992	18434327	47885677	117016611
1984*	15058767	39338488	17643857	52045000	124086112
1985*	17398632	39125102	19206537	52285021	128015292

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE
* Dados sujeitos a retificação

TABELA 42 ESTRUTURA DO P.I.B., POR SETORES, NO RIO GRANDE DO SUL
1970 a 1985
Cr\$ de 1975

ANOS	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO	SERVIÇOS	TOTAL
1970	26.37	25.57	18.59	29.47	100.00
1971	23.15	27.89	18.82	30.14	100.00
1972	21.62	29.94	18.29	30.14	100.00
1973	20.65	30.25	19.17	29.94	100.00
1974	17.80	31.05	20.76	30.40	100.00
1975	18.03	31.02	20.10	30.84	100.00
1976	18.19	32.05	18.24	31.52	100.00
1977	15.94	33.10	17.47	33.50	100.00
1978	13.56	34.22	16.89	35.33	100.00
1979	11.62	36.18	16.27	35.93	100.00
1980	14.53	34.82	17.18	33.48	100.00
1981*	13.55	32.01	16.59	37.84	100.00
1982*	11.44	32.18	16.23	40.15	100.00
1983*	11.49	31.84	15.75	40.92	100.00
1984*	12.14	31.70	14.22	41.94	100.00
1985*	13.59	30.56	15.00	40.84	100.00

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE
* Dados sujeitos a retificação

TABELA 43 NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO. 1960 unidades

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	955	3104	630	38	4727
Canoas	876	5400	379	14	6669
Guaiba	339	2921	1059	89	4408
Torres	3841	9251	828	45	13965
S. J. Norte	1007	1617	516	47	3187
LITORAL	7018	22293	3412	233	32956
Canela	2951	14539	467	6	17963
Caxias	858	12625	1413	30	14926
Lajeado	4300	19634	1043	14	24991
Guapore	382	7420	985	5	8792
Sta. Cruz	2455	23962	3145	145	29707
SERRA	10946	78180	7053	200	96379
Sta. Maria	937	6713	2539	250	10439
Pelotas	2990	22775	7067	1222	34054
Rio Pardo	1729	13447	4543	622	20341
Alegrete	405	4185	4700	1962	11252
Sao Borja	772	5092	3193	788	9845
FRONTEIRA	6833	52212	22042	4844	85931
Sta. Rosa	4433	26281	2019	189	32922
Ijuí-Irai	7454	58168	4927	435	70984
Carazinho	322	6450	969	103	7844
P. Fundo	3352	34416	5631	214	43613
Vacaria	630	4965	3340	635	9570
PLANALTO	16191	130280	16886	1576	164933
TOTAL RS	40988	282965	49393	6853	380199

FORTE: FIBGE - Censo Agricola de 1960

TABELA 44 NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO. 1970 unidades

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1816	3402	759	58	6035
Canoas	1801	6713	408	14	8936
Guaiba	1108	5301	1307	158	7874
Torres	5750	10800	1053	68	17671
S. J. Norte	973	2166	824	64	4027
LITORAL	11448	28382	4351	362	44543
Canela	4556	15510	434	6	20506
Caxias	3153	17371	1002	19	21545
Lajeado	6659	22740	840	10	30249
Guapore	1728	9597	753	3	12081
Sta. Cruz	7058	33081	3162	105	43406
SERRA	23154	98299	6191	143	127787
Sta. Maria	2185	10681	2819	293	15978
Pelotas	5282	29073	8217	1307	43879
Rio Pardo	3937	20172	5811	681	30601
Alegrete	1052	6243	6290	2322	15907
Sao Borja	1122	7152	4515	933	13722
FRONTEIRA	13578	73321	27652	5536	120087
Sta. Rosa	9846	32970	1952	177	44945
Ijuí-Iraí	20698	72925	4882	422	98927
Carazinho	815	8009	1120	127	10071
P. Fundo	5634	41832	5569	212	53247
Vacaria	849	6382	4208	604	12043
PLANALTO	37842	162118	17731	1542	219233
TOTAL RS	86022	362120	55925	7583	511650

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1970

TABELA 45 NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO. 1975 unidades

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1295	3461	685	62	5503
Canoas	2111	6488	373	17	8989
Guaiba	924	4778	1206	153	7061
Torres	4490	9931	1148	74	15643
S. J. Norte	1400	2248	858	83	4589
LITORAL	10220	26906	4270	389	41785
Canela	3247	14141	520	10	17918
Caxias	2059	15169	1232	19	18479
Lajeado	5809	22747	819	7	29382
Guapore	962	8422	954	4	10342
Sta. Cruz	6347	31678	3145	112	41282
SERRA	18424	92157	6670	152	117403
Sta. Maria	1690	10023	2912	308	14933
Pelotas	4732	28278	8177	1311	42498
Rio Pardo	2809	18760	5756	701	28026
Alegrete	1389	6695	6301	2427	16812
Sao Borja	1228	6240	4282	1003	12753
FRONTEIRA	11848	69996	27428	5750	115022
Sta. Rosa	5417	29713	2293	189	37612
Ijuí-Irai	16772	68610	5363	477	91222
Carazinho	688	6667	1280	145	8780
P. Fundo	5041	38770	5623	244	49678
Vacaria	468	4897	3812	641	9818
PLANALTO	28386	148657	18371	1696	197110
TOTAL RS	68878	337716	56739	7987	471320

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1975

TABELA 46 NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO. 1980 unidades

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1104	3024	758	56	4942
Canoas	2298	6153	389	16	8856
Guaiba	906	4487	1197	143	6733
Torres	3911	8759	1129	76	13875
S. J. Norte	1682	2396	814	100	4992
LITORAL	9901	24819	4287	391	39398
Canela	3307	13168	527	12	17014
Caxias	1930	14380	1143	14	17467
Lajeado	6162	22187	795	6	29150
Guapore	1225	8553	815	6	10599
Sta. Cruz	7551	33012	3206	108	43877
SERRA	20175	91300	6486	146	118107
Sta. Maria	1833	9867	2889	327	14916
Pelotas	4053	26771	8317	1314	40455
Rio Pardo	3154	17889	5951	778	27772
Alegrete	1229	6079	6380	2536	16224
Sao Borja	1416	6297	4362	1013	13088
FRONTEIRA	11685	66903	27899	5968	112455
Sta. Rosa	7268	30982	2338	184	40772
Ijuí-Iraí	19034	69529	5691	462	94716
Carazinho	853	6453	1345	148	8799
P. Fundo	6146	38899	5581	251	50877
Vacaria	458	4429	4011	641	9539
PLANALTO	33759	150292	18966	1686	204703
TOTAL RS	75520	333314	57638	8191	474663

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1980

TABELA 47 NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO. 1985 unidades

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1219	3013	684	38	4954
Canoas	2320	6106	367	9	8802
Guaiba	1407	4927	1119	146	7599
Torres	4936	8569	1057	101	14663
S. J. Norte	1854	2370	778	97	5099
LITORAL	11736	24985	4005	391	41117
Canela	3820	12676	551	17	17064
Caxias	2336	14485	1130	16	17967
Lajeado	6441	22374	767	9	29591
Guapore	1284	8989	755	9	11037
Sta. Cruz	9011	32482	3100	135	44728
SERRA	22892	91006	6303	186	120387
Sta. Maria	2095	10340	2906	322	15663
Pelotas	5028	27496	8397	1287	42208
Rio Pardo	3740	19350	6049	783	29922
Alegrete	1390	6193	6611	2562	16756
Sao Borja	1621	6954	4772	1073	14420
FRONTEIRA	13874	70333	28735	6027	118969
Sta. Rosa	8673	32138	2381	183	43375
Ijuí-Iraí	20973	70895	5639	435	97942
Carazinho	1077	6583	1411	130	9201
P. Fundo	7249	40874	5425	261	53809
Vacaria	821	4855	3998	618	10292
PLANALTO	38793	155345	18854	1627	214619
TOTAL RS	87295	341669	57897	8231	495092

FONTE: FIBGE - Sinopse do Censo Agropecuario de 1985

TABELA 48 EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO - 1970 Base 100 = 1960

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	190.16	109.60	120.48	152.63	127.67
Canoas	205.59	124.31	107.65	100.00	133.99
Guaíba	326.84	181.48	123.42	177.53	178.63
Torres	149.70	116.74	127.17	151.11	126.54
S. J. Norte	96.62	133.95	159.69	136.17	126.36
LITORAL	163.12	127.31	127.52	155.36	135.16
Canela	154.39	106.68	92.93	100.00	114.16
Caxias	367.48	137.59	70.91	63.33	144.35
Lajeado	154.86	115.82	80.54	71.43	121.04
Guapore	452.36	129.34	76.45	60.00	137.41
Sta. Cruz	287.49	138.06	100.54	72.41	146.11
SERRA	211.53	125.73	87.78	71.50	132.59
Sta. Maria	233.19	159.11	111.03	117.20	153.06
Pelotas	176.66	127.65	116.27	106.96	128.85
Rio Pardo	227.70	150.01	127.91	109.49	150.44
Alegrete	259.75	149.18	133.83	118.35	141.37
Sao Borja	145.34	140.46	141.40	118.40	139.38
FRONTEIRA	198.71	140.43	125.45	114.29	139.75
Sta. Rosa	222.11	125.45	96.68	93.65	136.52
Ijuí-Iraí	277.68	125.37	99.09	97.01	139.37
Carazinho	253.11	124.17	115.58	123.30	128.39
P. Fundo	168.08	121.55	98.90	99.07	122.09
Vacaria	134.76	128.54	125.99	95.12	125.84
PLANALTO	233.72	124.44	105.00	97.84	132.92
TOTAL RS	209.87	127.97	113.22	110.65	134.57

FONTE: TABELAS 43 e 44

TABELA 49 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
NO RS, POR REGIÃO - 1975 Base 100 = 1960

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	135.60	111.50	108.73	163.16	116.42
Canoas	240.98	120.15	98.42	121.43	134.79
Guaíba	272.57	163.57	113.88	171.91	160.19
Torres	116.90	107.35	138.65	164.44	112.02
S. J. Norte	139.03	139.02	166.28	176.60	143.99
LITORAL	145.63	120.69	125.15	166.95	126.79
Canela	110.03	97.26	111.35	166.67	99.75
Caxias	239.98	120.15	87.19	63.33	123.80
Lajeado	135.09	115.86	78.52	50.00	117.57
Guapore	251.83	113.50	96.85	80.00	117.63
Sta. Cruz	258.53	132.20	100.00	77.24	138.96
SERRA	168.32	117.88	94.57	76.00	121.81
Sta. Maria	180.36	149.31	114.69	123.20	143.05
Pelotas	158.26	124.16	115.71	107.28	124.80
Rio Pardo	162.46	139.51	126.70	112.70	137.78
Alegrete	342.96	159.98	134.06	123.70	149.41
Sao Borja	159.07	122.55	134.11	127.28	129.54
FRONTEIRA	173.39	134.06	124.44	118.70	133.85
Sta. Rosa	122.20	113.06	113.57	100.00	114.25
Ijuí-Iraí	225.01	117.95	108.85	109.66	128.51
Carazinho	213.66	103.36	132.09	140.78	111.93
P. Fundo	150.39	112.65	99.86	114.02	113.91
Vacaria	74.29	98.63	114.13	100.94	102.59
PLANALTO	175.32	114.11	108.79	107.61	119.51
TOTAL RS	168.04	119.35	114.87	116.55	123.97

FONTE: TABELAS 43 e 45

TABELA 50 EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
NO RS, POR REGIAO - 1980 Base 100 = 1960

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	115.60	97.42	120.32	147.37	104.55
Canoas	262.33	113.94	102.64	114.29	132.79
Guaíba	267.26	153.61	113.03	160.67	152.75
Torres	101.82	94.68	136.35	168.89	99.36
S. J. Norte	167.03	148.18	157.75	212.77	156.64
LITORAL	141.08	111.33	125.64	167.81	119.55
Canela	112.06	90.57	112.85	200.00	94.72
Caxias	224.94	113.90	80.89	46.67	117.02
Lajeado	143.30	113.00	76.22	42.86	116.64
Guapore	320.68	115.27	82.74	120.00	120.55
Sta. Cruz	307.58	137.77	101.94	74.48	147.70
SERRA	184.31	116.78	91.96	73.00	122.54
Sta. Maria	195.62	146.98	113.78	130.80	142.89
Pelotas	135.55	117.55	117.69	107.53	118.80
Rio Pardo	182.42	133.03	130.99	125.08	136.53
Alegrete	303.46	145.26	135.74	129.26	144.19
Sao Borja	183.42	123.66	136.61	128.55	132.94
FRONTEIRA	171.01	128.14	126.57	123.20	130.87
Sta. Rosa	163.95	117.89	115.80	97.35	123.84
Ijuí-Iraí	255.35	119.53	115.51	106.21	133.43
Carazinho	264.91	100.05	138.80	143.69	112.17
P. Fundo	183.35	113.03	99.11	117.29	116.66
Vacaria	72.70	89.20	120.09	100.94	99.68
PLANALTO	208.50	115.36	112.32	106.98	124.11
TOTAL RS	184.25	117.79	116.69	119.52	124.85

FONTE: TABELAS 43 e 46

TABELA 51 EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
NO RS, POR REGIAO - 1985 Base 100 = 1960

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	127.64	97.07	108.57	100.00	104.80
Canoas	264.84	113.07	96.83	64.29	131.98
Guaíba	415.04	168.68	105.67	164.04	172.39
Torres	128.51	92.63	127.66	224.44	105.00
S. J. Norte	184.11	146.57	150.78	206.38	159.99
LITORAL	167.23	112.08	117.38	167.81	124.76
Canela	129.45	87.19	117.99	283.33	95.00
Caxias	272.26	114.73	79.97	53.33	120.37
Lajeado	149.79	113.96	73.54	64.29	118.41
Guapore	336.13	121.15	76.65	180.00	125.53
Sta. Cruz	367.05	135.56	98.57	93.10	150.56
SERRA	209.14	116.41	89.37	93.00	124.91
Sta. Maria	223.59	154.03	114.45	128.80	150.04
Pelotas	168.16	120.73	118.82	105.32	123.94
Rio Pardo	216.31	143.90	133.15	125.88	147.10
Alegrete	343.21	147.98	140.66	130.58	148.92
Sao Borja	209.97	136.57	149.45	136.17	146.47
FRONTEIRA	203.04	134.71	130.36	124.42	138.45
Sta. Rosa	195.65	122.29	117.93	96.83	131.75
Ijuí-Iraí	281.37	121.88	114.45	100.00	137.98
Carazinho	334.47	102.06	145.61	126.21	117.30
P. Fundo	216.26	118.76	96.34	121.96	123.38
Vacaria	130.32	97.78	119.70	97.32	107.54
PLANALTO	239.60	119.24	111.65	103.24	130.12
TOTAL RS	212.98	120.75	117.22	120.11	130.22

FONTE: TABELAS 43 e 47

TABELA 52 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS 1960 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.33	1.10	1.28	0.55	1.24
Canoas	2.14	1.91	0.77	0.20	1.75
Guaíba	0.83	1.03	2.14	1.30	1.16
Torres	9.37	3.27	1.68	0.66	3.67
S. J. Norte	2.46	0.57	1.04	0.69	0.84
LITORAL	17.12	7.88	6.91	3.40	8.67
Canela	7.20	5.14	0.95	0.09	4.72
Caxias	2.09	4.46	2.86	0.44	3.93
Lajeado	10.49	6.94	2.11	0.20	6.57
Guapore	0.93	2.62	1.99	0.07	2.31
Sta. Cruz	5.99	8.47	6.37	2.12	7.81
SERRA	26.71	27.63	14.28	2.92	25.35
Sta. Maria	2.29	2.37	5.14	3.65	2.75
Pelotas	7.29	8.05	14.31	17.83	8.96
Rio Pardo	4.22	4.75	9.20	9.08	5.35
Alegrete	0.99	1.48	9.52	28.63	2.96
Sao Borja	1.88	1.80	6.46	11.50	2.59
FRONTEIRA	16.67	18.45	44.63	70.68	22.60
Sta. Rosa	10.82	9.29	4.09	2.76	8.66
Ijuí-Iraí	18.19	20.56	9.98	6.35	18.67
Carazinho	0.79	2.28	1.96	1.50	2.06
P. Fundo	8.18	12.16	11.40	3.12	11.47
Vacaria	1.54	1.75	6.76	9.27	2.52
PLANALTO	39.50	46.04	34.19	23.00	43.38
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 43

TABELA 53 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS 1970 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.11	0.94	1.36	0.76	1.18
Canoas	2.09	1.85	0.73	0.18	1.75
Guaíba	1.29	1.46	2.34	2.08	1.54
Torres	6.68	2.98	1.88	0.90	3.45
S. J. Norte	1.13	0.60	1.47	0.84	0.79
LITORAL	13.31	7.84	7.78	4.77	8.71
Canela	5.30	4.28	0.78	0.08	4.01
Caxias	3.67	4.80	1.79	0.25	4.21
Lajeado	7.74	6.28	1.50	0.13	5.91
Guapore	2.01	2.65	1.35	0.04	2.36
Sta. Cruz	8.20	9.14	5.65	1.38	8.48
SERRA	26.92	27.15	11.07	1.89	24.98
Sta. Maria	2.54	2.95	5.04	3.86	3.12
Pelotas	6.14	8.03	14.69	17.24	8.58
Rio Pardo	4.58	5.57	10.39	8.98	5.98
Alegrete	1.22	1.72	11.25	30.62	3.11
Sao Borja	1.30	1.98	8.07	12.30	2.68
FRONTEIRA	15.78	20.25	49.44	73.01	23.47
Sta. Rosa	11.45	9.10	3.49	2.33	8.78
Ijuí-Iraí	24.06	20.14	8.73	5.57	19.33
Carazinho	0.95	2.21	2.00	1.67	1.97
P. Fundo	6.55	11.55	9.96	2.80	10.41
Vacaria	0.99	1.76	7.52	7.97	2.35
PLANALTO	43.99	44.77	31.70	20.33	42.85
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 44

TABELA 54 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS 1975 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.88	1.02	1.21	0.78	1.17
Canoas	3.06	1.92	0.66	0.21	1.91
Guaíba	1.34	1.41	2.13	1.92	1.50
Torres	6.52	2.94	2.02	0.93	3.32
S. J. Norte	2.03	0.67	1.51	1.04	0.97
LITORAL	14.84	7.97	7.53	4.87	8.87
Canela	4.71	4.19	0.92	0.13	3.80
Caxias	2.99	4.49	2.17	0.24	3.92
Lajeado	8.43	6.74	1.44	0.09	6.23
Guapore	1.40	2.49	1.68	0.05	2.19
Sta. Cruz	9.21	9.38	5.54	1.40	8.76
SERRA	26.75	27.29	11.76	1.90	24.91
Sta. Maria	2.45	2.97	5.13	3.86	3.17
Pelotas	6.87	8.37	14.41	16.41	9.02
Rio Pardo	4.08	5.55	10.14	8.78	5.95
Alegrete	2.02	1.98	11.11	30.39	3.57
Sao Borja	1.78	1.85	7.55	12.56	2.71
FRONTEIRA	17.20	20.73	48.34	71.99	24.40
Sta. Rosa	7.86	8.80	4.04	2.37	7.98
Ijuí-Iraí	24.35	20.32	9.45	5.97	19.35
Carazinho	1.00	1.97	2.26	1.82	1.86
P. Fundo	7.32	11.48	9.91	3.05	10.54
Vacaria	0.68	1.45	6.72	8.03	2.08
PLANALTO	41.21	44.02	32.38	21.23	41.82
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 45

TABELA 55 PARTICIPACAO DAS REGIOES NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS 1980 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.46	0.91	1.32	0.68	1.04
Canoas	3.04	1.85	0.67	0.20	1.87
Guaiba	1.20	1.35	2.08	1.75	1.42
Torres	5.18	2.63	1.96	0.93	2.92
S. J. Norte	2.23	0.72	1.41	1.22	1.05
LITORAL	13.11	7.45	7.44	4.77	8.30
Canela	4.38	3.95	0.91	0.15	3.58
Caxias	2.56	4.31	1.98	0.17	3.68
Lajeado	8.16	6.66	1.38	0.07	6.14
Guapore	1.62	2.57	1.41	0.07	2.23
Sta. Cruz	10.00	9.90	5.56	1.32	9.24
SERRA	26.71	27.39	11.25	1.78	24.88
Sta. Maria	2.43	2.96	5.01	3.99	3.14
Pelotas	5.37	8.03	14.43	16.04	8.52
Rio Pardo	4.18	5.37	10.32	9.50	5.85
Alegrete	1.63	1.82	11.07	30.96	3.42
Sao Borja	1.88	1.89	7.57	12.37	2.76
FRONTEIRA	15.47	20.07	48.40	72.86	23.69
Sta. Rosa	9.62	9.30	4.06	2.25	8.59
Ijuí-Iraí	25.20	20.86	9.87	5.64	19.95
Carazinho	1.13	1.94	2.33	1.81	1.85
P. Fundo	8.14	11.67	9.68	3.06	10.72
Vacaria	0.61	1.33	6.96	7.83	2.01
PLANALTO	44.70	45.09	32.91	20.58	43.13
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 46

TABELA 56 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS 1985 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.40	0.88	1.18	0.46	1.00
Canoas	2.66	1.79	0.63	0.11	1.78
Guaíba	1.61	1.44	1.93	1.77	1.53
Torres	5.65	2.51	1.83	1.23	2.96
S. J. Norte	2.12	0.69	1.34	1.18	1.03
LITORAL	13.44	7.31	6.92	4.75	8.30
Canela	4.38	3.71	0.95	0.21	3.45
Caxias	2.68	4.24	1.95	0.19	3.63
Lajeado	7.38	6.55	1.32	0.11	5.98
Guapore	1.47	2.63	1.30	0.11	2.23
Sta. Cruz	10.32	9.51	5.35	1.64	9.03
SERRA	26.22	26.64	10.89	2.26	24.32
Sta. Maria	2.40	3.03	5.02	3.91	3.16
Pelotas	5.76	8.05	14.50	15.64	8.53
Rio Pardo	4.28	5.66	10.45	9.51	6.04
Alegrete	1.59	1.81	11.42	31.13	3.38
Sao Borja	1.86	2.04	8.24	13.04	2.91
FRONTEIRA	15.89	20.59	49.63	73.22	24.03
Sta. Rosa	9.94	9.41	4.11	2.22	8.76
Ijuí-Iraí	24.03	20.75	9.74	5.28	19.78
Carazinho	1.23	1.93	2.44	1.58	1.86
P. Fundo	8.30	11.96	9.37	3.17	10.87
Vacaria	0.94	1.42	6.91	7.51	2.08
PLANALTO	44.44	45.47	32.56	19.77	43.35
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 47

TABELA 57 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO 1960 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	20.20	65.67	13.33	0.80	100.00
Canoas	13.14	80.97	5.68	0.21	100.00
Guaiba	7.69	66.27	24.02	2.02	100.00
Torres	27.50	66.24	5.93	0.32	100.00
S. J. Norte	31.60	50.74	16.19	1.47	100.00
LITORAL	21.30	67.64	10.35	0.71	100.00
Canela	16.43	80.94	2.60	0.03	100.00
Caxias	5.75	84.58	9.47	0.20	100.00
Lajeado	17.21	78.56	4.17	0.06	100.00
Guapore	4.34	84.39	11.20	0.06	100.00
Sta. Cruz	8.26	80.66	10.59	0.49	100.00
SERRA	11.36	81.12	7.32	0.21	100.00
Sta. Maria	8.98	64.31	24.32	2.39	100.00
Pelotas	8.78	66.88	20.75	3.59	100.00
Rio Pardo	8.50	66.11	22.33	3.06	100.00
Alegrete	3.60	37.19	41.77	17.44	100.00
Sao Borja	7.84	51.72	32.43	8.00	100.00
FRONTEIRA	7.95	60.76	25.65	5.64	100.00
Sta. Rosa	13.47	79.83	6.13	0.57	100.00
Ijuí-Iraí	10.50	81.95	6.94	0.61	100.00
Carazinho	4.11	82.23	12.35	1.31	100.00
P. Fundo	7.69	78.91	12.91	0.49	100.00
Vacaria	6.58	51.88	34.90	6.64	100.00
PLANALTO	9.82	78.99	10.24	0.96	100.00
TOTAL RS	10.78	74.43	12.99	1.80	100.00

FONTE: TABELA 43

TABELA 58 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO 1970 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	30.09	56.37	12.58	0.96	100.00
Canoas	20.15	75.12	4.57	0.16	100.00
Guaiba	14.07	67.32	16.60	2.01	100.00
Torres	32.54	61.12	5.96	0.38	100.00
S. J. Norte	24.16	53.79	20.46	1.59	100.00
LITORAL	25.70	63.72	9.77	0.81	100.00
Canela	22.22	75.64	2.12	0.03	100.00
Caxias	14.63	80.63	4.65	0.09	100.00
Lajeado	22.01	75.18	2.78	0.03	100.00
Guapore	14.30	79.44	6.23	0.02	100.00
Sta. Cruz	16.26	76.21	7.28	0.24	100.00
SERRA	18.12	76.92	4.84	0.11	100.00
Sta. Maria	13.68	66.85	17.64	1.83	100.00
Pelotas	12.04	66.26	18.73	2.98	100.00
Rio Pardo	12.87	65.92	18.99	2.23	100.00
Alegrete	6.61	39.25	39.54	14.60	100.00
Sao Borja	8.18	52.12	32.90	6.80	100.00
FRONTEIRA	11.31	61.06	23.03	4.61	100.00
Sta. Rosa	21.91	73.36	4.34	0.39	100.00
Ijuí-Iraí	20.92	73.72	4.93	0.43	100.00
Carazinho	8.09	79.53	11.12	1.26	100.00
P. Fundo	10.58	78.56	10.46	0.40	100.00
Vacaria	7.05	52.99	34.94	5.02	100.00
PLANALTO	17.26	73.95	8.09	0.70	100.00
TOTAL RS	16.81	70.77	10.93	1.48	100.00

FONTE: TABELA 44

TABELA 59 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO 1975 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P.Alegre	23.53	62.89	12.45	1.13	100.00
Canoas	23.48	72.18	4.15	0.19	100.00
Guaiba	13.09	67.67	17.08	2.17	100.00
Torres	28.70	63.49	7.34	0.47	100.00
S.J.Norte	30.51	48.99	18.70	1.81	100.00
LITORAL	24.46	64.39	10.22	0.93	100.00
Canela	18.12	78.92	2.90	0.06	100.00
Caxias	11.14	82.09	6.67	0.10	100.00
Lajeado	19.77	77.42	2.79	0.02	100.00
Guapore	9.30	81.43	9.22	0.04	100.00
Sta.Cruz	15.37	76.74	7.62	0.27	100.00
SERRA	15.69	78.50	5.68	0.13	100.00
Sta.Maria	11.32	67.12	19.50	2.06	100.00
Pelotas	11.13	66.54	19.24	3.08	100.00
Rio Pardo	10.02	66.94	20.54	2.50	100.00
Alegrete	8.26	39.82	37.48	14.44	100.00
Sao Borja	9.63	48.93	33.58	7.86	100.00
FRONTEIRA	10.30	60.85	23.85	5.00	100.00
Sta.Rosa	14.40	79.00	6.10	0.50	100.00
Ijuí-Iraí	18.39	75.21	5.88	0.52	100.00
Carazinho	7.84	75.93	14.58	1.65	100.00
P.Fundo	10.15	78.04	11.32	0.49	100.00
Vacaria	4.77	49.88	38.83	6.53	100.00
PLANALTO	14.40	75.42	9.32	0.86	100.00
TOTAL RS	14.61	71.65	12.04	1.69	100.00

FONTE: TABELA 45

TABELA 60 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS
AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO 1980 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	22.34	61.19	15.34	1.13	100.00
Canoas	25.95	69.48	4.39	0.18	100.00
Guaiba	13.46	66.64	17.78	2.12	100.00
Torres	28.19	63.13	8.14	0.55	100.00
S. J. Norte	33.69	48.00	16.31	2.00	100.00
LITORAL	25.13	63.00	10.88	0.99	100.00
Canela	19.44	77.40	3.10	0.07	100.00
Caxias	11.05	82.33	6.54	0.08	100.00
Lajeado	21.14	76.11	2.73	0.02	100.00
Guapore	11.56	80.70	7.69	0.06	100.00
Sta. Cruz	17.21	75.24	7.31	0.25	100.00
SERRA	17.08	77.30	5.49	0.12	100.00
Sta. Maria	12.29	66.15	19.37	2.19	100.00
Pelotas	10.02	66.17	20.56	3.25	100.00
Rio Pardo	11.36	64.41	21.43	2.80	100.00
Alegrete	7.58	37.47	39.32	15.63	100.00
Sao Borja	10.82	48.11	33.33	7.74	100.00
FRONTEIRA	10.39	59.49	24.81	5.31	100.00
Sta. Rosa	17.83	75.99	5.73	0.45	100.00
Ijuí-Iraí	20.10	73.41	6.01	0.49	100.00
Carazinho	9.69	73.34	15.29	1.68	100.00
P. Fundo	12.08	76.46	10.97	0.49	100.00
Vacaria	4.80	46.43	42.05	6.72	100.00
PLANALTO	16.49	73.42	9.27	0.82	100.00
TOTAL RS	15.91	70.22	12.14	1.73	100.00

FONTE: TABELA 46

TABELA 61 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO 1985 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P.Alegre	24.61	60.82	13.81	0.77	100.00
Canoas	26.36	69.37	4.17	0.10	100.00
Guaiba	18.52	64.84	14.73	1.92	100.00
Torres	33.66	58.44	7.21	0.69	100.00
S.J.Norte	36.36	46.48	15.26	1.90	100.00
LITORAL	28.54	60.77	9.74	0.95	100.00
Canela	22.39	74.29	3.23	0.10	100.00
Caxias	13.00	80.62	6.29	0.09	100.00
Lajeado	21.77	75.61	2.59	0.03	100.00
Guapore	11.63	81.44	6.84	0.08	100.00
Sta.Cruz	20.15	72.62	6.93	0.30	100.00
SERRA	19.02	75.59	5.24	0.15	100.00
Sta.Maria	13.38	66.02	18.55	2.06	100.00
Pelotas	11.91	65.14	19.89	3.05	100.00
Rio Pardo	12.50	64.67	20.22	2.62	100.00
Alegrete	8.30	36.96	39.45	15.29	100.00
Sao Borja	11.24	48.22	33.09	7.44	100.00
FRONTEIRA	11.66	59.12	24.15	5.07	100.00
Sta.Rosa	20.00	74.09	5.49	0.42	100.00
Ijuí-Iraí	21.41	72.38	5.76	0.44	100.00
Carazinho	11.71	71.55	15.34	1.41	100.00
P.Fundo	13.47	75.96	10.08	0.49	100.00
Vacaria	7.98	47.17	38.85	6.00	100.00
PLANALTO	18.08	72.38	8.78	0.76	100.00
TOTAL RS	17.63	69.01	11.69	1.66	100.00

FONTE: TABELA 47

TABELA 62 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
 POR REGIAO 1960 Hectares

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2603	53722	72003	52059	180387
Canoas	2407	92771	37469	16125	148772
Guaiba	989	57666	122572	148439	329666
Torres	11420	136891	90202	45879	284392
S. J. Norte	2097	27054	63293	56953	149397
LITORAL	19516	368104	385539	319455	1092614
Canela	8190	231704	41499	3600	284993
Caxias	2508	264462	119770	23768	410508
Lajeado	11820	317293	81229	17922	428264
Guapore	1207	165176	71193	3177	240753
Sta. Cruz	7791	457363	324960	137143	927257
SERRA	31516	1435998	638651	185610	2291775
Sta. Maria	2656	140233	287636	360145	790670
Pelotas	7550	445162	1027502	1671673	3151887
Rio Pardo	5332	260687	620801	791139	1677959
Alegrete	1236	99481	834217	3448076	4383010
Sao Borja	2257	103396	522347	1407885	2035885
FRONTEIRA	19031	1048959	3292503	7678918	12039411
Sta. Rosa	13125	462098	221171	226196	922590
Ijuí-Irai	22140	961460	527436	659461	2170497
Carazinho	941	137270	111952	120670	370833
P. Fundo	10895	700826	545131	205237	1462089
Vacaria	1914	101172	510157	696354	1309597
PLANALTO	49015	2362826	1915847	1907918	6235606
TOTAL RS	119078	5215887	6232540	10091901	21659406

FONTE: FIBGE - Censo Agricola de 1960

TABELA 64 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
 POR REGIAO. 1975 Hectares

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	3082	61463	88077	70954	223576
Canoas	4901	103660	37825	14435	160821
Guaiba	2455	90751	143960	195521	432687
Torres	12479	151861	140122	89483	393945
S. J. Norte	2751	40478	105941	112792	261962
LITORAL	25668	448213	515925	483185	1472991
Canela	8373	219928	49508	12054	289863
Caxias	5332	291351	107552	13721	417956
Lajeado	15274	346003	69047	6432	436756
Guapore	2241	178671	71914	4588	257414
Sta. Cruz	19339	542651	335893	93835	991718
SERRA	50559	1578604	633914	130630	2393707
Sta. Maria	4537	197158	339471	369643	910809
Pelotas	11996	544117	1171516	1584279	3311908
Rio Pardo	8019	353076	801452	785892	1948439
Alegrete	3169	146475	1097903	3536994	4784541
Sao Borja	3466	123935	689888	1351921	2169210
FRONTEIRA	31187	1364761	4100230	7628729	13124907
Sta. Rosa	15212	491760	285612	181359	973943
Ijuí-Iraí	44979	1075236	668335	527495	2316045
Carazinho	1923	132760	160215	145518	440416
P. Fundo	13150	748004	577412	212256	1550822
Vacaria	1301	106370	582857	700496	1391024
PLANALTO	76565	2554130	2274431	1767124	6672250
TOTAL RS	183979	5945708	7524500	10009668	23663855

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1975

TABELA 65 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
 POR REGIAO. 1980 Hectares

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2414	53938	95911	62137	214400
Canoas	5209	97341	40059	15940	158549
Guaiba	2463	84839	150622	202144	440068
Torres	10598	136000	140508	85165	372271
S. J. Norte	3738	42611	108815	132274	287438
LITORAL	24422	414729	535915	497660	1472726
Canela	7494	208277	53402	9376	278549
Caxias	4817	277290	104400	10309	396816
Lajeado	15197	343053	65129	4842	428221
Guapore	2728	177490	64001	6464	250683
Sta. Cruz	21934	554069	352632	92109	1020744
SERRA	52170	1560179	639564	123100	2375013
Sta. Maria	4846	193597	351367	378710	928520
Pelotas	10719	523313	1208381	1652254	3394667
Rio Pardo	8508	343503	823892	842464	2018367
Alegrete	2784	133563	1118363	3580050	4834760
Sao Borja	3503	123023	720910	1461330	2308766
FRONTEIRA	30360	1316999	4222913	7914808	13485080
Sta. Rosa	19366	493172	298616	179439	990593
Ijuí-Iraí	49236	1065735	709147	516190	2340308
Carazinho	2094	129164	163149	144309	438716
P. Fundo	15152	747126	595827	224018	1582123
Vacaria	1190	97688	609655	663507	1372040
PLANALTO	87038	2532885	2376394	1727463	6723780
TOTAL RS	193990	5824792	7774786	10263031	24056599

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1980

TABELA 66 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO. 1985 Hectares

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2720	53209	87400	48629	191958
Canoas	5268	94067	37138	8035	144508
Guaiba	3707	88742	141210	199968	433627
Torres	12174	131738	128136	126004	398052
S. J. Norte	3925	42992	98648	131625	277190
LITORAL	27794	410748	492532	514261	1445335
Canela	8889	194355	55321	14408	272973
Caxias	5966	270748	104907	14263	395884
Lajeado	16213	339452	62773	6237	424675
Guapore	2755	178011	58536	8208	247510
Sta. Cruz	25445	519869	345805	122935	1014054
SERRA	59268	1502435	627342	166051	2355096
Sta. Maria	5266	200366	362149	346716	914497
Pelotas	12702	531443	1222128	1638903	3405176
Rio Pardo	10404	357892	841317	824159	2033772
Alegrete	3133	136142	1158978	3404541	4702794
Sao Borja	3722	136400	756405	1393441	2289968
FRONTEIRA	35227	1362243	4340977	7607760	13346207
Sta. Rosa	22392	492481	302373	179196	996442
Ijuí-Iraí	52993	1053258	688044	458853	2253148
Carazinho	2650	130028	172960	128784	434422
P. Fundo	17882	752753	579794	227666	1578095
Vacaria	2053	105472	617352	634665	1359542
PLANALTO	97970	2533992	2360523	1629164	6621649
TOTAL RS	220259	5809418	7821374	9917236	23768287

FONTE: FIBGE - Sinopse do Censo Agropecuario de 1985

TABELA 67 EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO. 1970
Base 1960 = 100

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	127.35	112.01	131.74	126.09	124.17
Canoas	191.40	115.03	106.00	87.41	111.00
Guaíba	309.40	169.99	131.13	143.29	143.94
Torres	135.39	115.25	139.02	185.39	134.91
S. J. Norte	101.96	147.15	163.15	158.86	157.76
LITORAL	146.45	125.64	135.91	146.49	135.73
Canela	133.26	98.91	99.80	241.81	101.83
Caxias	304.43	120.46	76.03	52.92	104.71
Lajeado	146.07	108.90	83.05	45.32	102.36
Guapore	328.09	117.98	76.51	106.58	106.62
Sta. Cruz	268.72	124.44	102.80	67.88	109.70
SERRA	192.63	115.41	92.14	67.82	106.13
Sta. Maria	232.15	147.17	112.28	102.99	114.64
Pelotas	185.03	123.64	115.44	94.40	105.61
Rio Pardo	206.90	142.89	129.08	98.56	117.08
Alegrete	206.07	141.37	130.00	100.75	107.27
Sao Borja	145.24	139.98	134.98	102.99	113.13
FRONTEIRA	194.38	134.86	124.52	99.66	109.68
Sta. Rosa	188.76	111.84	115.45	74.13	104.55
Ijuí-Iraí	241.29	117.93	113.24	79.33	106.32
Carazinho	237.62	111.00	126.33	112.62	116.48
P. Fundo	141.34	115.38	105.62	90.49	108.44
Vacaria	117.50	131.79	124.90	89.89	106.80
PLANALTO	200.10	116.17	115.20	85.87	107.26
TOTAL RS	188.42	120.39	119.04	97.95	109.92

FONTE: TABELAS 62 e 63

TABELA 68 EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO. 1975 Base 1960 = 100

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	118.40	114.41	122.32	136.30	123.94
Canoas	203.61	111.74	100.95	89.52	108.10
Guaíba	248.23	157.37	117.45	131.72	131.25
Torres	109.27	110.94	155.34	195.04	138.52
S. J. Norte	131.19	149.62	167.38	198.04	175.35
LITORAL	131.52	121.76	133.82	151.25	134.81
Canela	102.23	94.92	119.30	334.83	101.71
Caxias	212.60	110.17	89.80	57.73	101.81
Lajeado	129.22	109.05	85.00	35.89	101.98
Guapore	185.67	108.17	101.01	144.41	106.92
Sta. Cruz	248.22	118.65	103.36	68.42	106.95
SERRA	160.42	109.93	99.26	70.38	104.45
Sta. Maria	170.82	140.59	118.02	102.64	115.19
Pelotas	158.89	122.23	114.02	94.77	105.08
Rio Pardo	150.39	135.44	129.10	99.34	116.12
Alegrete	256.39	147.24	131.61	102.58	109.16
Sao Borja	153.57	119.86	132.07	96.02	106.55
FRONTEIRA	163.87	130.11	124.53	99.35	109.02
Sta. Rosa	115.90	106.42	129.14	80.18	105.57
Ijuí-Iraí	203.16	111.83	126.71	79.99	106.71
Carazinho	204.36	96.71	143.11	120.59	118.76
P. Fundo	120.70	106.73	105.92	103.42	106.07
Vacaria	67.97	105.14	114.25	100.59	106.22
PLANALTO	156.21	108.10	118.72	92.62	107.00
TOTAL RS	154.50	113.99	120.73	99.19	109.25

FONTE: TABELAS 62 e 64

TABELA 69 EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO. 1980 Base 1960 = 100

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	92.74	100.40	133.20	119.36	118.86
Canoas	216.41	104.93	106.91	98.85	106.57
Guaíba	249.04	147.12	122.88	136.18	133.49
Torres	92.80	99.35	155.77	185.63	130.90
S. J. Norte	178.25	157.50	171.92	232.25	192.40
LITORAL	125.14	112.67	139.00	155.78	134.79
Canela	91.50	89.89	128.68	260.44	97.74
Caxias	192.07	104.85	87.17	43.37	96.66
Lajeado	128.57	108.12	80.18	27.02	99.99
Guapore	226.01	107.46	89.90	203.46	104.12
Sta. Cruz	281.53	121.14	108.52	67.16	110.08
SERRA	165.53	108.65	100.14	66.32	103.63
Sta. Maria	182.45	138.05	122.16	105.15	117.43
Pelotas	141.97	117.56	117.60	98.84	107.70
Rio Pardo	159.56	131.77	132.71	106.49	120.29
Alegrete	225.24	134.26	134.06	103.83	110.31
Sao Borja	155.21	118.98	138.01	103.80	113.40
FRONTEIRA	159.53	125.55	128.26	103.07	112.01
Sta. Rosa	147.55	106.72	135.02	79.33	107.37
Ijuí-Iraí	222.38	110.85	134.45	78.27	107.82
Carazinho	222.53	94.09	145.73	119.59	118.31
P. Fundo	139.07	106.61	109.30	109.15	108.21
Vacaria	62.17	96.56	119.50	95.28	104.77
PLANALTO	177.57	107.20	124.04	90.54	107.83
TOTAL RS	162.91	111.67	124.75	101.70	111.07

FONTES: TABELAS 62 e 65

TABELA 70 EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO. 1985 Base 1960 = 100

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	104.49	99.05	121.38	93.41	106.41
Canoas	218.86	101.40	99.12	49.83	97.13
Guaíba	374.82	153.89	115.21	134.71	131.54
Torres	106.60	96.24	142.05	274.64	139.97
S. J. Norte	187.17	158.91	155.86	231.11	185.54
LITORAL	142.42	111.58	127.75	160.98	132.28
Canela	108.53	83.88	133.31	400.22	95.78
Caxias	237.88	102.38	87.59	60.01	96.44
Lajeado	137.17	106.98	77.28	34.80	99.16
Guapore	228.25	107.77	82.22	258.36	102.81
Sta. Cruz	326.59	113.67	106.41	89.64	109.36
SERRA	188.06	104.63	98.23	89.46	102.76
Sta. Maria	198.27	142.88	125.91	96.27	115.66
Pelotas	168.24	119.38	118.94	98.04	108.04
Rio Pardo	195.12	137.29	135.52	104.17	121.21
Alegrete	253.48	136.85	138.93	98.74	107.30
Sao Borja	164.91	131.92	144.81	98.97	112.48
FRONTEIRA	185.10	129.87	131.84	99.07	110.85
Sta. Rosa	170.61	106.58	136.71	79.22	108.00
Ijuí-Iraí	239.35	109.55	130.45	69.58	103.81
Carazinho	281.62	94.72	154.49	106.72	117.15
P. Fundo	164.13	107.41	106.36	110.93	107.93
Vacaria	107.26	104.25	121.01	91.14	103.81
PLANALTO	199.88	107.24	123.21	85.39	106.19
TOTAL RS	184.97	111.38	125.49	98.27	109.74

FONTES: TABELAS 62 e 66

TABELA 71 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS. 1960 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.19	1.03	1.16	0.52	0.83
Canoas	2.02	1.78	0.60	0.16	0.69
Guaíba	0.83	1.11	1.97	1.47	1.52
Torres	9.59	2.62	1.45	0.45	1.31
S. J. Norte	1.76	0.52	1.02	0.56	0.69
LITORAL	16.39	7.06	6.19	3.17	5.04
Canela	6.88	4.44	0.67	0.04	1.32
Caxias	2.11	5.07	1.92	0.24	1.90
Lajeado	9.93	6.08	1.30	0.18	1.98
Guapore	1.01	3.17	1.14	0.03	1.11
Sta. Cruz	6.54	8.77	5.21	1.36	4.28
SERRA	26.47	27.53	10.25	1.84	10.58
Sta. Maria	2.23	2.69	4.62	3.57	3.65
Pelotas	6.34	8.53	16.49	16.56	14.55
Rio Pardo	4.48	5.00	9.96	7.84	7.75
Alegrete	1.04	1.91	13.38	34.17	20.24
Sao Borja	1.90	1.98	8.38	13.95	9.40
FRONTEIRA	15.98	20.11	52.83	76.09	55.59
Sta. Rosa	11.02	8.86	3.55	2.24	4.26
Ijuí-Iraí	18.59	18.43	8.46	6.53	10.02
Carazinho	0.79	2.63	1.80	1.20	1.71
P. Fundo	9.15	13.44	8.75	2.03	6.75
Vacaria	1.61	1.94	8.19	6.90	6.05
PLANALTO	41.16	45.30	30.74	18.91	28.79
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 62

TABELA 72 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS. 1970 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.48	0.96	1.28	0.66	0.94
Canoas	2.05	1.70	0.54	0.14	0.69
Guaíba	1.36	1.56	2.17	2.15	1.99
Torres	6.89	2.51	1.69	0.86	1.61
S. J. Norte	0.95	0.63	1.39	0.92	0.99
LITORAL	12.74	7.37	7.06	4.73	6.23
Canela	4.86	3.65	0.56	0.09	1.22
Caxias	3.40	5.07	1.23	0.13	1.81
Lajeado	7.70	5.50	0.91	0.08	1.84
Guapore	1.76	3.10	0.73	0.03	1.08
Sta. Cruz	9.33	9.06	4.50	0.94	4.27
SERRA	27.06	26.39	7.93	1.27	10.22
Sta. Maria	2.75	3.29	4.35	3.75	3.81
Pelotas	6.23	8.77	15.99	15.96	13.98
Rio Pardo	4.92	5.93	10.80	7.89	8.25
Alegrete	1.14	2.24	14.62	35.14	19.75
Sao Borja	1.46	2.30	9.50	14.67	9.67
FRONTEIRA	16.49	22.53	55.26	77.42	55.46
Sta. Rosa	11.04	8.23	3.44	1.70	4.05
Ijuí-Iraí	23.81	18.06	8.05	5.29	9.69
Carazinho	1.00	2.43	1.91	1.37	1.81
P. Fundo	6.86	12.88	7.76	1.88	6.66
Vacaria	1.00	2.12	8.59	6.33	5.87
PLANALTO	43.71	43.71	29.75	16.57	28.09
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FORNE: TABELA 63

TABELA 73 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS. 1975 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.68	1.03	1.17	0.71	0.94
Canoas	2.66	1.74	0.50	0.14	0.68
Guaíba	1.33	1.53	1.91	1.95	1.83
Torres	6.78	2.55	1.86	0.89	1.66
S. J. Norte	1.50	0.68	1.41	1.13	1.11
LITORAL	13.95	7.54	6.86	4.83	6.22
Canela	4.55	3.70	0.66	0.12	1.22
Caxias	2.90	4.90	1.43	0.14	1.77
Lajeado	8.30	5.82	0.92	0.06	1.85
Guapore	1.22	3.01	0.96	0.05	1.09
Sta. Cruz	10.51	9.13	4.46	0.94	4.19
SERRA	27.48	26.55	8.42	1.31	10.12
Sta. Maria	2.47	3.32	4.51	3.69	3.85
Pelotas	6.52	9.15	15.57	15.83	14.00
Rio Pardo	4.36	5.94	10.65	7.85	8.23
Alegrete	1.72	2.46	14.59	35.34	20.22
Sao Borja	1.88	2.08	9.17	13.51	9.17
FRONTEIRA	16.95	22.95	54.49	76.21	55.46
Sta. Rosa	8.27	8.27	3.80	1.81	4.12
Ijuí-Iraí	24.45	18.08	8.88	5.27	9.79
Carazinho	1.05	2.23	2.13	1.45	1.86
P. Fundo	7.15	12.58	7.67	2.12	6.55
Vacaria	0.71	1.79	7.75	7.00	5.88
PLANALTO	41.62	42.96	30.23	17.65	28.20
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 64

TABELA 74 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS. 1980 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.24	0.93	1.23	0.61	0.89
Canoas	2.69	1.67	0.52	0.16	0.66
Guaíba	1.27	1.46	1.94	1.97	1.83
Torres	5.46	2.33	1.81	0.83	1.55
S. J. Norte	1.93	0.73	1.40	1.29	1.19
LITORAL	12.59	7.12	6.89	4.85	6.12
Canela	3.86	3.58	0.69	0.09	1.16
Caxias	2.48	4.76	1.34	0.10	1.65
Lajeado	7.83	5.89	0.84	0.05	1.78
Guapore	1.41	3.05	0.82	0.06	1.04
Sta. Cruz	11.31	9.51	4.54	0.90	4.24
SERRA	26.89	26.79	8.23	1.20	9.87
Sta. Maria	2.50	3.32	4.52	3.69	3.86
Pelotas	5.53	8.98	15.54	16.10	14.11
Rio Pardo	4.39	5.90	10.60	8.21	8.39
Alegrete	1.44	2.29	14.38	34.88	20.10
Sao Borja	1.81	2.11	9.27	14.24	9.60
FRONTEIRA	15.65	22.61	54.32	77.12	56.06
Sta. Rosa	9.98	8.47	3.84	1.75	4.12
Ijuí-Iraí	25.38	18.30	9.12	5.03	9.73
Carazinho	1.08	2.22	2.10	1.41	1.82
P. Fundo	7.81	12.83	7.66	2.18	6.58
Vacaria	0.61	1.68	7.84	6.47	5.70
PLANALTO	44.87	43.48	30.57	16.83	27.95
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 65

TABELA 75 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS. 1985 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.23	0.92	1.12	0.49	0.81
Canoas	2.39	1.62	0.47	0.08	0.61
Guaíba	1.68	1.53	1.81	2.02	1.82
Torres	5.53	2.27	1.64	1.27	1.67
S. J. Norte	1.78	0.74	1.26	1.33	1.17
LITORAL	12.62	7.07	6.30	5.19	6.08
Canela	4.04	3.35	0.71	0.15	1.15
Caxias	2.71	4.66	1.34	0.14	1.67
Lajeado	7.36	5.84	0.80	0.06	1.79
Guapore	1.25	3.06	0.75	0.08	1.04
Sta. Cruz	11.55	8.95	4.42	1.24	4.27
SERRA	26.91	25.86	8.02	1.67	9.91
Sta. Maria	2.39	3.45	4.63	3.50	3.85
Pelotas	5.77	9.15	15.63	16.53	14.33
Rio Pardo	4.72	6.16	10.76	8.31	8.56
Alegrete	1.42	2.34	14.82	34.33	19.79
Sao Borja	1.69	2.35	9.67	14.05	9.63
FRONTEIRA	15.99	23.45	55.50	76.71	56.15
Sta. Rosa	10.17	8.48	3.87	1.81	4.19
Ijuí-Iraí	24.06	18.13	8.80	4.63	9.48
Carazinho	1.20	2.24	2.21	1.30	1.83
P. Fundo	8.12	12.96	7.41	2.30	6.64
Vacaria	0.93	1.82	7.89	6.40	5.72
PLANALTO	44.48	43.62	30.18	16.43	27.86
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 66

TABELA 76 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS, POR REGIAO 1960 %

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.44	29.78	39.92	28.86	100.00
Canoas	1.62	62.36	25.19	10.84	100.00
Guaiba	0.30	17.49	37.18	45.03	100.00
Torres	4.02	48.13	31.72	16.13	100.00
S. J. Norte	1.40	18.11	42.37	38.12	100.00
LITORAL	1.79	33.69	35.29	29.24	100.00
Canela	2.87	81.30	14.56	1.26	100.00
Caxias	0.61	64.42	29.18	5.79	100.00
Lajeado	2.76	74.09	18.97	4.18	100.00
Guapore	0.50	68.61	29.57	1.32	100.00
Sta. Cruz	0.84	49.32	35.05	14.79	100.00
SERRA	1.38	62.66	27.87	8.10	100.00
Sta. Maria	0.34	17.74	36.38	45.55	100.00
Pelotas	0.24	14.12	32.60	53.04	100.00
Rio Pardo	0.32	15.54	37.00	47.15	100.00
Alegrete	0.03	2.27	19.03	78.67	100.00
Sao Borja	0.11	5.08	25.66	69.15	100.00
FRONTEIRA	0.16	8.71	27.35	63.78	100.00
Sta. Rosa	1.42	50.09	23.97	24.52	100.00
Ijuí-Iraí	1.02	44.30	24.30	30.38	100.00
Carazinho	0.25	37.02	30.19	32.54	100.00
P. Fundo	0.75	47.93	37.28	14.04	100.00
Vacaria	0.15	7.73	38.96	53.17	100.00
PLANALTO	0.79	37.89	30.72	30.60	100.00
TOTAL RS	0.55	24.08	28.78	46.59	100.00

FONTE: TABELA 62

TABELA 77 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO 1970 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.48	26.86	42.35	29.31	100.00
Canoas	2.79	64.62	24.05	8.54	100.00
Guaíba	0.64	20.66	33.87	44.82	100.00
Torres	4.03	41.12	32.68	22.17	100.00
S. J. Norte	0.91	16.89	43.81	38.39	100.00
LITORAL	1.93	31.19	35.33	31.56	100.00
Canela	3.76	78.97	14.27	3.00	100.00
Caxias	1.78	74.11	21.18	2.93	100.00
Lajeado	3.94	78.82	15.39	1.85	100.00
Guapore	1.54	75.92	21.22	1.32	100.00
Sta. Cruz	2.06	55.95	32.84	9.15	100.00
SERRA	2.50	68.13	24.19	5.18	100.00
Sta. Maria	0.68	22.77	35.63	40.92	100.00
Pelotas	0.42	16.54	35.64	47.41	100.00
Rio Pardo	0.56	18.96	40.79	39.69	100.00
Alegrete	0.05	2.99	23.07	73.89	100.00
Sao Borja	0.14	6.28	30.61	62.96	100.00
FRONTEIRA	0.28	10.71	31.05	57.96	100.00
Sta. Rosa	2.57	53.58	26.47	17.38	100.00
Ijuí-Iraí	2.32	49.13	25.88	22.67	100.00
Carazinho	0.52	35.28	32.74	31.46	100.00
P. Fundo	0.97	51.00	36.31	11.71	100.00
Vacaria	0.16	9.53	45.56	44.75	100.00
PLANALTO	1.47	41.04	33.00	24.50	100.00
TOTAL RS	0.94	26.37	31.16	41.52	100.00

FONTE: TABELA 63

TABELA 78 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO 1975 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.38	27.49	39.39	31.74	100.00
Canoas	3.05	64.46	23.52	8.98	100.00
Guaíba	0.57	20.97	33.27	45.19	100.00
Torres	3.17	38.55	35.57	22.71	100.00
S. J. Norte	1.05	15.45	40.44	43.06	100.00
LITORAL	1.74	30.43	35.03	32.80	100.00
Canela	2.89	75.87	17.08	4.16	100.00
Caxias	1.28	69.71	25.73	3.28	100.00
Lajeado	3.50	79.22	15.81	1.47	100.00
Guapore	0.87	69.41	27.94	1.78	100.00
Sta. Cruz	1.95	54.72	33.87	9.46	100.00
SERRA	2.11	65.95	26.48	5.46	100.00
Sta. Maria	0.50	21.65	37.27	40.58	100.00
Pelotas	0.36	16.43	35.37	47.84	100.00
Rio Pardo	0.41	18.12	41.13	40.33	100.00
Alegrete	0.07	3.06	22.95	73.93	100.00
Sao Borja	0.16	5.71	31.80	62.32	100.00
FONTEIRA	0.24	10.40	31.24	58.12	100.00
Sta. Rosa	1.56	50.49	29.33	18.62	100.00
Ijuí-Iraí	1.94	46.43	28.86	22.78	100.00
Carazinho	0.44	30.14	36.38	33.04	100.00
P. Fundo	0.85	48.23	37.23	13.69	100.00
Vacaria	0.09	7.65	41.90	50.36	100.00
PLANALTO	1.15	38.28	34.09	26.48	100.00
TOTAL RS	0.78	25.13	31.80	42.30	100.00

FONTE: TABELA 64

TABELA 79 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO 1980 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.13	25.16	44.73	28.98	100.00
Canoas	3.29	61.39	25.27	10.05	100.00
Guaíba	0.56	19.28	34.23	45.93	100.00
Torres	2.85	36.53	37.74	22.88	100.00
S. J. Norte	1.30	14.82	37.86	46.02	100.00
LITORAL	1.66	28.16	36.39	33.79	100.00
Canela	2.69	74.77	19.17	3.37	100.00
Caxias	1.21	69.88	26.31	2.60	100.00
Lajeado	3.55	80.11	15.21	1.13	100.00
Guapore	1.09	70.80	25.53	2.58	100.00
Sta. Cruz	2.15	54.28	34.55	9.02	100.00
SERRA	2.20	65.69	26.93	5.18	100.00
Sta. Maria	0.52	20.85	37.84	40.79	100.00
Pelotas	0.32	15.42	35.60	48.67	100.00
Rio Pardo	0.42	17.02	40.82	41.74	100.00
Alegrete	0.06	2.76	23.13	74.05	100.00
Sao Borja	0.15	5.33	31.22	63.29	100.00
FRONTEIRA	0.23	9.77	31.32	58.69	100.00
Sta. Rosa	1.95	49.79	30.15	18.11	100.00
Ijuí-Iraí	2.10	45.54	30.30	22.06	100.00
Carazinho	0.48	29.44	37.19	32.89	100.00
P. Fundo	0.96	47.22	37.66	14.16	100.00
Vacaria	0.09	7.12	44.43	48.36	100.00
PLANALTO	1.29	37.67	35.34	25.69	100.00
TOTAL RS	0.81	24.21	32.32	42.66	100.00

FONTE: TABELA 65

TABELA 80 PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO RS, POR REGIÃO 1985 %

REGIÃO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.42	27.72	45.53	25.33	100.00
Canoas	3.65	65.09	25.70	5.56	100.00
Guaíba	0.85	20.47	32.56	46.12	100.00
Torres	3.06	33.10	32.19	31.66	100.00
S. J. Norte	1.42	15.51	35.59	47.49	100.00
LITORAL	1.92	28.42	34.08	35.58	100.00
Canela	3.26	71.20	20.27	5.28	100.00
Caxias	1.51	68.39	26.50	3.60	100.00
Lajeado	3.82	79.93	14.78	1.47	100.00
Guapore	1.11	71.92	23.65	3.32	100.00
Sta. Cruz	2.51	51.27	34.10	12.12	100.00
SERRA	2.52	63.80	26.64	7.05	100.00
Sta. Maria	0.58	21.91	39.60	37.91	100.00
Pelotas	0.37	15.61	35.89	48.13	100.00
Rio Pardo	0.51	17.60	41.37	40.52	100.00
Alegrete	0.07	2.89	24.64	72.39	100.00
Sao Borja	0.16	5.96	33.03	60.85	100.00
FRONTEIRA	0.26	10.21	32.53	57.00	100.00
Sta. Rosa	2.25	49.42	30.35	17.98	100.00
Ijuí-Iraí	2.35	46.75	30.54	20.36	100.00
Carazinho	0.61	29.93	39.81	29.64	100.00
P. Fundo	1.13	47.70	36.74	14.43	100.00
Vacaria	0.15	7.76	45.41	46.68	100.00
PLANALTO	1.48	38.27	35.65	24.60	100.00
TOTAL RS	0.93	24.44	32.91	41.72	100.00

FONTE: TABELA 66

TABELA 81 AREA MEDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
 POR REGIAO 1960 Ha/Estab.

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.73	17.31	114.29	1369.97	38.16
Canoas	2.75	17.18	98.86	1151.79	22.31
Guaiba	2.92	19.74	115.74	1667.85	74.79
Torres	2.97	14.80	108.94	1019.53	20.36
S.J. Norte	2.08	16.73	122.66	1211.77	46.88
LITORAL	2.78	16.51	113.00	1371.05	33.15
Canela	2.78	15.94	88.86	600.00	15.87
Caxias	2.92	20.95	84.76	792.27	27.50
Lajeado	2.75	16.16	77.88	1280.14	17.14
Guapore	3.16	22.26	72.28	635.40	27.38
Sta. Cruz	3.17	19.09	103.33	945.81	31.21
SERRA	2.88	18.37	90.55	928.05	23.78
Sta. Maria	2.83	20.89	113.29	1440.58	75.74
Pelotas	2.53	19.55	145.39	1367.98	92.56
Rio Pardo	3.08	19.39	136.65	1271.93	82.49
Alegrete	3.05	23.77	177.49	1757.43	389.53
Sao Borja	2.92	20.31	163.59	1786.66	206.79
FRONTEIRA	2.79	20.09	149.37	1585.24	140.11
Sta. Rosa	2.96	17.58	109.54	1196.80	28.02
Ijuí-Irai	2.97	16.53	107.05	1516.00	30.58
Carazinho	2.92	21.28	115.53	1171.55	47.28
P. Fundo	3.25	20.36	96.81	959.05	33.52
Vacaria	3.04	20.38	152.74	1096.62	136.84
PLANALTO	3.03	18.14	113.46	1210.61	37.81
TOTAL RS	2.91	18.43	126.18	1472.63	56.97

FONTE: TABELAS 43 e 62

TABELA 82 AREA MEDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
 POR REGIAO 1970 Ha/Estab.

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	1.83	17.69	124.98	1131.72	37.11
Canoas	2.56	15.90	97.35	1006.79	18.48
Guaiba	2.76	18.49	122.98	1346.23	60.26
Torres	2.69	14.61	119.09	1250.82	21.71
S. J. Norte	2.20	18.38	125.32	1413.67	58.53
LITORAL	2.50	16.29	120.43	1292.73	33.29
Canela	2.40	14.78	95.43	1450.83	14.15
Caxias	2.42	18.34	90.88	661.95	19.95
Lajeado	2.59	15.19	80.31	812.30	14.49
Guapore	2.29	20.31	72.34	1128.67	21.25
Sta. Cruz	2.97	17.20	105.65	886.61	23.43
SERRA	2.62	16.86	95.05	880.31	19.03
Sta. Maria	2.82	19.32	114.57	1265.96	56.73
Pelotas	2.64	18.93	144.35	1207.38	75.86
Rio Pardo	2.80	18.47	137.89	1145.01	64.20
Alegrete	2.42	22.53	172.41	1496.11	295.57
Sao Borja	2.92	20.24	156.16	1554.17	167.84
FRONTEIRA	2.72	19.29	148.27	1382.36	109.96
Sta. Rosa	2.52	15.67	130.82	947.32	21.46
Ijuí-Iraí	2.58	15.55	122.34	1239.62	23.33
Carazinho	2.74	19.02	126.27	1070.08	42.89
P. Fundo	2.73	19.33	103.39	876.03	29.78
Vacaria	2.65	20.89	151.42	1036.31	116.14
PLANALTO	2.59	16.93	124.47	1062.48	30.51
TOTAL RS	2.61	17.34	132.67	1303.57	46.53

FORNTE: TABELAS 44 e 63

TABELA 83 AREA MEDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO 1975 Ha/Estab.

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.38	17.76	128.58	1144.42	40.63
Canoas	2.32	15.98	101.41	849.12	17.89
Guaiba	2.66	18.99	119.37	1277.92	61.28
Torres	2.78	15.29	122.06	1209.23	25.18
S. J. Norte	1.97	18.01	123.47	1358.94	57.08
LITORAL	2.51	16.66	120.83	1242.12	35.25
Canela	2.58	15.55	95.21	1205.40	16.18
Caxias	2.59	19.21	87.30	722.16	22.62
Lajeado	2.63	15.21	84.31	918.86	14.86
Guapore	2.33	21.21	75.38	1147.00	24.89
Sta. Cruz	3.05	17.13	106.80	837.81	24.02
SERRA	2.74	17.13	95.04	859.41	20.39
Sta. Maria	2.68	19.67	116.58	1200.14	60.99
Pelotas	2.54	19.24	143.27	1208.45	77.93
Rio Pardo	2.85	18.82	139.24	1121.10	69.52
Alegrete	2.28	21.88	174.24	1457.35	284.59
Sao Borja	2.82	19.86	161.11	1347.88	170.09
FRONTEIRA	2.63	19.50	149.49	1326.74	114.11
Sta. Rosa	2.81	16.55	124.56	959.57	25.89
Ijuí-Irai	2.68	15.67	124.62	1105.86	25.39
Carazinho	2.80	19.91	125.17	1003.57	50.16
P. Fundo	2.61	19.29	102.69	869.90	31.22
Vacaria	2.78	21.72	152.90	1092.82	141.68
PLANALTO	2.70	17.18	123.81	1041.94	33.85
TOTAL RS	2.67	17.61	132.62	1253.25	50.21

FONTE: TABELAS 43 e 64

TABELA 84 AREA MEDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO 1980 Ha/Estab.

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.19	17.84	126.53	1109.59	43.38
Canoas	2.27	15.82	102.98	996.25	17.90
Guaiba	2.72	18.91	125.83	1413.59	65.36
Torres	2.71	15.53	124.45	1120.59	26.83
S. J. Norte	2.22	17.78	133.68	1322.74	57.58
LITORAL	2.47	16.71	125.01	1272.79	37.38
Canela	2.27	15.82	101.33	781.33	16.37
Caxias	2.50	19.28	91.34	736.36	22.72
Lajeado	2.47	15.46	81.92	807.00	14.69
Guapore	2.23	20.75	78.53	1077.33	23.65
Sta. Cruz	2.90	16.78	109.99	852.86	23.26
SERRA	2.59	17.09	98.61	843.15	20.11
Sta. Maria	2.64	19.62	121.62	1158.13	62.25
Pelotas	2.64	19.55	145.29	1257.42	83.91
Rio Pardo	2.70	19.20	138.45	1082.86	72.68
Alegrete	2.27	21.97	175.29	1411.69	298.00
Sao Borja	2.47	19.54	165.27	1442.58	176.40
FRONTEIRA	2.60	19.69	151.36	1326.21	119.92
Sta. Rosa	2.66	15.92	127.72	975.21	24.30
Ijuí-Iraí	2.59	15.33	124.61	1117.29	24.71
Carazinho	2.45	20.02	121.30	975.06	49.86
P. Fundo	2.47	19.21	106.76	892.50	31.10
Vacaria	2.60	22.06	152.00	1035.11	143.83
PLANALTO	2.58	16.85	125.30	1024.59	32.85
TOTAL RS	2.57	17.48	134.89	1252.96	50.68

FONTE: TABELAS 46 e 65

TABELA 85 AREA MEDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DO RS,
POR REGIAO 1985 Ha/Estab.

REGIAO	menos de 5	5 a 50	50 a 500	acima 500	total
P. Alegre	2.23	17.66	127.78	1279.71	38.75
Canoas	2.27	15.41	101.19	892.78	16.42
Guaiba	2.63	18.01	126.19	1369.64	57.06
Torres	2.47	15.37	121.23	1247.56	27.15
S. J. Norte	2.12	18.14	126.80	1356.96	54.36
LITORAL	2.37	16.44	122.98	1315.25	35.15
Canela	2.33	15.33	100.40	847.53	16.00
Caxias	2.55	18.69	92.84	891.44	22.03
Lajeado	2.52	15.17	81.84	693.00	14.35
Guapore	2.15	19.80	77.53	912.00	22.43
Sta. Cruz	2.82	16.00	111.55	910.63	22.67
SERRA	2.59	16.51	99.53	892.75	19.56
Sta. Maria	2.51	19.38	124.62	1076.76	58.39
Pelotas	2.53	19.33	145.54	1273.43	80.68
Rio Pardo	2.78	18.50	139.08	1052.57	67.97
Alegrete	2.25	21.98	175.31	1328.86	280.66
Sao Borja	2.30	19.61	158.51	1298.64	158.80
FRONTEIRA	2.54	19.37	151.07	1262.28	112.18
Sta. Rosa	2.58	15.32	126.99	979.21	22.97
Ijuí-Iraí	2.53	14.86	122.02	1054.83	23.00
Carazinho	2.46	19.75	122.58	990.65	47.21
P. Fundo	2.47	18.42	106.87	872.28	29.33
Vacaria	2.50	21.72	154.42	1026.97	132.10
PLANALTO	2.53	16.31	125.20	1001.33	30.85
TOTAL RS	2.52	17.00	135.09	1204.86	48.01

FONTE: TABELAS 47 e 66

TABELA 86 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1960

Hectares

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	33775	115709	14791	6234	170509
Canoas	40698	42588	37527	20176	140989
Guaiba	63085	187073	35489	27717	313364
Torres	71182	127357	32169	42382	273090
S. J. Norte	18765	109164	3926	3643	135498
LITORAL	227505	581891	123902	100152	1033450
Canela	96089	55725	58072	57148	267034
Caxias	97398	85079	45450	144281	372208
Lajeado	173662	80258	74859	68588	397367
Guapore	90503	42557	30026	59379	222465
Sta. Cruz	280989	343520	158460	102307	885276
SERRA	738641	607139	366867	431703	2144350
Sta. Maria	91696	553665	62149	56099	763609
Pelotas	338421	2329458	195833	104261	2967973
Rio Pardo	296392	1109462	121395	70149	1597398
Alegrete	192479	3837373	200527	33418	4263797
Sao Borja	137872	1649388	194506	26167	2007933
FRONTEIRA	1056860	9479346	774410	290094	11600710
Sta. Rosa	293261	425879	164771	52081	935992
Ijuí-Irai	722496	873466	388570	145214	2129746
Carazinho	155495	140719	51008	17177	364399
P. Fundo	473607	488665	222907	194379	1379558
Vacaria	41918	942769	202711	65284	1252682
PLANALTO	1686777	2871498	1029967	474135	6062377
TOTAL RS	3709783	13539874	2295146	1296084	20840887

FONTE: FIBGE - Censo Agrícola de 1960

TABELA 87 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1970

Hectares

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	31118	149970	14218	14191	209497
Canoas	41577	57591	25614	26139	150921
Guaiba	69481	280029	57046	38168	444724
Torres	79024	197809	32482	46578	355893
S. J. Norte	14135	170591	5767	6724	197217
LITORAL	235335	855990	135127	131800	1358252
Canela	91120	66408	47537	49733	254798
Caxias	107681	113053	40436	124001	385171
Lajeado	200275	87307	54469	55269	397320
Guapore	104571	46431	30906	53870	235778
Sta. Cruz	342280	352079	117351	131242	942952
SERRA	845927	665278	290699	414115	2216019
Sta. Maria	132665	642074	65587	33804	874130
Pelotas	380354	2498054	205030	81011	3164449
Rio Pardo	322005	1315411	162681	57588	1857685
Alegrete	192007	4235809	167553	24265	4619634
Sao Borja	292673	1822299	106163	34245	2255380
FRONTEIRA	1319704	10513647	707014	230913	12771278
Sta. Rosa	420713	351040	115652	28373	915778
Ijuí-Iraí	1177588	643765	279942	111595	2212890
Carazinho	243668	114004	43875	15793	417340
P. Fundo	677154	493639	168942	186497	1526232
Vacaria	58107	997659	230431	66002	1352199
PLANALTO	2577230	2600107	838842	408260	6424439
TOTAL RS	4978196	14635022	1971682	1185088	22769988

FONTE

FIBGE: CENSO AGROPECUARIO DE 1970

TABELA 88 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO.
1975

Hectares

REGIÃO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	34379	150125	18591	7651	210746
Canoas	37157	51777	36980	21178	147092
Guaíba	73977	222699	76978	26149	399803
Torres	71814	212459	45427	33047	362747
S. J. Norte	21533	197624	8862	8075	236094
LITORAL	238860	834684	186838	96100	1356482
Canela	81216	79741	58885	45255	265097
Caxias	101713	122980	53349	90460	368502
Lajeado	205199	89171	63161	41794	399325
Guapore	105117	51133	29545	45775	231570
Sta. Cruz	373648	324424	120707	96506	915285
SERRA	866893	667449	325647	319790	2179779
Sta. Maria	175027	618719	58370	28859	880975
Pelotas	477235	2355089	221019	61231	3114574
Rio Pardo	411268	1202904	161366	68458	1843996
Alegrete	294281	4200143	167551	22071	4684046
Sao Borja	405374	1602073	94968	22537	2124952
FRONTEIRA	1763185	9978928	703274	203156	12648543
Sta. Rosa	515130	302500	91902	20803	930335
Ijuí-Iraí	1440037	474824	219182	72558	2206601
Carazinho	307575	72387	39724	5470	425156
P. Fundo	750847	431710	149886	133490	1465933
Vacaria	46963	1010402	232420	49265	1339050
PLANALTO	3060552	2291823	733114	281586	6367075
TOTAL RS	5929490	13772884	1948873	900632	22551879

FONTE

FIBGE: CENSO AGROPECUARIO DE 1975

TABELA 89 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1980

Hectares

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	31582	137500	21679	10696	201457
Canoas	49948	55406	43437	23166	171957
Guaiba	79587	215921	87941	22069	405518
Torres	68032	202697	43104	30128	343961
S. J. Norte	30476	184293	34422	16059	265250
LITORAL	259625	795817	230583	102118	1388143
Canela	63021	73554	62231	28801	227607
Caxias	95194	136997	48592	66871	347654
Lajeado	190834	92001	76248	33666	392749
Guapore	105539	56423	32936	31054	225952
Sta. Cruz	397675	332768	132402	76021	938866
SERRA	852263	691743	352409	236413	2132828
Sta. Maria	224600	576614	67533	21585	890332
Pelotas	541978	2346175	241629	69111	3198893
Rio Pardo	478114	1159248	190389	70905	1898656
Alegrete	435940	4030204	163549	62197	4691890
Sao Borja	522343	1556223	109929	49879	2238374
FRONTEIRA	2202975	9668464	773029	273677	12918145
Sta. Rosa	572368	277520	92186	9649	951723
Ijuí-Iraí	1569110	412797	204372	44006	2230285
Carazinho	324621	57626	39241	2624	424112
P. Fundo	838356	417705	153555	85228	1494844
Vacaria	63064	980421	234630	29048	1307163
PLANALTO	3367519	2146069	723984	170555	6408127
TOTAL RS	6682382	13302093	2080005	782763	22847243

FONTE

FIBGE: CENSO AGROPECUARIO DE 1980

TABELA 90 UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1985

Hectares

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	36313	119444	18734	6642	181133
Canoas	36657	46398	32359	16529	131943
Guaiba	83872	192214	89182	32100	397368
Torres	79917	190172	52701	37135	359925
S. J. Norte	34203	155528	46329	17012	253072
LITORAL	270962	703756	239305	109418	1323441
Canela	65764	74776	72890	31256	244686
Caxias	94362	144471	53623	61641	354097
Lajeado	180287	96150	85004	31542	392983
Guapore	104899	58093	34101	27926	225019
Sta. Cruz	401445	351891	150122	77440	980898
SERRA	846757	725381	395740	229805	2197683
Sta. Maria	200207	584858	72171	24383	881619
Pelotas	536831	2289460	280549	97181	3204021
Rio Pardo	458289	1148042	228961	85763	1921055
Alegrete	468379	3834995	181076	101131	4585581
Sao Borja	441924	1285954	88972	46136	1862986
FRONTEIRA	2105630	9143309	851729	354594	12455262
Sta. Rosa	552126	295457	87492	13490	948565
Ijuí-Iraí	1522910	398713	191703	51866	2165192
Carazinho	318771	57975	39806	3603	420155
P. Fundo	844824	413948	158361	83037	1500170
Vacaria	130105	1224921	268324	41832	1665182
PLANALTO	3368736	2391014	745686	193828	6699264
TOTAL RS	6592085	12963460	2232460	887645	22675650

FONTE

FIBGE: CENSO AGROPECUARIO DE 1985

TABELA 91 EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1970
Base 1960 = 100

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	92.13	129.61	96.13	227.64	122.87
Canoas	102.16	135.23	68.25	129.55	107.04
Guaíba	110.14	149.69	160.74	137.71	141.92
Torres	111.02	155.32	100.97	109.90	130.32
S. J. Norte	75.33	156.27	146.89	184.57	145.55
LITORAL	103.44	147.10	109.06	131.60	131.43
Canela	94.83	119.17	81.86	87.02	95.42
Caxias	110.56	132.88	88.97	85.94	103.48
Lajeado	115.32	108.78	72.76	80.58	99.99
Guapore	115.54	109.10	102.93	90.72	105.98
Sta. Cruz	121.81	102.49	74.06	128.28	106.52
SERRA	114.52	109.58	79.24	95.93	103.34
Sta. Maria	144.68	115.97	105.53	60.26	114.47
Pelotas	112.39	107.24	104.70	77.70	106.62
Rio Pardo	108.64	118.56	134.01	82.09	116.29
Alegrete	99.75	110.38	83.56	72.61	108.35
Sao Borja	212.28	110.48	54.58	130.87	112.32
FRONTEIRA	124.87	110.91	91.30	79.60	110.09
Sta. Rosa	143.46	82.43	70.19	54.48	97.84
Ijuí-Iraí	162.99	73.70	72.04	76.85	103.90
Carazinho	156.70	81.02	86.02	91.94	114.53
P. Fundo	142.98	101.02	75.79	95.95	110.63
Vacaria	138.62	105.82	113.67	101.10	107.94
PLANALTO	152.79	90.55	81.44	86.11	105.97
TOTAL RS	134.19	108.09	85.91	91.44	109.26

FONTE: TABELAS 86 e 87

TABELA 92 EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1975
Base 1960 = 100

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	101.79	129.74	125.69	122.73	123.60
Canoas	91.30	121.58	98.54	104.97	104.33
Guaíba	117.27	119.04	216.91	94.34	127.58
Torres	100.89	166.82	141.21	77.97	132.83
S. J. Norte	114.75	181.03	225.73	221.66	174.24
LITORAL	104.99	143.44	150.79	95.95	131.26
Canela	84.52	143.10	101.40	79.19	99.27
Caxias	104.43	144.55	117.38	62.70	99.00
Lajeado	118.16	111.11	84.37	60.93	100.49
Guapore	116.15	120.15	98.40	77.09	104.09
Sta. Cruz	132.98	94.44	76.18	94.33	103.39
SERRA	117.36	109.93	88.76	74.08	101.65
Sta. Maria	190.88	111.75	93.92	51.44	115.37
Pelotas	141.02	101.10	112.86	58.73	104.94
Rio Pardo	138.76	108.42	132.93	97.59	115.44
Alegrete	152.89	109.45	83.56	66.05	109.86
Sao Borja	294.02	97.13	48.83	86.13	105.83
FRONTEIRA	166.83	105.27	90.81	70.03	109.03
Sta. Rosa	175.66	71.03	55.78	39.94	99.40
Ijuí-Iraí	199.31	54.36	56.41	49.97	103.61
Carazinho	197.80	51.44	77.88	31.84	116.67
P. Fundo	158.54	88.34	67.24	68.68	106.26
Vacaria	112.04	107.17	114.66	75.46	106.89
PLANALTO	181.44	79.81	71.18	59.39	105.03
TOTAL RS	159.83	101.72	84.91	69.49	108.21

FONTE: TABELAS 86 e 88

TABELA 93 EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIÃO.
1980 Base 1960 = 100

REGIÃO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	93.51	118.83	146.57	171.58	118.15
Canoas	122.73	130.10	115.75	114.82	121.96
Guaíba	126.16	115.42	247.80	79.62	129.41
Torres	95.57	159.16	133.99	71.09	125.95
S. J. Norte	162.41	168.82	876.77	440.82	195.76
LITORAL	114.12	136.76	186.10	101.96	134.32
Canela	65.59	131.99	107.16	50.40	85.24
Caxias	97.74	161.02	106.91	46.35	93.40
Lajeado	109.89	114.63	101.86	49.08	98.84
Guapore	116.61	132.58	109.69	52.30	101.57
Sta. Cruz	141.53	96.87	83.56	74.31	106.05
SERRA	115.38	113.93	96.06	54.76	99.46
Sta. Maria	244.94	104.14	108.66	38.48	116.60
Pelotas	160.15	100.72	123.39	66.29	107.78
Rio Pardo	161.31	104.49	156.83	101.08	118.86
Alegrete	226.49	105.03	81.56	186.12	110.04
Sao Borja	378.86	94.35	56.52	190.62	111.48
FRONTEIRA	208.45	102.00	99.82	94.34	111.36
Sta. Rosa	195.17	65.16	55.95	18.53	101.68
Ijuí-Iraí	217.18	47.26	52.60	30.30	104.72
Carazinho	208.77	40.95	76.93	15.28	116.39
P. Fundo	177.02	85.48	68.89	43.85	108.36
Vacaria	150.45	103.99	115.75	44.49	104.35
PLANALTO	199.64	74.74	70.29	35.97	105.70
TOTAL RS	180.13	98.24	90.63	60.39	109.63

FONTE: TABELAS 86 e 89

TABELA 94 EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO.
1985 Base 1960 = 100

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	107.51	103.23	126.66	106.54	106.23
Canoas	90.07	108.95	86.23	81.92	93.58
Guaiba	132.95	102.75	251.29	115.81	126.81
Torres	112.27	149.32	163.83	87.62	131.80
S. J. Norte	182.27	142.47	1180.06	466.98	186.77
LITORAL	119.10	120.94	193.14	109.25	128.06
Canela	68.44	134.19	125.52	54.69	91.63
Caxias	96.88	169.81	117.98	42.72	95.13
Lajeado	103.81	119.80	113.55	45.99	98.90
Guapore	115.91	136.51	113.57	47.03	101.15
Sta. Cruz	142.87	102.44	94.74	75.69	110.80
SERRA	114.64	119.48	107.87	53.23	102.49
Sta. Maria	218.34	105.63	116.13	43.46	115.45
Pelotas	158.63	98.28	143.26	93.21	107.95
Rio Pardo	154.62	103.48	188.61	122.26	120.26
Alegrete	243.34	99.94	90.30	302.62	107.55
Sao Borja	320.53	77.97	45.74	176.31	92.78
FRONTEIRA	199.23	96.46	109.98	122.23	107.37
Sta. Rosa	188.27	69.38	53.10	25.90	101.34
Ijuí-Iraí	210.78	45.65	49.34	35.72	101.66
Carazinho	205.00	41.20	78.04	20.98	115.30
P. Fundo	178.38	84.71	71.04	42.72	108.74
Vacaria	310.38	129.93	132.37	64.08	132.93
PLANALTO	199.71	83.27	72.40	40.88	110.51
TOTAL RS	177.69	95.74	97.27	68.49	108.80

FONTE: TABELAS 86 e 90

TABELA 95 ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO
1960 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P.Alegre	19.81	67.86	8.67	3.66	100.00
Canoas	28.87	30.21	26.62	14.31	100.00
Guaiba	20.13	59.70	11.33	8.84	100.00
Torres	26.07	46.64	11.78	15.52	100.00
S.J.Norte	13.85	80.57	2.90	2.69	100.00
LITORAL	22.01	56.31	11.99	9.69	100.00
Canela	35.98	20.87	21.75	21.40	100.00
Caxias	26.17	22.86	12.21	38.76	100.00
Lajeado	43.70	20.20	18.84	17.26	100.00
Guapore	40.68	19.13	13.50	26.69	100.00
Sta.Cruz	31.74	38.80	17.90	11.56	100.00
SERRA	34.45	28.31	17.11	20.13	100.00
Sta.Maria	12.01	72.51	8.14	7.35	100.00
Pelotas	11.40	78.49	6.60	3.51	100.00
Rio Pardo	18.55	69.45	7.60	4.39	100.00
Alegrete	4.51	90.00	4.70	0.78	100.00
Sao Borja	6.87	82.14	9.69	1.30	100.00
FRONTEIRA	9.11	81.71	6.68	2.50	100.00
Sta.Rosa	31.33	45.50	17.60	5.56	100.00
Ijui-Irai	33.92	41.01	18.24	6.82	100.00
Carazinho	42.67	38.62	14.00	4.71	100.00
P.Fundo	34.33	35.42	16.16	14.09	100.00
Vacaria	3.35	75.26	16.18	5.21	100.00
PLANALTO	27.82	47.37	16.99	7.82	100.00
TOTAL RS	17.80	64.97	11.01	6.22	100.00

FONTE: TABELA 86

TABELA 96 ESTRUTURA DA UTILIZACAO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO
1970 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P.Alegre	14.85	71.59	6.79	6.77	100.00
Canoas	27.55	38.16	16.97	17.32	100.00
Guaiba	15.62	62.97	12.83	8.58	100.00
Torres	22.20	55.58	9.13	13.09	100.00
S.J.Norte	7.17	86.50	2.92	3.41	100.00
LITORAL	17.33	63.02	9.95	9.70	100.00
Canela	35.76	26.06	18.66	19.52	100.00
Caxias	27.96	29.35	10.50	32.19	100.00
Lajeado	50.41	21.97	13.71	13.91	100.00
Guapore	44.35	19.69	13.11	22.85	100.00
Sta.Cruz	36.30	37.34	12.45	13.92	100.00
SERRA	38.17	30.02	13.12	18.69	100.00
Sta.Maria	15.18	73.45	7.50	3.87	100.00
Pelotas	12.02	78.94	6.48	2.56	100.00
Rio Pardo	17.33	70.81	8.76	3.10	100.00
Alegrete	4.16	91.69	3.63	0.53	100.00
Sao Borja	12.98	80.80	4.71	1.52	100.00
FRONTEIRA	10.33	82.32	5.54	1.81	100.00
Sta.Rosa	45.94	38.33	12.63	3.10	100.00
Ijui-Irai	53.21	29.09	12.65	5.04	100.00
Carazinho	58.39	27.32	10.51	3.78	100.00
P.Fundo	44.37	32.34	11.07	12.22	100.00
Vacaria	4.30	73.78	17.04	4.88	100.00
PLANALTO	40.12	40.47	13.06	6.35	100.00
TOTAL RS	21.86	64.27	8.66	5.20	100.00

FONTE: TABELA 87

TABELA 97 ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO
1975 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P.Alegre	16.31	71.24	8.82	3.63	100.00
Canoas	25.26	35.20	25.14	14.40	100.00
Guaiba	18.50	55.70	19.25	6.54	100.00
Torres	19.80	58.57	12.52	9.11	100.00
S.J.Norte	9.12	83.71	3.75	3.42	100.00
LITORAL	17.61	61.53	13.77	7.08	100.00
Canela	30.64	30.08	22.21	17.07	100.00
Caxias	27.60	33.37	14.48	24.55	100.00
Lajeado	51.39	22.33	15.82	10.47	100.00
Guapore	45.39	22.08	12.76	19.77	100.00
Sta.Cruz	40.82	35.45	13.19	10.54	100.00
SERRA	39.77	30.62	14.94	14.67	100.00
Sta.Maria	19.87	70.23	6.63	3.28	100.00
Pelotas	15.32	75.62	7.10	1.97	100.00
Rio Pardo	22.30	65.23	8.75	3.71	100.00
Alegrete	6.28	89.67	3.58	0.47	100.00
Sao Borja	19.08	75.39	4.47	1.06	100.00
FRONTEIRA	13.94	78.89	5.56	1.61	100.00
Sta.Rosa	55.37	32.52	9.88	2.24	100.00
Ijuí-Iraí	65.26	21.52	9.93	3.29	100.00
Carazinho	72.34	17.03	9.34	1.29	100.00
P.Fundo	51.22	29.45	10.22	9.11	100.00
Vacaria	3.51	75.46	17.36	3.68	100.00
PLANALTO	48.07	35.99	11.51	4.42	100.00
TOTAL RS	26.29	61.07	8.64	3.99	100.00

FONTE: TABELA 88

TABELA 98 ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO
1980 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P.Alegre	15.68	68.25	10.76	5.31	100.00
Canoas	29.05	32.22	25.26	13.47	100.00
Guaiba	19.63	53.25	21.69	5.44	100.00
Torres	19.78	58.93	12.53	8.76	100.00
S.J.Norte	11.49	69.48	12.98	6.05	100.00
LITORAL	18.70	57.33	16.61	7.36	100.00
Canela	27.69	32.32	27.34	12.65	100.00
Caxias	27.38	39.41	13.98	19.23	100.00
Lajeado	48.59	23.42	19.41	8.57	100.00
Guapore	46.71	24.97	14.58	13.74	100.00
Sta.Cruz	42.36	35.44	14.10	8.10	100.00
SERRA	39.96	32.43	16.52	11.08	100.00
Sta.Maria	25.23	64.76	7.59	2.42	100.00
Pelotas	16.94	73.34	7.55	2.16	100.00
Rio Pardo	25.18	61.06	10.03	3.73	100.00
Alegrete	9.29	85.90	3.49	1.33	100.00
Sao Borja	23.34	69.52	4.91	2.23	100.00
FRONTEIRA	17.05	74.84	5.98	2.12	100.00
Sta.Rosa	60.14	29.16	9.69	1.01	100.00
Ijuí-Iraí	70.35	18.51	9.16	1.97	100.00
Carazinho	76.54	13.59	9.25	0.62	100.00
P.Fundo	56.08	27.94	10.27	5.70	100.00
Vacaria	4.82	75.00	17.95	2.22	100.00
PLANALTO	52.55	33.49	11.30	2.66	100.00
TOTAL RS	29.25	58.22	9.10	3.43	100.00

FONTE: TABELA 89

TABELA 99 ESTRUTURA DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS, POR REGIAO
1985 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	20.05	65.94	10.34	3.67	100.00
Canoas	27.78	35.17	24.52	12.53	100.00
Guaíba	21.11	48.37	22.44	8.08	100.00
Torres	22.20	52.84	14.64	10.32	100.00
S. J. Norte	13.52	61.46	18.31	6.72	100.00
LITORAL	20.47	53.18	18.08	8.27	100.00
Canela	26.88	30.56	29.79	12.77	100.00
Caxias	26.65	40.80	15.14	17.41	100.00
Lajeado	45.88	24.47	21.63	8.03	100.00
Guapore	46.62	25.82	15.15	12.41	100.00
Sta. Cruz	40.93	35.87	15.30	7.89	100.00
SERRA	38.53	33.01	18.01	10.46	100.00
Sta. Maria	22.71	66.34	8.19	2.77	100.00
Pelotas	16.75	71.46	8.76	3.03	100.00
Rio Pardo	23.86	59.76	11.92	4.46	100.00
Alegrete	10.21	83.63	3.95	2.21	100.00
Sao Borja	23.72	69.03	4.78	2.48	100.00
FRONTEIRA	16.91	73.41	6.84	2.85	100.00
Sta. Rosa	58.21	31.15	9.22	1.42	100.00
Ijuí-Iraí	70.34	18.41	8.85	2.40	100.00
Carazinho	75.87	13.80	9.47	0.86	100.00
P. Fundo	56.32	27.59	10.56	5.54	100.00
Vacaria	7.81	73.56	16.11	2.51	100.00
PLANALTO	50.29	35.69	11.13	2.89	100.00
TOTAL RS	29.07	57.17	9.85	3.91	100.00

FONTE: TABELA 90

TABELA 100 PARTICIPAÇÃO DAS REGIDES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS
1960 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	0.91	0.85	0.64	0.48	0.82
Canoas	1.10	0.31	1.64	1.56	0.68
Guaíba	1.70	1.38	1.55	2.14	1.50
Torres	1.92	0.94	1.40	3.27	1.31
S. J. Norte	0.51	0.81	0.17	0.28	0.65
LITORAL	6.13	4.30	5.40	7.73	4.96
Canela	2.59	0.41	2.53	4.41	1.28
Caxias	2.63	0.63	1.98	11.13	1.79
Lajeado	4.68	0.59	3.26	5.29	1.91
Guapore	2.44	0.31	1.31	4.58	1.07
Sta. Cruz	7.57	2.54	6.90	7.89	4.25
SERRA	19.91	4.48	15.98	33.31	10.29
Sta. Maria	2.47	4.09	2.71	4.33	3.66
Pelotas	9.12	17.20	8.53	8.04	14.24
Rio Pardo	7.99	8.19	5.29	5.41	7.66
Alegrete	5.19	28.34	8.74	2.58	20.46
Sao Borja	3.72	12.18	8.47	2.02	9.63
FRONTEIRA	28.49	70.01	33.74	22.38	55.66
Sta. Rosa	7.91	3.15	7.18	4.02	4.49
Ijuí-Iraí	19.48	6.45	16.93	11.20	10.22
Carazinho	4.19	1.04	2.22	1.33	1.75
P. Fundo	12.77	3.61	9.71	15.00	6.62
Vacaria	1.13	6.96	8.83	5.04	6.01
PLANALTO	45.47	21.21	44.88	36.58	29.09
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 86

TABELA 101 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS
1970 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	0.63	1.02	0.72	1.20	0.92
Canoas	0.84	0.39	1.30	2.21	0.66
Guaíba	1.40	1.91	2.89	3.22	1.95
Torres	1.59	1.35	1.65	3.93	1.56
S. J. Norte	0.28	1.17	0.29	0.57	0.87
LITORAL	4.73	5.85	6.85	11.12	5.97
Canela	1.83	0.45	2.41	4.20	1.12
Caxias	2.16	0.77	2.05	10.46	1.69
Lajeado	4.02	0.60	2.76	4.66	1.74
Guapore	2.10	0.32	1.57	4.55	1.04
Sta. Cruz	6.88	2.41	5.95	11.07	4.14
SERRA	16.99	4.55	14.74	34.94	9.73
Sta. Maria	2.66	4.39	3.33	2.85	3.84
Pelotas	7.64	17.07	10.40	6.84	13.90
Rio Pardo	6.47	8.99	8.25	4.86	8.16
Alegrete	3.86	28.94	8.50	2.05	20.29
Sao Borja	5.88	12.45	5.38	2.89	9.91
FRONTEIRA	26.51	71.84	35.86	19.48	56.09
Sta. Rosa	8.45	2.40	5.87	2.39	4.02
Ijuí-Iraí	23.65	4.40	14.20	9.42	9.72
Carazinho	4.89	0.78	2.23	1.33	1.83
P. Fundo	13.60	3.37	8.57	15.74	6.70
Vacaria	1.17	6.82	11.69	5.57	5.94
PLANALTO	51.77	17.77	42.54	34.45	28.21
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 87

TABELA 102 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS
1975 %

REGIÃO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLORES	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	0.58	1.09	0.95	0.85	0.93
Canoas	0.63	0.38	1.90	2.35	0.65
Guaíba	1.25	1.62	3.95	2.90	1.77
Torres	1.21	1.54	2.33	3.67	1.61
S. J. Norte	0.36	1.43	0.45	0.90	1.05
LITORAL	4.03	6.06	9.59	10.67	6.01
Canela	1.37	0.58	3.02	5.02	1.18
Caxias	1.72	0.89	2.74	10.04	1.63
Lajeado	3.46	0.65	3.24	4.64	1.77
Guapore	1.77	0.37	1.52	5.08	1.03
Sta. Cruz	6.30	2.36	6.19	10.72	4.06
SERRA	14.62	4.85	16.71	35.51	9.67
Sta. Maria	2.95	4.49	3.00	3.20	3.91
Pelotas	8.05	17.10	11.34	6.80	13.81
Rio Pardo	6.94	8.73	8.28	7.60	8.18
Alegrete	4.96	30.50	8.60	2.45	20.77
Sao Borja	6.84	11.63	4.87	2.50	9.42
FRONTEIRA	29.74	72.45	36.09	22.56	56.09
Sta. Rosa	8.69	2.20	4.72	2.31	4.13
Ijuí-Iraí	24.29	3.45	11.25	8.06	9.78
Carazinho	5.19	0.53	2.04	0.61	1.89
P. Fundo	12.66	3.13	7.69	14.82	6.50
Vacaria	0.79	7.34	11.93	5.47	5.94
PLANALTO	51.62	16.64	37.62	31.27	28.23
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 88

TABELA 103 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS
1980

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P. Alegre	0.47	1.03	1.04	1.37	0.88
Canoas	0.75	0.42	2.09	2.96	0.75
Guaíba	1.19	1.62	4.23	2.82	1.77
Torres	1.02	1.52	2.07	3.85	1.51
S. J. Norte	0.46	1.39	1.65	2.05	1.16
LITORAL	3.89	5.98	11.09	13.05	6.08
Canela	0.94	0.55	2.99	3.68	1.00
Caxias	1.42	1.03	2.34	8.54	1.52
Lajeado	2.86	0.69	3.67	4.30	1.72
Guapore	1.58	0.42	1.58	3.97	0.99
Sta. Cruz	5.95	2.50	6.37	9.71	4.11
SERRA	12.75	5.20	16.94	30.20	9.34
Sta. Maria	3.36	4.33	3.25	2.76	3.90
Pelotas	8.11	17.64	11.62	8.83	14.00
Rio Pardo	7.15	8.71	9.15	9.06	8.31
Alegrete	6.52	30.30	7.86	7.95	20.54
Sao Borja	7.82	11.70	5.29	6.37	9.80
FRONTEIRA	32.97	72.68	37.16	34.96	56.54
Sta. Rosa	8.57	2.09	4.43	1.23	4.17
Ijuí-Iraí	23.48	3.10	9.83	5.62	9.76
Carazinho	4.86	0.43	1.89	0.34	1.86
P. Fundo	12.55	3.14	7.38	10.89	6.54
Vacaria	0.94	7.37	11.28	3.71	5.72
PLANALTO	50.39	16.13	34.81	21.79	28.05
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

TABELA 89

TABELA 104 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO RS
1985 %

REGIAO	LAVOURAS	PASTAGENS	MATAS/FLOR	DESCANSO	TOTAL
P.Alegre	0.55	0.92	0.84	0.75	0.80
Canoas	0.56	0.36	1.45	1.86	0.58
Guaiba	1.27	1.48	3.99	3.62	1.75
Torres	1.21	1.47	2.36	4.18	1.59
S.J.Norte	0.52	1.20	2.08	1.92	1.12
LITORAL	4.11	5.43	10.72	12.33	5.84
Canela	1.00	0.58	3.27	3.52	1.08
Caxias	1.43	1.11	2.40	6.94	1.56
Lajeado	2.73	0.74	3.81	3.55	1.73
Guapore	1.59	0.45	1.53	3.15	0.99
Sta.Cruz	6.09	2.71	6.72	8.72	4.33
SERRA	12.85	5.60	17.73	25.89	9.69
Sta.Maria	3.04	4.51	3.23	2.75	3.89
Pelotas	8.14	17.66	12.57	10.95	14.13
Rio Pardo	6.95	8.86	10.26	9.66	8.47
Alegrete	7.11	29.58	8.11	11.39	20.22
Sao Borja	6.70	9.92	3.99	5.20	8.22
FRONTEIRA	31.94	70.53	38.15	39.95	54.93
Sta.Rosa	8.38	2.28	3.92	1.52	4.18
Ijuí-Iraí	23.10	3.08	8.59	5.84	9.55
Carazinho	4.84	0.45	1.78	0.41	1.85
P.Fundo	12.82	3.19	7.09	9.35	6.62
Vacaria	1.97	9.45	12.02	4.71	7.34
PLANALTO	51.10	18.44	33.40	21.84	29.54
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 90

TABELA 105 VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO.
1959 Cr\$

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	466720	241914	13022	721656
Canoas	377986	285247	25284	688517
Guaíba	716889	147081	3182	867152
Torres	988029	271003	51938	1310970
S. J. Norte	519688	45275	123	565086
LITORAL	3069312	990520	93549	4153381
Canela	1032271	526393	23930	1582594
Caxias	1447977	528182	142747	2118906
Lajeado	1490180	760718	65125	2316023
Guapore	805824	333148	58055	1197027
Sta. Cruz	3275518	730841	75311	4081670
SERRA	8051770	2879282	365168	11296220
Sta. Maria	940299	497740	20898	1458937
Pelotas	3291571	1751312	23092	5065975
Rio Pardo	3161707	677260	14421	3853388
Alegrete	1496787	2658780	2169	4157736
Sao Borja	1245253	757717	4954	2007924
FRONTEIRA	10135617	6342809	65534	16543960
Sta. Rosa	3254418	1314716	48282	4617416
Ijuí-Iraí	6524484	2147595	107483	8779562
Carazinho	1067452	332360	13453	1413265
P. Fundo	3909196	1371655	92348	5373199
Vacaria	408160	444235	26194	878589
PLANALTO	15163710	5610561	287760	21062031
TOTAL RS	36420409	15823172	812011	53055592

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 106 VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO.
1970 Cr\$ 1.000

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	37557	27797	292	65646
Canoas	31376	17452	864	49692
Guaíba	43924	15731	148	59803
Torres	60637	18581	2346	81564
S. J. Norte	15312	3954	16	19282
LITORAL	188806	83515	3666	275987
Canela	48608	30035	783	79426
Caxias	110333	43242	13799	167374
Lajeado	101764	65275	4165	171204
Guapore	44020	26973	5561	76554
Sta. Cruz	214963	55979	6392	277334
SERRA	519688	221504	30700	771892
Sta. Maria	65866	35831	1233	102930
Pelotas	207211	121545	813	329569
Rio Pardo	187817	56427	1360	245604
Alegrete	139215	199980	792	339987
Sao Borja	179887	61806	596	242289
FRONTEIRA	779996	475589	4794	1260379
Sta. Rosa	237599	77182	2294	317075
Ijuí-Iraí	618355	162703	9090	790148
Carazinho	141009	24746	884	166639
P. Fundo	290292	95757	5819	391868
Vacaria	31819	27964	1724	61507
PLANALTO	1319074	388352	19811	1727237
TOTAL RS	2807564	1168960	58971	4035495

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 107 VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO.
1975 Cr\$ 1.000

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	179833	156093	835	336761
Canoas	148117	93747	1558	243422
Guaíba	238994	73102	478	312574
Torres	263115	88918	4426	356459
S. J. Norte	197512	24510	100	222122
LITORAL	1027571	436370	7397	1471338
Canela	214561	209234	2888	426683
Caxias	370726	264072	32305	667103
Lajeado	534788	366810	11593	913191
Guapore	211245	152764	16328	380337
Sta. Cruz	1080015	268807	36999	1385821
SERRA	2411335	1261687	100113	3773135
Sta. Maria	419123	161359	3598	584080
Pelotas	1390822	503508	2662	1896992
Rio Pardo	1172547	268143	5293	1445983
Alegrete	1051437	708452	2530	1762419
Sao Borja	1063061	253706	1742	1318509
FRONTEIRA	5096990	1895168	15825	7007983
Sta. Rosa	1399339	324808	4548	1728695
Ijuí-Iraí	3555201	759857	14348	4329406
Carazinho	862915	90252	2850	956017
P. Fundo	1520670	488779	25913	2035362
Vacaria	166606	150280	3333	320219
PLANALTO	7504731	1813976	50992	9369699
TOTAL RS	16040627	5407201	174327	21622155

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 108 VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO.
1980 Cr\$ 1.000

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	1165500	1524643	17124	2707267
Canoas	1410643	1247339	16764	2674746
Guaíba	3048009	1094703	3813	4146525
Torres	2378615	1288359	30554	3697528
S. J. Norte	1500287	453695	909	1954891
LITORAL	9503054	5608739	69164	15180957
Canela	2161748	2853384	16020	5031152
Caxias	4049493	5707269	184011	9940773
Lajeado	4466536	5945229	85540	10497305
Guapore	1967942	2248250	136762	4352954
Sta. Cruz	8630855	3650873	142352	12424080
SERRA	21276574	20405005	564685	42246264
Sta. Maria	3680978	2776574	31441	6488993
Pelotas	11668347	8426205	13868	20108420
Rio Pardo	9538605	4877826	26284	14442715
Alegrete	10183314	13389591	16268	23589173
Sao Borja	8383344	4980976	12486	13376806
FRONTEIRA	43454588	34451172	100347	78006107
Sta. Rosa	12727273	4238354	27943	16993570
Ijuí-Iraí	29238970	9841158	198205	39278333
Carazinho	6100760	1111698	22976	7235434
P. Fundo	14588032	6563777	346100	21497909
Vacaria	1204129	2638592	69807	3912528
PLANALTO	63859164	24393579	665031	88917774
TOTAL RS	138093380	84858495	1399227	224351102

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 110 ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO
1970
%

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	57.21	42.34	0.44	100.00
Canoas	63.14	35.12	1.74	100.00
Guaíba	73.45	26.30	0.25	100.00
Torres	74.34	22.78	2.88	100.00
S. J. Norte	79.41	20.51	0.08	100.00
LITORAL	68.41	30.26	1.33	100.00
Canela	61.20	37.82	0.99	100.00
Caxias	65.92	25.84	8.24	100.00
Lajeado	59.44	38.13	2.43	100.00
Guapore	57.50	35.23	7.26	100.00
Sta. Cruz	77.51	20.18	2.30	100.00
SERRA	67.33	28.70	3.98	100.00
Sta. Maria	63.99	34.81	1.20	100.00
Pelotas	62.87	36.88	0.25	100.00
Rio Pardo	76.47	22.97	0.55	100.00
Alegrete	40.95	58.82	0.23	100.00
Sao Borja	74.24	25.51	0.25	100.00
FRONTEIRA	61.89	37.73	0.38	100.00
Sta. Rosa	74.93	24.34	0.72	100.00
Ijuí-Iraí	78.26	20.59	1.15	100.00
Carazinho	84.62	14.85	0.53	100.00
P. Fundo	74.08	24.44	1.48	100.00
Vacaria	51.73	45.46	2.80	100.00
PLANALTO	76.37	22.48	1.15	100.00
TOTAL RS	69.57	28.97	1.46	100.00

FONTE: TABELA 106

TABELA 111 ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO
1975 %

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	53.40	46.35	0.25	100.00
Canoas	60.85	38.51	0.64	100.00
Guaíba	76.46	23.39	0.15	100.00
Torres	73.81	24.94	1.24	100.00
S. J. Norte	88.92	11.03	0.05	100.00
LITORAL	69.84	29.66	0.50	100.00
Canela	50.29	49.04	0.68	100.00
Caxias	55.57	39.58	4.84	100.00
Lajeado	58.56	40.17	1.27	100.00
Guapore	55.54	40.17	4.29	100.00
Sta. Cruz	77.93	19.40	2.67	100.00
SERRA	63.91	33.44	2.65	100.00
Sta. Maria	71.76	27.63	0.62	100.00
Pelotas	73.32	26.54	0.14	100.00
Rio Pardo	81.09	18.54	0.37	100.00
Alegrete	59.66	40.20	0.14	100.00
Sao Borja	80.63	19.24	0.13	100.00
FRONTEIRA	72.73	27.04	0.23	100.00
Sta. Rosa	80.95	18.79	0.26	100.00
Ijuí-Iraí	82.12	17.55	0.33	100.00
Carazinho	90.26	9.44	0.30	100.00
P. Fundo	74.71	24.01	1.27	100.00
Vacaria	52.03	46.93	1.04	100.00
PLANALTO	80.10	19.36	0.54	100.00
TOTAL RS	74.19	25.01	0.81	100.00

FONTE: TABELA 107

TABELA 112 ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO RS, POR REGIÃO
1980 %

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	43.05	56.32	0.63	100.00
Canoas	52.74	46.63	0.63	100.00
Guaíba	73.51	26.40	0.09	100.00
Torres	64.33	34.84	0.83	100.00
S. J. Norte	76.75	23.21	0.05	100.00
LITORAL	62.60	36.95	0.46	100.00
Canela	42.97	56.71	0.32	100.00
Caxias	40.74	57.41	1.85	100.00
Lajeado	42.55	56.64	0.81	100.00
Guapore	45.21	51.65	3.14	100.00
Sta. Cruz	69.47	29.39	1.15	100.00
SERRA	50.36	48.30	1.34	100.00
Sta. Maria	56.73	42.79	0.48	100.00
Pelotas	58.03	41.90	0.07	100.00
Rio Pardo	66.04	33.77	0.18	100.00
Alegrete	43.17	56.76	0.07	100.00
Sao Borja	62.67	37.24	0.09	100.00
FRONTEIRA	55.71	44.16	0.13	100.00
Sta. Rosa	74.89	24.94	0.16	100.00
Ijuí-Iraí	74.44	25.05	0.50	100.00
Carazinho	84.32	15.36	0.32	100.00
P. Fundo	67.86	30.53	1.61	100.00
Vacaria	30.78	67.44	1.78	100.00
PLANALTO	71.82	27.43	0.75	100.00
TOTAL RS	61.55	37.82	0.62	100.00

FONTE: TABELA 108

TABELA 113 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VBPA DO RS
1959

%

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	1.28	1.53	1.60	1.36
Canoas	1.04	1.80	3.11	1.30
Guaíba	1.97	0.93	0.39	1.63
Torres	2.71	1.71	6.40	2.47
S. J. Norte	1.43	0.29	0.02	1.07
LITORAL	8.43	6.26	11.52	7.83
Canela	2.83	3.33	2.95	2.98
Caxias	3.98	3.34	17.58	3.99
Lajeado	4.09	4.81	8.02	4.37
Guapore	2.21	2.11	7.15	2.26
Sta. Cruz	8.99	4.62	9.27	7.69
SERRA	22.11	18.20	44.97	21.29
Sta. Maria	2.58	3.15	2.57	2.75
Pelotas	9.04	11.07	2.84	9.55
Rio Pardo	8.68	4.28	1.78	7.26
Alegrete	4.11	16.80	0.27	7.84
Sao Borja	3.42	4.79	0.61	3.78
FRONTEIRA	27.83	40.09	8.07	31.18
Sta. Rosa	8.94	8.31	5.95	8.70
Ijuí-Iraí	17.91	13.57	13.24	16.55
Carazinho	2.93	2.10	1.66	2.66
P. Fundo	10.73	8.67	11.37	10.13
Vacaria	1.12	2.81	3.23	1.66
PLANALTO	41.64	35.46	35.44	39.70
TOTAL RS	100	100	100	100

FONTE: TABELA 105

TABELA 114 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VBPA DO RS
1970

REGIÃO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	1.34	2.38	0.50	1.63
Canoas	1.12	1.49	1.47	1.23
Guaíba	1.56	1.35	0.25	1.48
Torres	2.16	1.59	3.98	2.02
S. J. Norte	0.55	0.34	0.03	0.48
LITORAL	6.72	7.14	6.22	6.84
Canela	1.73	2.57	1.33	1.97
Caxias	3.93	3.70	23.40	4.15
Lajeado	3.62	5.58	7.06	4.24
Guapore	1.57	2.31	9.43	1.90
Sta. Cruz	7.66	4.79	10.84	6.87
SERRA	18.51	18.95	52.06	19.13
Sta. Maria	2.35	3.07	2.09	2.55
Pelotas	7.38	10.40	1.38	8.17
Rio Pardo	6.69	4.83	2.31	6.09
Alegrete	4.96	17.11	1.34	8.42
Sao Borja	6.41	5.29	1.01	6.00
FRONTEIRA	27.78	40.68	8.13	31.23
Sta. Rosa	8.46	6.60	3.89	7.86
Ijuí-Iraí	22.02	13.92	15.41	19.58
Carazinho	5.02	2.12	1.50	4.13
P. Fundo	10.34	8.19	9.87	9.71
Vacaria	1.13	2.39	2.92	1.52
PLANALTO	46.98	33.22	33.59	42.80
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 106

TABELA 115 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VBPA DO RS
1975

REGIAO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL
P. Alegre	1.12	2.89	0.48	1.56
Canoas	0.92	1.73	0.89	1.13
Guaíba	1.49	1.35	0.27	1.45
Torres	1.64	1.64	2.54	1.65
S. J. Norte	1.23	0.45	0.06	1.03
LITORAL	6.41	8.07	4.24	6.80
Canela	1.34	3.87	1.66	1.97
Caxias	2.31	4.88	18.53	3.09
Lajeado	3.33	6.78	6.65	4.22
Guapore	1.32	2.83	9.37	1.76
Sta. Cruz	6.73	4.97	21.22	6.41
SERRA	15.03	23.33	57.43	17.45
Sta. Maria	2.61	2.98	2.06	2.70
Pelotas	8.67	9.31	1.53	8.77
Rio Pardo	7.31	4.96	3.04	6.69
Alegrete	6.55	13.10	1.45	8.15
Sao Borja	6.63	4.69	1.00	6.10
FRONTEIRA	31.78	35.05	9.08	32.41
Sta. Rosa	8.72	6.01	2.61	8.00
Ijuí-Iraí	22.16	14.05	8.23	20.02
Carazinho	5.38	1.67	1.63	4.42
P. Fundo	9.48	9.04	14.86	9.41
Vacaria	1.04	2.78	1.91	1.48
PLANALTO	46.79	33.55	29.25	43.33
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 107

TABELA 116 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VBPA DO RS
1980

REGIAO	LAVOURA	PECUARIA	OUTROS	TOTAL	%
P. Alegre	0.84	1.80	1.22	1.21	
Canoas	1.02	1.47	1.20	1.19	
Guaíba	2.21	1.29	0.27	1.85	
Torres	1.72	1.52	2.18	1.65	
S. J. Norte	1.09	0.53	0.06	0.87	
LITORAL	6.88	6.61	4.94	6.77	
Canela	1.57	3.36	1.14	2.24	
Caxias	2.93	6.73	13.15	4.43	
Lajeado	3.23	7.01	6.11	4.68	
Guapore	1.43	2.65	9.77	1.94	
Sta. Cruz	6.25	4.30	10.17	5.54	
SERRA	15.41	24.05	40.36	18.83	
Sta. Maria	2.67	3.27	2.25	2.89	
Pelotas	8.45	9.93	0.99	8.96	
Rio Pardo	6.91	5.75	1.88	6.44	
Alegrete	7.37	15.78	1.16	10.51	
Sao Borja	6.07	5.87	0.89	5.96	
FRONTEIRA	31.47	40.60	7.17	34.77	
Sta. Rosa	9.22	4.99	2.00	7.57	
Ijuí-Iraí	21.17	11.60	14.17	17.51	
Carazinho	4.42	1.31	1.64	3.23	
P. Fundo	10.56	7.73	24.74	9.58	
Vacaria	0.87	3.11	4.99	1.74	
PLANALTO	46.24	28.75	47.53	39.63	
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	

FONTE: TABELA 108

TABELA 117 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VAF DA AGROPECUARIA DO RS.
DE 1980 A 1988

REGIAO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
P.Alegre	1.20	1.33	1.06	0.80	0.85	0.94	1.14	1.02	1.30
Canoas	1.07	1.02	0.97	0.89	0.78	0.84	1.06	1.14	0.83
Guaiba	1.60	1.25	1.67	1.32	1.50	1.61	1.66	1.67	1.54
Torres	1.38	1.15	1.58	1.25	1.28	1.39	1.77	1.23	1.07
S.J.Norte	0.94	0.67	1.05	0.84	0.81	1.10	1.43	0.79	1.02
LITORAL	6.19	5.42	6.33	5.10	5.22	5.88	7.06	5.85	5.76
Canela	2.00	1.90	1.90	1.65	1.56	1.61	1.93	1.98	1.76
Caxias	3.91	3.97	4.63	3.38	3.15	3.78	5.19	5.19	4.15
Lajeado	3.76	3.92	3.61	3.40	3.19	3.01	3.68	3.67	3.23
Guapore	1.40	1.35	1.42	1.33	1.37	1.39	1.71	1.74	1.82
Sta.Cruz	4.44	4.71	5.37	4.30	4.36	4.55	4.17	3.76	3.83
SERRA	15.51	15.85	16.93	14.06	13.63	14.34	16.68	16.34	14.79
Sta.Maria	2.63	2.53	2.53	2.33	2.28	2.21	1.64	1.82	1.90
Pelotas	10.21	8.68	9.60	8.75	8.43	9.13	9.59	8.85	9.86
Rio Pardo	6.24	5.86	7.26	6.01	5.96	6.24	5.27	4.92	5.59
Alegrete	15.05	12.88	12.90	11.07	12.20	13.17	12.56	10.53	11.66
Sao Borja	7.74	8.04	7.24	8.36	7.48	6.66	5.96	5.80	6.41
FRONTEIRA	41.87	37.99	39.53	36.52	36.35	37.41	35.02	31.92	35.42
Sta.Rosa	6.40	7.07	6.55	8.15	7.39	6.70	5.71	7.62	7.34
Ijuí-Iraí	15.77	17.73	16.33	19.42	20.36	18.58	17.83	19.84	18.94
Carazinho	3.63	4.85	3.93	4.89	5.12	5.08	4.54	5.62	5.60
P.Fundo	9.00	9.87	9.30	10.87	10.82	10.97	11.54	11.57	11.02
Vacaria	1.64	1.23	1.15	1.02	1.14	1.03	1.35	1.33	1.38
PLANALTO	36.44	40.75	37.26	44.35	44.83	42.36	40.97	45.98	44.28
TOTAL RS	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: FEE/UNAGE C/ DADOS DA SECRETARIA DA FAZENDA

TABELA 118 CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS, POR REGIAO.
1959 Cr\$

REGIAO	M.P. INDUST	DESPESA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	15252	211199	74768	301219
Canoas	29611	102011	68105	199727
Guaiba	3726	169457	37285	210468
Torres	60829	109922	80019	250770
S. J. Norte	144	94869	9535	104548
LITORAL	109562	687458	269712	1066732
Canela	28026	209254	184931	422211
Caxias	167181	238249	156286	561716
Lajeado	76272	331134	279528	686934
Guapore	67995	126011	112795	306801
Sta. Cruz	88203	608840	261398	958441
SERRA	427677	1513488	994938	2936103
Sta. Maria	24476	206031	116837	347344
Pelotas	27044	713102	326285	1066431
Rio Pardo	16890	718331	163969	899190
Alegrete	2539	655668	252858	911065
Sao Borja	5800	246993	159408	412201
FRONTEIRA	76749	2540125	1019357	3636231
Sta. Rosa	56549	471519	664987	1193055
Ijuí-Iraí	125879	1248916	712028	2086823
Carazinho	15754	486571	109613	611938
P. Fundo	108153	1059652	447394	1615199
Vacaria	30677	137665	181670	350012
PLANALTO	337012	3404323	2115692	5857027
TOTAL RS	951000	8145394	4399699	13496093

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 119 CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS, POR REGIAO.
1970 Cr\$ 1.000

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	284	21577	8367	30228
Canoas	788	12160	6655	19603
Guaiba	94	13934	4378	18406
Torres	2342	12696	6258	21296
S. J. Norte	1	4901	787	5689
LITORAL	3509	65268	26445	95222
Canela	767	15984	15285	32036
Caxias	15168	35761	16163	67092
Lajeado	4024	33062	25152	62238
Guapore	6113	9894	9816	25823
Sta. Cruz	11260	38312	22713	72285
SERRA	37332	133013	89129	259474
Sta. Maria	985	16537	8479	26001
Pelotas	347	60110	25380	85837
Rio Pardo	1123	47604	12864	61591
Alegrete	217	67923	16676	84816
Sao Borja	365	63737	6385	70487
FRONTEIRA	3037	255911	69784	328732
Sta. Rosa	1887	56177	26259	84323
Ijuí-Iraí	8932	176236	56004	241172
Carazinho	768	48512	6550	55830
P. Fundo	6232	99783	33021	139036
Vacaria	2165	14986	12204	29355
PLANALTO	19984	395694	134038	549716
TOTAL RS	63862	849886	319396	1233144

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 120 CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS, POR REGIAO.
1975 Cr\$ 1.000

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	613	129484	31985	162082
Canoas	1562	63317	28777	93656
Guaiba	368	89809	19540	109717
Torres	4719	65907	27378	98004
S. J. Norte	13	49984	4460	54457
LITORAL	7275	398501	112140	517916
Canela	2812	96429	68926	168167
Caxias	32197	204675	80183	317055
Lajeado	12262	200231	118058	330551
Guapore	16269	72125	42224	130618
Sta. Cruz	53537	305334	90899	449770
SERRA	117077	878794	400290	1396161
Sta. Maria	2909	139469	35534	177912
Pelotas	1522	442679	100728	544929
Rio Pardo	6247	409878	51616	467741
Alegrete	295	486015	61117	547427
Sao Borja	416	572317	27884	600617
FORNTEIRA	11389	2050358	276879	2338626
Sta. Rosa	4744	532053	102153	638950
Ijuí-Iraí	13769	1350901	228145	1592815
Carazinho	3042	445738	24291	473071
P. Fundo	29193	564950	144443	738586
Vacaria	3459	79569	49151	132179
PLANALTO	54207	2973211	548183	3575601
TOTAL RS	189948	6300864	1337492	7828304

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 121 CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS, POR REGIAO.
1980 Cr\$ 1.000

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	16363	944716	310501	1271580
Canoas	10151	833325	282945	1126421
Guaiba	3567	750324	165336	919227
Torres	32249	642194	249350	923793
S. J. Norte	0	650690	41432	692122
LITORAL	62330	3821249	1049564	4933143
Canela	22214	1706507	804485	2533206
Caxias	174269	4180522	1567074	5921865
Lajeado	113475	3983386	1551519	5648380
Guapore	158774	1285075	533473	1977322
Sta. Cruz	436730	2696323	934388	4067441
SERRA	905462	13851813	5390939	20148214
Sta. Maria	38582	1512394	390986	1941962
Pelotas	6269	4685566	984080	5675915
Rio Pardo	47629	3786611	616851	4451091
Alegrete	9278	5766178	644195	6419651
Sao Borja	7596	5207074	292855	5507525
FRONTEIRA	109354	20957823	2928967	23996144
Sta. Rosa	35584	4579180	1006542	5621306
Ijuí-Iraí	259491	12337826	2441397	15038714
Carazinho	35449	2945159	266060	3246668
P. Fundo	478132	6300558	1494780	8273470
Vacaria	83299	1102603	478688	1664590
PLANALTO	891955	27265326	5687467	33844748
TOTAL RS	1969101	65896211	15056937	82922249

FONTE: Unidade de Agregados Economicos da FEE

TABELA 122 ESTRUTURA DO CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS
1959 %

REGIAO	M.P. INDUST	DESPESA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	5.06	70.11	24.82	100.00
Canoas	14.83	51.08	34.10	100.00
Guaiba	1.77	80.51	17.72	100.00
Torres	24.26	43.83	31.91	100.00
S. J. Norte	0.14	90.74	9.12	100.00
LITORAL	10.27	64.45	25.28	100.00
Canela	6.64	49.56	43.80	100.00
Caxias	29.76	42.41	27.82	100.00
Lajeado	11.10	48.20	40.69	100.00
Guapore	22.16	41.07	36.76	100.00
Sta. Cruz	9.20	63.52	27.27	100.00
SERRA	14.57	51.55	33.89	100.00
Sta. Maria	7.05	59.32	33.64	100.00
Pelotas	2.54	66.87	30.60	100.00
Rio Pardo	1.88	79.89	18.24	100.00
Alegrete	0.28	71.97	27.75	100.00
Sao Borja	1.41	59.92	38.67	100.00
FRONTEIRA	2.11	69.86	28.03	100.00
Sta. Rosa	4.74	39.52	55.74	100.00
Ijuí-Iraí	6.03	59.85	34.12	100.00
Carazinho	2.57	79.51	17.91	100.00
P. Fundo	6.70	65.61	27.70	100.00
Vacaria	8.76	39.33	51.90	100.00
PLANALTO	5.75	58.12	36.12	100.00
TOTAL RS	7.05	60.35	32.60	100.00

FONTE: TABELA 118

TABELA 123 ESTRUTURA DO CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS
1970
%

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	0.94	71.38	27.68	100.00
Canoas	4.02	62.03	33.95	100.00
Guaiba	0.51	75.70	23.79	100.00
Torres	11.00	59.62	29.39	100.00
S. J. Norte	0.02	86.15	13.83	100.00
LITORAL	3.69	68.54	27.77	100.00
Canela	2.39	49.89	47.71	100.00
Caxias	22.61	53.30	24.09	100.00
Lajeado	6.47	53.12	40.41	100.00
Guapore	23.67	38.31	38.01	100.00
Sta. Cruz	15.58	53.00	31.42	100.00
SERRA	14.39	51.26	34.35	100.00
Sta. Maria	3.79	63.60	32.61	100.00
Pelotas	0.40	70.03	29.57	100.00
Rio Pardo	1.82	77.29	20.89	100.00
Alegrete	0.26	80.08	19.66	100.00
Sao Borja	0.52	90.42	9.06	100.00
FRONTEIRA	0.92	77.85	21.23	100.00
Sta. Rosa	2.24	66.62	31.14	100.00
Ijuí-Iraí	3.70	73.07	23.22	100.00
Carazinho	1.38	86.89	11.73	100.00
P. Fundo	4.48	71.77	23.75	100.00
Vacaria	7.38	51.05	41.57	100.00
PLANALTO	3.64	71.98	24.38	100.00
TOTAL RS	5.18	68.92	25.90	100.00

FORTE: TABELA 119

TABELA 124 ESTRUTURA DO CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS
1975 %

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	0.38	79.89	19.73	100.00
Canoas	1.67	67.61	30.73	100.00
Guaiba	0.34	81.86	17.81	100.00
Torres	4.82	67.25	27.94	100.00
S. J. Norte	0.02	91.79	8.19	100.00
LITORAL	1.40	76.94	21.65	100.00
Canela	1.67	57.34	40.99	100.00
Caxias	10.16	64.56	25.29	100.00
Lajeado	3.71	60.57	35.72	100.00
Guapore	12.46	55.22	32.33	100.00
Sta. Cruz	11.90	67.89	20.21	100.00
SERRA	8.39	62.94	28.67	100.00
Sta. Maria	1.64	78.39	19.97	100.00
Pelotas	0.28	81.24	18.48	100.00
Rio Pardo	1.34	87.63	11.04	100.00
Alegrete	0.05	88.78	11.16	100.00
Sao Borja	0.07	95.29	4.64	100.00
FRONTEIRA	0.49	87.67	11.84	100.00
Sta. Rosa	0.74	83.27	15.99	100.00
Ijuí-Iraí	0.86	84.81	14.32	100.00
Carazinho	0.64	94.22	5.13	100.00
P. Fundo	3.95	76.49	19.56	100.00
Vacaria	2.62	60.20	37.19	100.00
PLANALTO	1.52	83.15	15.33	100.00
TOTAL RS	2.43	80.49	17.09	100.00

FONTE: TABELA 120

TABELA 125

ESTRUTURA DO CONSUMO INTERMEDIARIO AGRICOLA DO RS
1980

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL %
P. Alegre	1.29	74.29	24.42	100.00
Canoas	0.90	73.98	25.12	100.00
Guaiba	0.39	81.63	17.99	100.00
Torres	3.49	69.52	26.99	100.00
S. J. Norte	0.00	94.01	5.99	100.00
LITORAL	1.26	77.46	21.28	100.00
Canela	0.88	67.37	31.76	100.00
Caxias	2.94	70.59	26.46	100.00
Lajeado	2.01	70.52	27.47	100.00
Guapore	8.03	64.99	26.98	100.00
Sta. Cruz	10.74	66.29	22.97	100.00
SERRA	4.49	68.75	26.76	100.00
Sta. Maria	1.99	77.88	20.13	100.00
Pelotas	0.11	82.55	17.34	100.00
Rio Pardo	1.07	85.07	13.86	100.00
Alegrete	0.14	89.82	10.03	100.00
Sao Borja	0.14	94.54	5.32	100.00
FRONTEIRA	0.46	87.34	12.21	100.00
Sta. Rosa	0.63	81.46	17.91	100.00
Ijuí-Iraí	1.73	82.04	16.23	100.00
Carazinho	1.09	90.71	8.19	100.00
P. Fundo	5.78	76.15	18.07	100.00
Vacaria	5.00	66.24	28.76	100.00
PLANALTO	2.64	80.56	16.80	100.00
TOTAL RS	2.37	79.47	18.16	100.00

FONTE: TABELA 121

TABELA 126 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO C.I.A. DO RS
1959

REGIAO	M.P. INDUST	DESPEZA	AUTOCONS.	TOTAL	%
P. Alegre	1.60	2.59	1.70	2.23	
Canoas	3.11	1.25	1.55	1.48	
Guaíba	0.39	2.08	0.85	1.56	
Torres	6.40	1.35	1.82	1.86	
S. J. Norte	0.02	1.16	0.22	0.77	
LITORAL	11.52	8.44	6.13	7.90	
Canela	2.95	2.57	4.20	3.13	
Caxias	17.58	2.92	3.55	4.16	
Lajeado	8.02	4.07	6.35	5.09	
Guapore	7.15	1.55	2.56	2.27	
Sta. Cruz	9.27	7.47	5.94	7.10	
SERRA	44.97	18.58	22.61	21.76	
Sta. Maria	2.57	2.53	2.66	2.57	
Pelotas	2.84	8.75	7.42	7.90	
Rio Pardo	1.78	8.82	3.73	6.66	
Alegrete	0.27	8.05	5.75	6.75	
Sao Borja	0.61	3.03	3.62	3.05	
FRONTEIRA	8.07	31.18	23.17	26.94	
Sta. Rosa	5.95	5.79	15.11	8.84	
Ijuí-Iraí	13.24	15.33	16.18	15.46	
Carazinho	1.66	5.97	2.49	4.53	
P. Fundo	11.37	13.01	10.17	11.97	
Vacaria	3.23	1.69	4.13	2.59	
PLANALTO	35.44	41.79	48.09	43.40	
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	

FONTE: TABELA 118

TABELA 127

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO C.I.A. DO RS
1970

%

REGIAO	M.P. INDUST	DESPESA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	0.44	2.54	2.62	2.45
Canoas	1.23	1.43	2.08	1.59
Guaíba	0.15	1.64	1.37	1.49
Torres	3.67	1.49	1.96	1.73
S. J. Norte	0.00	0.58	0.25	0.46
LITORAL	5.49	7.68	8.28	7.72
Canela	1.20	1.88	4.79	2.60
Caxias	23.75	4.21	5.06	5.44
Lajeado	6.30	3.89	7.87	5.05
Guapore	9.57	1.16	3.07	2.09
Sta. Cruz	17.63	4.51	7.11	5.86
SERRA	58.46	15.65	27.91	21.04
Sta. Maria	1.54	1.95	2.65	2.11
Pelotas	0.54	7.07	7.95	6.96
Rio Pardo	1.76	5.60	4.03	4.99
Alegrete	0.34	7.99	5.22	6.88
Sao Borja	0.57	7.50	2.00	5.72
FRONTEIRA	4.76	30.11	21.85	26.66
Sta. Rosa	2.95	6.61	8.22	6.84
Ijuí-Iraí	13.99	20.74	17.53	19.56
Carazinho	1.20	5.71	2.05	4.53
P. Fundo	9.76	11.74	10.34	11.27
Vacaria	3.39	1.76	3.82	2.38
PLANALTO	31.29	46.56	41.97	44.58
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 119

TABELA 128 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO C.I.A. DO RS
1975

%

REGIAO	M.P. INDUST	DESPESA	AUTOCONS.	TOTAL
P. Alegre	0.32	2.06	2.39	2.07
Canoas	0.82	1.00	2.15	1.20
Guaíba	0.19	1.43	1.46	1.40
Torres	2.48	1.05	2.05	1.25
S. J. Norte	0.01	0.79	0.33	0.70
LITORAL	3.83	6.32	8.38	6.62
Canela	1.48	1.53	5.15	2.15
Caxias	16.95	3.25	6.00	4.05
Lajeado	6.46	3.18	8.83	4.22
Guapore	8.56	1.14	3.16	1.67
Sta. Cruz	28.19	4.85	6.80	5.75
SERRA	61.64	13.95	29.93	17.83
Sta. Maria	1.53	2.21	2.66	2.27
Pelotas	0.80	7.03	7.53	6.96
Rio Pardo	3.29	6.51	3.86	5.97
Alegrete	0.16	7.71	4.57	6.99
Sao Borja	0.22	9.08	2.08	7.67
FRONTEIRA	6.00	32.54	20.70	29.87
Sta. Rosa	2.50	8.44	7.64	8.16
Ijuí-Iraí	7.25	21.44	17.06	20.35
Carazinho	1.60	7.07	1.82	6.04
P. Fundo	15.37	8.97	10.80	9.43
Vacaria	1.82	1.26	3.67	1.69
PLANALTO	28.54	47.19	40.99	45.68
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 120

TABELA 129 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO C.I.A. DO RS
1980

REGIÃO	M.P. INDUST	DESPESA	AUTOCONS.	TOTAL	%
P. Alegre	0.83	1.43	2.06	1.53	
Canoas	0.52	1.26	1.88	1.36	
Guaíba	0.18	1.14	1.10	1.11	
Torres	1.64	0.97	1.66	1.11	
S. J. Norte	0.00	0.99	0.28	0.83	
LITORAL	3.17	5.80	6.97	5.95	
Canela	1.13	2.59	5.34	3.05	
Caxias	8.85	6.34	10.41	7.14	
Lajeado	5.76	6.04	10.30	6.81	
Guapore	8.06	1.95	3.54	2.38	
Sta. Cruz	22.18	4.09	6.21	4.91	
SERRA	45.98	21.02	35.80	24.30	
Sta. Maria	1.96	2.30	2.60	2.34	
Pelotas	0.32	7.11	6.54	6.84	
Rio Pardo	2.42	5.75	4.10	5.37	
Alegrete	0.47	8.75	4.28	7.74	
Sao Borja	0.39	7.90	1.94	6.64	
FRONTEIRA	5.55	31.80	19.45	28.94	
Sta. Rosa	1.81	6.95	6.68	6.78	
Ijuí-Iraí	13.18	18.72	16.21	18.14	
Carazinho	1.80	4.47	1.77	3.92	
P. Fundo	24.28	9.56	9.93	9.98	
Vacaria	4.23	1.67	3.18	2.01	
PLANALTO	45.30	41.38	37.77	40.82	
TOTAL RS	100.00	100.00	100.00	100.00	

FONTE: TABELA 121

ANEXO II

TABELAS REFERENTES AO CAPITULO II

RELAÇÃO DAS TABELAS REFERENTES AO CAPITULO II

TABELA 1	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE ARROZ NO	PREÇO RS -
TABELA 2	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE TRIGO NO	PREÇO RS -
TABELA 3	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE SOJA NO	PREÇO RS -
TABELA 4	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE MILHO NO	PREÇO RS -
TABELA 5	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO NO	PREÇO RS -
TABELA 6	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE CEBOLA NO	PREÇO RS -
TABELA 7	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NO	PREÇO RS -
TABELA 8	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE FUMO NO	PREÇO RS -
TABELA 9	- AREA COLHIDA, MEDIO E VALOR 1960 A 1990.	RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, DA PRODUÇÃO DE UVA NO	PREÇO RS -
TABELA 10	- AREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DO RIO GRANDE DO SUL - 1960 A 1990.		
TABELA 11	- REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATE S.I.F. E ABATE TOTAL DE BOVINOS NO RS - 1960 A 1990.		
TABELA 12	- NUMERO DE VACAS ORDENHADAS, RENDIMENTO, PRODUÇÃO DE LEITE, PREÇO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE LEITE NO RS - 1960 A 1990.		
TABELA 13	- REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATE S.I.F. E ABATE TOTAL DE SUINOS NO RS - 1960 A 1990.		

- TABELA 14 - REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATE S.I.F. E ABATE TOTAL DE AVES NO RS - 1960 A 1990.
- TABELA 15 - REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATE DE OVINOS, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE Lã NO RS - 1960 A 1990.
- TABELA 16 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PECUARIA DO RS - 1960 A 1989 (a preços correntes)
- TABELA 17 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PECUARIA DO RS - 1960 A 1989 (a preços corrigidos para 1975)
- TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PECUARIA DO RS - 1960 A 1989
- TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA DO RS - 1960 A 1989
- TABELA 20 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRICOLA DO RS - 1960 A 1989 (a preços correntes)
- TABELA 21 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRICOLA DO RS - 1960 A 1989 (a preços corrigidos para 1975)
- TABELA 22 - PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRICOLA DO RS - 1960 A 1989
- TABELA 23 - PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA DO RS - 1960 A 1989

TABELA 1 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE ARROZ NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	336,693	2,625	883,983	860	760,531
1961	355,581	3,066	1,090,099	830	905,192
1962	377,452	3,099	1,169,798	1,004	1,174,281
1963	385,338	3,310	1,275,304	1,219	1,554,596
1964	391,339	3,017	1,180,661	1,243	1,467,358
1965	449,561	2,901	1,304,210	888	1,157,584
1966	375,312	3,112	1,167,788	725	846,855
1967	390,813	3,278	1,281,103	906	1,160,221
1968	382,987	3,357	1,285,605	817	1,050,748
1969	409,037	3,309	1,353,673	760	1,028,561
1970	430,822	3,582	1,543,196	741	1,143,710
1971	412,322	3,685	1,519,510	711	1,081,029
1972	433,684	3,720	1,613,380	803	1,294,955
1973	415,934	3,447	1,433,872	1,048	1,502,412
1974	435,600	3,558	1,550,000	1,321	2,047,617
1975	468,585	3,849	1,803,657	1,641	2,959,807
1976	548,311	3,603	1,975,623	1,183	2,336,314
1977	566,000	3,719	2,105,000	925	1,946,985
1978	538,800	3,729	2,009,103	1,158	2,325,562
1979	525,000	3,190	1,675,000	1,251	2,095,541
1980	598,982	3,829	2,293,386	1,183	2,713,283
1981	612,912	4,006	2,455,360	1,113	2,732,521
1982	624,254	4,149	2,589,885	1,278	3,309,704
1983	636,539	3,488	2,220,497	1,219	2,707,313
1984	724,614	4,304	3,119,013	1,064	3,317,661
1985	720,969	4,448	3,207,046	1,158	3,715,258
1986	726,839	4,110	2,987,617	1,369	4,089,852
1987	803,108	4,435	3,561,828	908	3,234,047
1988	810,996	4,786	3,881,290	883	3,428,620
1989	804,068	4,936	3,968,877	676	2,681,455
1990*	698,099	4,576	3,194,390	778	2,484,989

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTATISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 2 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE TRIGO NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	948,749	574	544,615	1,516	825,411
1961	832,176	478	397,664	1,481	588,759
1962	544,533	956	520,695	1,807	941,109
1963	600,251	438	262,909	1,650	433,904
1964	541,581	882	477,929	1,903	909,639
1965	571,111	736	420,575	1,657	697,068
1966	545,433	855	466,289	1,598	745,193
1967	658,289	732	481,907	1,467	707,018
1968	757,748	878	665,034	1,412	938,784
1969	1,072,574	994	1,065,888	1,408	1,501,141
1970	1,467,947	987	1,448,508	1,279	1,852,538
1971	1,779,061	872	1,552,077	1,198	1,860,134
1972	1,750,098	356	623,031	1,081	673,576
1973	1,372,952	1,119	1,535,887	1,210	1,859,098
1974	1,565,380	1,080	1,690,000	1,734	2,930,640
1975	1,898,923	650	1,234,300	1,622	2,002,453
1976	2,010,000	900	1,809,000	1,473	2,664,896
1977	1,523,500	453	689,700	1,331	917,914
1978	1,243,800	1,210	1,505,000	1,382	2,079,950
1979	2,004,010	490	981,964	1,178	1,156,735
1980	1,358,522	748	1,016,243	1,187	1,206,158
1981	903,970	1,187	1,072,914	1,475	1,582,817
1982	1,308,052	395	516,790	1,592	822,544
1983	690,566	1,155	797,422	1,411	1,124,908
1984	634,187	964	611,632	1,692	1,035,079
1985	970,804	1,032	1,001,958	1,744	1,747,058
1986	1,169,234	1,549	1,811,169	1,838	3,328,585
1987	998,324	1,786	1,783,449	1,871	3,336,794
1988	1,051,188	1,527	1,605,043	1,684	2,702,929
1989	808,649	1,808	1,461,726	2,431	3,553,628
1990*	977,865	1,210	1,182,735	1,182	1,398,499

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 3 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	167,384	1,144	191,503	944	180,775
1961	227,155	1,112	252,556	879	222,022
1962	294,892	1,088	320,755	727	233,305
1963	318,298	926	294,828	843	248,508
1964	334,520	825	275,946	949	261,802
1965	386,452	1,198	463,153	908	420,353
1966	416,297	1,161	483,339	898	434,140
1967	490,870	1,122	550,814	736	405,339
1968	557,027	777	432,585	790	341,578
1969	649,116	1,147	744,498	777	578,286
1970	871,202	1,121	976,808	747	729,977
1971	1,133,213	1,229	1,392,917	831	1,158,044
1972	1,459,594	1,489	2,173,556	891	1,935,776
1973	2,217,570	1,295	2,872,060	1,900	5,456,550
1974	2,770,000	1,397	3,870,000	1,268	4,907,884
1975	3,113,286	1,506	4,688,521	1,165	5,462,262
1976	3,296,000	1,549	5,107,000	1,087	5,550,254
1977	3,490,000	1,627	5,678,000	1,447	8,214,077
1978	3,754,000	1,217	4,567,800	1,198	5,473,836
1979	4,031,826	900	3,629,926	1,185	4,301,463
1980	3,987,502	1,439	5,737,170	1,083	6,214,238
1981	3,816,460	1,595	6,088,344	980	5,968,030
1982	3,539,581	1,192	4,220,579	935	3,946,911
1983	3,402,835	1,548	5,268,869	1,376	7,247,850
1984	3,641,813	1,487	5,415,494	1,330	7,205,164
1985	3,637,137	1,570	5,711,929	1,101	6,289,695
1986	3,243,018	1,008	3,269,024	1,145	3,744,135
1987	3,157,413	1,582	4,995,218	942	4,704,466
1988	3,438,359	1,057	3,634,379	890	3,235,291
1989	3,669,457	1,716	6,296,331	496	3,120,783
1990*	3,516,048	1,796	6,313,476	551	3,481,343

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 4 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE MILHO NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	1,179,575	1,278	1,508,018	575	866,815
1961	1,281,604	1,377	1,765,006	562	992,263
1962	1,361,531	1,374	1,870,590	633	1,183,764
1963	1,403,915	1,387	1,947,839	429	835,575
1964	1,420,298	1,249	1,773,764	604	1,071,995
1965	1,577,577	1,422	2,243,859	455	1,021,445
1966	1,632,124	1,398	2,280,929	445	1,015,744
1967	1,608,875	1,449	2,331,002	477	1,111,927
1968	1,670,195	1,180	1,971,419	483	952,057
1969	1,730,130	1,291	2,233,679	470	1,048,868
1970	1,737,080	1,374	2,386,628	419	1,000,189
1971	1,722,014	1,377	2,370,510	389	921,058
1972	1,717,006	1,302	2,234,886	555	1,240,149
1973	1,507,083	1,394	2,100,808	623	1,309,141
1974	1,525,000	1,466	2,236,000	784	1,753,206
1975	1,524,138	1,553	2,367,322	659	1,560,151
1976	1,580,000	1,546	2,443,000	712	1,738,843
1977	1,673,000	1,602	2,680,000	572	1,533,634
1978	1,630,400	1,319	2,150,800	763	1,641,320
1979	1,787,500	1,037	1,853,600	745	1,380,866
1980	1,861,298	1,699	3,162,033	805	2,544,914
1981	1,818,696	2,094	3,808,793	626	2,383,540
1982	1,851,740	1,700	3,147,246	525	1,652,645
1983	1,778,993	1,785	3,174,771	810	2,570,191
1984	1,883,224	1,894	3,567,360	635	2,263,672
1985	1,744,881	2,039	3,558,591	609	2,165,683
1986	1,525,461	1,270	1,937,700	832	1,611,588
1987	1,955,387	1,981	3,873,498	468	1,813,392
1988	1,619,568	1,567	2,538,528	413	1,049,015
1989	1,572,287	2,279	3,583,753	310	1,112,279
1990*	1,645,951	2,404	3,957,441	539	2,133,039

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTATISTICOS 1960 A 1989

* ESTIMATIVAS

TABELA 5 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE FEIJAO NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	172,504	865	149,220	2,165	323,011
1961	176,442	856	150,971	1,184	178,789
1962	190,144	859	163,364	1,227	200,514
1963	195,520	890	173,978	1,465	254,853
1964	210,742	823	173,443	1,048	181,702
1965	243,644	944	230,081	874	201,150
1966	237,168	897	212,634	1,035	220,000
1967	253,219	923	233,687	1,343	313,848
1968	274,435	830	227,732	996	226,771
1969	272,292	803	218,700	1,086	237,408
1970	259,767	943	245,040	1,548	379,219
1971	250,391	815	204,035	1,482	302,455
1972	216,316	797	172,355	1,303	224,617
1973	220,613	800	176,576	2,574	454,585
1974	189,279	807	152,712	2,727	416,497
1975	187,653	829	155,624	1,763	274,358
1976	182,000	771	140,300	2,503	351,201
1977	175,000	626	109,500	2,840	310,969
1978	203,700	649	132,300	1,880	248,658
1979	178,300	767	136,700	1,655	226,273
1980	205,546	391	80,378	3,335	268,095
1981	212,706	600	127,683	3,494	446,081
1982	213,671	688	146,928	1,791	263,163
1983	187,437	493	92,445	1,357	125,448
1984	196,682	677	133,097	1,498	199,330
1985	204,344	676	138,211	1,571	217,167
1986	221,730	274	60,686	2,801	169,979
1987	223,178	500	111,522	1,130	126,064
1988	196,272	713	139,881	1,255	175,606
1989	190,837	752	143,502	1,166	167,264
1990*	214,260	656	140,610	1,868	262,669

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTATISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 6 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE CEBOLA NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	12,931	7,381	95,449	1,189	113,493
1961	13,665	6,542	89,395	2,802	250,507
1962	14,480	7,284	105,472	967	102,007
1963	12,420	6,680	82,962	1,303	108,137
1964	17,338	7,583	131,482	1,008	132,484
1965	15,669	7,020	109,991	1,160	127,630
1966	17,023	7,698	131,048	1,035	135,690
1967	17,198	6,783	116,649	1,154	134,612
1968	18,138	6,735	122,166	1,054	128,815
1969	18,773	6,900	129,528	1,060	137,248
1970	18,986	6,814	129,363	704	91,036
1971	18,657	7,157	133,528	979	130,741
1972	17,743	6,722	119,274	1,485	177,142
1973	19,592	7,071	138,533	1,366	189,231
1974	19,212	7,069	135,808	677	91,955
1975	19,029	7,131	135,700	967	131,251
1976	19,900	6,819	135,700	1,140	154,698
1977	22,500	6,587	148,200	901	133,590
1978	19,800	5,985	118,500	1,585	187,776
1979	22,500	6,698	150,700	1,046	157,633
1980	20,477	7,384	151,193	961	145,312
1981	22,524	8,554	192,665	623	120,097
1982	19,703	8,555	168,555	1,452	244,768
1983	19,858	8,434	167,483	1,140	190,991
1984	23,122	6,746	155,988	902	140,750
1985	18,175	9,512	172,876	468	80,831
1986	17,139	6,281	107,645	1,740	187,346
1987	19,561	8,524	166,743	405	67,502
1988	16,045	8,214	131,787	667	87,958
1989	16,692	7,630	127,355	526	66,952
1990*	16,786	8,284	139,061	1,525	212,077

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 7 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	178,646	11,380	2,033,046	183	371,902
1961	194,139	11,476	2,228,032	181	402,697
1962	211,340	11,936	2,522,524	178	448,841
1963	221,349	12,009	2,658,072	140	371,560
1964	233,759	12,309	2,877,448	135	387,314
1965	235,323	11,760	2,767,332	144	399,874
1966	264,428	12,103	3,200,478	156	498,953
1967	270,744	12,380	3,351,689	156	521,258
1968	274,441	12,485	3,426,436	154	528,298
1969	283,343	12,784	3,622,176	167	603,767
1970	287,812	12,535	3,607,676	154	555,979
1971	291,458	12,485	3,638,912	151	548,600
1972	270,766	12,751	3,452,571	156	538,401
1973	273,327	11,811	3,228,346	305	983,847
1974	250,000	11,948	2,987,000	231	691,078
1975	266,429	11,883	3,165,972	442	1,399,987
1976	240,000	12,088	2,901,000	501	1,453,500
1977	239,900	11,488	2,756,000	809	2,228,350
1978	209,800	11,907	2,498,000	714	1,783,839
1979	230,923	10,810	2,496,279	615	1,535,982
1980	153,939	11,171	1,719,631	578	993,916
1981	137,807	12,338	1,700,198	534	908,398
1982	137,834	12,227	1,685,263	454	765,463
1983	136,996	12,207	1,672,264	492	823,468
1984	127,275	11,080	1,410,255	330	464,783
1985	127,601	11,879	1,515,830	209	316,064
1986	134,565	11,861	1,596,032	686	1,095,547
1987	132,450	12,786	1,693,565	531	898,976
1988	134,850	13,554	1,827,785	372	679,550
1989	121,187	13,736	1,664,671	506	842,164
1990*	121,466	14,309	1,738,106	517	898,552

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 8 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE FUMO NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	73,907	764	56,474	2,564	144,823
1961	69,608	868	60,408	2,240	135,287
1962	70,826	937	66,396	2,044	135,729
1963	81,585	1,016	82,851	2,055	170,226
1964	83,641	919	76,831	2,389	183,511
1965	88,568	1,029	91,159	2,626	239,395
1966	93,619	902	84,421	2,410	203,415
1967	113,576	988	112,234	2,850	319,918
1968	114,874	977	112,249	3,090	346,848
1969	94,071	1,061	99,804	3,108	310,197
1970	88,191	1,130	99,647	3,073	306,201
1971	86,837	1,119	97,144	2,930	284,636
1972	84,132	1,198	100,773	3,538	356,578
1973	72,108	1,138	82,030	4,894	401,439
1974	75,000	1,573	118,000	4,311	508,723
1975	77,107	1,267	97,722	5,223	510,392
1976	89,600	1,253	112,300	4,646	521,774
1977	99,000	1,237	122,500	4,680	573,262
1978	104,000	1,351	140,500	4,965	697,649
1979	107,600	1,329	143,000	4,826	690,186
1980	108,459	1,376	149,287	3,522	525,856
1981	99,450	1,387	137,948	3,990	550,476
1982	98,438	1,553	152,839	4,811	735,267
1983	108,710	1,436	156,156	3,602	562,432
1984	99,986	1,629	162,883	3,321	541,012
1985	90,566	1,710	154,838	3,880	600,838
1986	90,136	1,442	129,979	5,826	757,214
1987	106,090	1,390	147,454	2,743	404,468
1988	103,830	1,786	185,428	2,487	461,115
1989	116,853	1,722	201,200	1,899	382,073
1990*	115,445	1,772	204,615	3,851	788,039

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTATISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 9 AREA COLHIDA, RENDIMENTO, PRODUÇÃO FISICA, PREÇO MEDIO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE UVA NO RS - 1960 A 1990
Preços de 1975

ANOS	AREA ha	RENDIMENTO kg/ha	PRODUÇÃO ton.	PREÇO MEDIO Cr\$/ton	VALOR BRUTO Cr\$ 1000
1960	38,788	6,994	271,266	446	121,071
1961	40,869	6,943	283,767	416	117,913
1962	44,755	5,786	258,973	543	140,692
1963	44,101	7,456	328,800	703	231,266
1964	46,711	4,870	227,467	551	125,379
1965	48,834	7,321	357,504	589	210,720
1966	48,470	7,143	346,220	468	161,875
1967	46,399	7,509	348,419	485	169,090
1968	53,991	6,517	351,878	531	186,940
1969	41,872	7,376	308,833	551	170,096
1970	47,753	8,617	411,500	547	224,992
1971	53,996	6,436	347,513	477	165,768
1972	55,268	6,973	385,384	554	213,621
1973	35,650	6,815	242,940	659	160,155
1974	35,000	9,771	342,000	727	248,519
1975	39,000	9,231	360,000	628	226,019
1976	42,000	9,571	402,000	586	235,742
1977	42,000	10,524	442,000	512	226,404
1978	41,300	10,927	451,300	614	277,152
1979	41,250	11,215	462,600	895	414,013
1980	38,264	5,769	220,761	956	211,035
1981	38,479	10,800	415,585	643	267,196
1982	38,702	11,109	429,944	637	273,804
1983	39,646	8,765	347,495	891	309,734
1984	38,631	10,102	390,245	691	269,483
1985	39,207	12,812	502,326	488	245,125
1986	40,213	9,826	395,125	1,576	622,838
1987	39,852	8,818	351,400	1,117	392,445
1988	39,839	13,599	541,766	402	217,592
1989	40,436	11,662	471,571	333	156,959
1990*	40,027	13,459	538,705	741	399,047

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 10 AREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DO RIO GRANDE DO SUL

1960 A 1990

ANOS	ARROZ ha	SOJA ha	TRIGO ha	MILHO ha	FEIJAD ha	CEBOLA ha	MANDIOCA ha	FUMO ha	UVA ha	TOTAL ha
1960	336693	167384	948749	1179575	172504	12972	178646	73907	38788	3109218
1961	355581	227155	832176	1281604	176442	13665	194139	69608	40869	3191239
1962	377452	294892	544533	1361531	190144	14480	211340	70826	44755	3109953
1963	385338	318298	600251	1403915	195520	12420	221349	81585	44101	3262777
1964	391339	334520	541581	1420298	210742	17338	233759	83641	46711	3279929
1965	449561	386452	571111	1577577	243644	15669	235323	88568	48834	3616739
1966	375312	416297	545433	1632124	237168	17023	264428	93619	48470	3629874
1967	390813	490870	658289	1608875	253219	17198	270744	113576	46399	3849983
1968	382987	557027	757748	1670195	274435	18138	274441	114874	53991	4103836
1969	409037	649116	1072574	1730130	272292	18773	283343	94071	41872	4571208
1970	430822	871202	1467947	1737080	259767	18986	287812	88191	47753	5209560
1971	412322	1133213	1779061	1722014	250391	18657	291458	86837	53996	5747949
1972	433684	1459594	1750098	1717006	216316	17743	270766	84132	55268	6004687
1973	415934	2217570	1372952	1507083	220613	19592	273327	72108	35650	6134829
1974	435600	2770000	1565380	1525000	189279	19212	250000	75000	35000	6864471
1975	468585	3113286	1898923	1524138	187653	19029	266429	77107	39000	7594158
1976	548311	3296000	2010000	1580000	182000	19900	240000	89600	42000	8007811
1977	566000	3490000	1523500	1673000	175000	22500	239900	99000	42000	7836900
1978	538800	3754000	1243800	1630400	203700	19800	209800	104000	41300	7745600
1979	525000	4031826	2004010	1787500	178300	22500	230923	107600	41250	8928907
1980	598982	3987502	1358522	1861298	205546	20477	153939	108459	38264	8332989
1981	612912	3816460	903970	1818696	212706	22524	137807	99450	38479	7663084
1982	624254	3539581	1308052	1851740	213671	19703	137834	98438	38702	7831975
1983	636539	3402835	690566	1778993	187437	19858	136996	108710	39646	7001588
1984	724614	3641813	634187	1883224	196682	23122	127275	99986	38631	7369534
1985	720969	3637137	970804	1744881	204344	18175	127601	90566	39207	7553684
1986	726839	3243018	1169234	1525461	221730	17139	134565	90136	40213	7168325
1987	803108	3157413	998324	1955387	223178	19561	132450	106090	39852	7435363
1988	810996	3438359	1051188	1619568	196272	16045	134850	103830	39839	7410947
1989	804068	3669457	808649	1572287	190837	16692	121187	116853	40436	7340466
1990*	698099	3516048	977865	1645951	214260	16786	121466	115445	40027	7345947

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTATISTICOS 1960 A 1989

* ESTIMATIVAS

TABELA 11 REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATE S.I.F. E ABATE TOTAL DE BOVINOS NO RS - 1960 A 1990.

ANOS	REB.EFETIVO cabeças	DESFRUTE %	ABATE SIF cabeças	DESFRUTE %	ABATE TOTAL cabeças
1960	9382400	0.00		9.44	886143
1961	9691900	0.00		10.24	992411
1962	9706000	0.00		10.39	1008703
1963	10040200	0.00		10.95	1098946
1964	10711100	0.00		9.05	969593
1965	11069300	0.00		10.50	1162823
1966	11746900	0.00		9.98	1172671
1967	11926110	3.48	414938	8.68	1035045
1968	11959900	4.50	537841	10.25	1225820
1969	11953760	4.48	535711	10.88	1300080
1970	12305119	3.46	425552	9.44	1161570
1971	12123210	4.48	543701	10.43	1264230
1972	12970533	7.64	991224	9.56	1239775
1973	13342983	8.18	1092073	10.12	1350627
1974	12960804	7.64	989682	9.49	1230469
1975	12804167	7.60	972919	9.68	1239941
1976	12907102	9.29	1199211	11.29	1457660
1977	12953576	0.00		12.10	1567594
1978	12228178	0.00		11.00	1345034
1979	12263628	0.00		9.69	1188620
1980	13985911	6.49	908235	7.91	1106960
1981	14055841	6.66	935933	8.89	1249904
1982	14111784	7.68	1084450	10.47	1477902
1983	13636172	7.77	1059296	10.80	1473178
1984	13547584	7.20	975091	10.23	1386214
1985	13563090	7.41	1004847	10.98	1489027
1986	13728072	5.42	743739	10.64	1460632
1987	13729256	4.93	677150	0.00	
1988	13829640	6.76	935477	0.00	
1989	13832766	6.59	911157	0.00	

FONTE: FEE/SIAGRO-RS E FIBGE

TABELA 12 NUMERO DE VACAS ORDENHADAS, RENDIMENTO, PRODUÇÃO DE LEITE
PREÇO MEDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DE LEITE NO RS 1960 A 1990

ANOS	Nr. VACAS ORDENHADAS	RENDIMENTO l/vaca/ano	PROD. LEITE 1000 l	PREÇO MEDIO Cr\$/litro	VALOR PROD. Cr\$ 1000
1960	668000	570.69	381222	1.00	380035
1961			388187	1.01	392461
1962			396206	0.96	381043
1963			438353	0.96	422188
1964			528299	0.93	491590
1965			608820	0.89	544725
1966			623277	1.00	624926
1967			621060	1.04	648139
1968			659442	0.99	654012
1969			652415	0.95	618054
1970	815206	841.81	686252	0.93	636881
1971			665209	0.93	620674
1972			639517	0.98	626694
1973	883511	954.91	843675	1.63	1373597
1974	821976	938.82	771689	1.53	1181313
1975	861997	946.31	815718	1.66	1354038
1976	848750	945.47	802468	1.80	1441298
1977	853708	1,004.66	857684	1.40	1201122
1978	832619	991.52	825562	1.39	1150232
1979	884516	1,024.48	906173	1.28	1159431
1980	1195395	1,034.46	1236585	1.24	1533464
1981	1189029	1,017.85	1210253	1.16	1398210
1982	1198026	1,042.92	1249448	1.06	1318392
1983	1073087	1,060.86	1138397	1.05	1195971
1984	1085440	1,054.36	1144449	0.95	1082274
1985	1070173	1,055.09	1129134	0.96	1079398
1986	1106703	1,073.58	1188134	1.10	1304116
1987	1107051	1,075.64	1190784	1.34	1596492
1988	1093341	1,227.47	1342048	1.42	1911849
1989	1158566	1,238.56	1434949	1.00	1438048

FONTE: FEE/SIAGRO-RS E FIBGE

TABELA 13 REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATE SIF E ABATE TOTAL DE SUINOS NO RS DE 1960 A 1990

ANOS	REB.EFETIVO cabeças	DESFRUTE %	ABATE SIF cabeças	DESFRUTE %	ABATE TOTAL cabeças
1960	5186100	0.00			
1961	5648400	0.00		39.48	2047447
1962	5903800	0.00		40.44	2283962
1963	6374200	0.00		42.31	2497803
1964	5750872	0.00		38.23	2437092
1965	5874068	0.00		44.06	2533945
1966	5826394	0.00		41.04	2410508
1967	5783598	31.54	1824252	48.33	2815770
1968	5835834	32.50	1896379	42.98	2485868
1969	5841026	31.21	1823035	44.19	2578621
1970	5851412	32.52	1902912	43.59	2545837
1971	6078820	35.34	2148261	44.95	2630167
1972	6025580	33.05	1991229	47.91	2912489
1973	6100627	33.16	2022688	42.95	2588000
1974	4309386	41.34	1781345	43.09	2629000
1975	5734776	36.10	2070224	53.93	2324000
1976	5708084	39.73	2267680	46.92	2691000
1977	4669449	44.67	2085659	49.04	2799000
1978	4170042	57.61	2402556	0.00	
1979	4082070	65.72	2682697	0.00	
1980	5421788	53.34	2892189	98.27	4011522
1981	4793945	54.11	2594192	77.77	4216562
1982	4727799	44.05	2082765	81.69	3916357
1983	4490325	46.87	2104625	72.03	3405574
1984	4584289	33.79	1549051	75.56	3392992
1985	4316625	35.22	1520354	61.50	2819537
1986	4344607	40.47	1758179	63.82	2754754
1987	4037060	55.99	2260248	69.37	3013996
1988	3451122	62.03	2140865	0.00	
1989	3566089	46.33	1652099	0.00	

FONTES: FIBGE - FEE/SIAGRO - DFA

TABELA 14 REBANHO EFETIVO, ABATE SIF, ABATE TOTAL E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE AVES

RS 1960 A 1990

ANOS	REB. EFETIVO cabeças	DESFRUTE %	ABATE S.I.F. cabeças	DESFRUTE %	ABATE TOTAL cabeças
1960	17366150	2.57	446288	0.00	
1961	18940074	2.77	523879	0.00	
1962	19782542	3.51	694346	0.00	
1963	20973930	2.47	518532	0.00	
1964	22731777	2.85	648656	57.54	13080201
1965	24326048	3.93	956738	58.66	14270476
1966	24708859	5.18	1278939	55.88	13807884
1967	26131565	4.98	1300769	64.35	16816374
1968	27270663	6.75	1840945	67.78	18482877
1969	28142501	9.33	2625389	73.59	20711184
1970	29104199	9.73	2831159	80.99	23570317
1971	30369100	16.02	4865989	88.53	26886746
1972	31634000	16.92	5353632	100.01	31637106
1973	32104081	41.88	13444764	105.78	33958480
1974	32581147	49.39	16091801	118.10	38479320
1975	33065980	77.35	25577479	131.38	43440603
1976	36069846	98.01	35351399	155.52	56094359
1977	39932667	118.48	47310905	173.30	69201995
1978	43550135	134.96	58773908	185.17	80641187
1979	47796028	151.05	72196218	189.53	90587434
1980	57367602	164.66	94461204	210.49	120753323
1981	73297437	192.04	140761702	225.86	165550886
1982	78362738	198.62	155646985	232.74	182381940
1983	64920449	184.36	119688889	224.83	145960571
1984	63051660	168.38	106165025	213.83	134823926
1985	64523457	177.60	114595139	221.55	142951279
1986	64581100	206.47	133341213	248.26	160330482
1987	66519749	232.56	154698821	0.00	
1988	71258633	217.50	154988095	0.00	
1989	73817748	224.41	165653835	0.00	

FONTE: FEE/SIAGRO-RS E FIBGE

TABELA 15 REBANHO EFETIVO, DESFRUTE, ABATES DE OVINOS, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE Lã NO RS - 1960 A 1990

ANOS	REB.EFETIVO cabeças	DESFRUTE %	ABATE SIF cabeças	RENDIMENTO kg/cab.	PROD. Lã ^m ton
1960	9896000	3.89	384835	2.23	22094
1961	10779500	4.45	480226	2.22	23932
1962	11120800	4.24	471425	2.21	24569
1963	11523900	4.64	534873	2.23	25735
1964	11911160	5.02	597814	2.30	27349
1965	11977030	6.23	746299	2.35	28201
1966	12133530	6.17	748788	2.23	27077
1967	12260340	4.67	573166	2.23	27384
1968	13260240	6.12	811937	2.24	29658
1969	13233080	5.84	773444	2.29	30251
1970	13392900	6.12	820129	2.29	30626
1971	12872510	2.69	346046	2.27	29277
1972	12738670	3.56	454028	2.64	33656
1973	12552177	1.56	195979	2.68	33702
1974	12490066	2.66	331960	2.74	34271
1975	11469505	6.77	776468	2.50	28655
1976	11400424	7.08	806789	2.65	30164
1977	11384266	4.81	547857	2.62	29797
1978	10643114	3.84	408521	2.66	28303
1979	10850828	3.98	431872	2.78	30150
1980	10696237	5.10	545970	2.97	31779
1981	11263138	4.61	519313	2.85	32076
1982	11181308	5.09	568926	2.63	29409
1983	11044612	4.12	454573	2.72	29994
1984	10992870	1.25	137528	2.65	29169
1985	10808410	3.63	392437	2.63	28463
1986	11404522	2.22	253247	2.62	29840
1987	11383514	2.24	255450	2.66	30267
1988	11203036	2.17	243355	2.70	30199
1989	10845901	2.02	219498	0.00	1

FONTE: FEE/SIAGRO-RS E FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS

TABELA 16 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA DO RS

PREÇOS CORRENTES

ANOS	OVOS Cr\$ 1000	LA Cr\$ 1000	LEITE Cr\$ 1000	AB. BOVINOS Cr\$ 1000	AB. OVINOS Cr\$ 1000	AB. SUINOS Cr\$ 1000	AB. AVES Cr\$ 1000	TOTAL Cr\$ 1000
1960	1418	2979	4112	7621	570	5262	48	22010
1961	1991	6334	5828	11303	1042	6212	74	32784
1962	3171	21936	8599	16573	1584	9117	156	61136
1963	5196	34470	16503	27254	5204	23689	192	112508
1964	11412	47239	36946	48441	9363	67150	563	221114
1965	17636	51535	64208	93316	8366	80969	1185	317215
1966	26684	49880	101741	102785	10655	119924	2101	413770
1967	33942	56140	135818	117912	10793	124318	2525	481448
1968	45671	68591	169993	154515	16028	139761	4053	598612
1969	62621	93940	193025	221170	16088	180118	6810	773772
1970	76402	108258	238686	271889	18560	210650	8658	933103
1971	103915	110997	279885	355906	27980	279017	17077	1174777
1972	130830	199742	331467	479731	45317	386634	22648	1596369
1973	244424	404421	834731	1721077	15090	483422	92740	3795905
1974	223500	295821	924009	1254722	26733	527118	153617	3405520
1975	283642	319575	1354038	1627125	89899	707396	314279	4695954
1976	396353	504408	2028504	2317023	130877	1199036	472648	7048849
1977	567380	773347	2420154	3472928	238391	1735028	807119	10014347
1978	1012068	1219353	3214530	4830866	390263	2570773	1336101	14573954
1979	1728235	1817601	4987680	10101333	779798	5665156	2597620	27677423
1980	3652301	3614759	13208864	18306284	1640486	10370213	4732615	55525522
1981	7725235	6290465	25279341	21518894	2045431	14600745	10247938	87706049
1982*	13363	9508	46586	49975	2803	40707	37922	200864
1983	34747	27879	107568	131630	7367	113827	89436	512454
1984	116261	93176	312080	522914	30707	524728	299896	1899762
1985	443666	272378	1013227	1667168	90557	1011377	828839	5327212
1986	1176461	667636	2370085					4214182
1987	3365430	2804176	9425509					15595115
1988	26984443	33438511	88561024					148983978
1989	514098	600772	1438048					2552918

FONTE: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS 1960 A 1989

* 1.000

TABELA 17 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA DO RS

PREÇOS CORRIGIDOS PARA 1975

ANOS	OVOS	LA	LEITE	AB. BOVINOS	AB. OVINOS	AB. SUINOS	AB. AVES	TOTAL
	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000
1960	131053	275322	300035	704339	52680	486319	4436	2034183
1961	134075	426535	392461	761150	70169	418320	4983	2207693
1962	140515	972039	381043	734391	70191	403997	6913	2709089
1963	132927	881828	422188	697225	133131	606023	4912	2878233
1964	151844	628545	491590	644538	124581	893473	7491	2942061
1965	149620	437211	544725	791671	70975	686922	10053	2691176
1966	163902	306379	624926	631339	65446	736612	12905	2541511
1967	161975	267907	648139	562690	51505	593260	12050	2297525
1968	175789	263889	654012	594464	61664	537701	15593	2303032
1969	200508	300790	618054	708172	51513	576726	21005	2477560
1970	203862	288863	636881	725476	49523	562073	23102	2489780
1971	230442	246148	620674	789259	62049	618749	37870	2605191
1972	247356	377646	626694	907011	65679	730996	42820	3018202
1973	402214	665498	1373597	2832130	24831	795498	152609	6246378
1974	285737	378197	1181313	1604118	34177	673902	196394	4353837
1975	283642	319575	1354038	1627125	89899	707396	314279	4695954
1976	281618	358393	1441298	1646297	92991	851942	335827	5008366
1977	281591	383812	1201122	1723614	118313	861094	400573	4970120
1978	362141	436312	1150232	1728593	139645	919881	478087	5214891
1979	401744	422518	1159431	2348146	181271	1316917	603840	6433867
1980	424009	419650	1533464	2125242	190450	1203915	549426	6446156
1981	427286	347928	1398210	1190218	113134	807573	566817	4851165
1982	378175	269078	1318392	1414301	79325	1152015	1073199	5684484
1983	386329	309968	1195976	1463506	81909	1265566	994379	5697633
1984	403186	323129	1082274	1813433	106490	1819724	1040021	6588256
1985	472641	290166	1079398	1776046	96471	1077427	882968	5675117
1986	647336	367360	1304116	0	0	0	0	2318812
1987	570036	474971	1596492	0	0	0	0	2641499
1988	582538	721868	1911849	0	0	0	0	3216255
1989	781700	913490	2186591	0	0	0	0	3881781

FONTE: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS 1960 A 1989

TABELA 18 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA DO RS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA PRODUTO

ANOS	OVOS	LA	LEITE	AB. BOVINOS	AB. OVINDS	AB. SUINOS	AB. AVES	TOTAL
	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000	Cr\$ 1000
1960	6.44	13.53	18.68	34.63	2.59	23.91	0.22	100.00
1961	6.07	19.32	17.78	34.48	3.18	18.95	0.23	100.00
1962	5.19	35.88	14.07	27.11	2.59	14.91	0.26	100.00
1963	4.62	30.64	14.67	24.22	4.63	21.06	0.17	100.00
1964	5.16	21.36	16.71	21.91	4.23	30.37	0.25	100.00
1965	5.56	16.25	20.24	29.42	2.64	25.52	0.37	100.00
1966	6.45	12.06	24.59	24.84	2.58	28.98	0.51	100.00
1967	7.05	11.66	26.21	24.49	2.24	25.82	0.52	100.00
1968	7.63	11.46	28.40	25.01	2.68	23.35	0.68	100.00
1969	8.09	12.14	24.95	28.58	2.08	23.28	0.88	100.00
1970	8.19	11.60	25.58	29.14	1.99	22.58	0.93	100.00
1971	8.85	9.45	23.82	30.30	2.38	23.75	1.45	100.00
1972	8.20	12.51	20.76	30.05	2.84	24.22	1.42	100.00
1973	6.44	10.65	21.99	45.34	0.40	12.74	2.44	100.00
1974	6.56	8.69	27.13	36.84	0.78	15.48	4.51	100.00
1975	6.04	6.81	28.83	34.65	1.91	15.06	6.69	100.00
1976	5.62	7.16	28.78	32.87	1.86	17.01	6.71	100.00
1977	5.67	7.72	24.17	34.68	2.38	17.33	8.06	100.00
1978	6.94	8.37	22.06	33.15	2.68	17.64	9.17	100.00
1979	6.24	6.57	18.02	36.50	2.82	20.47	9.39	100.00
1980	6.58	6.51	23.79	32.97	2.95	18.68	8.52	100.00
1981	8.81	7.17	28.82	24.53	2.33	16.65	11.68	100.00
1982	6.65	4.73	23.19	24.88	1.40	20.27	18.88	100.00
1983	6.78	5.44	20.99	25.69	1.44	22.21	17.45	100.00
1984	6.12	4.90	16.43	27.53	1.62	27.62	15.79	100.00
1985	8.33	5.11	19.02	31.30	1.70	18.99	15.56	100.00
1986	27.92	15.84	56.24	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
1987	21.58	17.98	60.44	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
1988	18.11	22.44	59.44	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
1989	20.14	23.53	56.33	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00

FONTE: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS 1960 A 1989

TABELA 19 PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO RS

ANOS	OVOS Cr\$ 1000	LA Cr\$ 1000	LEITE Cr\$ 1000	AB. BOVINOS Cr\$ 1000	AB. OVINOS Cr\$ 1000	AB. SUINOS Cr\$ 1000	AB. AVES Cr\$ 1000	TOTAL Cr\$ 1000
1960	2.28	4.79	6.62	12.27	0.92	8.47	0.08	35.43
1961	2.23	7.11	6.54	12.68	1.17	6.97	0.08	36.79
1962	1.93	13.37	5.24	10.10	0.97	5.56	0.10	37.27
1963	1.88	12.44	5.96	9.84	1.88	8.55	0.07	40.61
1964	1.98	8.20	6.41	8.41	1.63	11.66	0.10	38.39
1965	2.09	6.10	7.60	11.05	0.99	9.59	0.14	37.55
1966	2.41	4.50	9.19	9.28	0.96	10.83	0.19	37.36
1967	2.27	3.75	9.00	7.88	0.72	8.31	0.17	32.17
1968	2.51	3.77	9.34	8.49	0.88	7.68	0.22	32.88
1969	2.48	3.72	7.64	8.75	0.64	7.13	0.27	30.61
1970	2.32	3.29	7.26	8.27	0.56	6.41	0.26	28.38
1971	2.54	2.72	6.85	8.71	0.69	6.83	0.42	28.76
1972	2.56	3.90	6.48	9.38	0.89	7.56	0.44	31.20
1973	2.17	3.59	7.40	15.26	0.13	4.29	0.82	33.65
1974	1.59	2.11	6.58	8.94	0.19	3.75	1.09	24.26
1975	1.48	1.66	7.04	8.46	0.47	3.68	1.63	24.43
1976	1.41	1.79	7.20	8.23	0.46	4.26	1.68	25.02
1977	1.34	1.82	5.70	8.19	0.56	4.09	1.90	23.61
1978	1.82	2.19	5.77	8.67	0.70	4.62	2.40	26.17
1979	2.18	2.30	6.30	12.77	0.99	7.16	3.28	34.98
1980	1.99	1.97	7.21	9.99	0.90	5.66	2.58	30.31
1981	2.16	1.76	7.06	6.01	0.57	4.08	2.86	24.49
1982	2.14	1.52	7.45	7.99	0.45	6.51	6.06	32.12
1983	1.81	1.45	5.60	6.85	0.38	5.92	4.66	26.67
1984	1.83	1.47	4.91	8.23	0.48	8.26	4.72	29.91
1985	2.36	1.45	5.40	8.89	0.48	5.39	4.42	28.39
1986	3.61	2.05	7.28	0.00	0.00	0.00	0.00	12.94
1987	3.24	2.70	9.06	0.00	0.00	0.00	0.00	14.99
1988	3.82	4.73	12.53	0.00	0.00	0.00	0.00	21.08
1989	5.93	6.93	16.60	0.00	0.00	0.00	0.00	29.46

FONTE: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS 1960 A 1989

TABELA 20 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Preços Correntes

NO R\$ - 1960 A 1990

ANOS	ARROZ Cr\$ 1000	SOJA Cr\$ 1000	TRIGO Cr\$ 1000	MLHO Cr\$ 1000	FEIJAO Cr\$ 1000	CEBOLA Cr\$ 1000	MANDIOCA Cr\$ 1000	FUMO Cr\$ 1000	UVA Cr\$ 1000	TOTAL Cr\$ 1000
1960	8229	1956	8931	9379	3495	1228	4024	1567	1310	40119
1961	13442	3297	8743	14735	2655	3720	5980	2009	1751	56332
1962	26500	5265	21238	26714	4525	2302	10129	3063	3175	102711
1963	60768	9714	16961	32662	9962	4227	14524	6654	9040	164512
1964	110281	19676	68365	80567	13656	9957	29109	13792	9423	354026
1965	136447	49548	82165	120400	23710	15044	47134	28218	24838	527504
1966	137872	70680	121321	165368	35817	22091	81232	33117	26354	693852
1967	243125	84939	148156	233005	65767	28288	109230	67039	35433	1014902
1968	273114	88784	244012	247462	58943	33482	137317	90154	48590	1221850
1969	321231	180605	468823	327573	74145	42864	188563	96878	53123	1753805
1970	428632	273576	694282	374844	142121	34118	288366	114756	84321	2355816
1971	487476	522205	838803	415339	136388	58956	247384	128353	74751	2909655
1972	684920	1023859	356264	655932	118803	93693	284768	188599	112987	3519825
1973	913011	3315929	1129768	795561	276250	114995	597881	243953	97326	7484674
1974	1601622	3838889	2292312	1371337	325779	71926	540553	397917	194389	10634724
1975	2959807	5462262	2002453	1560151	274358	131251	1399987	510392	226019	14526680
1976	3288163	7811510	3750614	2447273	494285	217724	2045678	734353	331787	21121367
1977	3923001	16550628	1849515	3090136	626574	269172	4489926	1155071	456184	32410207
1978	6499204	15297624	5812795	4586965	694920	524775	4985259	1949705	774551	41125798
1979	9014669	18504177	4976880	5940256	973388	678109	6607539	2969066	1781013	51444297
1980	23371516	53527838	10389532	21921233	2309297	1251683	8561332	4529590	1817801	127679622
1981	49403411	107900727	28617000	43093897	8065054	2171330	16423650	9952489	4830853	270458411
1982	116950	139466	29065	58397	9299	8649	27048	25981	9675	424530
1983	243500	651883	101176	231167	11283	17178	74064	50586	27858	1408695
1984	956667	2077651	298471	652743	57478	40586	134023	156004	77707	4451330
1985	3487499	5904114	639957	2032919	203854	75876	296688	564004	230098	13435009
1986	7432850	6804548	6049333	2928882	308918	340400	1991034	1376153	1131938	28364136
1987	19093453	27774642	19700058	10706066	744270	398525	5307456	2387932	2316953	88429355
1988	158821144	149865757	125205575	48592684	8134461	4074391	31478240	21359860	10079353	557611465
1989	1647600	2032260	928191	680890	120408	37941	266680	300260	98122	6112352

FONTE: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 21 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
preços corrigidos para 1975 NO RS - 1960 A 1990

ANOS	ARROZ Cr\$ 1000	SOJA Cr\$ 1000	TRIGO Cr\$ 1000	MILHO Cr\$ 1000	FEIJAO Cr\$ 1000	CEBOLA Cr\$ 1000	MANDIOCA Cr\$ 1000	FUMO Cr\$ 1000	UVA Cr\$ 1000	TOTAL Cr\$ 1000
1960	760531	180775	825411	866815	323011	113493	371902	144823	121071	3707832
1961	905192	222022	588759	992263	178789	250507	402697	135287	117913	3793429
1962	1174281	233305	941109	1183764	200514	102007	448841	135729	140692	4560244
1963	1554596	248508	433904	835575	254853	108137	371560	170226	231266	4208624
1964	1467958	261802	907639	1071995	181702	132484	387314	183511	125379	4721183
1965	1157584	420353	697068	1021445	201150	127630	399874	239395	210720	4475218
1966	846855	434140	745193	1015744	220000	135690	498953	203415	161675	4261866
1967	1160221	405339	707018	1111927	313848	134612	521258	319918	169090	4843229
1968	1050748	341578	938784	952057	226771	128815	528298	346848	186940	4700838
1969	1028561	578286	1501141	1048868	237408	137248	603767	310197	170096	5615570
1970	1143710	729977	1852538	1000189	379219	91036	555979	306201	224992	6263841
1971	1081029	1158044	1860134	921058	302455	130741	548600	284636	165768	6452465
1972	1274955	1935776	673576	1240149	224617	177142	568401	356578	213621	6654816
1973	1502412	5456550	1839098	1309141	454585	189231	983847	401439	160155	12316458
1974	2047617	4907884	2930640	1753206	416497	91955	691078	508723	248519	13596117
1975	2939807	5462262	2002453	1560151	274358	131251	1399987	510392	226019	14526658
1976	2336314	5550254	2664896	1738843	351201	154698	1453500	521774	235742	15007222
1977	1946985	8214077	917914	1533634	310969	133590	2228350	573262	226404	16083186
1978	2325562	5473836	2079950	1641320	248658	187776	1783839	697649	277152	14715742
1979	2095541	4301463	1156735	1380866	226273	157633	1535982	690186	414013	11958691
1980	2713283	6214238	1206158	2544914	268095	145312	993916	525856	211035	14822866
1981	2732521	5968030	1582817	2383540	446081	120097	908398	550476	267196	14959156
1982	3309704	3946911	822544	1652645	263163	244768	765463	735267	273804	12014269
1983	2707313	7247850	1124908	2570191	125448	190991	823468	562432	309734	15662335
1984	3317661	7205164	1035079	2263672	199330	140750	464783	541012	269483	15436934
1985	3715258	6289695	681751	2165683	217167	80831	316064	600838	245125	14312412
1986	4089852	3744135	3328585	1611588	169979	187346	1095547	757214	622838	15607083
1987	3234047	4704466	3336794	1813392	126064	67502	898976	404468	392445	14978154
1988	3428620	3235291	2702929	1049015	175606	87958	679550	461115	217592	12037676
1989	2505220	3090106	1411339	1035312	183084	57690	405494	456553	149197	9293996

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989
* ESTIMATIVAS

TABELA 22 PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA LAVOURA
NO RS - 1960 A 1990

Percentuais

ANOS	ARROZ Cr\$ 1000	SOJA Cr\$ 1000	TRIGO Cr\$ 1000	MILHO Cr\$ 1000	FEIJAO Cr\$ 1000	CEBOLA Cr\$ 1000	MANDIOCA Cr\$ 1000	FUNDO Cr\$ 1000	UVA Cr\$ 1000	TOTAL Cr\$ 1000
1960	20.51	4.08	22.26	23.38	8.71	3.06	10.03	3.91	3.27	100.00
1961	23.86	5.85	15.52	26.16	4.71	6.60	10.62	3.57	3.11	100.00
1962	25.75	5.12	20.64	25.96	4.40	2.24	9.84	2.98	3.07	100.00
1963	36.94	5.90	10.31	19.85	6.06	2.57	8.83	4.04	5.50	100.00
1964	31.08	5.55	19.27	22.71	3.80	2.81	8.20	3.89	2.66	100.00
1965	25.87	9.39	15.58	22.82	4.49	2.85	8.94	5.35	4.71	100.00
1966	19.87	10.19	17.49	23.83	5.16	3.18	11.71	4.77	3.00	100.00
1967	23.96	8.37	14.60	22.96	6.48	2.78	10.76	6.61	3.47	100.00
1968	22.35	7.27	19.97	20.25	4.82	2.74	11.24	7.38	3.98	100.00
1969	18.32	10.30	26.73	18.68	4.23	2.44	10.75	5.52	3.03	100.00
1970	18.20	11.62	29.48	15.92	6.03	1.45	8.85	4.87	3.58	100.00
1971	16.75	17.95	28.83	14.27	4.69	2.83	8.50	4.41	2.57	100.00
1972	19.46	29.09	10.12	18.64	3.38	2.66	8.09	5.36	3.21	100.00
1973	12.20	44.30	15.89	10.63	3.69	1.54	7.99	3.26	1.50	100.00
1974	15.06	36.10	21.55	12.89	3.06	0.68	5.08	3.74	1.83	100.00
1975	20.37	37.60	13.78	10.74	1.89	0.90	9.64	3.51	1.56	100.00
1976	15.57	36.98	17.76	11.59	2.34	1.03	9.69	3.48	1.57	100.00
1977	12.10	51.07	5.71	9.53	1.93	0.83	13.85	3.56	1.41	100.00
1978	15.80	37.20	14.13	11.15	1.69	1.28	12.12	4.74	1.88	100.00
1979	17.52	35.97	9.67	11.55	1.89	1.32	12.84	5.77	3.46	100.00
1980	18.30	41.92	8.14	17.17	1.81	0.98	6.71	3.55	1.42	100.00
1981	18.27	39.90	10.58	15.93	2.98	0.80	6.07	3.68	1.79	100.00
1982	27.55	32.85	6.85	13.76	2.19	2.04	6.37	6.12	2.28	100.00
1983	17.29	46.28	7.18	16.41	0.80	1.22	5.26	3.59	1.98	100.00
1984	21.49	46.67	6.71	14.66	1.29	0.91	3.01	3.50	1.75	100.00
1985	25.96	43.95	4.76	15.13	1.52	0.56	2.21	4.20	1.71	100.00
1986	26.21	23.99	21.33	10.33	1.09	1.20	7.02	4.85	3.99	100.00
1987	21.59	31.41	22.28	12.11	0.84	0.45	6.00	2.70	2.62	100.00
1988	28.48	26.88	22.45	8.71	1.46	0.73	5.65	3.83	1.81	100.00
1989	26.96	33.25	15.19	11.14	1.97	0.62	4.36	4.91	1.61	100.00

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTATISTICOS 1960 A 1989

TABELA 23 PARTICIPAÇÃO DE CADA PRODUTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO RS

ANOS	ARROZ Cr\$ 1000	SOJA Cr\$ 1000	TRIGO Cr\$ 1000	MILHO Cr\$ 1000	FEIJAO Cr\$ 1000	CEBOLA Cr\$ 1000	MANDIOCA Cr\$ 1000	FUMO Cr\$ 1000	LVA Cr\$ 1000	TOTAL Cr\$ 1000
1960	13.25	3.15	14.37	15.10	5.63	1.98	6.48	2.52	2.11	64.57
1961	15.08	3.70	9.81	16.53	2.98	4.17	6.71	2.25	1.96	63.21
1962	16.15	3.21	12.95	16.28	2.76	1.40	6.17	1.87	1.94	62.73
1963	21.94	3.51	6.12	11.79	3.60	1.53	5.24	2.40	3.26	59.39
1964	19.15	3.42	11.87	13.99	2.37	1.73	5.05	2.39	1.64	61.61
1965	16.15	5.87	9.73	14.25	2.81	1.76	5.58	3.34	2.94	62.45
1966	12.45	6.38	10.95	14.93	3.23	1.99	7.33	2.99	2.38	62.64
1967	16.25	5.68	9.90	15.57	4.40	1.89	7.30	4.48	2.37	67.83
1968	15.00	4.88	13.40	13.59	3.24	1.84	7.54	4.95	2.67	67.12
1969	12.71	7.15	18.55	12.96	2.93	1.70	7.46	3.83	2.10	69.39
1970	13.04	8.32	21.11	11.40	4.32	1.84	6.34	3.49	2.56	71.62
1971	11.93	12.79	20.54	10.17	3.34	1.44	6.06	3.14	1.83	71.24
1972	13.39	20.01	6.96	12.82	2.32	1.83	5.57	3.69	2.21	68.80
1973	8.09	29.40	10.82	7.05	2.45	1.82	5.30	2.16	0.86	66.35
1974	11.41	27.34	16.33	9.77	2.32	0.51	3.85	2.83	1.38	75.74
1975	15.40	28.42	10.42	8.12	1.43	0.68	7.28	2.66	1.18	75.57
1976	11.67	27.73	13.31	8.69	1.75	0.77	7.26	2.61	1.18	74.98
1977	9.25	39.01	4.36	7.28	1.48	0.63	10.58	2.72	1.88	76.39
1978	11.67	27.46	10.44	8.24	1.25	0.94	8.95	3.50	1.39	73.83
1979	11.39	23.39	6.29	7.51	1.23	0.86	8.35	3.75	2.25	65.02
1980	12.76	29.22	5.67	11.97	1.26	0.68	4.67	2.47	0.99	69.69
1981	13.79	30.13	7.99	12.03	2.25	0.61	4.59	2.78	1.35	75.51
1982	16.70	22.30	4.65	9.34	1.49	1.38	4.32	4.15	1.55	67.88
1983	12.67	33.93	5.27	12.03	0.59	0.89	3.86	2.63	1.45	73.33
1984	15.86	32.71	4.70	10.28	0.91	0.64	2.11	2.46	1.22	70.09
1985	18.59	31.47	3.41	10.84	1.89	0.40	1.58	3.01	1.23	71.61
1986	22.82	20.89	18.57	8.99	0.95	1.05	6.11	4.22	3.47	87.06
1987	18.35	26.70	18.94	10.29	0.72	0.38	5.10	2.30	2.23	85.01
1988	22.48	21.21	17.72	6.88	1.15	0.58	4.45	3.02	1.43	78.92
1989	19.01	23.45	10.71	7.86	1.39	0.44	3.08	3.47	1.13	70.54

FONTE: FIBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS 1960 A 1989

ANEXO III

TABELAS REFERENTES AO CAPITULO III

RELAÇÃO DE TABELAS REFERENTES AO CAPITULO III

- TABELA 1 - FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960.
- TABELA 2 - FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1970.
- TABELA 3 - FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1975.
- TABELA 4 - FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1980.
- TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960.
- TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1970.
- TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1975.
- TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1980.
- TABELA 9 - ESTRUTURA DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960.
- TABELA 10 - ESTRUTURA DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1970.
- TABELA 11 - ESTRUTURA DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1975.
- TABELA 12 - ESTRUTURA DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1980.
- TABELA 13 - EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960.

TABELA 14 - EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO
SUL - 1970.

TABELA 15 - EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO
SUL - 1975.

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO
SUL - 1980.

TABELA 1 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	964296	155835	16225	1136356
Assal. Perm.	15690	21432	19725	56847
Assal. Temp.	45938	50788	22485	119211
Outros	10781	8191	2649	21621
TOTAL	1036705	236246	61084	1334035

FONTE: FIBGE - Censo Agricola de 1960

TABELA 2 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1970

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	1166117	135367	12667	1314151
Assal. Perm.	14274	22663	26595	63532
Assal. Temp.	24990	15808	8649	49447
Outros	12851	4935	1078	18864
TOTAL	1218232	178773	48989	1445994

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1970

TABELA 3 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1975

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	1495170	190220	16953	1702343
Assal. Perm.	16452	32745	38742	87939
Assal. Temp.	38742	30797	14471	84010
Outros	13325	4968	943	19256
TOTAL	1563689	258730	71109	1893528

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1975

TABELA 4 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1980

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	1311781	172493	17063	1501337
Assal. Perm.	24402	42645	43981	111028
Assal. Temp.	50994	41010	21873	113877
Outros	13330	5635	1333	20298
TOTAL	1400507	261783	84250	1746540

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1980

TABELA 5 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	84.86	13.71	1.43	100.00
Assal. Perm.	27.60	37.70	34.70	100.00
Assal. Temp.	38.54	42.60	18.86	100.00
Outros	49.86	37.68	12.25	100.00
TOTAL	77.71	17.71	4.58	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agricola de 1960

TABELA 6 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1970

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	88.74	10.30	0.96	100.00
Assal. Perm.	22.47	35.67	41.86	100.00
Assal. Temp.	50.54	31.97	17.49	100.00
Outros	68.12	26.16	5.71	100.00
TOTAL	84.25	12.36	3.39	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1970

TABELA 7 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1975

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	87.83	11.17	1.00	100.00
Assal. Perm.	18.71	37.24	44.06	100.00
Assal. Temp.	46.12	36.66	17.23	100.00
Outros	69.27	25.83	4.90	100.00
TOTAL	82.58	13.66	3.76	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1975

TABELA 8 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1980

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	87.37	11.49	1.14	100.00
Assal. Perm.	21.98	38.41	39.61	100.00
Assal. Temp.	44.78	36.01	19.21	100.00
Outros	65.67	27.76	6.57	100.00
TOTAL	80.19	14.99	4.82	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1980

TABELA 9 ESTRUTURA DA
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
 POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	93.02	65.96	26.56	85.18
Assal. Perm.	1.51	9.07	32.29	4.26
Assal. Temp.	4.43	21.50	36.81	8.94
Outros	1.04	3.47	4.34	1.62
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agricola de 1960

TABELA 10 ESTRUTURA DA
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
 POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1970

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	95.72	75.72	25.86	90.88
Assal. Perm.	1.17	12.68	54.29	4.39
Assal. Temp.	2.05	8.84	17.65	3.42
Outros	1.05	2.76	2.20	1.30
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1970

TABELA 11 ESTRUTURA DA
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
 POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1975

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	95.62	73.52	23.84	89.90
Assal. Perm.	1.05	12.66	54.48	4.64
Assal. Temp.	2.48	11.90	20.35	4.44
Outros	0.85	1.92	1.33	1.02
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1975

TABELA 12 ESTRUTURA DA
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
 POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1980

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	93.66	65.89	20.25	85.96
Assal. Perm.	1.74	16.29	52.20	6.36
Assal. Temp.	3.64	15.67	25.96	6.52
Outros	0.95	2.15	1.58	1.16
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1980

TABELA 13 EVOLUÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
POR ESTRATO DE AREA NO RIO GRANDE DO SUL - 1960

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	100.00	100.00	100.00	100.00
Assal. Perm.	100.00	100.00	100.00	100.00
Assal. Temp.	100.00	100.00	100.00	100.00
Outros	100.00	100.00	100.00	100.00
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

FORTE: FIBGE - Censo Agricola de 1960

TABELA 14 EVOLUÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1970

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	120.93	86.87	78.07	115.65
Assal. Perm.	90.98	105.74	134.83	111.76
Assal. Temp.	54.40	31.13	38.47	41.48
Outros	119.20	60.25	40.69	87.25
TOTAL	117.51	75.67	80.20	108.39

FORTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1970

TABELA 15 EVOLUÇÃO DA
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
 POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1975

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	155.05	122.07	104.49	149.81
Assal. Perm.	104.86	152.79	196.41	154.69
Assal. Temp.	84.34	60.64	64.36	70.47
Outros	123.60	60.65	35.60	88.97
TOTAL	150.83	109.52	116.41	141.94

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1975

TABELA 16 EVOLUÇÃO DA
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS
 POR ESTRATO DE AREA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1980

DISCRIMIN.	Ate 50 ha	50 a 500 ha	Acim. 500 ha	TOTAL
Familiar	136.04	110.69	105.16	132.12
Assal. Perm.	155.53	198.98	222.97	195.31
Assal. Temp.	111.01	80.75	97.28	95.53
Outros	123.64	68.80	50.32	93.88
TOTAL	135.09	110.81	137.92	130.92

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuario de 1980